

# REFAN

ISSN 2764-2119

DEZEMBRO 2023

ED. Nº 20 VOL. 01

## REVISTA ELETRÔNICA DA FACULDADE FAN

ARTIGOS DESENVOLVIDOS POR PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DO PARANÁ



**NO PARANÁ, A EDUCAÇÃO DESARMA AS MENTES VAZIAS**

**SISTEMA DE ENSINO  
PROGRESSIVO**

**Fanduca**

O Ensino Progressivo proporciona o desenvolvimento das habilidades e competências necessárias para a prática profissional

**CENTRO DE ENSINO NOROESTE LTDA-ME**

Faculdade Fan

Diretora Pedagógica: Profa. Dra Cleyde Ferreira Barreto Valotto

Diretor Geral: Prof. Adriano Franco Valotto





**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL – DEPPEN  
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO**

**GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ  
Carlos Roberto Massa Júnior**

**SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
Cel. PMPR Hudson Leôncio Teixeira**

**DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL  
Reginaldo Peixoto**

**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO – PPPR  
Diego Piotrowski Machado**

**GESTÃO DO CONVÊNIO  
Wlademir Alves de Veiga**

**PEDAGOGIA DE ESTABELECIMENTO PENAL**

Adriane Moro

Ana Lucia dos Santos Kulcheski

Dorotéa Paschnuki Szenczuk

Hilda Soares Silva Dacorreio

Ivanir Jolio

Ivone Duarte

Josiane Teixeira da Silva Kojo

Keli Marina Loezer de Souza

Lucimara Aparecida de Moura Vidolin

Maxcimira Carlota Zolinger Mendes

Rosimeiry Mostachio

Sérgio Vardenski

Sueli Aparecida Alves do Nascimento

Vanessa Kokott

Viviane Cristina Medeiros

## APOIO UNP – UNIVERSAL NOS PRESÍDIOS



PARANÁ

## **APRESENTAÇÃO**

A Revista Eletrônica da Faculdade FAN (REFAN) tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais nas seguintes áreas: Pedagogia, Letras, Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Biomedicina, Radiologia. Estética e Cosmética, Serviço Social, Farmácia e Educação Física.

Compreendem-se por trabalhos, os artigos decorrentes de pesquisas teóricas ou empíricas, de experiências pedagógicas e de elaboração de resenhas resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas sobre práticas.

A Revista não aceita trabalhos encaminhados simultaneamente para outros periódicos ou para livros.

A REFAN tem como público-alvo estudantes, professores, pesquisadores e públicos interessados na área em geral.

Com fluxo aberto ao longo de todo ano, a revista segue uma publicação semestral e permanente, vinculada a Faculdade FAN. Seu lançamento se deu no ano de 2019. É publicada em versão online pelo endereço eletrônico:

<https://faculdadenoroeste.com.br/revistaeletronica-apresentacao/>.

A publicação de um artigo implica na cessão integral dos direitos autorais a REFAN, para divulgação por meio eletrônico – internet.

## **PROCESSO DE AVALIAÇÃO PELOS PARES**

Os trabalhos deverão ser enviados ao Presidente da Comissão Editorial, via e-mail, ([revistaeletronicadafan@gmail.com](mailto:revistaeletronicadafan@gmail.com)), que os submeterá ao juízo do Conselho Editorial, para verificação de adequação à política editorial da revista e do cumprimento de exigências normativas. Os artigos serão encaminhados, sem identificação, a no mínimo dois avaliadores externos. No caso de discrepância avaliativa será enviado a um terceiro parecerista. O nome dos avaliadores será mantido em sigilo.

1. A REFAN publica artigos originais e inéditos, considerando a linha editorial da Revista, tratamento dado ao tema, consistência e rigor. Os artigos deverão lhe ser destinados com exclusividade.
2. O resumo e o abstract apresentados devem conter de 150 à 250 palavras, indicando objetivo do estudo, abordagem metodológica e resultados. Os resumos e abstracts que estiverem sem essas informações serão considerados incompletos e o artigo será rejeitado.
3. As referências bibliográficas que estiverem discrepantes em relação às normas de publicação levarão a rejeição do artigo.

## **SUBMISSÕES**

As submissões devem ser realizadas exclusivamente por e-mail, ([revistaeletronicadafan@gmail.com](mailto:revistaeletronicadafan@gmail.com))

## **NORMAS**

1. Serão considerados para publicação trabalhos que se enquadrem nas seguintes categorias: artigos de estudos teóricos, resultados de pesquisas, ensaios e resenhas.
2. Os trabalhos deverão ser enviados ao Editor Chefe, via e-mail, que os submeterá ao juízo do Conselho Editorial, para verificação de adequação à política editorial da revista e do cumprimento de exigências normativas.
4. A Revista, através do editor científico, notificará o autor principal se o artigo foi aprovado para publicação ou rejeitado. A notificação será acompanhada de cópia do conteúdo dos pareceres, sem a identificação dos avaliadores.
5. Os artigos que são resultados de pesquisas que envolvem seres humanos (entrevistas, experimentações, etc.) devem indicar o respeito aos procedimentos éticos estabelecidos para a pesquisa científica. Quando houver a permissão para a identificação do sujeito e ou uso de imagens, é preciso informar em nota. É preciso garantir o anonimato aos participantes da pesquisa e, se necessário, às instituições que assim o solicitarem.

Todas as pesquisas que envolvam seres humanos devem vir acompanhadas da aprovação do Comitê de Ética, e ser submetido como documento suplementar.

6. Caso haja, deve ser indicado em nota de rodapé, no início do texto a fonte de financiamento relacionado ao trabalho a ser publicado.

7. Os textos dos artigos deverão ter uma extensão entre 8 a 12 laudas, não contados o resumo e as referências.

8. O texto deverá apresentar, inicialmente, os resumos entre 150 a 250 palavras, para isso, ver a NBR 6028, de novembro de 2003 da ABNT. O resumo não deverá ser redigido na primeira pessoa e deverá conter o foco temático, objetivo, método, resultados e conclusões do trabalho. Deverão ser indicadas três palavras-chave.

10. O número de autores recomendado por artigo é de, no máximo, sete;

11. Os textos devem ser escritos de forma clara e fluente. A utilização de notas finais deve ser para alguma informação de caráter explicativo, não excedendo a utilização de 200 palavras em cada nota. O autor deverá cuidar para não utilizar referências que possam identificá-lo no processo de avaliação, como “em meus trabalhos anteriores, em minha tese, em minha dissertação”, etc. Se o trabalho for aceito, essas informações poderão constar na versão final do artigo.

12. Para a avaliação dos manuscritos serão observados os seguintes critérios: 1) relevância e abrangência do tema; 2) caráter inovador, desenvolvimento e aprofundamento do tema; 3) estrutura teórica e metodológica do trabalho; 4) conclusão e contribuição para área.

13. As citações devem seguir a NBR 10520, de agosto de 2002, da ABNT, a qual determina que:

– citações diretas com menos de três linhas devem vir inseridas no texto e colocadas entre aspas duplas. Deve constar a indicação do autor da citação.

Exemplos:

No final da citação: “Citação” (SILVA; GOMES, ano, p. 123).

No início ou inserida no texto: Segundo Silva (ano, p. 123) “Citação”, ou ainda, Silva (ano, p. 123) diz que: “[...] citação”.

– citações diretas com mais de três linhas devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto e sem aspas. Ao final, deve constar: (SOBRENOME DO AUTOR CITADO, ano, p. 123).

– citações indiretas, ou seja, texto baseado na obra do autor consultado, deve ser adotado o mesmo critério anterior para a referência do autor; se fora dos parênteses, o sobrenome começa com maiúscula e depois letras minúsculas; se entre parênteses, o sobrenome aparece em letras maiúsculas.

– devem ser usados os seguintes recursos:

[...] para indicar supressões;

[ ] para indicar interpolações, acréscimos ou comentários;

itálico para dar ênfase;

(informação verbal) para dados oriundos de informação verbal em palestras, debates etc., com os dados referenciais em nota de rodapé. Exemplo de nota de rodapé: 1 Notícia fornecida por Nome e Sobrenome do palestrante no Evento, em Local, em mês e ano.

grifo do autor ou grifo nosso: são usados após a paginação para esclarecer a autoria do grifo. Ex.: (SILVA, ano, p. 123, grifo do autor).

14. Os conceitos e afirmações contidas nos artigos serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

15. A revisão ortográfica e gramatical é de inteira responsabilidade do(s) autor(es) do artigo.

16. As referências deverão ser redigidas segundo as normas da ABNT NBR 6023 de agosto de 2002. Incluir somente obras mencionadas no texto.

NORMAS: Todos os exemplos aqui apresentados são fictícios.

– Autor pessoal

ÚLTIMO SOBRENOME (Caixa alta), Nome e Sobrenome. Título. 2. ed. (Número da edição) Local: Editora, ano.

– Até 3 autores

SILVA, Emanuel Tavares; GOMES, Galvão Vieira; SOUZA, Maria Nunes. Título. 13. ed. rev. e aum. Local: Editora, ano.

– Mais de 3 autores

SILVA, Emanuel Tavares. et al. Título: subtítulo. Local: Editora, ano.



– Organizador (es), coordenador (es), tradutor (es)

SILVA, Emanuel Tavares; GOMES, Galvão Vieira. (Orgs.). Título: subtítulo. Tradução de Nome e Sobrenome. [S.l.: s.n.] (Caso não contenha local e editora na obra referenciada), ano.

– Autor entidade

BRASIL. Ministério da Educação. Título. Brasília, DF, ano.

– Autoria desconhecida

PRIMEIRA palavra do título. Local: Editora, ano.

– Partes/capítulo de obra

SILVA, Emanuel Tavares. Título da parte. In: SOUZA, Maria Nunes. (Org.). Título da publicação: subtítulo. Local: Editora, ano. p. 3-9.

SILVA, Emanuel Tavares. Título da parte. In: SILVA, Emanuel Tavares (mesmo que o autor da parte seja igual ao da publicação no todo). Título da publicação. Local: Editora, ano. p. 3-9.

Monografias e partes de monografias em meio eletrônico e on-line

SILVA, Emanuel Tavares. Título. Local: Editora, ano. 1 CD-ROM.

SANTA MARIA. In: ENCICLOPÉDIA virtual dos municípios do RS. Local: Editora, ano. CD-ROM 1.

SILVA, Emanuel Tavares. Título. [S.l.]: Editora, ano. Disponível em: <http://www.ufsm.br>. Acesso em: 3 jan. 2000.

VERBETE. In: DICIONÁRIO de línguas estrangeiras. Local: Editora, ano. Disponível em: <http://www.url completa>. Acesso em: 3 jan. 2000.

– Eventos (trabalhos apresentados)

SILVA, Emanuel Tavares.; GOMES, Galvão Vieira. Título. In: NOME DO EVENTO EM CAIXA ALTA, 1. (Numeração do evento, se houver), ano, local (do evento). Anais ... (mesmo caso para Resumos...) Local (da publicação): Editora, ano. p. 3-9. (Quando em meio eletrônico, adicione a descrição física do recurso utilizado após a paginação. Ex.: ... p. 3-9. 1 CD-ROM.)

– Eventos (trabalhos apresentados) on-line:

SILVA, Emanuel Tavares.; GOMES, Galvão Vieira. Título. In: NOME DO EVENTO EM CAIXA ALTA, 1. (Numeração do evento, se houver), ano, local (do evento). Anais eletrônicos... Local: Editora, ano. Disponível em: <http://www.url completa>. Acesso em: 3 jan. 2000.

– Artigos e/ou matéria de revista

SILVA, Emanuel Tavares. Título do artigo. Título da revista, local, n. 1 (número da publicação), p. 3-9 (paginação inicial e final), jan. 2000 (data da publicação).

## **CORPO EDITORIAL**

### **Editores**

Prof. Me. Adriano Franco Valotto

Profa. Ma. Alyne Oliveira da Costa

Profa. Dra. Cleyde Ferreira Barreto Valotto

Prof. Dr. Kleber Santiago Freitas e Silva

### **Editores Associados Externos**

Prof. Ms. GYANNINI JACOMO CANDIDO DO PRADO

Prof. Ms. JULIO CESAR COELHO DO NASCIMENTO

### **Avaliadores Ad-hoc**

Profa. Esp. Adriana Maria da Silva Santos

Prof. Esp. Eizecson Batista da Paz

Profa. Ma. Gabriela Rodrigues de Sousa

Prof. Me. Gyannini Jácomo Cândido do Prado

Prof. Esp. Ícaro Castro Santos

Profa. Jackeline Pacheco de Paula

Profa. Ma. Jessica da Silva Campos

Profa. Esp. Jheniffer da Silva Campos

Prof. Me. José Vitor Magalhães Martins

Prof. Me. Marcelo Carneiro dos Santos

Profa Ma. Marília Belmira de Castro Rego

Profa Esp. Milena de Azevedo Duarte Moreira

Profa Dra. Nathania Rodrigues Santiago

Profa Esp. Núbia Clementino Soares da Silva

Prof. Me. Sebastião Marques Gonçalves

Profa Dra. Thainara Policarpo Mendes

Prof. Wedson Marcos Silva

Sineide Denice Mendonça

Bibliotecária – CRB 1673

### **EQUIPE DE APOIO FAN**

Cinttia Moreira de Medeiros Maciel

Anderson Vinicius F Correa

Lidianny Gramond Pereira

Ezequiel Ferreira Alves

Welida Ferreira Carneiro Bezerra Vidal

### **Periodicidade**

Publicação contínua

O recebimento de artigos caracteriza-se por fluxo contínuo sem que seja possível prever a data de sua publicação.

# SUMÁRIO

1. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: EVOLUÇÃO EDUCACIONAL ENTRE A PRIMEIRA REPÚBLICA E A ERA VARGAS** 17  
CORREIA, Luciano da Silva  
ANDREATTA, Luiz Ozéias Sepanhaki  
LIMA, Oziel de  
SOUZA, Thomas Morais de  
NOBRE, Wyclif Porfírio
2. **SERVIÇO SOCIAL E SUA TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA** 26  
ARAÚJO, Arteves Madruga de  
ASSIS, Carlos Adriano Botelho de  
DANILAU, Adão Alberto  
MARQUES, Emerson Rodes  
QUEIROZ, Daniel Spyra  
SILVA, Isaac Sales da  
ULRICH, André Luis  
ZANIS, Eduardo Vinicius  
JESUS, Annaterra Meira Oliveira de
3. **A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: HISTÓRIA E FUNDAMENTOS** 34  
LUZ, Karen Sthephany  
MALAGUTTI, Nathalia Gabriela  
SANTOS, Marcia Lopes dos  
VIEIRA, Flavia Milena Silverio  
ZEBALLOS, Francine Ana Barbosa  
JESUS, Annaterra Meira Oliveira de
4. **O ASSISTENTE SOCIAL NA CONTRAMAÇÃO DA CRISE: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A SUA PROBLEMÁTICA E O SEU POTENCIAL TRANSFORMADOR** 42  
CARDOSO, Luiz Renato  
CARVALHO, Thomas Eduardo  
FERREIRA, Luiz Henrique Valentim  
DE OLIVEIRA, Sidney  
FERRO, Maria Gomes Leonardo
5. **MÉTODO E METODOLOGIA: IMPLICAÇÕES À PRÁTICA PEDAGÓGICA E ÀS METODOLOGIAS PARA AS GERAÇÕES Z E ALPHA** 55  
REINEHR, Edson  
CORREIA, Luciano da Silva  
ANDREATTA, Luiz Ozéias Sepanhaki  
LIMA, Oziel de  
SOUZA, Thomas Morais de  
SILVEIRA, Marina
6. **SISTEMA PATRIARCAL** 64  
CARDOSO, Luiz Renato  
CARVALHO, Thomas Eduardo  
DE OLIVEIRA, Sidney  
FERREIRA, Luiz Henrique Valentim  
MARTINS, Jorge Ribeiro  
MUNIS, Lorenzo Cezar  
POLVERO JUNIOR, João Batista  
SILVA, Waldete Vicente

7.	<b>O MANIFESTO DE 1932 E SUAS PROPOSTAS EDUCATIVAS</b>	73
	SOUZA, Marcos Alves de CRUZ, Marcello Claudino da PINTO, Luiz Da Silva GOMES, Gledson Deijaik RODRIGUES, Naege Pablo SALUSTIANO, Renan Nicolau de Andrade WICLIF, Porfirio Nobre	
8.	<b>O FIM DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL</b>	82
	QUITÉRIO, Rafael dos santos SILVA, Waldete Vicente	
9.	<b>O CONSERVADORISMO DO SERVIÇO SOCIAL E O TECNICISMO</b>	91
	MOURA, João Batista de BAGGIO, Luiz Carlos JESUS, Annaterra Meira Oliveira de CORREIA, Hilda Soares Silva da	
10.	<b>EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA E PRÁXIS EM UM AMBIENTE CONTROLADO</b>	98
	Agmo Salomão Vicente da Cunha Ana Caroline Cunha Borges Herik Pazetto Silva Freitas Jéferson Alves Antônio Ozéas dos Santos Lima	
11.	<b>A ALFABETIZAÇÃO NA ERA DIGITAL</b>	110
	DA SILVA, Lucas Bueno; DIAS, Fábio Carvalho; LIRA JÚNIOR, Luiz Carlos; VIEIRA, Roberto Schiesl; DA SILVA, Laisa Cristina Pimentel	
12.	<b>A PSICOLOGIA SOCIAL BATE ÀS PORTAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	120
	Ana Caroline Cunha Borges Hilda Soares Silva Correia João Batista de Moura	
13.	<b>AS QUESTÕES SOCIAIS NO BRASIL: OBJETO DE ESTUDO CONTEMPORÂNEO NO SERVIÇO SOCIAL E NA PSICOLOGIA SOCIAL</b>	126
	CARNEIRO, Alisson William SOUZA, Eder Figueredo de FREITAS, Guilherme Augusto Martins de DINIZ, Jhonathan Roger dos Santos SILVA, Leandro Francelino da CARNEIRO, Lucas Eduardo NEVES, Rafael Rocha GUEDES, Rafaela de Miranda	
14.	<b>PSICOLOGIA, SEU CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E SUAS VERTENTES</b>	135
	COSTA, Ewerton Paulo Lemes da FERRANTE, Moisés Ferreira da Silva MATTOS, Patrick Santos de VIEIRA, Marcos Antônio Guilherme OLIVEIRA, Gleiscon Ernesto de GUEDES, Rafaela Veloso de Miranda	

15.	<b>ASSISTÊNCIA AOS MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS E O PROBLEMA DA XENOFOBIA</b>	142
	SALES, Angelo Scansetti CASTRO, Diego José OLIVEIRA, Marlon Christian Luccas de WUNDERVALD, Vanderlei Ezequiel CONSTANCIO, Sandra	
16.	<b>A IMPORTÂNCIA DOS FATORES HISTÓRICOS, CULTURAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO</b>	152
	SCREMIN, Jean Carlos XAVIER, Caio Bismarck Silva	
17.	<b>O IMPACTO DA ERA VARGAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA</b>	157
	CARDOSO; Alexandre Siqueira CASSIANO, Augusto Roberto Souza COSTA, Marcelo Correia CRUZ, Valdir Reis da BRAGUNOLLO, Silas Muniz XAVIER, Caio Bismarck Silva	
18.	<b>A DIFERENÇA DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO</b>	168
	ANDRADE, Samya Marcella de Araújo de FERREIRA, Gisele Detoni KAISER, Claudinéia Machado SILVA, Laisa Cristina Pimentel Da	
19.	<b>SUSTENTAÇÃO E FORMALIDADES CONSEGUENTES DO SUAS: SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	173
	BATISTA, Débora BATISTA, Josiane Souza SILVA, Andréia da SANTOS, Ana Eliza dos BISPO, Marília	
20.	<b>A EXPANSÃO DA CRIAÇÃO MENTAL DO SERVIÇO SOCIAL E SEGUIMENTOS DA HISTORIEDADE DO MOVIMENTO RECONCEITUAÇÃO</b>	187
	BARBIRESKI, Renata; BATISTA, Débora; BATISTA, Josiane Souza; SANTOS, Ana Eliza; SEROISKA, Juliana; SILVA, Andréia. JESUS, Annaterra Meira Oliveira de	
21.	<b>PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: COMO SE RELACIONA COM A HISTÓRIA E A RELAÇÃO ENTRE TEMPO E MEMÓRIA</b>	198
	Karyna de Lima Silva Daiana Cristina Gomes Brenda Maria Rodrigues dos Santos	
22.	<b>A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO MUNDO E NO BRASIL</b>	204
	Elias Barbosa da Silva Ademir Maciel Ademir Araujo de Lima Waldete Vicente da Silva	

23. **A MULTIDISCIPLINARIDADE EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DAS PRÁTICAS DE SERVIÇO SOCIAL E PSICOLOGIA** 211

Ademir Araújo de Lima  
Ademir Maciel  
Ana Caroline Cunha Borges  
Elias Barbosa Silva

## EDITORIAL

A parceria entre FANDUCA, a SESP/DEPEN e a UNP - Universal Nos Presídios, continua a pleno vapor e é um sucesso nos Cursos de Graduação em Pedagogia e Serviço Social. Os principais protagonistas dessa colaboração são os reclusos das unidades prisionais do estado. A FANDUCA adota uma abordagem desafiadora através de uma metodologia ativa, acredita e defende que a educação onde o sujeito participa da construção do conhecimento, o leva a discernir entre diferentes perspectivas e tomar decisões informadas. Além disso, a educação estimula o pensamento independente, capacitando os aprendizes a desenvolverem opiniões próprias e a expressarem suas ideias de maneira articulada dentro de uma conduta moral perante a sociedade. Nesse contexto, a autonomia é fomentada quando os indivíduos são capacitados a tomar iniciativa em seu próprio processo de aprendizagem, explorando áreas de interesse pessoal e moldando ativamente sua jornada educacional. Em última análise, a abordagem ativa não apenas fornece conhecimento, mas também nutre as habilidades críticas e a autonomia necessárias para enfrentar os desafios da vida, contribuindo assim para o desenvolvimento integral e para a formação de cidadãos conscientes e autônomos.

A educação desempenha um papel fundamental na representação das liberdades da sociedade, pois serve como um veículo essencial para capacitar os indivíduos a exercerem plenamente seus direitos e contribuir de maneira significativa para a comunidade. Ao fornecer conhecimento e habilidades, a educação capacita os cidadãos a participarem ativamente na sociedade, a compreenderem os princípios democráticos e a defenderem seus interesses de maneira informada. Através das metodologias ativas, as pessoas desenvolvem pensamento crítico, adquirem uma compreensão mais profunda dos valores sociais e aprendem a respeitar a diversidade de opiniões. Essa capacidade de discernimento e respeito mútuo é essencial para a coexistência pacífica e o exercício responsável da liberdade individual. Além disso, a construção do conhecimento promove a igualdade de oportunidades, desempenhando um papel crucial na eliminação de disparidades sociais e econômicas. Quando todos têm acesso a uma educação de qualidade, independentemente de origem, gênero ou classe social, as liberdades individuais são fortalecidas, e a sociedade como um todo se beneficia de um ambiente mais justo e equitativo.

Dado a importância da educação no contexto social, vários países ao redor do mundo têm implementado programas educacionais inovadores dentro de instituições prisionais para oferecer aos reclusos a oportunidade de adquirir habilidades, conhecimentos e, assim, aumentar suas perspectivas de uma vida produtiva e reinserção social. A FANDUCA e seus parceiros prezam pela relevância de suas atividades frente à educação no sistema prisional do Paraná, e defendem arduamente que "Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo", conforme disse Paulo Freire (1986).



## HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: EVOLUÇÃO EDUCACIONAL ENTRE A PRIMEIRA REPÚBLICA E A ERA VARGAS

CORREIA, Luciano da Silva;  
ANDREATA, Luiz Ozéias Sepanhaki;  
LIMA, Oziel de;  
SOUZA, Thomas Moraes de;  
NOBRE, Wyclif Porfírio;

Faculdade Fan  
Casa de Custódia de Curitiba/CCC

**RESUMO:** Pensar na história da educação, é se transportar para outras épocas e analisar o contexto e evolução que a educação sofreu no decorrer dos anos. A Primeira República foi marcada pela dominância da classe elitista tanto no setor político como no educacional. Já a Era Vargas é marcada pela “democratização” da educação no país, como o estudo sendo um direito a todos. Porém, ambos os períodos, também, são marcados por problemas e falhas no âmbito educacional. Na Primeira República percebe-se o preconceito e a exclusão dos analfabetos até meados de 1910. Após essa data começam a alfabetizar a população para que os mesmos tivessem direito ao voto (questão de necessidade para eleições). Na gestão de Getúlio Vargas, houve o Manifesto dos Pioneiros que exigiam uma educação obrigatória e sem cunho religioso, mas isso não se efetivou na prática. Houve, também, a dualidade de ensino para as classes dirigentes e as classes proletárias, que tinha como justificativa a necessidade de mão de obra qualificada. Então, o objetivo deste artigo é mostrar a evolução, as reformas e o impacto que, entre esses dois períodos, ocorreu.

**PALAVRAS CHAVE:** Constituição, Educação, Evolução, Política, Reforma.

### 1. INTRODUÇÃO

Ao analisar o contexto histórico educacional entre a Primeira República e a Revolução de 1930 ou Era Vargas, percebe-se que, para aquela época, foi um marco na educação as mudanças que ocorreram no país.

A Primeira República possuía um caráter elitista, onde as classes dominantes é que tinham o mérito de estudar, a fim de que, os filhos dos cafeicultores e pecuaristas se tornassem futuros governantes, caso o próprio não pudesse ser. Dessa forma, a Primeira República ficou conhecida como República Oligárquica ou República Café com Leite, pois eram, apenas, esses produtores que

governavam o país em um revezamento entre São Paulo e Minas Gerais. Nesse governo a educação era pouco assistida devido à falta de concentração de poder econômico e político no restante do país.

Esse modelo de governo desqualificava os analfabetos, gerando fortes consequências nos valores morais da sociedade devido, a exclusão e a discriminação dos analfabetos no sistema eleitoral até 1910.

A partir de 1910 começaram as “batalhas” para a laicização da educação e a construção de escolas públicas. Jélvez (2012, p. 89) demonstra que dessas “batalhas” surgiram as escolas operárias e as bibliotecas públicas, mas que funcionavam de modo informal e, em condições precárias, além de sofrerem perseguição política. Também começou a surgir as reivindicações das classes médias progressistas e o aparecimento das associações operárias que iam contra a supervalorização do ensino superior para as classes elitistas. Sendo assim, o surgimento da Escola Nova foi um momento importante para a educação no fim da Primeira República, devido ao caráter inovado que essa oferecia.

Dia 1º de março de 1930 houve a eleição para presidência da república entre Júlio Prestes (indicado do, até então, atual Presidente Washington Luís), e Getúlio Vargas. Prestes é eleito, mas a Aliança Liberal não reconhece a vitória do candidato eleito devido a uma fraude eleitoral (Washington Luís e Júlio Prestes foram exilados com mais alguns magnatas da República Velha). Vargas liderou um Golpe de Estado e assumiu a presidência provisoriamente até 1934, tendo amplos poderes. A sua administração foi um marco importante para a sociedade com a criação do Ministério da Educação e Saúde e com a educação como um direito a todos.

O presente artigo tem como alvo os futuros docentes que desejam conhecer os *deficits* que a educação tinha nas gestões da Primeira República e a Era Vargas. E a partir dessa leitura pretende-se que faça uma análise comparativa entre as duas gestões e, então ter uma melhor compreensão de como a educação pode ser impactada em função das ideologias políticas. A partir dessa compreensão tem-se a relevância da intenção deste trabalho que ao apontar os fatos ocorridos no período abordado, contribui para uma ação intencional dos profissionais da educação para romper com pensamentos e práticas passadas que já se mostram ineficientes.

O objetivo deste artigo é mostrar a evolução que a educação teve entre os períodos da Primeira República e a Era Vargas, as reformas que as mesmas sofreram, e o impacto que a sociedade teve com tais decisões.

## **2. METODOLOGIA**

Para a realização deste artigo, onde será abordado o contexto histórico da República Oligárquica e da Revolução de 1930 (Era Vargas), utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica qualitativa.

A partir da busca em bases de dados do material de apoio disponibilizado pela plataforma Fanduca, aplicou-se os critérios de seleção do estudo de artigos científicos e livros, publicados em língua portuguesa, que após a leitura dos títulos e resumos, foram selecionados e encaixados para a elaboração deste artigo. Um dos livros utilizados para o desenvolvimento deste é da autora Márcia de Lima Elias Terra (2014), que aborda a trajetória histórica da educação, desde as sociedades pré-letradas até a contemporaneidade, o outro livro que favoreceu para a elaboração deste artigo, foi do autor Júlio Alejandro Quezada Jélvez (2012) que tem como foco melhorar a visão nova do futuro por meio de uma nova visão nova do passado.

As leituras foram feitas através da Biblioteca Virtual da Faculdade Fan e da Biblioteca Virtual Pearson, onde o grupo, através de pesquisa bibliográfica exploratória encontrou autores como Hilsdorf, Almeida e Melo, que deram embasamento para a elaboração deste artigo. Com o auxílio e orientação do docente Wyclif Porfírio Nobre, através das aulas ao vivo, o artigo foi estruturado e corrigido em tempo real.

### **3. ANÁLISE**

#### **3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Na Primeira República, conhecida, também, como República Oligárquica, a educação era pouca assistida pelo Governo, pois os estados que mais tinham concentração do poder econômico e político eram Rio de Janeiro, São Paulo (produtor de café) e Minas Gerais (produtor de leite), “os modelos educacionais implantados nesses estados atingiram certo grau de organização, principalmente o ensino superior” (JÉLVEZ, 2012, p. 82).

A educação era regionalizada, ou seja, cada estado tinha autonomia para legislar bem como queriam, então as condições de ensino eram bem particulares.

Esse procedimento histórico de delegar aos poderes locais a educação, prática existente até hoje, só fez com que as disparidades educacionais entre as regiões, herdadas do império, aumentassem e se agravassem, e que as escolas primárias, em sua grande maioria, continuassem frágeis e desqualificadas (JÉLVEZ, 2012, p. 85).

Jélvez (2012, p. 85), explana que a primeira Constituição Republicana impactou os analfabetos em 1891 quando os proibiu de votar. Isso gerou fortes consequências na configuração nos valores morais da sociedade brasileira, principalmente na educação, por conta da discriminação e exclusão dos analfabetos na esfera eleitoral, pois a Constituição só reconhecia capaz de votar os alfabetizados. Até 1910 a educação foi esquecida pelo governo republicano, que não tinha interesse que as camadas populares se alfabetizassem. A União não se responsabilizava pela educação elementar, ela deixara a cargo dos estados essa função.

Ao final da Primeira República pouca coisa havia mudado na educação em relação aos tempos do Império. O Governo Federal mostrou-se incapaz de estabelecer uma política nacional para o sistema de educação. O ensino primário ficava a cargo dos estados, desprovidos de recursos financeiros. O ensino secundário era um simples curso preparatório para o ensino superior. “Em meio ao acelerado processo de formação das metrópoles urbanas, em função do binômio produção industrial/consumo comercial, a educação tornou-se o centro de debates por toda parte” (TERRA, 2014, p. 120).

Este período sofreu reformas educacionais e o ensino secundário foi tema central dessas revisões, tendo como personagem central dessas reformas Benjamin Constant (que poderia ser considerado Ministro da Educação no ano de 1890/1891). Constant e Rui Barbosa, Ministro da Fazenda, promoveram iniciativas educacionais e econômicas de interesse industrial, desviando a ênfase na agricultura (HILSDORF, 2003, p. 58).

Constant promoveu uma reforma no currículo da escola secundária e acrescentou o estudo das ciências, por meio das disciplinas de sociologia, moral, direito e economia política. A laicização da educação foi um grande avanço do período republicano, pois romperam com a religiosidade e passaram a se basear na cientificidade do conhecimento.

Para compreender as reformas que ocorreram durante esse período, será apresentado um quadro com as características que definiam as reformas segundo Jélvez (2012. p. 85, 86):

AUTORES DAS REFORMAS	CARACTERÍSTICAS DAS REFORMAS
<b>Constant (1890/91)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⑩ Atender os interesses de modernização e expansão do ensino da elite brasileira</li> <li>⑩ A maioria da população era analfabeta ou semianalfabeta;</li> <li>⑩ Essa população (analfabeta ou semianalfabeta) está ligada ao atraso do processo produtivo brasileiro agroexportador e não necessitavam de uma formação vinculada ao desenvolvimento da racionalidade; (que caracterizava o modelo europeu)</li> <li>⑩ Do outro lado, havia uma elite nacional sedenta por uma formação ligada à investigação e ao caráter científico;</li> <li>⑩ O ensino brasileiro se modernizou com a implementação das ciências positivas nos currículos das escolas superiores.</li> </ul>
<b>Lei Orgânica Rivadávia Corrêa (1911)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⑩ Foi nesta reforma que os anseios positivistas foram atendidos de maneira mais direta;</li> <li>⑩ Essa lei acabou com a concessão de diplomas;</li> <li>⑩ Voltou com os exames de admissão nas faculdades;</li> <li>⑩ E desqualificou o ensino secundário.</li> </ul>

<b>Reforma Carlos Maximiliano (1915)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⑩ Essa reforma retomou a tradicional educação elitista;</li> <li>⑩ Criou um exame de ingresso para o ensino superior;</li> <li>⑩ Aplicou a obrigatoriedade da apresentação do diploma da escola secundária para realizá-lo.</li> </ul>
<b>Última reforma educacional da Primeira República</b>	
<b>A Rocha Vaz (1925)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>⑩ Reforma conservadora, com caráter elitista da sociedade agroexportadora;</li> <li>⑩ Aplicação dos currículos do ensino superior;</li> <li>⑩ Criação da disciplina de Instrução Moral e Cívicas nas escolas elementares;</li> <li>⑩ Acréscimo de elementos ao processo do vestibular;</li> <li>⑩ E o estabelecimento de uma espécie de comando ideológico do Estado sobre o sistema educativo.</li> </ul>

### 3.2 EDUCAÇÃO – MUDANÇAS POLÍTICAS E ESTRUTURAIS:

A partir da década de 1910, as organizações educacionais travaram lutas contra o governo republicano e com a Igreja, exigindo a construção de escolas públicas e para a laicização da educação. “Dessas batalhas políticas, nasceram escolas operárias e bibliotecas populares em quase todos os estados do país. Esses estabelecimentos funcionavam, muitas vezes, de modo informal e em condições precárias, além de sofrerem grande perseguição política” (JÉLVEZ, 2012, p.89).

A partir de 1917, com a eclosão da Revolução Russa e com difusão das ideias de esquerda pelo mundo, os operários passaram a se inspirar em tais ideias. O Partido Comunista Brasileiro, que foi criado no início de 1920, estava planejando um projeto político amplo e traçou alguns princípios educacionais.

Jélvez (2012, p.89) destaca alguns princípios:

- ⑩ Ampliação das escolas públicas;
- ⑩ A multiplicação das escolas profissionais para ambos os sexos;
- ⑩ Melhoria das condições de vida dos educadores;
- ⑩ E auxílio financeiro para crianças pobres em idade escolar.

A educação na Primeira República, foi marcada pela supervalorização do ensino superior, espaço esse reservado para a instrução das elites, e pela democratização do ensino, que geravam discussões acirradas. Sendo assim, começam a surgir as reivindicações das classes médias progressistas e o aparecimento das associações operárias. Jélvez (2012, p. 90), destaca que o

desenvolvimento da Escola Nova foi um momento importante para a educação no fim da Primeira República, devido ao seu caráter inovador.

#### 4. REVOLUÇÃO DE 1930:

Segundo TERRA (2014), “a Revolução de 1930 marcou o fim da Política do Café com Leite ou Primeira República quando o Presidente Washington Luís e as forças políticas de São Paulo (produtor de café) e Minas Gerais (produtor de leite) não entraram em acordo” e por isso a política oligárquica ficou enfraquecida.

ALMEIDA (p.20), ressalta que na década de 1920 houve uma crescente industrialização e urbanização, fazendo com que surgissem novos grupos sociais, aos quais não aceitavam mais um governo que estava a serviço dos cafeicultores.

Sendo assim, o Presidente Washington Luís indicou como seu sucessor o também paulista, Júlio Prestes em vez de indicar um mineiro, e apenas três estados não concordaram com esta indicação, sendo eles Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba. Esses três estados apoiados com outros opositores do governo, fundaram a Aliança Liberal, em agosto de 1929.

As eleições do dia 1º de março de 1930 deram a vitória a Júlio Prestes, mas a Aliança Liberal denunciou a fraude eleitoral e não reconheceu a vitória do candidato eleito. O Presidente Washington Luís foi deposto e exilado, acompanhado de Júlio Prestes e outros magnatas da República Velha. O Exército, às três horas da tarde de 3 de novembro de 1930, passou o poder, no palácio do Catete, a Getúlio Vargas”(JÉLVEZ, 2012, p.94, 95).

Vargas assumiu o governo provisório, após liderar o Golpe de Estado, com plenos poderes. O seu governo criou em 1931 o MESP (Ministério da Educação e Saúde Pública), tendo Francisco Campos como ministro.

A nova Carta Magna teve, pela primeira vez, um capítulo inteiro sobre a educação e cultura, terminando assim um longo período em que o governo federal se manteve totalmente alheio aos problemas da educação popular.

A Era Vargas estabeleceu a educação como direito a todos, a gratuidade do ensino primário, a obrigatoriedade da escola primária integral e a assistência a estudantes necessitados.

Segundo Terra (2014, p. 120), ainda em 1930, o ministro Francisco Campos reformou o ensino secundário, e em abril de 1931, organizou o Conselho Nacional de Educação e afirma ainda que a reforma começou pelo ensino secundário, que passou a ter uma dupla finalidade: formação geral e preparação para o ensino superior. A estrutura foi dividida em dois graus, com duração total de sete anos:

**Fundamental** – com cinco anos de duração, era comum a todos e procurava uma sólida formação geral. **Complementar (ou pré-universitário)** – com duração de dois anos, era dividida

em três ramos: (1) para os que destinassem aos estudos jurídicos, a ênfase era sobre as disciplinas de humanidades; (2) para os que pretendiam cursar medicina, farmácia e odontologia, predominavam as ciências naturais e biológicas; (3) para os que visavam aos cursos de engenharia e arquitetura, o foco era sobre matemática e física (TERRA, 2014, p. 120, 121).

Terra (2014, p. 121), relata que o Brasil e o Paraguai eram os únicos países da América do Sul que não tinham, verdadeiramente, universidades. Só em 1931, com a promulgação, que o ensino superior recebeu mudanças. Pois havia apenas algumas “faculdades” isoladas no Rio de Janeiro (1920) e Minas Gerais (1927) e só em 1934 foi fundada a Universidade de São Paulo (USP).

## 5. EDUCAÇÃO NO ESTADO NOVO:

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1930, onde se priorizou o surgimento de novas universidades, um grupo de 26 educadores e intelectuais, lançou em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que era regido por Fernando de Azevedo. Esse manifesto tinha um caráter inovador, propondo uma escola obrigatória para todos e desprovida de direcionamento religioso.

Só que não foi isso que se efetivou na prática. Naquele mesmo ano foi aprovada reforma Francisco Campos que oficializava a dualidade de ensino (secundário e profissionalizante), ou seja, um ensino para classe dirigente e proletária. “A justificativa residia na necessidade de preparação de mão de obra qualificada para o trabalho nas indústrias. A educação precisava ser diferenciada para a formação de patrões e empregados” (MELO, 2012, p. 50).

Melo (2012, p. 50), relata que a Constituição de 1934 foi a primeira a traçar as linhas mestras de uma política educacional brasileira, estabelecendo normas importantes:

- ⑩ Estabelecia a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário;
- ⑩ O ensino religioso facultativo;
- ⑩ As responsabilidades em nível Federal, Estadual e municipal sobre o financiamento da educação;
- ⑩ A criação de um Plano Nacional de Educação que fiscalizasse todos os graus de ensino;
- ⑩ A presença das disciplinas de educação moral e políticas nos currículos escolares (para desenvolver o espírito ético e patriótico).

Já na Educação do Estado Novo, Melo (2012, p. 51) diz que a Constituição de 1937 promoveu mudanças importantes no sistema educacional do país. A principal característica dessa nova política educacional, era a centralização.

- ⑩ Defendia ideias fascistas e ditatoriais;

- ⑩ Oficializava a dualidade do sistema escolar, oferecendo ensino secundário para os que pretendiam cursar o ensino superior e ensino profissionalizante para os que tinham necessidade imediata de ingressar no mercado de trabalho.
- ⑩ Estabelecia a obrigatoriedade de se criarem escolas nas indústrias e sindicatos para os filhos dos operários.

Durante esse período o governo evitava a mobilidade social. É importante dizer que a Constituição manteve e defendeu a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, mas sempre atendendo às necessidades das empresas particulares, disponibilizando, sempre, mão de obra qualificada. Estabeleceu também a criação da união Nacional dos Estudantes – UNE e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP.

Em 1942, o Ministro Gustavo Capanema criou vários decretos-lei visando organizar a educação, denominadas de Leis Orgânicas do Ensino. As propostas centralizaram-se na reestruturação do currículo do ensino industrial (Decreto no. 4.073/1942), secundário (Decreto no. 4.244/1942), comercial (Decreto no. 6.141/1943), normal (Decreto no. 8.530/1946) e agrícola (Decreto no. 9.613/1946). Houve modificação também nos ciclos de estudo (Decreto no. 4.244/1942). É importante observar que outros decretos pertinentes à Reforma Capanema foram aprovados. Entre eles, o que cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (Decreto no. 4.048/1942). A Reforma Capanema permaneceu em vigor até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei no. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. O modelo educacional proposto no governo de Getúlio Vargas tinha a pretensão de apaziguar a relação conflitante entre as classes empresarial e operária, através da oferta de dois tipos de ensino: um para a formação de condutores do povo e outro para transformar os trabalhadores em seres passivos (MELO, 2012, pp. 50, 51).

## 6. CONCLUSÃO:

Após a realização deste artigo, onde foi abordado o contexto histórico da educação entre a Primeira República e a Era Vargas, percebe-se que houve uma grande transformação entre os dois governos no âmbito educacional.

Na Primeira República, destaca-se a dominância das classes elitistas tanto no setor político como no setor educacional. Como o poder econômico girava em torno de São Paulo e Minas Gerais, o sistema educacional ficou de lado. As classes médias, que eram desprezadas pelos cultivadores, promoveram manifestações pedindo direito, obrigatório e gratuito, de estudar. De 1889 até 1930, o governo oligárquico administrou o país e a educação sofreu algumas reformas, mas ainda pouca coisa havia mudado. Benjamin Constant foi um dos reformadores da educação, pois implementou o modelo de educação europeu, que tinha um caráter científico. A partir de 1910 houve a difusão das ideias de esquerda pelo mundo, e algumas classes começaram a se inspirar em tais ideias, pedindo a gratuidade e a laicização das escolas. Mas a gratuidade de ensino só foi efetivada a partir de 1930 com a posse de Getúlio Vargas.



Em seu governo (de 1930 até 1945), transformou a educação como direito a todos. Mas, ainda sim, existia a segregação entre as classes dirigentes e proletárias. A educação nesta gestão tinha como justificativa gerar mão de obra qualificada. A Constituição de 1934 foi uma das mais importantes, porque traçou linhas mestras para uma política educacional, estabelecendo normas importantes. Já na Constituição de 1937 as mesmas normas já não eram “agradáveis”, porque defendia ideias fascistas e ditatoriais e evitava a mobilidade social.

O intuito deste artigo é fazer com que os futuros docentes compreendam a relevância de conhecer os *deficits* e as contribuições que ocorreram na educação nas duas gestões, para que não vejam apenas uma gestão com pontos negativos. É importante analisar tais ações para que os, futuros e atuais, profissionais da educação rompam com pensamentos e práticas passadas, tendo em vista um reaproveitamento e uma possível evolução das mesmas práticas.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

TERRA, Márcia de Lima Elias. **História da Educação / Biblioteca Universitária Pearson.**- São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

JÉLVEZ, Júlio Alejandro Quezada. **História da educação.** Curitiba/PR: InterSaberes, 2012.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras.** São Paulo: Cengage Learning, 2003.

ALMEIDA, Tatiani M. Garcia de. **História da educação no Brasil.** Universidade Estadual do Centro-oeste do Paraná. Núcleo de Educação a Distância – Ebook

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da educação no Brasil.** Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

## SERVIÇO SOCIAL E SUA TRANSFORMAÇÃO HISTÓRICA

**ARAÚJO**, Arteves Madruga de;  
**ASSIS**, Carlos Adriano Botelho de;  
**DANILAU**, Adão Alberto;  
**MARQUES**, Emerson Rodes;  
**QUEIROZ**, Daniel Spyra;  
**SILVA**, Isaac Sales da;  
**ULRICH**, André Luis;  
**ZANIS**, Eduardo Vinicius;  
**JESUS**, Annaterra Meira Oliveira de  
Faculdade FAN

### RESUMO

O Serviço Social é considerado uma das profissões com maior impacto direto e indireto na vida das pessoas, e desde sua criação e ao denseserolar do tempo, a sua estrutura sofreu diversas alterações. No início do século XX, era visto apenas como uma instituição de caridade realizada pela Igreja e pelo Estado para ajudar pessoas que necessitavam de algum tipo de assistência social ou mesmo para mediar conflitos entre empregadores e empregados. Na falta de uma vida básica assistida, evoluiu mais rapidamente. e ao longo da nossa história demorou a avançar, sofrendo preconceito e desvalorização, mas hoje é a profissão de renome. Com o avanço da lei, da tecnologia e do tempo, o âmbito de trabalho dos assistentes sociais mudou radicalmente, passando da qualidade do trabalho, da importância para as pessoas e para o país, para ser considerada uma profissão com salário dado a quem escolhe o serviço social com dignidade, e portanto deve ser considerada essencial na vida humana desde o início. Atualmente vemos o destaque desta profissão e ao compararmos suas origens, as mudanças ficam evidentes, amplia a percepção de o quanto é necessário que a sociedade conquiste direitos, dignidade e maior qualidade de vida de maneira organizada. Aliada à tecnologia, a legislação que dá todo esse apoio às pessoas, bem como leis mais rígidas que punem quem decide não cumprir, tornam o trabalho do assistente social mais fácil e humano. O amadurecimento de todas estas profissões levará ao desenvolvimento da sociedade como um todo, o que significa que as disparidades sociais estão a diminuir.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais, Revolução Industrial, Transformação, Desafios.

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é produto do componente curricular Fundamentos I, numa perspectiva de retomada dos elementos fundantes do escopo teórico-metodológico da profissão. A turma foi dividida em grupos e temas para elaboração do artigo científico. Adota nessa pesquisa, a metodologia de revisão integrativa bibliográfica, pois a revisão da literatura é o primeiro passo na elaboração do conhecimento científico, via novas teorias surgem, reiteração do que se tem como subsídios, bem como lacunas, potencialidades em torno do tema.

Vemos agora que o serviço social existe em todos os setores da sociedade para apoiar as famílias pobres e em desigualdade social e para operacionalizar os direitos dos trabalhadores. Acima de tudo, esta profissão garante que as pessoas vivam com dignidade, sejam humanas e sejam tratadas como seres humanos. Nas sociedades cada vez mais capitalistas, as práticas profissionais estão a tornar-se cada vez mais comuns em todas as partes do mundo, criando vários problemas nas relações entre patrões e empregados. Este último é quase sempre enfraquecido por questões burocráticas e de direito laboral que favorecem os empregadores e o lado mais amplo, a exploração do trabalho. O que anteriormente se destacava nesta relação patrão-empregado era a falta de liberdade de comunicação e expressão dos empregados, fato que deu origem a greves e manifestações. Nesse sentido, os assistentes sociais nasceram e desde então se tornaram indispensáveis.

Suas origens estão na era do capitalismo monopolista, então inicialmente muitas coisas foram confundidas com caridade e coisas “dadas” aos pobres, mas com o tempo elas se tornaram mais importantes e relevantes na sociedade. Aos poucos foi conquistando posições nos setores social e trabalhista e começou a se estruturar e a ganhar força, principalmente por meio do setor da classe trabalhadora, que até então era seu foco principal. Uma rápida análise dos últimos 80 anos mostra que o serviço social é considerado uma das profissões de maior destaque na sociedade devido aos aumentos nas políticas públicas, nos salários e muito mais. Quando houve grande desigualdade entre governo/empregadores e trabalhadores e este perdeu o controle de todo o problema social, o Estado teve que agir. O que inicialmente era uma ajuda e apoio na mediação negocial tornou-se hoje algo fundamental sem o qual já não podemos viver. Tendo como origem na era do capitalismo monopolista, muito se confundia em seu começo como caridade e algo que era “dado” aos pobres, mas que com o passar do tempo foi ganhando a sua importância e relevância perante a sociedade. Aos poucos ganhando seu espaço nas divisões sociais e do trabalho, foi se estruturando e ganhando força, principalmente com as divisões de classes trabalhadoras, que até então eram o seu principal foco.

Em uma breve análise dos últimos 80 anos vemos o Serviço Social como uma das profissões que mais ganhou notoriedade na sociedade, com aumento de políticas públicas, salários e afins. O estado precisou tomar uma atitude quando foi perdendo controle de toda a questão social onde havia muita disparidade entre governo/patrões e o empregado. Algo que no início era uma ajuda e assistência para intermediar negociações se tornou algo fundamental que hoje não conseguimos viver sem.

## **2. METODOLOGIA**

Utilizamos nesse trabalho, a pesquisa bibliográfica. Segundo Lima e Miotto (2007), a pesquisa bibliográfica é uma abordagem metodológica oferecida ao pesquisador como possibilidade de encontrar soluções para seu problema de pesquisa. Para isso, é necessário explicar o método científico escolhido pelo pesquisador; bem como métodos para desenvolver desenhos metodológicos e processos de seleção; e mostra como se configura a apresentação e análise dos dados resultantes. Apresenta também um desenho metodológico de abordagens sequenciais, considerando a flexibilidade na coleta de dados que garante um movimento dialético em que o objeto de pesquisa pode ser continuamente modificado. Por fim, pressupõe que trabalhar com pesquisa bibliográfica significa empreender um movimento incansável de apreensão de objetivos, observação de etapas,

leitura, questionamento e conversação crítica com o material bibliográfico, e isso exige vigilância epistemológica. O presente trabalho foi todo baseado em vasta pesquisa bibliográfica, tanto em livros, como também em diversos outros artigos disponíveis em sítios digitais, *internet*, no material disponibilizado no portal da instituição, bem como em outros fóruns que debatem os assuntos da nossa atualidade.

### 3. DESENVOLVIMENTO

No começo do século XX o mundo passa por uma mudança perceptível em todas as áreas, muitos classificaram como crise estrutural do capital gerando mudanças na classe social, que foi sentida no mundo inteiro afetando todas as profissões na época, não obstante, também atinge o Serviço Social. O que antes era visto como algo precário em relação as classes trabalhistas, cresceu no espaço de trabalho, com o aumento de trabalhos terceirizados e até quarteirizações, sem falar na insegurança, baixos salários, aumento de trabalhos temporários sem qualquer vínculo trabalhista ou experiência por parte dos empregados. Com início da Revolução Industrial surgiram greves, influenciadas pelas más qualidades de trabalhos e descontentamento dos trabalhadores, onde os empregados começaram a requerer seus direitos e estabelece uma série de negociações e enfrentamentos com os donos das empresas e indústrias.

A partir dos anos 80, com o aumento da comunicação e outras facilidades na sociedade, com mais direitos adquiridos pelos trabalhadores, resgata-se as origens do pensamento de Marx, onde mostra o crescimento da necessidade de um amparo social em todas as questões, tanto no trabalho quanto na vida das pessoas. A grande transformação que se observa é que cada vez mais o empregado ganha protagonismo nas empresas, mais amparo para suas famílias e assim fazendo com que a relação entre patrão e empregado seja mais equilibrada, com isso, gerando um aumento de produção entre outros benefícios.

De acordo com a análise de **Cardoso (2016)**, em face desse contexto a atuação profissional do assistente social assume uma nova configuração diante das tendências de alterações do perfil do mercado de trabalho. Estas geram requisições tanto por parte do movimento do capitalista em crise como pelo processo de reorganização política das classes subalternas diante da precarização do trabalho e da fragmentação da força de trabalho.

Á esse processo, a literatura denomina de reestruturação do capital. Sendo a reestruturação do capital mundializado, uma dinâmica de confronto de projetos societários e os aparatos para apropriação hegemônica da realidade. Esse processo, no Brasil se intensificou nas últimas décadas do século XX, propiciou mudanças qualitativas na organização e na gestão da força de trabalho e na relação de classes, intervindo em trabalhos profissionais das diversas categorias, suas áreas de intervenção e seus suportes de conhecimento e de implementação, conforme José Paulo Netto (1996).

A síndrome objetiva da insegurança de classe se manifesta na: insegurança de emprego, de representação, de contrato, e é uma das causas da precarização do trabalho no Brasil, que surge em um contexto histórico específico, na temporalidade neoliberal. Ela faz parte do novo metabolismo social que nasceu com o estabelecimento do Estado neoliberal.

Mota e Amaral (2013) destacam que a intensidade e a densidade do processo de restauração do capital dependem da conjuntura histórica de cada país e região, contudo, apresentam três processos inter-

relacionados: novos mecanismos de exploração da força de trabalho, que implicam diretamente as relações e condições de trabalho; o reordenamento na atuação do Estado, nas medidas de (des)regulamentação do trabalho, na supressão de direitos sociais e nos processos de privatização e mercantilização na esfera pública; E, por fim, as mudanças culturais e ideológicas na sociabilidade das classes trabalhadoras, no seu modo de ser e viver.

Ao analisar o impacto dessas transformações no campo da prática profissional, se reúne um conjunto de decisões e mediações essenciais para elucidar o seu significado na produção e reprodução das relações sociais, “enquanto exercício profissional especializado que se realiza por meio do trabalho assalariado alienado” (Iamamoto, 2007, p. 214; grifos do original).

Conforme Iamamoto (2007, p. 214), a condição de inserção profissional assalariada no exercício efetivo, mediada pelas demandas e requisitos do mercado de trabalho, sintetiza as tensões entre as direções que a profissão pretende imprimir em seu trabalho real e as determinações do trabalho abstrato, inerente ao trabalho capitalista. A mediação do mercado de trabalho é necessária para a condição assalariada do exercício profissional. Assim, os requisitos dos distintos empregadores fazem com que as demandas sejam atendidas, criam tarefas e tarefas e determinam ações específicas a serem realizadas no trabalho coletivo. Além disso, as normas estabelecidas nos contratos limitam o conteúdo e estabelecem limites e oportunidades para as condições de realização da ação profissional. (Iamamoto, 2007, p. 218-219).

Em suma as transformações e redefinições do trabalho ao longo dos séculos, emana novas demandas tanto para o trabalhador de modo geral quanto para o profissional de serviço social, nascendo assim uma nova categoria profissional e como tal tem suas demandas e assim o assistente social passa a lutar também por sua categoria de trabalho criando conselhos, diretrizes, códigos de ética que regulamentam essa categoria frente ao sistema econômico vigente, pois

No campo político, as transformações sociais são geradoras de novas problemáticas. Alterações são sentidas na esfera da sociedade civil e do Estado, as quais se verificam nas suas dinâmicas e nas suas relações. Na sociedade civil, a burguesia financeira tenta encaminhar seus projetos criando canais e instituições que sirvam de disseminação e consolidação. As classes e camadas subalternas enfrentam crises como a dessindicalização, impasses nos partidos político-democráticos-populares e/ou operários) e a emergência dentro de seu espaço de “novos sujeitos coletivos”, reconhecidos nos novos movimentos sociais (**PAULO NETTO, 2012**)

No Brasil a precarização do trabalho não é um fenômeno novo, com raízes desde os primórdios da sociedade capitalista, já as novas manifestações da precarização são vistas mais claramente nos influxos da crise de acumulação de capital, nas políticas neoliberais e nas novas reformas do Estado. Nos tempos atuais, abrangendo as últimas décadas, observa-se a ampliação do adoecimento relacionado ao trabalho, repercutindo

na saúde física e mental dos trabalhadores. Como resposta aos novos problemas gerados pela nova estrutura social, nas últimas três décadas houve um significativo avanço do Serviço Social brasileiro, com maior produção científica, melhor metodologia em suas atribuições e maior representação de suas entidades com representação política, já que se

Observa que com a retração do Estado no campo das políticas sociais, amplia-se a transferência de responsabilidade para a sociedade civil no campo da prestação de serviços sociais, expressa nas parcerias entre Estado e Organizações Não Governamentais, as quais têm uma atuação abrangente, desde a formulação até a execução de programas e projetos sociais. Trata-se de uma das formas de terceirização da prestação de *serviços sociais*, evitando-se a ampliação do quadro de funcionários públicos (IAMAMOTO, 2012, p. 127)

O Estado demanda por mecanismos de intervenção, não apenas econômicos, mas também políticas e sociais, neste campo entra o Serviço Social, como supracitado, o assistente social agora inserido no atual sistema econômico passa a ser também um assalariado ingressando no processo de mercantilização e no universo do valor e da valorização do capital. Sendo assim ficam configuradas duas especificidades no trabalho do assistente social, sendo a primeira um ator útil atendendo as necessidades sociais (o que atende e justifica a reprodução de sua profissão) já a segunda, visto como um trabalhador assalariado, dentro do próprio sistema econômico a qual tenta assistir.

Veja-se que esta nova mercadoria “mão de obra” só conseguirá efetivar seu trabalho se lhe forem disponibilizadas as ferramentas necessárias e adequadas para a sua concretização, sendo então necessário a disponibilização do material pelos órgãos governamentais ou não governamentais ou qualquer outro meio pelo qual sejam disponibilizados os insumos necessários para atender a sociedade através dos assistentes sociais e de seus trabalhos.

No capitalismo atual a maior parte dos problemas dos trabalhistas são contingentes de trabalhadores flexibilizados, informalizados, precarizados, desprotegidos de direitos e desprovidos de organização coletiva. Há um fenômeno na atualidade que vem crescendo, o qual é a burocratização do serviço, tal feita afasta o assistente social do trabalho direto com as pessoas, o que impede de entender todas as necessidades dos que atende, bem como acaba por resultar em um trabalho não continuado e frustrando.

Como já visto as transformações contemporâneas, redefinições profundas do Estado e nas políticas sociais demandam e abrem possibilidades para o trabalho do assistente social no âmbito das novas políticas sociais. É nítido o alargamento do mercado de trabalho nos campos das políticas sociais. O assistencialismo está subordinado aos processos de alienação do capital, tem sua eficácia restrita tanto quanto sua autonomia, devido ao sistema econômico atual.

É urgente a formulação de uma agenda visando a produção de conhecimento no Serviço Social como um todo, criando trabalhos científicos, estudos e demais medidas a fim de entender, estudar e se antecipar a aspectos políticos, sociológicos e econômicos no intuito de atingir a melhor eficácia e evitar a alienação do profissional tendo em vista as dimensões continentais do nosso país.

Devido aos argumentos já citados denota-se a necessidade da qualificação constante do profissional de Serviço Social, atuando por espaços coletivos de estudo e reflexão sobre o trabalho desenvolvido e a se desenvolver. Observar as práticas realizadas e os efeitos produzidos por tais, visando a melhora das condições dos seres humanos tanto nas relações de trabalho, direito dos cidadãos e do acessos aos serviços como um todo, pois

O processo de reprodução da totalidade das relações sociais na sociedade é um processo complexo, que contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança. Trata-se, pois, de uma totalidade em permanente reelaboração, na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação (YAZBEK, 2009).

O Estado assume o enfrentamento das expressões da questão social como resposta à necessidade de controlar a força de trabalho e legitimar an instância estatal como um meio de garantir an expansão do modelo de reprodução. A produção e a reprodução das relações sociais capitalistas não se limitam às relações entre capital e trabalho nas condições objetivas de produção e reprodução da vida material, mas englobam um complexo mais amplo, que inclui toda a vida social e todas as formas de consciência social e expressões culturais (Netto, 2006b, p. 18). Marx e Engels afirmam (2009, p. 31):

A produção das ideias, das representações, da consciência, está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui ainda como direta exsudação do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, ideias etc., e precisamente os homens condicionados pelo modo de produção da sua vida material, pelo seu intercâmbio material e o seu desenvolvimento posterior na estrutura social e política.

Dessa maneira, se pode afirmar que o Serviço Social é intrínseco ao processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, ben como das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho. Yazbek (2009, pg. 05) ainda afirma que “Não se trata de uma dicotomia, mas do fato de que ele não pode eliminar essa polarização de seu trabalho, uma vez que as classes sociais e seus interesses só existem em relação”. E autora ainda aborda que está relação é essencialmente contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação.

As características desse processo no Brasil mostram que o Serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, e que suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política. A Questão Social em suas várias formas, especialmente quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais pobres da população, é a "matéria-prima" e a justificativa para a criação e atribuição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho.

#### **4. CONCLUSÃO**

Com tudo isso se observa a escalada no âmbito social que a profissão Serviço Social vem conquistando com o passar dos tempos. Em qualquer problema na sociedade que encontramos, destaca-se esse tipo de atividade, não ignorando a base e origem de nossa profissão, mas sim se apropriando da dimensão histórica como constituinte da institucionalização da profissão. As exigências colocadas ao Serviço Social, numa era de capital financeiro hegemônico e de padrões flexíveis, são manifestações extraordinárias das contradições e antagonismos da sociedade burguesa, do capital a um nível outro. Novas manifestações de problemas sociais não só prejudicam as condições de trabalho dos assistentes sociais como também remodelam os objetos da sua própria intervenção profissional. Confrontados com a reestruturação do valor, os novos modelos de acumulação criam novos modelos regulatórios.

Trata-se de um contexto de degeneração de direitos e de desmantelamento dos sistemas públicos de proteção social, que coloca questões aos assistentes sociais cujos princípios e diretrizes se constroem na dinâmica de uma trajetória de ruptura com o conservadorismo profissional, bem como de consolidação de uma ética profissional. projeto. -política empenhada em garantir a universalidade dos direitos e a emancipação dos sujeitos sociais.

As atuais condições sócio-históricas exigem competência sociopolítica profissional, assente num quadro teórico que nos permita compreender a mediação entre a particularidade dos temas e a universalidade das decisões dos mesmos, bem como construir uma ferramenta que valorize a prática profissional no sentido de os princípios e diretrizes expressos no processo histórico de construção do projeto político – ética profissional, bem como na organização do tipo e de suas unidades representativas.

## 5. REFERÊNCIAS

CARDOSO, Franci Gomes. **O Serviço Social como totalidade histórica em movimento no Brasil Contemporâneo.** In: OLIVEIRA E SILVA M. L. (org.). Serviço Social no Brasil: história de resistência e ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. p. 165-182.

GUERRA, Yolanda. **Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas.** In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (org.). Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012

LIMA e MIOTO. **Metodologia Científica.** São Paulo/SP. 2007.

MARANHÃO, César. **Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo.** In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (org.). Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã (Feuerbach). Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.



NETTO, J. P. Capitalismo e reificação. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XVII, n. 50, 1996.

\_\_\_\_\_. Ditadura e Serviço Social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

\_\_\_\_\_. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006b.

PAULO NETTO, José. Crise do capital e consequências societárias. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2012, n. 111, pp. 413-429. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000300002> Acesso em: 12 jan. 2018.  
» <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000300002>

YAZBEK, Maria Carmelita et al. O significado sócio-histórico da profissão. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 125-143, 2009.

## A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: HISTÓRIA E FUNDAMENTOS

LUZ; Karen Sthephany<sup>1</sup>.  
MALAGUTTI; Nathalia Gabriela<sup>2</sup>.  
SANTOS; Marcia Lopes dos<sup>3</sup>.  
VIEIRA; Flavia Milena Silverio<sup>4</sup>.  
ZEBALLOS; Francine Ana Barbosa<sup>5</sup>.  
JESUS; Annaterra Meira Oliveira de<sup>6</sup>.  
Faculdade FAN

### RESUMO:

A proposta deste artigo nasce a partir da construção do plano de ensino da disciplina de Fundamentos em Serviço Social. Consiste na retomada histórica, teórica e metodológica que constitui a profissão. Considerou-se necessário reler textos da área que abordam direta ou indiretamente a questão. Nos anos 1940 e 1950, o Serviço Social brasileiro passou a receber grande influência norte-americana, sendo muito marcado pelo tecnicismo. Nessas décadas, se destacou uma base positivista, funcionalista e sistêmica, que bebia na fonte da psicanálise e da sociologia. Entre os anos 60 e 70, iniciou-se um movimento de renovação da profissão, que buscou a reatualização do tradicionalismo profissional e uma ruptura com o conservadorismo. Porém essa reatualização ainda se mostrava conservadora e tecnocrática. A base do processo de renovação acontece com a recusa do conservadorismo por meio da realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) – onde o debate da revisão crítica, teórica e metodológica ganham mais força no interior da categoria profissional. A realização de tal revisão bibliográfica, foi coincidente com uma virada na sociedade nacional e internacional, na forma de concepção e estrutura do Serviço Social. Em 1979, no CBAS acontece o famoso “Congresso da virada”, paralelo a objetivação no refluxo da democracia e dos direitos sociais, atenuantes à muitas lutas dos grupos, movimentos e instituições sociais. E nesse processo, o Serviço Social não pode escapar imune aos seus impactos, uma vez que estão presentes nas relações sociais e seja a crise econômica, ético-política suas dimensões afetam organicidade da realidade, difíceis de serem mensuradas. Situadas nesse pressuposto, objetivou-se por meio desse texto, tornar evidente que o movimento de atualização conservadora contemporâneo, que apresenta desafios à direção social dada à profissão nas últimas décadas pelo projeto de ruptura. Significa então, a adoção de uma postura crítica, amparada na razão dialética, nos pressupostos da história e do humanismo, em suas variações expressas no pluralismo presente nas defesas da liberdade, da democracia e dos direitos humanos. Objetivou-se também com o texto, sistematizar aspectos do conservadorismo presentes no Serviço Social, tornando evidente o que outros autores já fizeram, ou seja, demonstrando haver uma continuidade em suas formas de reposição de acordo com as conjunturas históricas, visto que esse traço lhe é constitutivo. A profissão teve como objetivo integração dos indivíduos às normas da sociedade, buscava-se corrigir pessoas e apresentavam desvio de conduto.

<sup>1</sup> Estudante do curso de graduação em Serviço Social pela Faculdade Fan Padrão.

<sup>2</sup> Estudante do curso de graduação em Serviço Social pela Faculdade Fan Padrão.

<sup>3</sup> Estudante do curso de graduação em Serviço Social pela Faculdade Fan Padrão.

<sup>4</sup> Estudante do curso de graduação em Serviço Social pela Faculdade Fan Padrão.

<sup>5</sup> Estudante do curso de graduação em Serviço Social pela Faculdade Fan Padrão.

<sup>6</sup> Docente do curso de graduação em Serviço Social pela Faculdade Fan Padrão da disciplina de Fundamentos para o Serviço Social 1. Especialista em Saúde da Família com ênfase na População do Campo (Fiocruz/DF). Mestra e Bacharela pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO). Professora Temporária do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás (UFG/GO).

**PALAVRAS-CHAVE:** renovação, serviço social, intenção de ruptura, conservadorismo.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é produto do componente curricular Fundamentos I, numa perspectiva de retomada dos elementos fundantes do escopo teórico-metodológico da profissão. A turma foi dividida em grupos e temas para elaboração do artigo científico. Adota nessa pesquisa, a metodologia de revisão integrativa bibliográfica, pois a revisão da literatura é o primeiro passo na elaboração do conhecimento científico, via novas teorias surgem, reiteração do que se tem como subsídios, bem como lacunas, potencialidades em torno do tema. Além disso realizaram-se também pesquisas bibliográficas exploratória usando os recursos disponíveis na plataforma EAD FANDUCA e da Biblioteca FAN PADRÃO, sob orientação da pedagoga da unidade para exploração de materiais virtuais.

Nos primeiros anos do século XXI, os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social Brasileiro foram compreendidos pela categoria com base no pressuposto de que a profissão e o conhecimento se expressam no movimento histórico da sociedade. A sociedade é produto das relações sociais sua complexidade e do processo de reprodução social, a profissão então passou a debater seu significado à luz dos princípios e valores amplamente defendidos em seu projeto hegemônico profissional. Assim, o Serviço Social surge justamente como resultado da complexidade de ordem social burguesa madura e consolidada, atuando de forma individualista e fragmentada.

Nossa pesquisa dialoga com a transformação mundial em dimensões econômicas, políticas, sociais, históricas. Nesse sentido, pensando no globo e suas contradições, o surgimento do excesso de capacidade de produção provocou perda de lucratividade das indústrias de transformação a partir da década de 1960 (Antunes, 1999), imputando o germe do crescimento acelerado do capital financeiro a partir do final da década de 1970. Sendo assim, a paralisação emergente pela crise do capitalismo dos anos 1960, culminar na reorganização pelos anos 1970 e 1980, pois

Como resposta à crise, iniciou-se a reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, configurando o advento do neoliberalismo. A partir daí, há uma crescente desregulamentação dos direitos trabalhistas e uma desmontagem do setor produtivo estatal, assim como intenso processo de reestruturação da produção, do trabalho e do Estado social. Intensifica-se a ofensiva do Estado e do capital frente à classe trabalhadora e das condições vigentes durante a fase de apogeu do fordismo/ taylorismo/ keynesianismo. O cenário era de desregulamentação e expansão dos capitais, do comércio, da tecnologia, das condições de trabalho e emprego. Enquanto os países centrais do capitalismo se digladiavam pelo império político-econômico, reorganizando suas bases de produção e exploração da força de trabalho, aos países periféricos cabia a subsidiariedade, subserviência e dependência imposta (DEFILIPPO, 2018).

Nesse sentido, aponta-se que como constituição teórica o Serviço Social transcorre em diversas teorias, abordagens teórico-metodológicas que dão forma aos códigos de ética, diretrizes curriculares, além de suas transformações. O Serviço Social sofreu reformulações teóricas, metodológicas, ideológicas e profissionais que ocasionaram uma mudança de paradigma, passando-se a evidenciar a perspectiva de transformação social em sua prática.

Ainda nesse momento, a intervenção da/o assistente social estava direcionada para o desenvolvimento de comunidades, tendo como objetos a articulação e a harmonia social entre estado e sociedade. Na década de 1960, com o movimento de reconceituação no serviço social latino-americano, identifica-se um processo de construção de uma identidade profissional diferente da que estava posta. Neste período, toda a América Latina passa a questionar Serviço Social quanto a sua operacionalidade e natureza, eram propostos planos, projetos que tinham como linha de frente o Serviço Social como um dos executores, ainda frente a criminalização da questão social, sendo-a

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983, p.77).

Na continuidade desse processo, a defesa latino-americana, recusa-se o assistencialismo e a benemerência, questiona-se os fundamentos positivistas da tríade do Social Work norte-americano: o Serviço Social de casos, o Serviço Social de grupo e a organização/desenvolvimento de comunidade. Aqui a busca é de um Serviço Social latino-americano ancorado nas particularidades da formação histórica da América Latina e do Caribe, denunciando as relações de dependência ante os EUA (IAMAMOTO, 2019). Pois o exercício profissional até aqui, se caracterizava num

“... Serviço Social atua na base das inter-relações do binômio indivíduo-sociedade. [...] Como prática institucionalizada, o Serviço Social se caracteriza pela atuação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas” (Documento de Araxá, 1965, p.11).

E com isso, a ditadura Militar reforça e apresenta para o Serviço Social elementos desafiadores diante da realidade da população, sendo assim os profissionais da área tiveram que aderir estratégias para o enfrentamento e a resistência aos aparelhos repressivos do Estado. Com isso, alimenta ainda mais a necessidade de superar a visão da realidade, e compreendê-la em sua dinamicidade.

Sendo assim, nosso artigo se divide em três tópicos para facilitar apreensão e abordagem. São eles: Renovação do Serviço Social; Correntes Teórico-Methodológicas De 1960; A Intervenção Do Assistente Social Na Política. Antecedidos por esta introdução e em subsequência, às considerações.

### **3.1: RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL:**

O processo de renovação, foi e ainda se constitui enquanto marco de reflexão e ressignificação paradigmática. Segundo Netto (2011), a perspectiva que mais representa o segmento do Serviço Social que se recusa às mudanças é definida como a reatualização do conservadorismo, justamente por recuperar componentes conservadores da profissão, restituindo-os à base rasa da fenomenologia.

O golpe da ditadura militar ocorrido no Brasil em 1964 aprisionou a liberdade de expressão e cerceou uma série de direitos sociais, civis. As pessoas que lutavam por seus direitos foram torturadas e mortas, sendo proibidos de inúmeras situações de seus afazeres cotidianos, tendo suas vidas controlados por um regime ditatorial. Esse contexto contribuiu ainda mais para as insatisfações em profissionais liberais e sociedade como

um todo. Em conjunto, questionar o Serviço Social de base tradicional, ligado ao Neotomismo, ao Positivismo e ao Funcionalismo, que faz parte da história da profissão no Brasil desde 1936, se faz emergente e essas circunstâncias são parte da análise de conjuntura daquele momento. Então, ocorre uma tentativa de distanciamento do que é considerado tradicional. Foi possível ver que não há como manter a neutralidade para que se consiga contribuir efetivamente com a população. Com a classe trabalhadora e com o desenvolvimento do país, é de grande importância pensar sobre esse rompimento da neutralidade profissional, já que não tem como ter um pensamento neutro e querer tomar algum partido político ou ideológico, questionando o sistema econômico, colocando-se acerca da própria realidade social e delegando a mesma medida em distintos panoramas.

No mundo dominado pelo sistema capitalista o conflito entre as classes é uma consequência, contradição, conflitos. Provoca e mantém a desigualdade social e o automático o crescimento da pobreza, da falta de recursos para uma pessoa viver em condições dignas. E então o Serviço Social acaba voltando a sua lógica mais antiga e agora com uma nova roupagem.

### 3.2: CORRENTES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE 1960.

O primeiro suporte teórico-metodológico do Serviço Social na perspectiva de modernização foi a matriz positivista em sua perspectiva de manipulação, instrumental e imediata, do ser social. Assim, esse pensamento trouxe, de forma direta, a interpretação da realidade com base na objetividade e nas situações imediatas do cotidiano, pois

A profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. Este movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto, comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. (YAZBEK, 2009b, p.8)

Conforme vimos anteriormente, é com o início do Movimento de Reconceituação do Serviço Social, que se iniciou na década de 1960 e trouxe ao cenário profissional questionamentos acerca da teoria e da metodologia do Serviço Social inserido nos diversos espaços ocupacionais. Expressas nos Seminários de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista, todos elaborados pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), as principais correntes teórico-metodológicas que permearam essa época foram: Positivismo/Funcionalismo, Fenomenologia e Materialismo histórico-dialético, ou teoria marxista. Abaixo caracterizamos brevemente essas dimensões teórico-metodológicas:

- **Positivismo:** O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evoluiu dentro da já contida e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis. É a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito da verificável, da experimentação e da fragmentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação. Particularmente em sua orientação funcionalista, esta perspectiva é absolvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão proposta de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatória, voltado para ao aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com as metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelo de análise, diagnóstico e planejamento, enfim

uma técnica da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades internacionais, (Yazbek, 1984, pág. 71),

- **Fenomenologia:** Traz a presença da subjetividade nos processos de análises da sociedade. Assim, remete ao sujeito a responsabilidade por seus movimentos de superação e, da mesma forma, relega à secundariedade o protagonismo das determinações sociais. Por essa lógica, a responsabilidade de toda e qualquer mudança ainda reside no sujeito, e, assim, seu sucesso ou fracasso social depende única e exclusivamente dele.
- **Marxismo:** Há a presença do entendimento da sociedade por meio de suas contradições, o que remete à consciência de classe. No que se refere ao Serviço Social, essa teoria faz com quem que a categoria compreenda sua inserção na sociedade, a luta de classes e o entendimento do homem com base em suas determinações sócias, numa visão de totalidade. Nesse sentido, o homem, visto da perspectiva marxista, só será entendido com base da totalidade, sendo, assim, passível de mudanças, e o trabalho do profissional se dá de forma a completar a práxis.

Com essa caracterização, o alcance das dimensões teóricas eclode nas bases e nos encontros da categoria. Com a aproximação que desencadeia a adesão do Serviço Social à matriz do pensamento marxista, como linha teórico filosófica da profissão aconteceu a partir da década de 1980, num cenário de movimentações sociais. A grande marca desse processo é o III CBAS em 1979 com o Congresso da Virada, ocorrido na cidade de São Paulo, quando, então, de forma organizada, uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social Brasileiro ao destituir a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, substituindo-os por nomes adivinhos do movimento dos trabalhadores. Este congresso ficou conhecido como o “Congresso da Virada”. (Netto; Braz, 2006 p. 214).

Esse movimento, denominado de “virada” expressa a sintonia do Serviço Social com as articulações de trabalhadoras/es lutas, organizações e movimentos sociais na defesa de direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas — na criação de forças de resistência à ditadura do grande capital (Ianni, 1981) e no apoio ao processo de construção democrática (IAMAMOTO, 2019).

No entanto, esse processo não foi fácil, pois houve resistência dentro da própria categoria, sobretudo por se tratar de um novo olhar para a realidade, o que, em certa medida, representava algo desconhecido à classe. Essa resistência se fundamenta principalmente na influência positivista e estruturalista, pois o materialismo dialético permite a crítica e a reflexão acerca das determinações sócios históricos que permeiam a realidade social, sendo totalmente antagônico à corrente positivista.

Como apresentamos até aqui, desde os anos 1970 que o Serviço Social Brasileiro vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses da classe trabalhadora. A chegada entre nós dos princípios e ideias do movimento de reconceituação deflagrado nos diversos países latino-americanos somada à vaga do

processo de redemocratização da sociedade brasileira formaram o chão histórico para a transição para o serviço social renovado, através de um processo de ruptura teórica, política (inicialmente mais político-ideológico do que teórica-filosófica) com os quadrantes do tradicionalismo que imperavam entre nós.

Nos anos de 1980, a teoria social de Marx fortaleceu sua interlocução com o Serviço Social, o que permitiu a apreensão do ser social com base em mediações. Cabe destacarmos que essa matriz só foi reconhecida de maneira ampla, na década de 1990, com a implementação do projeto Ético-Político da Profissão e com a redefinição dos princípios e valores da profissão, amplamente difundidos e publicados em seu código de ética.

### **3.3:A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA.**

A ampliação exponencial das desigualdades de classe, densas de disparidades de múltiplas expressões coletivas inscritas na vida dos sujeitos, densa das tensões entre consentimento e rebeldia, o que certamente se encontra na base da tendência de ampliação do mercado de trabalho para a profissão de Serviço Social na última década. Ela é indissociável da reconfiguração das estratégias políticas e ideológicas de legitimação do poder das classes acompanhadas da despolitização das necessidades e lutas sociais, às quais não estão imunes as políticas sociais públicas. O consenso de classe é alimentado pela mídia, pelas iniciativas empresariais no marco da reestruturação gerencial do Estado Brasileiro, condensada na contrarreforma do Estado (BERHRING,2003) e correspondentes políticas sociais.

A/O assistente social através de sua intervenção, se faz presente nas políticas sociais, ocorre de várias formas. Como na produção teórica e profissional, nos movimentos de defesa de direitos, pois a profissão teve como objetivo integração dos indivíduos às normas da sociedade, buscava-se corrigir pessoas que apresentavam desvio de conduta e a pobreza era vista e tratada como problema social. No entanto, as aproximações teóricas redimensionaram a profissão para uma aproximação na defesa da classe trabalhadora.

Tanto que hoje ainda existe uma preocupação na relação entre o Serviço Social e as políticas sociais, a Seguridade Social, na qualidade do que é e de como é ofertado à população. É importante trazer a reflexão acerca das manifestações da questão social “como parâmetro para orientar os movimentos de defesa dos direitos econômicos, políticos e sociais” (Boschetti, 2024 p.110).

É possível verificar que, nos últimos anos, as políticas sociais têm sido pautadas em ações de combate absoluta à pobreza absoluta, na garantia de mínimas condições de sobrevivência. Nessa lógica, está presente apenas a preocupação de apenas combater a pobreza, sem nenhuma pretensão de reduzir as desigualdades sociais, o que leva à ampliação dos espaços do mercado na oferta do bem-estar, em que a política social

apresenta com caráter focalista, não consideramos princípios de universalidade e equidade. Portanto, nesse caso, as políticas sociais são para os pobres, ou os muito pobres, aqueles que não dispõem de condições de subsistência.

É claro para o serviço social contemporâneo que a pobreza e a desigualdade social são determinadas pelo modo de produção e reprodução do sistema capitalista. Convém ressaltarmos que é de suma importância registrar as intervenções na ficha de atendimento social, registrar os trabalhos com grupos nos relatórios sociais para fins de monitoramento. A intervenção do Assistente Social na mobilização de comunidades possibilita o fortalecimento da identidade individual, grupal e social, pois a profissão tem dimensão coletiva.

#### **4: CONSIDERAÇÕES.**

Podemos afirmar que a dimensão política, do Serviço Social busca combater o conservadorismo da própria profissão. O serviço social tem sido influenciado pelas conjunturas políticas e socioeconômicas do país. O movimento de reconceituação do Serviço Social, iniciado na década de 1960 representou uma tomada de consciência crítica e política dos Assistentes Sociais em toda a América Latina. A clareza de seu papel na sociedade veio com a apropriação do referencial teórico marxiano. Na perspectiva de uma ruptura com o conservadorismo, ele passa a direcionar os debates profissionais a partir do movimento de Reconceituação. É notável o fato de, naquilo que ela teve e tem de maior relevância incorporar matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura com o conservadorismo profissional.

Percebemos que as transformações societárias influenciaram diretamente o serviço social, que é histórico, ou seja, vinculado à realidade na qual está inserido. E tal como a própria profissão, a questão social também é resvalada pelas relações capitalistas. Por fim, destacamos que o serviço social conquistou avanços significativos ao se proporcionar politicamente e passou a defender as demandas, os interesses e os direitos da classe trabalhadora.

#### **5: REFERÊNCIAS:**

ABBAGNANO, N. **DICIONARIO DE FILOSOFIA**. São Paulo: Martins Fontes, 2000,

Alves, Oliveira Márcia. **FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; DE ALMEIDA CUNHA, Cristiano Castro; MACEDO, Marcelo. O método da



revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

DEBATES Sociais. **Documento de Araxá**. Rio de Janeiro, no. 4, maio 1967.

DEFILIPPO, ANTONIANA. **MOVIMENTOS CONTESTATÓRIOS NO SERVIÇO SOCIAL DO BRASIL, ESTADOS UNIDOS E INGLATERRA NOS ANOS 1960-1980: INDÍCIOS DE APROXIMAÇÕES E DISSONÂNCIAS**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018.

GIL, A.C. **COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA**. 4, ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HUSSERL, E. **A CRISE DA HUMANIDADE EUROPEIA E A FILOSOFIA**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008,

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, p. 439-461, 2019.

MARTINS, J. **ESTUDOS SOBRE EXISTENCIALISMO, FENOMENOLOGIA E EDUCAÇÃO**. São Paulo: Centauro, 2006,

NETTO, José Paulo. **DITADURA E SERVIÇO SOCIAL: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 1964**, 16, edição. São Paulo: Cortez, 2011,

NETTO, José Paulo: **O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO 40 ANOS DEPOIS**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, V. 85, ano XXV, P.5-20, nov,2005.

Silva, Angela Maria Pereira Da. **INSTRUMENTALIDADE E INSTRUMENTAIS TÉCNICOS DO SERVIÇO SOCIAL**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

VIDIGAL, Ana Carolina: **DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E O SERVIÇO SOCIAL**, Curitiba: InterSaber, 2019.

## O ASSISTENTE SOCIAL NA CONTRAMÃO DA CRISE: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A SUAPROBLEMÁTICA E O SEU POTENCIAL TRANSFORMADOR

CARDOSO, Luiz Renato;  
CARVALHO, Thomas Eduardo; FERREIRA, Luiz  
Henrique Valentim;  
DE OLIVEIRA, Sidney.  
FERRO, Maria Gomes Leonardo.  
Faculdade FAN

**Resumo:** este trabalho analisa as problemáticas do Assistente Social no Brasil, considerando o contexto histórico da recessão econômica e do assistencialismo. O objetivo é compreender os desafios e as possibilidades de atuação desse profissional frente às demandas sociais dos setores mais vulneráveis da sociedade. O método utilizado foi uma pesquisa qualitativa exploratória utilizando o raciocínio hipotético-dedutivo. Os resultados apontaram que os assistentes sociais enfrentam dificuldades de ordem estrutural, como a falta de recursos, a precarização das condições de trabalho e a violência nos locais de atendimento, além de preconceitos e negligências do lado da sociedade civil organizada e estado.

**Palavras-chave:** Assistente Social; CRAS; Dificuldade; Sociedade.

**Abstract:** This work analyzes the problems of the Social Worker in Brazil, considering the historical context of the economic recession and the welfare state. The objective is to understand the challenges and possibilities of action of this professional in the face of the social demands of the most vulnerable sectors of society. The method used was exploratory qualitative research through hypothetical-deductive reasoning. The results showed that social workers face difficulties of a structural order, such as the lack of resources, the precariousness of working conditions and the violence in the places of service, besides prejudices and neglect on the part of organized civil society and the state.

**Keywords:** Social Worker; CRAS; Barriers; Society.

## 1. INTRODUÇÃO

Desde o início dos anos 80, o Brasil, estigmatizado pela terrível recessão econômica e seus corolários generalizados e persistentes--- *tais como o arrocho salarial, a queda da produção e dos empregos, a redução dos gastos estatais, altas taxas de inflação, imensa desigualdade, redução da renda média familiar, dentre outros fatores*--- desenvolveu solo fértil para a infeliz geração de demanda real e massiva pelos serviços da esfera assistencialista. Diante deste caótico cenário numerosas famílias viram-se forçadas a liquidar suas próprias casas e, em decorrência de tais fatos restou-lhes o aluguel enquanto alternativa minimamente digna de habitação, além de que a inflação, somada ao desemprego, impôs às/aos chefes de família uma luta constante pela sobrevivência material e solvência financeira, tanto no âmbito doméstico quanto empresarial.

Ora, levando-se em conta tais considerações de ordem histórica, explica-se, em parte, as razões subjacentes ao posterior desenvolvimento de uma mentalidade endêmica às classes mais abastadas em relação aos setores mais vulneráveis do tecido social, mentalidade esta cravada em preconceitos que o serviço social, pautado em uma perspectiva crítica e responsável, propõe-se a combater diariamente.

Ainda em se tratando dos desafios, observa-se grande insegurança por parte de assistentes do sexo feminino em contextos onde a presença iminente de violência física e/ou verbal se faz presente da parte dos atendidos. Ademais, existem vários outros desafios relacionadas à atividade do assistente social que, deploravelmente, pertencem à dimensão infraestrutural, como a própria logística para execução do trabalho, pois muitas vezes é necessário a visita desse profissional em locais de difícil acesso, outrossim o local físico para prestar atendimento, como um escritório ou repartições públicas.

Já com relação à infraestrutura institucional os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) representam importantes recursos públicos que, desde 2006, em conformidade com legislação anterior, têm a nobre missão de assegurar o acesso à cidadania e à proteção social para os setores mais vulneráveis da nossa sociedade. A fim de cumprir esse desiderato, essas instituições oferecem uma ampla gama de serviços, benefícios e programas sociais, além de prestar orientações sobre os direitos e deveres dos cidadãos dentro do Estado democrático de direito.

Adicionalmente, os referidos centros promovem ativamente a participação da comunidade e a gestão compartilhada dos espaços públicos. É crucial que todas essas atividades sejam conduzidas com primazia na qualidade, respaldadas pela ética e imbuídas de compromisso por parte dos profissionais que desempenham suas funções nesses centros. Para que essa meta seja atingida, é imprescindível garantir que esses profissionais, em especial os assistentes sociais, contem com condições de trabalho apropriadas, tais como apoio institucional, oportunidades de capacitação, recursos materiais adequados e um ambiente propício para manter sua motivação e dedicação em alta.

Muitos Assistentes Sociais, que trabalham não só com vistas ao incentivo da remuneração, no entanto por genuíno amor à profissão, submetem-se a provas diárias que impõem obstáculos à conservação deste sentimento, até mesmo para que tudo não se converta em uma grande decepção. Ora,

tais desafios não estão relacionados aos usuários dos serviços, mas sim às condições de trabalho e aos fatores que influenciam a permanência e a qualidade do atendimento desses profissionais.

Diante do quadro diagnosticado acima, o presente trabalho pretende elucidar alguns dos principais desafios a que o profissional de Assistência Social está sujeito em sua vida cotidiana para que se mantenha em pleno potencial de ofício, dando tudo de si, sem que se esmoreça, sinta-se frustrado ou até mesmo deixe a profissão.

## **2. METODOLOGIA**

O artigo é exploratório usando o método de pesquisa hipotético – dedutivo. O trabalho foi feito a partir de pesquisa bibliográfica (CERVO et al., 2007), usando revistas científicas, artigos eletrônicos, o acervo disponibilizado pela faculdade FAN, assim como livros da biblioteca física do sistema prisional referido acima, tudo utilizado conforme orientações do corpo docente.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a metodologia é o resultado da concepção sobre o que se pode fazer para resolver um problema, baseada na lógica, na racionalidade, na eficiência e na eficácia. Isso implica em explicitar, de forma clara, compreensível e operacional, qual é a dificuldade que se enfrenta, delimitando o seu âmbito e apresentando as suas características.

Para Gil (1999, apud Marconi e Lakatos, 2003), o método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para atingir o conhecimento. Para que seja considerado conhecimento científico, é necessária a identificação dos passos para a sua verificação, ou seja, determinar o método que possibilitou chegar ao conhecimento. Ou, nas palavras do célebre filósofo da ciência, a ciência reduz-se àquilo que é falseável, pois “uma teoria só pode ser considerada científica quando é falsificável, ou seja, quando é possível testá-la e encontrar evidências que a contradigam” (POPPER, 1972, p. 37).

Para Marconi e Lakatos (2003), por meio do teste piloto, pode ocorrer: estimativa dos resultados, alteração das hipóteses, modificação das variáveis, como também a relação entre as mesmas; desta forma, oferecendo maior segurança e precisão para o desenvolvimento da pesquisa.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **3.1 BREVE HISTÓRICO DA PROFISSÃO E AS FUNÇÕES DE UM ASSISTENTE SOCIAL**

Foi a partir de 1960, com o advento da industrialização e o adensamento das cidades que passaram a incorporar massas de trabalhadores em um êxodo rural, principalmente em busca de trabalho e melhores condições de vida, que se tornou necessário um foco maior na assistência social. Cita-se:

De acordo com o Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país possuía uma população de aproximadamente 191 milhões de habitantes, desses, cerca de 161 milhões viviam nas zonas urbanas, enquanto apenas 29 milhões viviam na zona rural (IBGE, 2012 apud CFESS, 2022, p. 96).

De acordo com Ramos (2011, p.11), "...O primeiro curso de Serviço Social no Brasil surgiu em 1936 e sua regulamentação ocorreu em 1957". A profissão estava centrada em uma formação tecnocrática conservadora, entretanto, sua construção era em prol da coletividade e justificava-se pelo intuito de construir o projeto ético-político profissional. O código de ética do profissional da assistência social, fruto de uma luta histórica pela construção da assistência social como direito, estabelece os princípios, valores e deveres que norteiam a prática dos assistentes sociais na defesa dos interesses da população usuária dos serviços sociais, os quais fundamentam-se:

No reconhecimento da liberdade, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; na defesa intransigente dos direitos humanos e na recusa do arbítrio e do autoritarismo; na ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos das classes trabalhadoras; na defesa da radicalização da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; no posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegurem universalidade de acesso aos bens e serviços, bem como sua gestão democrática e no empenho para a eliminação de todas as formas de preconceito. (RAMOS, 2011, p.15).

Segundo Moreira, Barros e Souza (2017, p.47):

O CRAS (Centros de Referência em Assistência Social) e o CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social), tem como função principal a prevenção de situações de risco, por meio do fortalecimento de vínculos comunitários e familiares, através da proteção social básica, tudo embasado no que a Constituição de 1988 nos traz como gratuito e dever do estado zelar pelo funcionamento desses e para os cidadãos em geral. (MOREIRA, BARROS e SOUZA, 2017, p.47).

Em 2011, Ramos defendia que a assistência social é um direito defendido tanto no Brasil quanto nas normativas da ONU (Organização das Nações Unidas). A administração de tal serviço passa por critérios bem definidos, por isso percebe-se uma grande dificuldade para aplicá-las e fiscalizá-las.

Segundo Menezes (2006, p.106), "O profissional que trabalha com a Assistência Social deve ser visto dentro do Serviço Social sob dois ângulos indissociáveis entre si. De um lado, as condições

societárias que estabelecem o terreno sócio-histórico onde se realiza a profissão, de outro, as respostas dos assistentes sociais a esse contexto”. Com isso ele quer dizer que se deve ter uma visão não somente das dificuldades aparentes, mas perceber qual é toda a dificuldade que essa comunidade ou sociedade possui para que esse problema permaneça, conhecendo-se toda a cultura local e, com isso, possamos desenvolver instrumentos teórico- práticos para enfrentar tais situações.

A política de assistência social, legalmente reconhecida como direito social e dever estatal pela Constituição de 1988 e pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), também é regulada pelo Governo Federal, aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social. Também na PNAS e na NOB, a Proteção Social Básica define-se em ações preventivas, que:

- Reforçam a convivência;
- A socialização;
- O acolhimento e inserção na sociedade.

Ou seja, de acordo a tese de Ramos, eles possuem um caráter mais genérico e voltado para a família, concernindo a tudo que se refere a familiares e a perseguições comunitárias, que se destina a populações em situação de vulnerabilidade social.

Marx, retrata essa concepção de homem/sociedade/assistencialismo da seguinte forma:“(…) a realidade tem movimento contraditório. Movimento no qual e através do qual se engendram, como totalidade, as relações sociais que configuram a sociedade capitalista”(YASZBEK apud MENEZES, 2006). Ou seja, ele vê como um problema do capitalismo essa urgência no assistencialismo da “nova” realidade onde o proletariado, ou seja, os mais pobres e necessitados, dependem do Governo na busca de se igualarem aos demais cidadãos em condições de dignidade.

Sobre esse contexto, Santos e Jesus (2018) fala sobre essa questão capitalista:

O conjunto de mudanças que ocorrem na fase monopolista do capitalismo. Na referida fase, o Estado (capturado pela burguesia) utiliza as políticas sociais como uma das modalidades de “enfrentamento” das manifestações da “questão social”. Ou seja, o assistente social é um trabalhador assalariado e, como qualquer outro profissional, dispõe de uma força de trabalho que o insere nas trocas mercantis de compra e venda (IAMAMOTO, 2012 apud SANTOS e JESUS, 2018, p. 26).

Existe uma diversidade de problemas na assistência social no Brasil, bem como desafios para cumprir sua função. Para compreender a realidade brasileira nesse aspecto, fez-se uma revisão bibliográfica e uma análise de entrevistas com profissionais da área. Assim, buscou-se entender quais são as dificuldades que se enfrenta para alcançar os objetivos da assistência social e beneficiar um maior número de pessoas.

### 3.2 PROBLEMAS RECORRENTES RELATADOS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Segundo a NOB / SUAS (2005), que estabelece as diretrizes para a organização da assistência social no Brasil, o número de CRAS (Centros de Referência em Assistência Social) em cada município deve ser proporcional ao seu porte e à sua população. Os CRAS são unidades públicas que atendem famílias em situação de vulnerabilidade social, oferecendo serviços, benefícios e programas sociais. Cada CRAS deve ter um território de abrangência definido e um número máximo de famílias referenciadas.

A NOB / SUAS (2005) determina os seguintes critérios para a distribuição dos CRAS nos municípios:

- Para municípios com até 20 mil habitantes, deve haver no mínimo um CRAS, com até 2.500 famílias referenciadas;
- Para municípios com 20 a 50 mil habitantes, deve haver no mínimo um CRAS, com até 3.500 famílias referenciadas;
- Para municípios com 50 a 100 mil habitantes, devem haver no mínimo dois CRAS, com até 5.000 famílias referenciadas cada um;
- Para municípios com 100 a 900 mil habitantes, devem haver no mínimo quatro CRAS, com até 5.000 famílias referenciadas cada um;
- Para municípios com mais de 900 mil habitantes, que correspondem a 15 metrópoles onde vive um quinto da população brasileira, devem haver no mínimo oito CRAS, com até 5.000 famílias referenciadas cada um.

Portanto, podemos concluir que o número de CRAS em cada município está relacionado ao tamanho da população que necessita de atendimento e, também, à quantidade de assistentes sociais disponíveis. No entanto, esse critério quantitativo não é suficiente para enfrentar o problema qualitativo que surge da desigualdade social e da fragilidade das políticas públicas nos grandes centros urbanos (em contraste com os municípios menores), onde muitas famílias não têm o apoio necessário para garantir seus direitos e sua cidadania.

Algumas cidades, como Vitória/ES, Duque de Caxias/RJ, Maceió/AL, Foz do Iguaçu/PR, Vitória da Conquista/BA, foram analisadas e, com isso, trazemos uma análise das maiores reclamações, ou problemas, que os assistentes sociais costumam relatar:

- No contexto logístico, uma reclamação recorrente e central gira em torno da defasagem e do planejamento inadequado relacionados aos deslocamentos, veículos utilitários, e transporte em geral. Muitos destacam as dificuldades enfrentadas para fornecer todo o material necessário aos beneficiários em um período de tempo mais curto, bem como a necessidade de reduzir o número de viagens demandadas. Além disso, a questão das condições precárias dos veículos de transporte e a falta de disponibilidade deles são frequentemente citadas, uma vez que a execução

do trabalho de assistência social no local de vulnerabilidade requer constantes deslocamentos.

- Os salários são muito baixos, inadequados ou insuficientes;
- O estabelecimento em que ficam trabalhando administrativamente ou em atendimento ao público não comportam tudo o que é necessário à função, ou não recebem um tratamento adequado;
- Ser uma profissão quase inteiramente exercida por mulheres, dado isso trazer insegurança da parte das profissionais e, às vezes, também da parte dos atendidos, principalmente em situações de iminente risco de violência física.

Segundo Santos e Jesus (2018):

“As condições de realização do trabalho de assistentes sociais determinam o cotidiano das ações profissionais (condições objetivas/causalidades), mas a direção social (condições subjetivas/teleologia) que o profissional imprime à sua prática também é fundamental nesse processo”. (SANTOS e JESUS, 2018, p.12).

Em meados da década de 70, o Brasil enfrentava a crise do petróleo e a queda do dólar, conjugados ao fato de que o país passava por um momento de estagflação, gerou grande impacto no mercado brasileiro, estando este por isso em notória retração. Segundo Menezes:

No Brasil, a crise só tomou forma no início dos anos 80, que teve como características a recessão, o arrocho salarial, a queda da produção e dos empregos, a redução dos gastos estatais, altas taxas de inflação, etc. Isso tudo impactou no trabalho e com isso o alto desemprego, o que fez com que muitos tivessem que vender suas casas, morar de aluguel, viver para se sustentar e pagar dívidas, enfim, começou a ter uma heterogeneidade. (MENEZES, 2006).

Por isso veremos a seguir cada um dos principais pontos de reclamação.

### **3.2.1 SALÁRIO**

Falando sobre os salários, de acordo com Santos e Jesus (2018, p.45), “Não há piso salarial para os assistentes sociais, porém existe uma Tabela Referencial de Honorários do Serviço Social, instituída em 2001, que dispõe sobre o valor mínimo a ser cobrado pela hora técnica.”

Caso se expresse em termos estatísticos, a média geral do valor do vale-refeição no Brasil em 2023 foi de R\$ 27,00 por dia efetivamente trabalhado, conforme registrado pelo sistema Mediador da Secretaria da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, que acompanha os acordos coletivos.



A segunda principal queixa diz respeito ao salário recebido pelo desempenho da função. Há duas perspectivas em relação a esse trabalho: o profissional de campo e o administrativo. Muitos acreditam que deveria haver uma distinção salarial entre essas duas categorias, visto que o trabalho desempenhado no campo é mais exigente, o que sugere a necessidade de considerar fatores como periculosidade ou oferecer alguma vantagem salarial para esses profissionais.

O assistente social, ao contrário de outras classes profissionais, pode contar com parcerias que, normalmente, são realizadas entre as organizações não-governamentais, entidades e fundações da sociedade civil do setor privado e do setor público. Dessa forma, há um grande avivamento da sociedade para o trabalho voluntário de natureza filantrópica, o que, conseqüentemente, beneficia os órgãos de assistência social oficialmente estabelecidos direta e indiretamente. Conforme Montañó (2001, apud Menezes, 2006):

(...) É neste contexto (...) que surge o termo “terceiro setor”: com a clara função de setorializar a sociedade em três instâncias desarticuladas e de criar uma imagem ideológica de um suposto “setor” homogêneo, que seria “popular”, “progressista”, sem conflito ou contradição interna e que intervém eficientemente nas respostas às necessidades sociais que o Estado (tido como burocrático, corrupto, ineficiente, a serviço exclusivo do capital) vai abandonando. (MENEZES, 2006, p. 80).

Entender esse caráter contraditório da profissão é fundamental para romper com o fatalismo/pragmatismo (visão determinista da sociedade) ou messianismo/voluntarista (visão heroica da profissão), pois ambos são distorções dos processos sociais e históricos que não reconhecem a realidade do mercado de trabalho do assistente social.

A fim de contextualizar a situação dos profissionais da área no estado do Paraná, apresentamos a média salarial para assistentes sociais em todo o estado, essa média é de R\$ 2.392,92 para uma jornada de trabalho de 30 horas semanais. Além disso, o valor médio do vale-refeição era de R\$ 21,00 por dia. Em relação a Curitiba/PR, o piso salarial específico era de R\$ 2.709,67 em 2023 (de acordo com "Salário de Assistente Social 2023: Reajuste Salarial Atual, 2023").

### **3.2.2 GÊNERO**

Um dos principais desafios enfrentados, como já discutido anteriormente, perfaz-se da predominância do sexo feminino na classe, pois essa situação gera um certo desconforto em relação à sensação de insegurança no ambiente de trabalho.

Uma das preocupações manifestadas em relação à função diz respeito à insegurança que surge ao tentar estabelecer respeito ou, em alguns casos, quando é necessário aplicar força física para lidar com situações problemáticas. Mesmo que os profissionais estejam adequadamente treinados, é importante lembrar que são seres humanos com emoções, o que pode resultar em manifestações comportamentais

ou discussões. É relevante observar que a profissão de assistente social continua sendo predominantemente exercida por mulheres (92%), no entanto, tem havido um aumento na procura por profissionais do sexo masculino, dado ser a figura masculina objeto de maior respeito em decorrência da corriqueira superioridade em termos de potência muscular.

Essas observações não têm a intenção de subestimar a competência técnica das profissionais do sexo feminino, porém reconhecer uma dinâmica psicossocial na qual algumas pessoas em situação de vulnerabilidade e que, por esta ou outra razão se encontram na iminência de deflagrar atitudes violentas--- sejam estas verbais ou mesmo físicas--- podem experimentar uma maior sensação de intimidação simbólica na presença de um profissional do sexo masculino, contribuindo, deste modo, para o aprimoramento da segurança no trabalho de todos os profissionais do serviço social.

### **3.2.3 ESTABELECIMENTOS**

O ambiente de trabalho desempenha um papel fundamental no contexto das adversidades enfrentadas pelos assistentes sociais no Brasil contemporâneo. Esses profissionais enfrentam desafios tanto na parte administrativa como no serviço direto no campo. Na administração, surgem algumas questões que precisam ser abordadas, enquanto no serviço in loco, os assistentes sociais desempenham um papel essencial ao atender diretamente às necessidades das famílias mais vulneráveis. Nessa abordagem direta, estabelecem um contato íntimo com famílias fragilizadas, permitindo-lhes adquirir um entendimento em primeira mão de suas demandas e de sua situação social.

Conforme o artigo 2º da Resolução CFESS nº 493/2006, deve existir um local de atendimento destinado ao profissional de serviço social onde algumas de suas características físicas devem ser: espaço adequado para armazenamento de arquivos para guarda de material técnico de caráter reservado. (CFESS, 2022).

Segundo o documento Orientações Técnicas do CRAS “o equipamento deve ser constituído pelos seguintes espaços: recepção (espaço destinado à espera, transição, encaminhamentos e, em especial, ao acolhimento e atendimento inicial de famílias e indivíduos; de 12 m<sup>2</sup>); sala de atendimento (espaço destinado ao atendimento particularizado de famílias e indivíduos; devendo possuir 12 m<sup>2</sup> com capacidade para até 10 pessoas); sala de uso coletivo (espaço que deve permitir uso múltiplo e otimizado, destinado à realização de atividades coletivas, com prioridade para a realização de atividades com grupos de famílias; de 35 m<sup>2</sup> capacidade para 30 pessoas); sala administrativa (espaço destinado às atividades administrativas, tais como o registro de informações, produção de dados, arquivos de documentos, alimentação de sistemas de informação; de 20 m<sup>2</sup>); copa (espaço destinado para o preparo de lanches oferecidos aos usuários e para uso da equipe de referência do CRAS; de 5 m<sup>2</sup>); conjunto de banheiros, com metragem de 10 m<sup>2</sup>”. (BRASIL, 2009 apud SANTOS e JESUS, 2018, p.102).

Diante do exposto, concluiu-se que a falta de material adequado na sala de atendimento dificulta muito o trabalho da assistência social, pois os atrasos, a morosidade, a necessidade de imediatismo pelos usuários, dentre outras coisas, dependem muito da estrutura, da organização e do material adequado que

se deve usar. “O tempo que se utiliza para procurar os documentos necessários poderia ser empregado em outras atividades com os usuários”. (SANTOS e JESUS, 2018, p.62).

Ressalta-se também que “o atendimento aos usuários é feito de forma psicossocial, assim devem ser realizadas visitas domiciliares, encaminhamentos, reuniões, palestras informativas onde os profissionais de assistência social informam aos atendidos sobre os benefícios que o Governo Federal disponibiliza”. (MOREIRA, 2017, p.32).

No que diz respeito aos locais habitualmente visitados pelas assistentes(os) sociais, a insalubridade é um aspecto digno de nota e preocupação, dado ser habitual enfrentarem situações de enchentes, bem como bocas de fumo ou mesmo locais com histórico de guerras locais, sejam estas entre facções ou de facções em confronto armado direto com a polícia. Ora, tais ambientes impõem um risco especial ao exercício do ofício, mas em sua maioria os profissionais da área entendem que é inerente à classe as adversidades aludidas.

### **3.2.4 LOGÍSTICA**

Uma das maiores preocupações compartilhadas por assistentes sociais que trabalham diretamente com a comunidade e a sociedade diz respeito ao transporte. O uso de veículos é crucial para viabilizar a eficácia do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Isso é especialmente evidente quando se considera a necessidade de realizar visitas domiciliares e acompanhar de perto os atendidos, especialmente aqueles que vivem em áreas remotas e dispersas dentro da área de atuação do CRAS. (BRASIL, 2009 apud SANTOS e JESUS, 2018).

As reclamações relacionadas à logística não se limitam apenas ao transporte, que, apesar de insuficiente e em condições precárias, não é capaz de acomodar grandes volumes de objetos e frequentemente carece dos equipamentos necessários devido à falta de espaço ou tamanho inadequado e, além disso, muitos veículos não recebem a manutenção adequada. Neste contexto, o planejamento logístico emerge como um fator de extrema importância, uma vez que as queixas em relação ao tempo de deslocamento nos grandes centros urbanos são frequentes. Com frequência, não se leva em consideração as condições das estradas, o tráfego, o clima e outros fatores que podem atrasar a chegada aos locais de atendimento. Outrossim, há a questão do vaivém que, às vezes, se torna necessário para garantir o transporte de todos os materiais e equipamentos necessários para os atendimentos.

## **4. PROBLEMÁTICA CONTEMPORÂNEA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

O entrave de maior magnitude que o assistente social se confronta ininterruptamente constitui-se, ainda, deploravelmente em estereótipos e preconceitos enraizados na malha estrutural das sociedades capitalistas. No contexto abordado, por outro lado, surgem situações de extrema urgência que demandam a intervenção do profissional da área para analisar e solucionar questões cuja negligência tanto do governo quanto da sociedade civil organizada impacta diretamente a coesão do tecido social da

população. Em outras palavras, temos diariamente casos em que o assistente social é constringido a intervir a fim de fazer valer os direitos sociais. Uma instância da aludida intervenção pode ser encontrada no filme nacional “Pureza” de 19 de junho de 2023. Este ilustra a triste realidade relacionada aos trabalhos análogos à escravidão praticados durante a década de 90.

No decorrer do filme, a atriz principal está à procura de seu único filho que, diante do cenário retratado, teve de procurar emprego em fazendas onde a escravidão e os trabalhos análogos a tal prática eram realizados diariamente. Diante de tantas crueldades e negligências presenciadas pela personagem enquanto estava a procurar seu filho, a mesma decidiu lutar para fazer valer os direitos humanos dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, para encontrar quem procurava. À medida que a história se desenrolava, ela visitou Brasília e, em colaboração com uma Senadora da República que também era assistente social, estabeleceu um grupo dedicado à erradicação do trabalho análogo à escravidão. O principal objetivo desse grupo era advogar pelos direitos humanos e profissionais dos trabalhadores, bem como garantir uma vida digna e respeitada para eles.

A história é baseada em fatos reais, a personagem protagonista chama-se Pureza Loiola, graças aos seus esforços, entre 1995 e 2017 mais de 52 mil trabalhadores foram libertos da condição análoga à escravidão.

Já em 2019, no Brasil, mais de 319 mil casos de trabalhos análogos à escravidão foram combatidos e, pelo mérito ligado ao assistencialismo prestado por Pureza, a mesma recebeu um prêmio em Londres, o tão almejado por todos “*Anti-Slavery Awards*”, considerado um dos mais importantes e antigos prêmios do mundo.

Todavia, esse é apenas um dos casos em que o assistente social se fez presente e, diante de muita luta, ainda assim, conseguem combater determinada falha estrutural em vigência.

Ao passo que existem vários outros cenários onde a presença ativa do ilustre profissional aqui extensamente considerado é imperativa, i.e, toda vez que um trabalhador é desrespeitado e ou desmerecido por ser negro, homossexual, por ser mulher, por ter deficiência física ou mental, ou por quaisquer outras características inerentes à sua identidade enquanto minoria, se faz necessária a intervenção desse profissional e, como desafio supremo relacionado a isso, temos os preconceitos e os estereótipos enraizados na sociedade capitalista contemporânea.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Não apenas os baixos salários ou, no mínimo, inadequados, constitui queixa nuclear entre os assistentes sociais, mas também os benefícios trabalhistas da classe que não atendem às expectativas. O transporte, essencial para fins profissionais, se encontra em condições precárias. As instalações são limitadas e frequentemente apresentam falta de espaço físico. Além disso, observa-se uma significativa desvalorização desse profissional perante o governo e outros profissionais auxiliares, assim como uma persistente falta de interesse dos demais cidadãos para com os usuários dos serviços de assistência social.

Percebeu-se, em conclusão, que o amor à profissão não basta, pois muitos dependem de persistência e na fé de que o Governo (em relação ao CRAS) melhorará ou trará mais benefícios para que a assistência social se mantenha no emprego e faça seu melhor para o cidadão que precisa de seu atendimento.

Como Moreira (2017, p.52) bem nos lembra: “O profissional de Serviço social deve dimensionar sempre as contradições de sua profissão e saber que nem sempre encontrará a resposta desejada para elucidar as questões da sociedade”. Em outras palavras, diante das urgentes carências que atravessam a vida da assistência social e da problemática habitual enfrentada pela mesma, tem-se de ressaltar que, embora existam lutas diárias para combater determinadas falhas estruturais atuais, ainda assim, se faz indispensável a presença da assistência social, independentemente das circunstâncias de seu ofício, a fim de se fazer valer os direitos sociais e profissionais da classe trabalhadora.

## 6. REFERÊNCIAS

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social – organização). **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional**. CFESS. Brasília/DF. 2022.

CERVO, Amado L. et al. **Metodologia Científica**. Editora Pearson, 6º edição. São Paulo/SP. 167p. 2007.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. Editora Atlas, 5º ed. São Paulo/SP. 2003.

MENEZES, Vanessa Bega. **Formação e atuação profissional: uma relação indissociável**. PUC – SP. São Paulo/SP. 2006.

MOREIRA, Ana Telcia; BARROS, Jaqueline de Melo; SOUZA, Iranir Cardoso de. **A construção da política social e a implantação do CRAS: os desafios postos à atuação do serviço social**. Revista EDUC. Duque de Caxias/RJ. 2017.

RAMOS, Sâmia Rodrigues (presidente, organizadora). **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social**. CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Brasília/DF. 2011.

**Salário de Assistente Social 2023: Reajuste Salarial atual**. Dissídio, 2023. Disponível em:

<<https://dissidio.com.br/salario/assistente-social/>> Acesso em: 02 de Junho de 2023.

SANTOS, Vera Núbia; JESUS, Queila Patricia Pereira de. **Condições de trabalho de assistentes sociais na PSB/SUAS em municípios do TIR/BA**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Vitória/ES. 2018.

**IBGE. Censo demográfico 2010: características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Apud CFESS. Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2022. p. 96.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2012. Apud SANTOS, J. A.; JESUS, A. C. **Transformações societárias: repercussões no serviço social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 26.

BRASIL. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005. p.27.

**Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. p. 29.

BARBIERI, R. (Direção). **Pureza [Filme]**. Gaya Filmes; Ligoki Entretenimento; GloboFilmes, 2023.

## MÉTODO E METODOLOGIA: IMPLICAÇÕES À PRÁTICA PEDAGÓGICA E ÀS METODOLOGIAS PARA AS GERAÇÕES Z E ALPHA

REINEHR, Edson.  
CORREIA, Luciano da Silva.  
ANDREATA, Luiz Ozéias Sepanhaki.  
LIMA, Oziel de. SOUZA,  
Thomas Morais de.  
SILVEIRA, Marina.  
Faculdade Fan  
CASA DE CUSTÓDIA DE CURITIBA-PR

**RESUMO:** A presente revisão bibliográfica traz alguns conceitos do que é método e metodologia, a fim de que se possa visualizar com mais compreensão o papel desses dois recursos. Aborda, também, a educação moderna amparada pelas TDIC's (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação), que demanda a aplicação de diferentes metodologias, principalmente nas novas gerações Z e Alpha. Gerações estas que já nasceram inseridas no mundo digital e que estão propensas ao uso ilimitado da tecnologia. Devido a isto, os métodos ultrapassados já não se encaixam dentro do seu processo de aprendizagem fazendo com que métodos e metodologias, desde as tradicionais até as clássicas, se moldem nas novas exigências destas novas gerações. Portanto, o objetivo geral é saber como a Era Digital influencia na prática pedagógica, a fim de abranger as gerações Z e Alpha. Os resultados verificados mostram que os métodos/metodologias pedagógicas que envolvem recursos tecnológicos estão sendo cada vez mais inseridas nas escolas, causando impactos significativos no processo de ensino-aprendizagem, devido a modernização das tecnologias, que estão cada vez mais flexíveis.

**Palavras-chave:** Método; Metodologia; Educação; Gerações; Tecnologia.

### 1. INTRODUÇÃO:

Muito tem se discutido com relação as abordagens sobre métodos e metodologias aplicadas ao processo educacional e quando se trata de refletir sobre métodos pedagógicos é perceptível analisar a variedade de metodologias utilizadas pelos profissionais da educação. Mas o que, também, pode-se analisar é que alguns métodos já não contemplam certos alunos devido as suas particularidades. Dentro de uma sala de aula, o professor encontrará uma diversidade de alunos, cada um com seu processo de aprendizagem. Então, um só método ou uma só metodologia não será suficiente para considerar que o aluno adquiriu todo o conteúdo proposto.

Segundo Silva (2008), são diversas as escolas que trazem em seu PPP (Projeto Político Pedagógico), a proposta de educar para a vida, seja no contexto profissional ou pessoal, embora o que se aplica na prática são métodos ainda apoiados por pedagogias tradicionais de ensino. Sendo perceptível que as escolas ainda

moldadas nesses padrões apresentam métodos de ensino que generalizam os educandos, como se todos tivessem a capacidade de aprender através de uma única metodologia de ensino. Desta forma, fica cada vez mais evidente a necessidade de que o professor adote um método de ensino que respeite as características individuais dos alunos, o que acaba sendo fator determinante para a escolha das estratégias de ensino que promovam uma aprendizagem dinâmica e bem contextualizada. De acordo com Gil (2013), é evidente a necessidade do professor trabalhar de maneira empenhada a despertar o interesse do aluno.

Apoiado nas falas de Silva e Gil, o professor precisa analisar o perfil dos estudantes, a fim de despertar o interesse de quem aprende, para prevalecer uma boa convivência durante as atividades. Para reforçar essa análise Marc Prensky (2001), traz que as crianças que já nascem em um mundo caracterizado pelas tecnologias e mídias digitais teriam, portanto, um perfil cognitivo alterado; segundo ele, teriam estruturas cerebrais diferentes e seriam mais rápidas, capazes de realizar muitas tarefas ao mesmo tempo e mais autorais do que as das gerações anteriores. Essa nova geração é conhecida como as gerações digitais Z e Alpha, as quais são inovadoras, criativas, imediatistas, que gostam de fazer várias tarefas ao mesmo tempo, estando sempre preocupadas com o meio ambiente, gerações estas que estão em idade escolar.

Como a Era Digital influencia na prática pedagógica, a fim de abranger todas as gerações, usando métodos/metodologias que contemplem os alunos? A partir dessa pergunta, buscar-se-á compreender como os métodos/metodologias amparadas pelas tecnologias, podem contribuir para o desenvolvimento significativo das gerações Z e Alpha. Os objetivos específicos deste trabalho são: conhecer os métodos mais comuns no Brasil; discorrer sobre a importância de um método na prática pedagógica na geração das TDIC's; e levantar os principais desafios na implementação de metodologias auxiliadas com o uso da tecnologia na Educação. Logo, a hipótese levantada frente ao problema em questão é que métodos ultrapassados já não se encaixam dentro do processo de aprendizagem das gerações Z e Alpha. Sendo assim, essa nova realidade educacional necessita de novas adaptações para atender as necessidades dessas gerações.

Sendo assim, o estudo apresentado nesse artigo se justifica diante das demandas de uma sociedade globalizada, altamente informatizada, que traz a necessidade de buscar meios inovadores de ensino a fim de progredir no processo de ensino aprendizagem. Crianças que nasceram em um mundo virtual, digital, denominados por geração Z e Alpha apresentam características diferenciadas quanto à forma de aprender e cada vez mais tem se tornado um desafio para os professores não familiarizados com a tecnologia. Sendo assim, este artigo procurou evidenciar a necessidade de readequar as práticas pedagógicas e estratégias de ensino através de políticas públicas que promovam a educação continuada de professores a fim de desmistificar o uso da tecnologia como ferramenta de ensino e aprendizagem.

## **2. METODOLOGIA**

Para a realização deste artigo, onde será abordado o que é método, metodologia, quais as implicações à prática pedagógica e às metodologias para a geração Z e Alpha. Para realização utilizou-se a metodologia de revisão bibliográfica sistêmica. Revisão bibliográfica sistêmica é um tipo de estudo que se propõe a responder uma pergunta problema de forma objetiva e imparcial (BOCCATO,2006). A partir da busca em bases de dados do material de apoio disponibilizado pela plataforma Fanduca, aplicou-se os critérios de seleção do estudo de artigos científicos, dos últimos cinco anos, publicados em língua portuguesa,



que após a leitura dos títulos e resumos, foram selecionados e encaixados para a elaboração deste artigo. Um dos artigos utilizados para o desenvolvimento deste fala sobre a importância no processo de aprendizagem de métodos de ensino de Julia Martan e as contribuições das metodologias ativas no desenvolvimento do aluno de Stephane Leonardo (2022), também, para complementar foram feitas leituras de livros pesquisados na Biblioteca Virtual da Faculdade Fan e na Biblioteca Virtual Pearson, onde o grupo, através de pesquisa bibliográfica exploratória encontrou autores como *Mc Crindle, Silva, Kenski, Santaellaez, Enwabasili, Prenski, Alencar, Frade e Rangel*, que deram embasamento para a elaboração deste artigo. Com o auxílio e orientação da docente Marina Silveira, através das aulas ao vivo, o artigo foi estruturado e corrigido em tempo real.

### **3.0 RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

#### **3.1 MÉTODOS COMUNS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS**

Dentro das instituições de ensino, os gestores e os professores (todo campo docente) é que elaboram os métodos a serem aplicados tanto dentro do ambiente escolar, como dentro da sala de aula em uma matéria específica. Vale lembrar que existem vários métodos de ensino, com características variadas, que atendem necessidades e expectativas diferentes. Portanto é válido ressaltar que as características dos estudantes também são diferentes, e com isso esses “métodos” podem e devem sofrer alterações para atender as necessidades dos alunos que não conseguem acompanhar o processo de ensino aplicado naquela instituição.

Neste tópico será exposto algumas características dos métodos mais comuns encontrados nas escolas brasileiras (MARTAN, 2019).

#### **3.2 IMPORTÂNCIA DE UM MÉTODO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Antes de falar da importância dos métodos na prática pedagógica, é importante definir o que é método.

Pode-se definir método como procedimento, técnica ou meio de fazer algumas coisas, especialmente de acordo com um plano, que regula uma determinada atividade ou um conjunto de regras e princípios normativos que regulam o ensino, ou seja, método é um norteador de ações e procedimentos.

No O Discurso do Método, é ressaltado que se chama método à ordem que o pensamento deve seguir para chegar à sabedoria e em conformidade com a qual ele pensa, uma vez que aí chegou (DESCARTES, 1637).

Rangel (2005), diz que “a origem da palavra ‘método’ justifica-se pela existência de um caminho, de um meio, para se chegar a um ou vários objetivos”.

Assim, o método é o caminho, e a técnica é “como fazer”, “como percorrer” esse caminho. A metodologia didática refere-se então, ao conjunto de métodos e técnicas de ensino para a aprendizagem (RANGEL, p. 09, 2005).

Dentre todos os métodos expostos anteriormente, percebe-se que há uma grande diferenciação entre eles e, que para cada método, o professor pode usar metodologias diferentes. Quando se está

praticando a pedagogia é essencial ter um (ou mais de um) método eficaz para promover a aprendizagem significativa no aluno.

<b><u>MÉTODOS MAIS UTILIZADO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS</u></b>	<b><u>CARACTERÍSTICAS</u></b>
<b>MÉTODO TRADICIONAL</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É o mais comum e o mais utilizado no Brasil;</li> <li>• Caracteriza o professor como responsável por transmitir todo conhecimento;</li> <li>• Aulas totalmente expositivas, trabalhos em grupos e individual, provas específicas, carteiras enfileiradas.</li> </ul>
<b>MÉTODO CONSTRUTIVISTA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Método de uma via de mão dupla;</li> <li>• O professor deixa os alunos livres;</li> <li>• Tem como finalidade tornar o aluno autônomo.</li> </ul>
<b>MÉTODO DE WALDORF (ANTROPOSÓFICA)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visa o desenvolvimento integral do aluno;</li> <li>• Não trabalha somente as matérias da grade da instituição;</li> <li>• Os alunos não são divididos por ano;</li> <li>• E não há aplicação de provas.</li> </ul>
<b>MÉTODO MONTESSORIANO (OU PEDAGOGIA CIENTÍFICA)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Método caracterizado pela intenção de desenvolver de maneira ativa as escolhas do aluno;</li> <li>• Desenvolve o senso de responsabilidade;</li> <li>• O papel do professor é só de orientar e sanar dúvidas quando solicitado.</li> </ul>
<b>MÉTODO FREIRIANO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É o método mais conceituado e aceito;</li> <li>• Tem como foco o desenvolvimento da visão crítica do aluno;</li> <li>• Aqui, tanto o professor como o aluno aprendem juntos.</li> </ul>

Alguns métodos, hoje, são ultrapassados e o pedagogo deve acompanhar a evolução que estes sofreram. Métodos que hoje estão em desuso já não contemplam mais os alunos. Devido a essa falta de contemplação, muitos alunos, que são da geração das TDIC's (Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação), abandonam as escolas por não se encaixarem dentro dos métodos aplicados.

Para que a evasão escolar, no caso dessa geração, não ocorra, é necessário que tanto as instituições de ensino como os professores se adaptem com o uso das tecnologias disponibilizadas, que transformem essa ferramenta em um método de aprendizagem, que tragam a realidade do aluno para dentro da sala de aula.

É importante lembrar que quando se fala de métodos, abre-se uma multiplicidade de temas a serem discutidos:

Ideologia, poder, currículo oculto, alienação, conscientização, reprodução, contestação do sistema capitalista, classes sociais, emancipação, resistência, relação teoria-prática, educação como prática social, o educador como agente de transformação, articulação do processo educativo com a realidade (CADAU, 2000).

### **3.3 EM QUE CONSISTE UMA METODOLOGIA**

Segundo Houaiss (2002), metodologia é o ramo da lógica que se ocupa dos métodos das diferentes ciências; é também a parte de uma ciência que estuda os métodos aos quais ela própria recorre. Metodologia é, portanto, o estudo dos métodos.

A metodologia sendo o estudo dos métodos ou um conjunto deles, pode-se analisar que o método tem um objetivo. E a metodologia é o caminho a ser trilhado para chegar a esse objetivo.

Pode-se dizer que a metodologia é um corpo de regras e diligências estabelecidas para realizar uma pesquisa. Dentro das metodologias educacionais, usa-se as técnicas, que por sua vez podem ser definidas como: “como fazer” o trabalho, “como desenvolver” seu processo de construção, seus procedimentos, seu encaminhamento. Em outras palavras a metodologia refere-se ao conjunto de métodos e técnicas de ensino para a aprendizagem.

Na pedagogia, a metodologia é de suma importância para que os professores consigam elaborar seus planos de aula e posteriormente colocarem em prática, para que os alunos consigam “aprender” de forma significativa.

A palavra “metodologias” se refere a um conjunto amplo de decisões relacionadas ao como fazer e implica decisões relativas a métodos, à organização da sala de aula e de um ambiente de letramento, à definição de capacidades a serem atingidas, à escolha de materiais, de procedimentos de ensino, de formas de avaliar, sempre num contexto da política mais ampla de organização do ensino. (FRADE, p. 32, 2007).

Diante do avanço das tecnologias, os professores devem recorrer a metodologias mais eficientes, usando esses meios, que estão à disposição da grande maioria dos alunos, para fazer aulas mais produtivas. Sempre é válido ressaltar, que existem diferentes tipos de alunos e, alguns deles não irão se encaixar nas metodologias aplicadas na sala de aula e até mesmo nos métodos utilizados no ambiente escolar.

Por isso é importante, tanto o educador como o corpo docente estarem aptos a mudanças nos seus métodos de ensino.

## **4.0 GERAÇÕES**

### **4.1 NATIVOS DIGITAIS E OS IMIGRANTES DIGITAIS**

De acordo com Marc Prensky (2001), nativos digitais são alunos que nasceram a partir de 1990 e que estão familiarizados pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). O universo digital é parte integrante de suas vidas, segundo Prensky:

Com o grande volume de interação com a tecnologia, os alunos de hoje pensam e processam as informações bem diferentes das gerações anteriores. Os nativos digitais estão acostumados a receber informações muito rapidamente. Eles gostam de processar mais de uma coisa por vez e realizar múltiplas tarefas.

Já os imigrantes digitais são indivíduos nascidos nas gerações anteriores antes da era digital, tais como Geração Baby Boomers, Geração X e Geração Y, mas que conseguiram se apropriar e adaptar das novas tecnologias, apesar de usarem de forma diferenciada dos nativos digitais.

## **4.2 GERAÇÃO Z**

Segundo Santanella (2010), a geração Z ou “nativos digitais” compreende os nascidos entre o fim de 1992 a 2010, e está ligada intimamente à expansão exponencial da Internet e dos aparelhos tecnológicos. Em seu conceito de mundo, são desapegados das fronteiras geográficas e estiveram sempre imersos a um oceano de informações de fácil alcance. Os integrantes desta geração apresentam comportamento individualista e, de certa forma, antissocial, e um perfil mais imediatista, destacando certa excentricidade.

## **4.3 GERAÇÃO ALPHA**

Para Mc Crindle (2013), a geração Alpha se refere aos nascidos a partir de meados de 2010 e, é composta por crianças que estão intimamente ligadas à mobilidade tecnológica, com a conectividade e ao conhecimento. Nasceram em um contexto global no qual as novas tecnologias estão bem mais desenvolvidas do que há dez anos. O termo Alpha foi usado pela primeira vez por Mark Mc Crindle em março de 2010 e seu nome tem origem na primeira letra do alfabeto grego “a”.

Mc Crindle (2013), ainda observa que a Geração Alpha fará uso da tecnologia de modo intuitivo, e, ao considerar o maior acesso à educação formal e em especial à informação, o autor entende que esta será a geração mais inteligente e dinâmica.

De acordo com Mussio (2017), “as características de uma geração são constituídas principalmente, na fase juvenil, a qual é fortemente influenciada pelas mudanças culturais e tecnológicas”.

## **5.0 TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO**

Atualmente, podemos perceber que estamos em constante evolução, desencadeando cada vez mais os avanços tecnológicos. Os impactos das tecnologias, também podem ser vistos claramente no âmbito educacional, pois essas tecnologias estão sendo inseridas nas escolas e sendo utilizadas como ferramentas auxiliares na educação. A utilização da tecnologia nas escolas proporciona aos docentes, o desenvolvimento de diferentes métodos pedagógicos, que podem auxiliar os discentes numa maior absorção de conteúdos, dispensando aquelas práticas comuns de

memorização das técnicas tradicionais de ensino. O objetivo de implantar o uso da tecnologia em sala de aula, é justamente fazer com que as técnicas de ensino sejam mais prazerosas e descontraídas, assim faz com que seja voltada toda atenção para uma aprendizagem mais eficaz.

As gerações Z e Alpha compõem um grupo de indivíduos que estão cada vez mais exigentes, isto é, atualmente eles apresentam pouca disposição para realização de atividades referentes ao modelo tradicional de educação, ou seja, técnicas monótonas. Além disso, conforme apontamentos registrados por Demo (1991) e Fazenda (1991), destaca-se também a importância de metodologias qualitativas em estudos educacionais. Atualmente, existe uma infinidade de programas, atividades e jogos interativos disponíveis, que podem ser utilizados em sala de aula. Assim, o docente faz com que uma simples tarefa, se torne algo mais envolvente e criativo. Mas para que isso aconteça, é necessário que a metodologia utilizada seja pensada em conjunto com os recursos tecnológicos oferecidos.

Entretanto, a utilização das tecnologias nas escolas pode acarretar bastante desconfiança e receio entre alguns profissionais, principalmente indivíduos das gerações anteriores, que podem apresentar resistência aos avanços tecnológicos fazendo com que a inserção da modernização num plano de aula seja dificultada. Assim, implantar uma nova prática de ensino e renovar as metodologias utilizadas por estes profissionais, pode ser um grande impasse.

Contudo, mesmo diante dos desafios propostos, a inserção das tecnologias em sala de aula, tem sido utilizada como recurso auxiliar nas práticas pedagógicas dos docentes, fazendo com que estes recursos disponham de uma metodologia adequada às necessidades de seus discentes. Percebe-se que muitos conteúdos de mídia estão sendo trabalhados em sala de aula, dentre eles, podemos citar a TV, o rádio, o DVD, data show, além dos computadores e claro, a Internet. Essas ferramentas na prática pedagógica fazem com que o processo de ensino e aprendizagem, se torne algo mais significativo para os alunos.

Outro fator existente quanto à utilização dos recursos tecnológicos, destaca-se o ensino a distância (EAD), que segundo ALMEIDA (2005. p. 137), é parte de um amplo e contínuo processo de mudança, que inclui não só a democratização do acesso a níveis crescentes de escolaridade e atualização, mas também a adoção de novos paradigmas educacionais. Nesta concepção, nota-se que, não basta apenas inserir essa modalidade de ensino, é preciso planejamento e aperfeiçoamento constante, visto que se trata de um mecanismo que requer atualização, tanto por parte da infraestrutura oferecida quanto pelos conhecimentos dos membros envolvidos no processo.

## **6.0 CONSIDERAÇÃO FINAL**

Com o advento de novas tecnologias e um mundo em constante evolução, a sociedade moderna demanda de novas formas de transmissão de conhecimento. Com isso, o processo de aprendizagem acompanhou esse viés e se modernizou, convergindo valores tecnológicos cada vez mais flexíveis, com o intuito de satisfazer as novas gerações. Diante disso, o grande desafio é se atentar às mudanças advindas da modernidade.

Contudo, saber lidar com as adversidades, com a resistência de uma nova era. Sendo preciso aproveitar cada oportunidade de progresso e caminhar na busca de conhecimento, visto que este se transforma a cada instante. Conforme o que foi apresentado neste artigo, verificou-se que as metodologias pedagógicas amparadas pela tecnologia estão sendo cada vez mais inseridas nas escolas, causando impactos significativos no processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Visto que as gerações digitais têm como foco o uso das tecnologias para facilitar a absorção de diversas informações. Portanto, ressalta-se que a aprendizagem do aluno seja sempre considerada como o foco principal diante destas novas metodologias pedagógicas, e que o professor dentro deste processo de ensino, possa atuar com o sentido sempre de ser um mediador, ou seja, é imprescindível que todos os profissionais envolvidos possam reconhecer que, é válida a utilização dos recursos tecnológicos nas escolas, visto que as tecnologias são indispensáveis na educação contemporânea.

Em suma, os resultados colhidos nesse trabalho vieram a confirmar a hipótese levantada. A qual aponta que os métodos ultrapassados já não se encaixam dentro do processo de aprendizagem das gerações Z e Alpha. Sendo assim, essa nova realidade educacional necessita de novas adaptações para atenderem as necessidades dessas nova gerações. Caso contrário, pela falta de contemplação, os alunos dessas gerações podem sofrer com o desinteresse, desmotivação, acarretando para uma evasão escolar.

## 7.0 REFERÊNCIAS

ALENCAR, Marcos Rocha; CRISTOVAM, Eduardo. **Métodos Pedagógicos com o Computador/Informática na Educação**. Apostila Centro Profissional de Educação a Distância – CEPED Cursos. São Paulo. 2011. 55 p.

EZENWABASILI, Mariana, 2016, **Como as diferentes gerações aprendem** Disponível em:  
<http://www.revistaeducacao.com.br/como-diferentes-geracoes-aprendem>

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Métodos de alfabetização, método de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectiva histórica e desafios atuais**. Santa Maria – RS: Revista do Centro de Educação, 2007.

Kenski, Vani Moreira. **O Ensino e os recursos didáticos em uma sociedade cheia de tecnologias.** Campinas, São Paulo, Papirus, 1996.

MARTAN, Julia. **Como o espaço contribui para o desenvolvimento: uma proposta de aplicação d pedagogia Waldorf no norte da ilha de Florianópolis.** Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/200661>>. Acessado 15/04/2023.

Mc CRINDLE, Mark. **Future is Bright for Generation Alpha.** June 03, 2013. Disponível em: <http://www.news.com.au/national/victoria/future-is-bright-for-generationalalpha/storyfnii5sms-1226655050947>.

PRENSKY, Marc. **Nativos Digitais Imigrantes Digitais.** De On the Horizon NCB University Press, Vol. 9 No. 5, outubro 2001. Disponível em: [http://www.colegiongeracao.com.br/novageracao/2\\_intencoes/nativos](http://www.colegiongeracao.com.br/novageracao/2_intencoes/nativos)

RANGEL, Mary. **Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas.** Campinas, SP: Papirus, 2005.

SANTAELLA, Lúcia. **A aprendizagem ubíqua substitui a educação formal.** Revista de Computação e Tecnologia da PUC-SP—Departamento de Computação/FCET/PUC-SP, vol. II, nº 1, 2010.

SILVA, Mônica Ribeiro. **Currículo e competências: a formação administrada.** São Paulo: Cortez, 2008.

## SISTEMA PATRIARCAL

**CARDOSO**, Luiz Renato;<sup>1</sup>  
**CARVALHO**, Thomas Eduardo;<sup>2</sup>  
**DE OLIVEIRA**, Sidney;<sup>3</sup>  
**FERREIRA**, Luiz Henrique Valentim;<sup>4</sup>  
**MARTINS**, Jorge Ribeiro<sup>5</sup>  
**MUNIS**, Lorenzo Cezar;<sup>6</sup>  
**POLVERO JUNIOR**, João Batista;<sup>7</sup>  
**DOCENTE: SILVA**, Waldete Vicente;<sup>8</sup>  
Faculdade FAN

### RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo buscar o significado do conceito de patriarcado e como ele surgiu. Através de pesquisas observamos como o sistema de dominação é concebido de forma ampla e que incorpora as dimensões da sexualidade, da reprodução e da relação entre homens e mulheres no contexto de um sistema escravista. O patriarcado surgiu, muito provavelmente, da divisão das tarefas nos tempos primitivos. A maternidade limitava as mulheres que, grávidas ou amamentando os seus filhos, não dispunham da mesma capacidade física dos homens, tanto na fuga aos predadores como na caça das presas. Com o passar dos tempos, a partir da pretensão de obtenção na propriedade privada, deu-se um fim ao sistema nômade em vigência e então passou-se a vigorar o sistema sedentário, cujas tradições até então baseavam-se apenas em fixar-se temporariamente onde havia caça e segurança. Já no início do sistema sedentário, as pessoas entenderam como viver da terra, fixando-se definitivamente em propriedades que viriam a ser “privadas”. Sendo assim, na sociedade patriarcal, prevalecem as relações de poder e domínio dos homens sobre as mulheres e todos os demais sujeitos que não se encaixam com o padrão considerado normativo de raça, gênero e orientação sexual.

**Palavras-chave:** Sistema Patriarcal, Machismo, desigualdade de gênero

### ABSTRACT

This work aims to seek the meaning of the concept of patriarchy and how it emerged. Through research, we observe how the system of domination is broadly conceived and incorporates the dimensions of sexuality, reproduction and the relationship between men and women in the context of a slave system. Patriarchy most likely arose from the division of labor in early times. Maternity limited women who, pregnant or nursing their

<sup>1</sup> Discente da matéria de Serviço Social e Questão Social.

<sup>2</sup> Discente da matéria de Serviço Social e Questão Social.

<sup>3</sup> Discente da matéria de Serviço Social e Questão Social.

<sup>4</sup> Discente da matéria de Serviço Social e Questão Social.

<sup>5</sup> Discente da matéria de Serviço Social e Questão Social.

<sup>6</sup> Discente da matéria de Serviço Social e Questão Social.

<sup>7</sup> Discente da matéria de Serviço Social e Questão Social.

<sup>8</sup> Docente da matéria de Serviço Social e Questão Social.



children, did not have the same physical capacity as men, both in escaping from predators and in hunting prey. Over time, based on the pretense of obtaining private property, the nomadic system in force came to an end and then the sedentary system began to prevail, whose traditions until then were based only on temporarily settling down. where there was hunting and security. Already at the beginning of the sedentary system, people understood how to live off the land, definitively settling in properties that would come to be “private”. Thus, in a patriarchal society, male power and dominance relations prevail over women and all other subjects who do not fit the normative pattern of race, gender and sexual orientation.

**Keywords:** Patriarchal System, Machismo, gender inequality

## 1. INTRODUÇÃO

Dentre o período de 10.000 a.C a 4.000 a.C, também conhecido como Idade da Pedra Lascada, ocorreu uma imensa mudança em relação ao papel e posição da mulher nas sociedades primitivas.

Com o início do desenvolvimento da agricultura e domesticação de animais, ou em outras palavras, o final do período nômade cujas pessoas migravam de território sempre que a caça ou a segurança estavam em risco e, a partir do início do período sedentário, onde enfim o homem aprendeu a viver da terra e a domesticar os animais, a mulher passou a realizar suas atividades diárias ao ritmo dos cuidados com as crianças.

Suas funções abarcavam apenas entre o armazenamento de comida e cuidados com as plantações, assim como alimentar e zelar pela prole, enquanto por outro lado, o homem desenvolvia habilidades de caça e coleta de alimentos.

Ainda na vida nômade, foi nesse período que originou-se as sociedades matriarcais, sendo o parentesco ligado somente às mães, visto que desconheciam a participação do homem na reprodução humana.

Entretanto, com o passar dos tempos, o homem passou a dominar a produção de suprimentos e seus excedentes ao inventar o arado. Nesse período, os até então nômades aprimoraram suas técnicas de agricultura, caça, domesticação, moradias e se tornaram sedentários.

Foi então que tal sistema permitiu ao homem descobrir a sua participação na reprodução humana, o que fez com que o mesmo exigisse da mulher fidelidade, visando assim a garantia da paternidade, além da transmissão direta dos bens acumulados aos seus filhos após sua morte. Foi então que materializou-se as relações de opressão contra a mulher, obrigando-a a se subordinar em relação ao homem para enfim garantir a herança para seus descendentes.

Tal período transitório entre o sistema matriarcal para o sistema patriarcal fez com que as mulheres passassem a ser oprimidas para assegurar a real paternidade dos homens em relação aos seus descendentes, além do direito a herança para os mesmos.

Entretanto, no decorrer da história, não somente os homens, mas também as mulheres passaram a acreditar na autoridade do homem sobre o sexo feminino, repassando essa crença para as próximas gerações até a atualidade.

Essa falha estrutural é apresentada através de uma linha cronológica dos primórdios até o período contemporâneo, talvez assim possamos juntos reeducar a sociedade para a tão sonhada igualdade de gêneros.

## 2. METODOLOGIA

Conforme Lima e Miotto (2007) a pesquisa bibliográfica é um procedimento metodológico que se oferece ao pesquisador como uma possibilidade na busca de soluções para seu problema de pesquisa.

Para tanto, expõem-se a necessidade de exposição do método científico escolhido pelo pesquisador; bem como as formas de construção do desenho metodológico e a escolha dos procedimentos; e demonstra como se configura a apresentação e análise dos dados obtidos.

Apresenta, também, um desenho metodológico de aproximações sucessivas, considerando que a flexibilidade na apreensão dos dados garante o movimento dialético no qual o objeto de estudo pode ser constantemente revisto.

Enfim, postula que trabalhar com a pesquisa bibliográfica significa realizar um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico, e que isso exige vigilância epistemológica.

O presente trabalho foi todo baseado em vasta pesquisa bibliográfica, tanto em livros, como também em diversos outros artigos disponíveis em sítios digitais, *internet*, no material disponibilizado no portal da instituição, bem como em outros fóruns que debatem os assuntos da nossa atualidade.

O método de abordagem adotado foi o hipotético-dedutivo, levantando-se as hipóteses com base na revisão bibliográfica. Neste sentido, a pesquisa é do tipo exploratório, utilizando a técnica de pesquisa bibliográfica.

### **3. CONTEXTO HISTÓRICO DO PATRIARCADO**

O sistema Patriarcal não é um movimento recente do qual criou-se raízes por acontecimentos contemporâneos, é justamente o contrário, trata-se de algo endêmico do período de 10.000 a.C a 4.000 a.C, período também conhecido como Idade da Pedra Lascada. Nesse período, houve uma grande mudança referente a interação da posição feminina dentre as sociedades primitivas.

Em outras palavras, de acordo o início do desenvolvimento da agricultura e domesticação de animais, a mulher passou a realizar outras funções diárias, as quais eram voltadas aos cuidados das crianças, o armazenamento de alimentos, os cuidados com as plantações, além das funções sumárias referente a criação e bem estar dos filhos.

Segundo o historiador e escritor Vicentino (1997), o homem, por sua vez, desenvolvia habilidades de caça e coleta de alimentos. Em sua ausência, as mulheres ficavam com as crianças os acampamentos.

O sistema Patriarcal é totalmente ligado ao sistema Nômade, cujo tal movimento histórico originou as sociedades matriarcais, sendo o parentesco ligado somente às mães, talvez pela falta de informação da época, talvez por crenças religiosas, de qualquer modo, as sociedades daquela época desconheciam a participação do homem na reprodução humana.

Entretanto, houve um marco transitório de extrema importância referente ao sistema vigente daquela época que marcaria os próximos séculos e impactaria diretamente na vida dos seres humanos. Marco esse que ficou conhecido pelo fim do sistema nômade e início do sistema do sedentarismo.

Porém, para adentrar no mérito do final do período nômade, para então adentrar no período sedentário, o qual evidenciou o fim do sistema patriarcal e, de acordo a isso, o início do sistema patriarcal, cujo até hoje é enrustido de preconceitos e machismo estrutural, temos primeiros que entender como funcionava o período nômade.

Tal período era fortemente evidenciado pelos costumes daquela época, os homens viviam exclusivamente da caça, da pesca e da agricultura, além de se deslocarem do lugar onde estavam se acaso os mesmos viessem a faltar. Conseqüentemente, não havia interesse algum em obter terras ou firmar residência em quaisquer lugares, visto que o interesse predominante era estar sempre onde houvesse alimento e segurança.

Apenas a exploração permanente da mesma terra por parte de um mesmo povo, podendo ser tribo ou familiar, começou a ligar o homem a terra, fazendo emergir assim a concepção de propriedade coletiva e, sucessivamente, individual. Nessa sucessão, o homem passou a dominar a produção de suprimentos e seus excedentes a partir da invenção do arado.

As sociedades pertencentes daquele período aprimoraram suas técnicas de agricultura, caça, domesticação de animais, moradias e, de acordo a essa suposta evolução, mudaram de nômades para sedentários.

O fato é que, a partir do sedentarismo, o homem enfim descobriu a sua participação na reprodução humana, impondo assim o seu desejo de fidelidade por parte das mulheres, para então garantir a sua real paternidade e, sucessivo a isso, a transmissão direta dos bens que acumulou durante a vida para seus descendentes após à sua morte.

De acordo a essa imposição masculina no início da vigência do sedentarismo, houve a materialização das relações de opressão contra a mulher, colocando-a em posição de submissão e subordinação em relação ao homem, no intuito de garantir a herança aos seus descendentes.

### **3.1- PROPRIEDADE PRIVADA**

O surgimento da propriedade privada e de novos costumes e tradições, dividiu as relações sociais que passaram a ser exibidas de forma inflexível. Ou seja, a mulher restringiu-se ao ambiente doméstico, tendo de evitar a vida social na ausência de seus senhores.

Existe uma forma mais fácil e objetiva de entender esse conceito, a qual objetiva-se basicamente em compreender a etimologia da palavra família (*famulus*), que significa servo ou escravo, provando assim que, primitivamente, a família constituía-se de um conjunto de criados de uma mesma pessoa.

Em outras palavras, isso remetia a mulher a obrigação de obedecer ao marido, de ser submissa a ele, como se o mesmo fosse seu amo ou senhor. Ainda dentro desse conceito, a formação dessas famílias visavam aumentar o patrimônio, colocando laços afetivos sempre em segundo plano.

Outra razão imprescindível dessa “domesticação” da mulher, foi por consequência da necessidade dos homens assegurarem sua paternidade referente sua descendência. Isso porque a maternidade é sempre certa, impossível de ser questionada, entretanto, referente ao pai, há sempre a possibilidade do “senhor “ da família não ser o real patriarca, ou seja, a paternidade é apenas presumível e ou incerta, fato esse que sempre foi um problema para a cultura patriarcal.

Além dessa insegurança patriarcal, sempre houve o controle da sexualidade e da vida reprodutiva da mulher, com intuito de garantir e impor regras de descendência e patrimônio, além de posteriormente haver também um sistema rígido e severo de divisão sexual do trabalho. Por esse motivo, a mulher passou a ser tutelada por algum homem, independente de ser marido, pai ou irmão.

Tal forma de pensar sempre justificou o autoritarismo masculino sobre o sexo feminino, interpretando e tentando justificar a violência do homem contra a mulher, além de tentar transparecer tais atos como algo natural.

De acordo a isso, através dos séculos decorrentes da história, não só os homens, mas também as mulheres passaram a acreditar nessa autoridade masculina sobre as mulheres, repassando essa crença de geração em geração até os primeiros movimentos sociais em favor do sexo feminino, como o movimento Sufragista na Europa em busca do direito de voto para as mulheres, sucessivo a isso a Marcha das Vadias no Canadá, em busca de direitos iguais, dentre vários outros movimentos sociais em busca dos direitos femininos.

### **3.2 - O SISTEMA PATRIARCAL NO BRASIL**

No Brasil, o sistema Patriarcal surgiu a partir da colonização no século XVI, tendo o homem sumariado o papel de autoridade, além do papel político e econômico. Enquanto referente às mulheres, as mesmas detinham o papel de obediência tanto para com seus pais, quanto para com seus maridos.

Porém, durante o século XVII, a partir da descoberta das minas de ouro em Minas Gerais, o interior passou a ser alvo da tal colonização. Foi nesse período que, devido a essa exploração colonizadora, houve uma grande mudança na vida da população brasileira, resultando no processo de urbanização voltado para o interior do país.

Dentre esse processo, a região mineira atraía pessoas principalmente voltadas ao enriquecimento, aventuras e escravos. A igreja tentava controlar tais ambições, porém, na maioria das vezes sem êxito. O número de celibatários era imenso e as relações concubinárias eram cada vez mais comuns. A partir dessas relações ilegítimas, surgiam filhos bastardos e, essas mães “solteiras”, tinham de trabalhar para chefiar suas famílias.

Segundo Samara (2002, p. 33), essas paragens não eram fáceis para os poderes constituídos, visto que os mesmos tentavam fixar os padrões impostos pela colonização, que não eram seguidos pela maior parte da população.

Já no século XVIII, a memorável diminuição da mão de obra escrava no Brasil somada a grande migração masculina, permitiram que as mulheres passassem a assumir outras funções, além das relacionadas ao serviço doméstico.

Ainda assim, de acordo aos valores tradicionais, as mulheres não poderiam exercer atividades remuneradas e os papéis de gênero eram sempre fixos, entretanto, essa rigidez não era presente no cotidiano de todas as famílias.

Por outro lado, de acordo ao Estado Português, contradizendo os padrões pré estabelecidos da época, o maior objetivo era explorar o Brasil e a força produtiva dos habitantes. Por esse motivo, contavam com o auxílio da Igreja, cuja função era orientar socialmente os colonos de acordo aos interesses portugueses.

Conforme os séculos anteriores, os homens encontravam-se em migração contínua em busca de melhores condições de vida, enquanto as mulheres mantinham-se voltadas as tarefas domésticas e ao cuidado com os filhos.

Dessa forma, a Igreja objetivava alcançar a mulher, que por ficar restrita à casa, poderia estabelecer os valores que o Estado determinava para a população. Segundo Priore (1994), a Igreja desejava implantar a fé católica e os valores do matrimônio nas terras brasileiras.

O casamento era a forma de relacionamento considerada legal e desejável, porém, o concubinato e/ou amasiamento, embora ilegais, ocorriam com frequência. Diante disso, havia uma tolerância da Igreja com as relações concubinárias, nos casos em que o casamento sacramentado se encontrava previsto.

Dessa forma, evitava-se as punições pelos dogmas da religião e garantia-se o batismo às crianças que adinham dessas relações. Como prova desse conceito, ainda no século XVIII, no estado de Minas Gerais, cerca de 45% da população contava com mulheres à frente de suas casas, e dessa porcentagem, cerca de 80% jamais se casou.

Sem dúvidas, havia muitas famílias chefiadas por mulheres que tiveram filhos sem haver um compromisso formal e oficial com seus parceiros, porém, contavam com a bênção da Igreja.

[...] o desequilíbrio entre os sexos, provocado pelo deslocamento de homens em direção a regiões mais lucrativas deixara as mulheres como maioria nas cidades e vilas. Maioria esta, que com os filhos nos braços, via seus parceiros partirem e, ao recebê-los quando voltavam, tinham engrossado sua prole com filhos de outros eventuais companheiros. Ou ainda, que havia aumentado a família, criando os filhos de seus companheiros com outras mulheres, que tinham sido deixadas para trás (MARCÍLIO, 1974, apud PRIORE, 1994, p. 72).

De acordo a isso, como a Igreja aceitava tais exceções, as quais relacionadas às relações concubinárias, ficava a sociedade encarregada de definir o que era aceitável ou não. Com a constante migração dos homens, as eventuais relações com novos cônjuges e a convivência de esposas e amantes que haviam se separado de seus maridos, os filhos legítimos e os bastardos acabavam convivendo juntos.

Existem documentos da época que comprovam o fato de que muitas mulheres se responsabilizavam pelos cuidados de outras crianças, tornando-se assim mães e madrastas de seus filhos e dos meio-irmãos dos seus filhos. Dessa maneira, a maternidade possuía um significado além do biológico, o qual denominado afetivo.

Isso porque, quando os homens se mudavam, solicitavam que suas esposas cuidassem dos seus filhos bastardos e as mesmas aceitavam, tanto por obediência quanto por ter desenvolvido afeto pelas crianças. Esse comportamento corriqueiro gerou uma nova função para a mulher da época, que resumia-se a cuidar e zelar das proles de seu marido, independentemente da origem biológica das mesmas.

Além dos possíveis filhos de seu marido, as mulheres da época eram mães também dos seus netos, sobrinhos e afilhados. Tais mulheres se uniam com intuito de exercer a maternidade de acordo a necessidade, reforçando assim a ideia de que cuidar das crianças era como uma obrigação.

As mulheres escravas e ou alforriadas, contavam com um destino ainda mais incerto do que as mulheres brancas, isso porque, as mães enquanto escravas e a maioria dos seus filhos, eram considerados como um investimento econômico muito lucrativo para seus donos, tornando assim a possibilidade de permanecerem juntos quase inexistente.

Ainda no período colonial, as mulheres brancas, as quais eram esposas de portugueses, frequentavam a Igreja além de cuidar dos serviços domésticos e dos filhos, assumindo assim um papel considerado como fraco, submisso, passivo e sem participação ativa na sociedade.

Entretanto, devido o fato do contingente dessas mulheres serem consideravelmente menor do que as africanas e indígenas, tal realidade fez com que essas de contingente maior fossem escravizadas e

consideradas objetos sexuais, cuja missão orbitava basicamente entorno de satisfazer os homens brancos e ou portugueses, no que tange às práticas sexuais.

Como prova de tal argumento, temos Pinheiro (2008), afirmando que outra característica do patriarcado é o controle da sexualidade da mulher, pois, enquanto a sexualidade do homem é incentivada, a da mulher é reprimida.

Toda essa falha estrutural sofre uma grande revolução a partir da Independência do Brasil, conforme Samara (2002) destaca que já no século XIX, a Independência do país, a passagem da monarquia para República, a abolição do regime escravocrata e a entrada de imigrantes no Brasil favoreceram a entrada das mulheres nas indústrias e nos serviços burocráticos.

Tais atividades eram realizadas em casa, em regime temporário, e permitiam a geração de alguma renda, assim como o exercício das funções domésticas para as quais haviam sido educadas. As mulheres solteiras tinham a possibilidade de trabalhar na indústria têxtil, sendo que o salário recebido por elas era menor do que os salários dos homens que realizavam as mesmas atividades, costume esse que infelizmente ainda é vigente em nossa sociedade contemporânea.

Outra grande mudança, a qual pode ser equiparada a uma outra revolução referente aos direitos das mulheres, aconteceu no século XX, isso porque foi observada uma mudança referente às possibilidades trabalhistas para as mulheres solteiras, visto que as mesmas não precisariam mais da autorização de seus pais para trabalhar.

Porém, referente as mulheres casadas, as mesmas ainda necessitavam da autorização de seus respectivos maridos para iniciar uma carreira. Tal necessidade era motivada pelo fato de que a vida dessas mulheres ainda estava voltada para a manutenção da família, em outras palavras, para os cuidados físicos e ensinamentos morais para os filhos, além das demasiadas atividades domésticas.

Todo esse processo ganhou maior legitimidade em 1916, a partir do código civil que legitimou a supremacia masculina, isto é, limitando o acesso ao emprego e à propriedade privada. Ou seja, as mulheres eram consideradas incapacitadas e, apenas na ausência de seu marido, poderiam vir a assumir a liderança da família.

Posterior a isso, no século XX, aquelas que fossem pertencentes às classes econômicas e sociais de padrão médio e alto, passaram enfim a poder exercer determinadas profissões de nível técnico e superior.

Para entender a dimensão além do profissional em que o patriarcado atingia, até o ano de 1940, a legislação vigente não limitava apenas as atividades laborais em que a mulher poderia atuar, todavia, atingia também os comportamentos sociais, ou seja, aqueles que poderiam ser considerados como criminosos.

Por exemplo, a perda da virgindade, a mesma era facultativa e dependendo da situação em que ocorria, poderia ser considerada um crime. A infidelidade também era considerada um crime, passível de penalização. Segundo Oliveira (2012), apenas no ano de 2005 foi retirada a expressão “mulher honesta” do Código Penal. Isso porque, até então a honestidade feminina era medida de acordo ao número dos seus parceiros sexuais, o que regulava e condenava a própria liberdade sexual.

### **3.3 - MOVIMENTO FEMINISTA**

Na segunda metade do século XX, demasiados movimentos feministas irromperam em várias partes do planeta, tais como o próprio movimento feminista que teve origem oficial em 1848, nos Estados Unidos da América.

A partir da década de 1960, ficou consideravelmente mais forte nos EUA, e em 1970 expandiu-se para a Europa, sucessivamente espalhando-se pelo mundo. No Brasil, em 1964 inúmeras mudanças no âmbito social e político ocorrem devido o golpe militar, regime esse que durou até o ano de 1989.

As mulheres desse período participaram na resistência contra o sistema ditatorial de diferentes formas, inclusive com a utilização de armas, fugindo totalmente do padrão tradicionalmente imposto à elas, os quais resumiam-se apenas entre zelas pelas suas casas, maridos e filhos.

Muitos jovens que resistiram a opressão imposta naquele período tiveram de deixar o país e, ao se exilarem na Europa, as jovens mulheres se depararam com uma nova adversidade em vigência, a desigualdade de gênero que se encontrava presente também nas suas relações afetivas.

Os homens, embora combatessem as desigualdades sociais, políticas e econômicas, ainda assim, mantinham em seus relacionamentos os tradicionais valores da época. Ou seja, recusavam-se a dividir as tarefas domésticas e os cuidados dos filhos, isso porque acreditavam que estas funções tratavam-se de obrigações exclusivas das mulheres.

Foi na França que as jovens brasileiras tiveram os primeiros contatos com o movimento feminista em busca pela igualdade de gênero e objetivada em combater a soberania masculina.

#### **4. CONCLUSÃO**

Esse presente artigo apresentou, o machismo estrutural e a submissão do gênero feminino em relação ao sistema patriarcal tem sido exercido por milhares de anos, antes mesmo da própria propriedade privada ter consolidado-se como um objetivo almejado pelos povos mais primitivos.

Nesse período, o sistema matriarcal era vigente e, por consequência, a mulher dotava uma liberdade equiparada a do homem. O homem já não migrava com tanta regularidade, visto que seu principal objetivo era obter uma propriedade privada para chamar de sua e, a partir de então, fazer da agricultura sua principal fonte de sobrevivência.

É claro que não deixariam de caçar, até porque contavam com a domesticação de animais para obter carne em seu cardápio caso a caça viesse a faltar, entretanto, enfim entenderam que haveria segurança em fixar-se definitivamente, pois haveria uma sociedade coletiva cujas pessoas se ajudariam e se defenderiam caso fosse necessário.

A principal questão do sistema sedentário foi que, subjetivamente, o homem percebeu que tinha total participação no ato de gerar descendentes, foi então que a vigência matriarcal declinou para o início do movimento mais complexo e injusto em relação aos gêneros.

Isso porque, foi nesse período que as mulheres perderam sua liberdade e sua “significância” na sociedade, em outras palavras, a partir do sistema patriarcal, o homem passou a almejar a total fidelidade, mesmo que o mesmo não a praticasse, ainda assim, em referência ao gênero feminino, o homem exigia tal adjetivo com o intuito de assegurar ser o real genitor da prole.

Além do cenário cujo senhor feudal desejava a garantia de paternidade, outra situação também englobava o ensejo, a questão de herança. Isso porque naquele período a sociedade estava aprendendo e definindo como funcionaria a questão da propriedade privada, visto que havia um reino a prestar contas, um rei, um monarca, um conselho, independente de quem, ainda assim, havia um alguém para quem deveriam prestar contas.

Dito isso, ao definir que a descendência herdaria os bens, o homem passou a exigir ainda mais a fidelidade em relação ao gênero feminino, pois não queria, em hipótese alguma, deixar seus bens para filhos de outros homens.

A partir dessa nova era, as oportunidades em relação a mulher foram banidas e, conseqüentemente, a submissão feminina foi imposta por todas as sociedades no planeta. O papel da mulher resumia-se em funções domésticas e aos cuidados dos filhos. Até que, ao passar dos anos, devido a tantas lutas, os direitos das mulheres, mesmo que aos poucos, passaram a retornar.

É claro que ainda existe uma imensa desigualdade de gêneros, porém, devido a tantas mulheres guerreiras, as quais foram a luta incumbidas de movimentos sociais a favor da liberdade e igualdade, os direitos aos poucos passaram a ser restituídos.

Essa falha estrutural ainda necessita de muitas mudanças, mas contemporaneamente falando, as mulher alcançaram uma posição cujo reconhecimento é dotado de notoriedade, e podem acreditar que elas não pretendem parar até que sejam equiparadas em totalidade com o gênero masculino.

## 5. REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Renata de Sá. ***Dossiê: Embates Teóricos. Sem pão e sem rosas: do feminismo marxista impulsionado pelo Maio de 1968 ao academicismo de gênero.*** São Paulo/PR. 2009

LIMA e MIOTO. ***Metodologia Científica.*** São Paulo/SP. 2007.

MARCÍLIO, 1974, apud PRIORE, 1994, p. 72

OLIVEIRA, Elisa Rezende. ***Violência doméstica e familiar contra a mulher: um cenário de subjugação do gênero feminino.*** 2012. Revista de Laboratório de Estudos da Violência da UNESP / Marília, São Paulo, ed. 9, p. 150 – 165.

PINHEIRO, Leonardo José Cavalcanti. ***O Patriarcado presente na Contemporaneidade: Contextos de Violência.*** São Paulo/SP. 2008.

PRIORE, Mary Lucy Murray Del. ***Brasil Colonial: Um caso de famílias no feminino plural.*** São Paulo/SP. 1994.

SAMARA, Eni de Mesquita. ***O que mudou na Família Brasileira?*** (Da colônia à atualidade). São Paulo/SP.2002.

VICENTINO, Claudio. ***História geral.*** Curitiba/PR. Spicione, 1997atualidade). São Paulo/SP. 2002.



## O MANIFESTO DE 1932 E SUAS PROPOSTAS EDUCATIVAS

SOUZA, Marcos Alves De  
CRUZ, Marcello Claudino Da  
PINTO, Luiz Da Silva  
GOMES, Gledson Deijaik  
RODRIGUES, Naege Pablo  
SALUSTIANO, Renan Nicolau de Andrade  
WICLIF, Porfirio Nobre  
Faculdade FAN  
Penitenciária Central do Estado - Unidade de Progressão

### RESUMO:

Partindo-se dos registros históricos brasileiros de educação, do período de 1930 em diante, se expõe dentre os inúmeros acontecimentos voltados ao contexto educacional, o manifesto dos pioneiros da educação de 1932 e suas respectivas propostas educacionais, enfatizando a relevância que tais propostas tinham em meio a sociedade da época, e também demonstra que mesmo existindo um idealismo pedagógico nesse período, o que foi um fator fomentador que auxiliou na criação do manifesto, demonstrando assim que o papel do manifesto foi de extrema relevância e intensidade para a criação de ministérios e para tomada de decisões políticas vinculadas à educação, dentro da

concepção capitalista em que o Brasil estava sendo inserido na época, até ser declarado comodireito de todos, o acesso à educação, com a formação da terceira constituição que se deu na Era Vargas durante o ano de 1934 demonstrando e definindo o papel do Estado, da sociedade e, da família mediante a educação e seus fatores componentes até meados de 1937 quando o Estado Novocravou-se em meio a história brasileira.

**Palavras-chave:** História, educação, movimentos educacionais, manifesto a educação 1932.

### 1. INTRODUÇÃO:

Decorrente de inúmeros fatores, nos anos de 1930 Getúlio Vargas assume o poder dentre um complexo contexto Político, militar, econômico e social, e ainda que mesmo com a democracia começando a entrar em trabalho, o que cabe ressaltar é que mesmo com a diversidade de problemas e influências, ele criou dois ministérios, o Ministério da Educação e Saúde e, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. De certa maneira os dois aspectos já tinham traços de vínculo, mediante a capacitação e a reprodução técnica da educação de massas menos favorecidas para o trabalho (técnico), visando a mão de obra como dínamo

necessário para o desenvolvimento danção através da recente concepção capitalista, o que por sua vez trouxe a tona a criação e anexaçãode parâmetros delimitadores desses aspectos cada vez de maneira mais progressiva e sucessiva visando o desenvolvimento a nação, o que só se daria através da educação.

Tratando-se de educação a partir do período de 1.930, o devido artigo aborda em foco o período após ser criado o primeiro Ministério da Educação e Saúde, tendo como o eixo central o documento denominado de “o manifesto dos pioneiros da educação nova” que foi editado em 1.932,tal manifesto continha várias reformas, projetos e definições dos direitos e deveres do Estado família e sociedade mediante aos problemas educacionais vigentes da época, e não se remete apenashá esses pontos, pois define a educação como meio de praticar a democracia e acima de tudo alcançar o desenvolvimento nacional, o que se dava e se dá através das instituições denominadas escolas e, que tinham e que tem papel de inenarrável importância na formação dos indivíduos.

Ainda que não houvesse o devido reconhecimento da educação e, mesmo com o idealismo pedagógico, é a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1.932, que começa a se intensificar uma batalha por direitos à educação mesmo que em condições precárias, tal batalha era travada para a coquista de uma educação igualitária que favorecesse a todos que não tinham o devido suporte para ter acessibilidade ao ensino, causando um efeito que foi comprovado como ponto de partida para se tomar inúmeras outras decisões estatais proporcionadoras de igualdade social há quem não tinha oportunidade de ingressar no meio educacional, auxiliando na formaçãode leis que perduram até os dias de hoje, como os deveres do Estado em proporcionar educação para

todos, obrigatoriedade do ensino, laicidade nos aspectos estudantis e escola única são o centro da questão que será exposta no artigo, demonstrando que essas propostas, para junto com os demais componentes da educação pública básica foram a base para se alcançar o mínimo de dignidade o possível a que se tinha ante a realidade social que era imputada a esse período histórico do cenário brasileiro da educação.

## **2. METODOLOGIA:**

O seguinte artigo foi concluído com êxito, utilizando-se o método bibliográfico qualitativoe, através de debates, confrontos e comparações de ideias, em aulas muito expositivas e dinâmicas com os alunos e o professor (Wyclif Porfirio Nobre) da disciplina de (História da educação II), biblioteca on-line disponibilizada pela plataforma das faculdades fanduca, biblioteca e a sala de informática da escola da unidade prisional P. C. E. -U. P (Penitenciária Central do Estado – Unidadede Progressão), ressaltando que a mesma auxiliou o grupo na impressão de materiais para estudo no“x” possibilitando assim a construção do devido artigo.

## **3. RESULTADOS DE DISCUSSÕES:**

Baseando-se a partir do manifesto dos pioneiros da “Educação Nova” de 1.932, o seguinte artigo propõe expor significativas propostas que tinham diferentes essências, mas com princípios voltados a educação de sua época, demonstrando algumas que se contrapunham e, que por sua vez em meio a todo um contexto histórico, ajudaram a proporcionar a imersão das diferentes engrenagens que formam a estrutura escolar tangível e intangível da sociedade, e do contexto educacional visto hoje em dia.

Contudo objetiva-se expor uma comparação reflexiva do cenário educacional, antes do Manifesto da Educação Nova e o depois de sua edição, abordando algumas controvérsias dos interesses que estavam interligados a esse movimento, apresenta-se um panorama da realidade educacional vivida até 1932. E partindo da concepção de que o manifesto de 1932 não foi apenas um documento preocupado em estabelecer um diagnóstico do quadro educacional brasileiro e, que há nele uma proposta de criação de um sistema nacional de educação, consubstanciado num esboço geral de um programa educacional, e de todas as propostas, quais as que não se relacionam ao que o movimento da escola nova pretendia propor.

Decorrente dessa questão abordam-se os aspectos sociais que eram deixados de lado, o que após o Manifesto dos Pioneiros da Educação passou cada vez mais a ter um olhar crítico, científico e, voltado com mais intensidade para o indivíduo, deixando claro o papel que o soberano Estado, a família e a sociedade, tem que exercer em frente a resolução de problemas que são enfrentados pela sociedade principalmente no quesito de educacional, ainda mais se tratando da educação pública.

### **3.1. CONTEXTO POLÍTICO:**

Se tratando de um contexto Histórico, cabe abordar mesmo que de maneira prévia e superficial como se deu a batalha travada entre as esferas de poder do estado e da sociedade para se conquistar o direito a educação, expõe-se abaixo um pouco desse contexto histórico, cultural e político para criação do primeiro ministério da educação mesmo que ainda estivesse sendo difundido com a saúde.

Ao assumir o poder em novembro de 1930, Getúlio Vargas suspendeu a Constituição em vigor, dissolveu o Congresso Nacional e nomeou interventores para o governo dos Estados. Além dessas medidas, criou dois novos ministérios: o da Educação e Saúde, entregue ao mineiro Francisco Campos, e o do Trabalho, Indústria e Comércio, que ficou com o gaúcho Lindolfo Collor.

Com a criação do Ministério do Trabalho, o governo de Vargas inaugurava uma nova atitude do Estado em relação a classe trabalhadora. Até então, o poder público no Brasil havia respondido às reivindicações operárias com a repressão. A partir de novembro de 1930, a principal característica da relação entre o Estado e os trabalhadores seria o diálogo. Um diálogo às vezes difícil, às vezes acompanhado de repressão, e no qual a voz dominante seria sempre a do poder público. Mas, enfim, agora havia diálogo. (DIVALTE, 2000, p.338).

### **3.2. A REALIDADE QUE O MANIFESTO PROPUNHA:**

Agora com mais proximidade do Estado, com a classe trabalhadora, e a sociedade já influenciada por muitos fatores que resultaram em uma busca constante por dignidade e igualdade no meio da educação, o que por sua vez proporcionou a formulação de um movimento denominado de “O manifesto dos pioneiros da educação”, (1932) oferecendo daí por diante um novo horizonte para a educação.

A seguir é exposto alguns aspectos de maneira superficial do como se deu esse manifesto, na visão da autora Maria Lucia Spedo Hilsdorf, em sua obra “História da educação brasileira” editada em 2012:

Essa influência teria levado ao aparecimento do texto A Reconstrução Educacional do Brasil, redigido por Fernando de Azevedo e lançado em março de 1932. Nele, como uma espécie de Manifesto dos Pioneiros da

Escola Nova (nome, alias, pelo qual ficou conhecido), o grupo de renovadores liberais pode apresentar a sua posição programática, embasada no pensamento pedagógico de Comte, Durkheim e Dewey, definir uma política articulada de educação nacional e desenhar um projeto de escola para o conjunto da sociedade brasileira, ao:

1º- inserir-se em um movimento “de 12 anos” (desde 1920, portanto), que visava “a reconstrucionismo social do país pelo reconstrucionismo da escola” por meio da ação dos especialistas em educação, e não dos políticos, como vinha acontecendo: nesse sentido, o texto diz que “as surpresas e os golpes de teatro são impotente para modificar o estado psicológico e moral de um povo” e que o “músculo central da estrutura política e social danada” (o coração) é o seu sistema escolar, o qual deve organizar a reforma da sociedade;

2º- considerar como finalidades da educação o direito biológico (do indivíduo, segundo o princípio liberal) acima do direito ou situação de classe;

3º- propor uma escola adequada ao meio social, a escola socializada, vinculada à sociedade democrática cooperativa, que ofereceria educação integral da personalidade. Essa escola seria função e dever públicos, escola para todos, portanto, comum e única (mas não unitária, como queriam os marxistas, por exemplo), leiga, gratuita e obrigatória, descentralizada e múltipla, com recursos próprios, ou seja, com autonomia técnica, administrativa e financeira, resultando em uma organização escolar única, mas seletiva, de acordo com o princípio liberal das aptidões naturais (e não econômicas);

4º- propor o escolanovismo como linha pedagógica dessa escola, o qual proclamava como princípios: promover o crescimento dos alunos de dentro para fora em respeito à sua personalidade, aos seus interesses e motivações; oferecer um currículo deweyano, funcional, pelo qual somente aquilo que é vivo, atuante, com função para a vida da criança deve ser estudado; programa de estudo de acordo com a “lógica psicológica” da natureza e do funcionamento da mente infantil (e não de acordo com a “lógica das disciplinas” que caracterizava a escola “velha”); considerar a escola como “mundo social e natural embrionários”, ou seja, como comunidade em miniatura;

5º- encarar a democracia como “um programa de longos deveres”, dizendo que a doutrina democrática somente agiria como fonte de reconstrução moral e social mediante a tarefa permanente da educação (HILSDORF, 2012.p.95,96).

A partir desse cenário histórico, após a criação do ministério da educação foram ocasionados diversos movimentos que a sociedade fazia voltados a educação, chega-se a conclusão que o movimento denominado de manifesto dos pioneiros da educação foi um propulsor no meio educacional para a conquista, (mesmo que tenha demorado um certo período de tempo), de inúmeros direitos civis, pessoais e coletivos e em muitos outros aspectos, com a criação de projetos educacionais difundidos com a esfera econômica e que objetivaram proporcionar mais igualdade para o direito e obrigatoriedade à educação brasileira favorecendo não só a classe alta, mas todos os componentes da nação e sempre visando o desenvolvimento da nação e por consequência humano através de novas modalidades de ensino que favoreciam e proporcionavam um pouco mais de suporte educacional (mesmo que de certa forma no aspecto técnico), para as classes menos favorecidas, o que foi muito mais bem definido com a chegada da escola nova.

### **3.2.1 – A educação como dever do Estado:**

Na Escola Nova, o Estado deveria assumir a responsabilidade pela educação, haja vista que essa seria uma

função essencial e primordial deste, que deveria garantir o acesso à educação para todos os brasileiros. Nessa proposta, contudo, essa missão não seria apenas atribuída ao Estado, mas compartilhada pela família e pela sociedade, partes importantes no processo educacional e principais interessadas, já que beneficiárias diretas dos resultados. Cabia, então, ao Estado, gerir essa educação, fazendo valer o direito à educação, já previsto em lei, a todos os que a desejassem.

Segundo (Peluzo 2011) e a Constituição de 1934, referindo-se ao dever do Estado mediante Educação, assim designa seu papel:

- Art. 148. Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objectos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.
- Art. 149. A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes factores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.
- Art. 150. Compete à União:
  - a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país;
  - b) determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e complementar deste e dos institutos de ensino superior, exercendo sobre eles a necessária fiscalização;
  - c) organizar e manter, nos territórios, sistemas educativos apropriados aos mesmos;
  - d) manter no Distrito Federal ensino secundário e complementar deste, superior e universitário;
  - e) exercer ação supletiva, onde se faça necessária, por deficiência de iniciativa ou de recursos e estimular a obra educativa em todo o país, por meio de estudos, inquéritos, demonstrações e subvenções.

Parágrafo único. O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, n. XIV, e 39, n. 8, letras a, e, e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:

- a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos;
- b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível;
- c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual;
- d) ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma pátrio, salvo o de línguas estrangeiras;
- e) limitação da matrícula à capacidade didática do estabelecimento e seleção por meio de provas de inteligência e aproveitamento, ou por processos objetivos apropriados à finalidade do curso;
- f) reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino sómente quando assegurarem a seus professores a estabilidade, enquanto bem servirem, e uma remuneração condigna. (PELUZO, 2011, p. 219).

Não pretendia essa proposta o monopólio estatal do ensino, apenas que este proporcionasse aos alunos do ensino público condições minimamente igual às do ensino privado.

Também seria do Estado a função de qualificar os professores e remunerá-los adequadamente, além de dar todo suporte e estrutura para que a educação acontecesse a contento, em qualquer região do país, tendo como gestores, nos estados, os órgãos ligados à educação e no Distrito Federal o próprio Estado, através do

Ministério da Educação.

O Estado, por sua vez, assumia já nesse tempo, a responsabilidade a ele atribuída, mas o fazia apenas superficialmente. Embora em termos legais o direito à educação fosse já garantido, isso, na prática, não ocorria, privilegiando a elite, em detrimento das minorias. A educação pública oferecida era desigual e de qualidade duvidosa.

### **3.2.2 – Escola Única:**

O Manifesto previa uma escola igualitária, onde todos que buscassem a educação, tivessem acesso a ela, independente de classe social, cor, ideologia, localização geográfica ou de qualquer outra questão. Ou seja, pretendia que a educação atingisse, em todos os seus graus, com qualidade e em quantidade, o maior número de pessoas, bastando que quisessem aprender. Pretendia-se, com isso, através das reformas pedagógicas, promover as transformações sociais, tão necessárias naquele momento.

A esse assunto assim se refere o autor Mario Alighiero Manacorda em sua obra “História da educação: da antiguidade aos nossos dias” demonstrando que mesmo numa tendência marxista e católica a necessidade da escola única era imutável:

“Todos os homens de qualquer raça, condição e idade, por força de sua dignidade de pessoa humana, têm o direito inalienável a uma educação que corresponda ao seu próprio fim, seja adequada à sua índole, à diferença de sexo, à cultura e às tradições de seu país, e, ao mesmo tempo, seja aberta a uma fraterna convivência com os demais povos a fim de garantir a verdadeira unidade e a verdadeira paz sobre a Terra. A verdadeira educação deve promover a formação da pessoa humana, quer em vista de seu fim último, quer para o bem das várias sociedades de que o homem é membro”.( apud, MANACORDA; 2022, p.403,404.)

Como foi exposto anteriormente, não havia a pretensão de que o Estado monopolizasse o ensino e, tinha-se a consciência que não haviam modos de impedir que os filhos da elite, que tinham acesso ao ensino privado, recebessem uma educação de melhor qualidade. Pretendia-se, isto sim, que dentro da educação pública as diferenças fossem eliminadas, garantindo que todos tivessem acesso a ela (Daí a denominação “Escola de Todos”), independente de onde estivessem ou de quem fossem, com a mesma qualidade.

Outra proposta importante da Escola Nova era a construção de um ensino unificado, em todos os seus estágios, onde cada fase fosse o complemento da anterior e a base para a próxima, formando um todo conexo e uniforme.

O Estado, entretanto, visando os seus interesses políticos e, principalmente, econômicos, pretendia que o ensino, principalmente o secundarista, fosse focado na profissionalização do indivíduo, no intuito de formar mão de obra, deixando em segundo plano as questões sociais, a formação de opinião, do conhecimento científico e de pesquisa.

### **3.2.3 – A escola laica, gratuita, obrigatória e a coeducação:**

Para a Escola Nova, a educação deveria estar acima das crenças e dos conflitos religiosos, pois, livre das amarras dos dogmas da igreja, e sem a pressão por ela exercida, poderia proporcionar um ensino mais livre, preservando a personalidade do aluno, suas opiniões e seus interesses.

A gratuidade do ensino era outra meta da Escola Nova, já que seria a base para uma educação igualitária e

inclusiva, possibilitando o acesso não apenas a uma classe economicamente mais favorecida, mas a todos os que assim o quisessem e que estivessem em condições de receber ensinamentos. Não negava, esse movimento, a existência do ensino gratuito, o que se questionava era a qualidade desse ensino público, que, por priorizar a quantidade, era displicente e relapsa, no que se refere ao aprimoramento dos conteúdos e à formação e qualificação do corpo docente.

Não há que se falar em obrigatoriedade sem antes falar em gratuidade, por isso a proposta previa que a educação fosse gratuita para que, assim, se pudesse instituir a obrigatoriedade do ensino. Essa era a ideia defendida pelo manifesto, que pregava um ensino gratuito, de qualidade e obrigatório, até a idade de produção, por volta dos 18 anos, protegendo assim esses jovens da ignorância dos pais e das dificuldades financeiras, impeditivos para uma educação livre que atendesse aos interesses do aluno.

Segundo o ponto de vista dos autores Max E. dos Santos Ribeiro; Karla Isabel de Souza; Caroline C. Nunes Lima; [et al], na obra “História da educação” (2018), assim se referem a essa outra proposta da Escola Nova, que diz respeito ao dever do Estado em proporcionar acesso a educação para todos:

O movimento da Escola Nova reconhece que todo indivíduo tem o direito à educação, independentemente de razões e/ou ordem econômica e social. E é função do Estado garantir que ela seja pública, gratuita e leiga, tornada, assim, uma forma de democratização da sociedade ( apud GADOTTI, 2003).

Para o Estado, porém, bastava que a educação estivesse disponível, devendo partir dos pais ou dos próprios alunos a iniciativa de busca-la. Entretanto, a falta de informação fazia com que, tanto os pais quanto alunos, não dessem grande importância à formação, pensamento herdado e construído ao longo da história do Brasil, até aquele ponto e fruto da ausência do Estado, que nunca se preocupou em difundir entre o povo essa importância e tampouco promoveu o incentivo da busca pelo conhecimento ou, pelo menos, por um conhecimento mais amplo e profundo. Outro fator importante, como causa da evasão escolar, era a questão financeira, já que os alunos em potencial eram também trabalhadores potenciais, ocasionando um conflito de interesses entre os alunos que, porventura, quisessem estudar, e os pais que viam lhe fugir a mão de obra gratuita e tão necessária para o provimento da família.

Para os idealizadores desse novo projeto, não se concebia um ensino livre, democrático e igualitário, sem que se praticasse a coeducação, já que igualdade pressupõe também uma educação sem distinção de sexo, e a coeducação é sinônimo de uma educação “em comum”, sem divisões de qualquer espécie. Mas essa ideia conflitava com a do Estado, mais por questões culturais do que por qualquer outra, já que, até aquele momento, a educação era distinta para meninos e meninas e, inclusive, ocorria em ambientes separados.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Chega-se a conclusão que o manifesto dos pioneiros da educação foi um propulsor no meio educacional para a conquista, (mesmo que tenha demorado um certo período de tempo), de inúmeros direitos civis, pessoais e, coletivos e em muitos outros aspectos, com a criação de projetos educacionais difundidos com a esfera econômica, política, familiar, e estatal e, que objetivaram proporcionar mais igualdade para o direito e obrigatoriedade à educação brasileira favorecendo não só a classe alta, mas todos os componentes da nação e sempre visando o desenvolvimento através de novas modalidades de ensino que favoreciam e proporcionavam um pouco mais de suporte educacional (mesmo que de certa maneira no aspecto técnico),

para as classes menos favorecidas o manifesto dos pioneiros da educação também trouxe uma visão mais amplificada dos problemas sociais e, suas respectivas soluções que se alcançariam somente através da educação, visto que a concepção capitalista da época servia de força e também precisaria de força ou “mão de obra” que por sua vez também servia de propulsora para a reprodução dos meios de produção, ou seja, a reprodução da mão de obra qualificada através da escola, deixando de lado os aspectos sociais que realmente importavam se tratando de educação.

Com a educação sendo vinculada fortemente com a esfera econômica, era de grande dificuldade que um indivíduo de classe de proletariados ou em outras palavras, um indivíduo da “classe baixa” ingressasse em um ambiente de ensino a não ser se fosse para ter qualificação técnica voltada para a indústria, ou se tivesse suporte aquisitivo para tal objetivo, o que de certa maneira era uma educação secundária e que visava somente o lucro capital, não que isso fosse ruim, pois também capacitava os operários em áreas que se faziam necessárias para o sustento da família e para o desenvolvimento de aptidões pessoais, contudo não lhes proporcionavam igualdade de ensino comparada as classes superiores, o movimento inicializado pelos pioneiros da educação criticava em muitos aspectos a falta de importância que se tinha com a escola e principalmente com os indivíduos, pois, também sendo por natureza, elementos sociais e de propagação da ideologia dominante ante a sociedade vigente, as instituições de ensino eram deixadas em segundo plano se tratando de investimentos nas áreas de educação, o que por sua vez abriu horizontes que proporcionaram identificar a importância dos termos científicos quando disseminados e agregados em meio ao contexto educacional da época se fazendo de extrema importância, ter um olhar cada vez mais aprofundado e crítico voltado a busca de dignidade e igualdade no ensino.

Em meio a esse contexto, conclui-se que o estado assume a responsabilidade da disseminação educacional em meio ao contexto social proporcionando financiamentos voltados a educação que mesmo com as visíveis deficiências (Manipulação política das elites e propagação da ideologia vigente, corruptibilidade os governantes etc.), mantiveram seu progresso e sistematização sucessivas, e que a proposta apresentada no Manifesto dos pioneiros da educação denominada de

Escola Nova, era de uma escola livre, laica, gratuita e única, e atribuía a responsabilidade dessa educação ao Estado, à família e à sociedade. Essa proposta, entretanto, encontrava resistência no Estado que atribuía outro papel à educação, atendendo aos próprios interesses e aos interesses das elites voltadas somente ao capitalismo sem levar em consideração capital humano, contudo com o passar do tempo e as mudanças sociais a história da educação ingressa em um período que ficou conhecido como o “Estado Novo” e que vai desenvolver uma política de educação de molde a sociedade de forma autoritária e uniforme. Isso acontece mais explicitamente em 1937.

## **5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

FIGUEIRA, Divalte Garcia; História Divalte; 2000; Editora Ática; São Paulo-SP HILSDORF, Maria Lucia

Spedo; História da Educação Brasileira; Disponível em: Minha Biblioteca, Cengage Learning Brasil, 2012.



RIBEIRO, Max E. dos, S. et al.; História da educação; Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2018.

MANACORDA, Mario A.; História da educação: da antiguidade aos nossos dias; Disponível em: Minha Biblioteca, (13th edição). Cortez, 2022.

PELUZO, Antonio C.; As Constituições do Brasil: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1988 e Suas Emendas; 2011; Editora Manole; Barueri-SP

## O FIM DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

QUITÉRIO, Rafael dos santos  
SILVA, Waldete Vicente  
Faculdade FAN

### RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo compreender como foi o processo do fim da escravidão no Brasil, porém, para que se chegue a essa parte do período de escravidão, é preciso que se aborde tópicos referentes ao seu contexto histórico, desde início, em que os escravos não eram exclusivamente africanos, e sim, nativos brasileiros. Poderá ser encontrado também, tópicos relacionados às leis implantadas e que ajudaram no processo para o fim da escravidão, uma vez que, o fim da escravidão não foi fruto da caridade e nem da benevolência do império, como muitos acreditam, na verdade essa conquista foi resultado da pressão popular sobre o Império e do engajamento popular contra essa instituição que fez com que a escravidão fosse abolida. Também é possível encontrar tópicos relacionados aos Caifazes, que tiveram uma importante participação no processo para o fim da escravidão, já que auxiliavam muitos escravos em fuga. Enfim, será abordado o tema principal, ou seja, o fim da escravidão no Brasil. É possível encontrar também informações sobre como ficou a situação dos negros após a abolição, se houve realmente uma mudança significativa na vida dos ex-escravos.

**Palavras-chave:** Escravidão, portugueses, Caifazes, Brasil, nativos.

### ABSTRACT:

This article aims to understand how the process of the end of slavery in Brazil was, however, in order to reach this part of the period of slavery, it is necessary to address topics related to its historical context, from the beginning, in which the slaves were not exclusively Africans, but native Brazilians. You can also find topics related to the laws implemented and that helped in the process to end slavery, since the end of slavery was not the result of charity or the benevolence of the empire, as many believe, in fact this achievement was result of popular pressure on the Empire and popular engagement against this institution that caused slavery to be abolished. It is also possible to find topics related to the Caifazes, who had an important participation in the process for the end of slavery, since they helped many escaped slaves. Finally, the main theme will be addressed, that is, the end of slavery in Brazil. It is also possible to find information about how the situation of black people was after abolition, if there was really a significant change in the lives of former slaves.

**Keywords:** Slavery, Portuguese, Caifazes, Brazil, natives.

## **1\_INTRODUÇÃO:**

A escravidão no Brasil foi uma instituição desumana e violenta que existiu durante mais de 300 anos e foi responsável pela escravização de milhões de indígenas e africanos. Esta prática teve início no século XVI durante o período colonial, e consistiu no uso da mão de obra forçada de homens e mulheres africanos, essas pessoas foram retiradas dos inúmeros grupos étnicos dos quais faziam parte no continente africano e trazidos ao Brasil nos chamados navios negreiros, através do Mercantilismo.

Os negros provenientes da África vinham substituir os nativos brasileiros na produção canavieira, pois esse tráfico dava lucro à Coroa Portuguesa, que recebia impostos dos traficantes. Até a década de 1850 a economia era quase que exclusivamente movida pelo braço escravo. A escravidão da população africana foi uma maneira incrivelmente lucrativa que Portugal encontrou de suprir a mão de obra no Brasil.

Desta forma, os indivíduos foram trazidos ao Brasil através do tráfico negreiro, em navios abarrotados de pessoas em condições desumanas e cruéis. Os portugueses foram os primeiros a iniciar o comércio de escravos no Atlântico, e durante algumas décadas, são praticamente só eles que fazem esse tipo de comércio.

O primeiro navio negreiro chegou ao Brasil em 1535 em Salvador /BA, este ano marca o início da escravidão no Brasil que só terminaria 353 anos depois com a Lei Áurea, mas houve algumas outras leis que auxiliaram no processo de abolição da escravidão, como a Lei Feijó, de 1831, a Lei Euzébio de Queirós, em 1850, a Lei do Ventre Livre, em 1871 e a Lei dos sexagenários, em 1885, além do movimento abolicionista, e da atuação dos Caifazes no auxílio dos escravos em fuga.

Durante muitos anos o Brasil teve sua economia ligada ao trabalho escravo na extração de ouro e pedras preciosas, cana-de-açúcar, criação de gado e plantação de café, a mão de obra escrava era a força motriz dessas atividades econômicas. A rentabilidade do trabalho escravo teria permitido prolongar o sistema escravista quase até o fim do século, por isso o Brasil foi o último país a aboli-la.

Para que isso fosse possível, a antecipação pessimista inspirada pela pressão abolicionista sobre o futuro da escravidão influenciou no declínio da demanda de escravos nos anos 80 do século XIX. A abolição da escravatura foi a conclusão de uma campanha popular que pressionou o império para que a instituição da escravidão fosse abolida de nosso país.

## **2\_METODOLOGIA:**

A metodologia utilizada para elaboração deste artigo, se deu através de pesquisa bibliográfica, de estudos teóricos que discutem a temática. Obras obtidas na biblioteca física da unidade P.C.E.U.P. (Penitenciária Central do Estado Unidade de Progressão), e por leitura e análise interpretativa de produções acadêmicas, que constam em revistas, sites acadêmicos, livros científicos; com material de apoio disponibilizado pela professora com pesquisas qualitativas com critérios que visam oferecer o máximo de informações sobre o objeto de pesquisa.

Segundo Gil (2008) as pesquisas exploratórias visam desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos

posteriores, podendo proporcionar uma visão geral de um determinado fenômeno. Conforme Minayo (1994), a pesquisa:

“Trata-se de uma investigação qualificativa, posto que não foca apenas nos dados numéricos, mas nas experiências do sujeito, evidenciando subjetividades e percepções, refere-se a um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, os quais não são reduzíveis a números. ”

### **3\_RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Como já foi citado, o ano que marca o início da escravidão no Brasil foi 1535 com o primeiro navio negreiro chegando na Bahia abarrotado de escravos africanos. Essa prática durou cerca de 353 anos no Brasil, dando grandes lucros à Coroa. Devido à alta rentabilidade da escravidão, Portugal e sua colônia foram os últimos a abandonar essa prática.

No Brasil milhões de pessoas foram escravizadas pelos portugueses desde a chegada dos europeus ao Brasil, em 1500. Inicialmente, os índios, que eram nativos do território brasileiro, eram usados como mão de obra forçada para o trabalho escravo; e após algumas décadas, os negros oriundos da África começaram a ser trazidos à força para o país.

Segundo Kleber Amâncio, professor de história da UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), a maioria das pessoas escravizadas chegaram ao Brasil no século 19, inclusive, no momento em que o tráfico de escravos já estava proibido.

#### **3.1\_CONTESTO HISTÓRICOS:**

A abolição da escravatura foi um dos acontecimentos mais marcantes da história do Brasil, ele que determinou o fim da escravidão dos negros, porém para que isso viesse a acontecer, esse assunto foi insistentemente debatido no país ao longo de todo o século XIX e se arrastou ao longo de todo o período monárquico, mas o primeiro assunto que tomou real importância no cenário político do país foi a proibição do tráfico negreiro pela Inglaterra no século XIX.

Os ingleses começaram a pressionar, Portugal e, ao Brasil para que o tráfico negreiro fosse proibido. Toda a pressão inglesa fez com que o Brasil assumisse o compromisso de proibição do tráfico negreiro no ano de 1820.

Tal compromisso fez com que fosse criada a Lei Feijó em 1831, porém mesmo assim o tráfico continuou com o desembarque de milhares de africanos durante todos os anos no Brasil, com essa insistência dos portugueses em não abandonar o tráfico, foi decretado o Bill Aberdeen, que foi uma lei que permitia aos britânicos usarem suas embarcações para invadirem as águas territoriais brasileiras para apreender os navios negreiros.

A lei Euzébio de Queirós foi aprovada em 1850 devido ao risco de uma guerra entre o Brasil e a Inglaterra por conta do Bill Aberdeen. A lei Euzébio de Queirós decretava a proibição total e definitiva do tráfico negreiro no Brasil, porém permitia que os africanos que chegassem após a lei de 1831 continuassem como escravos,

através dessa lei, a repressão do tráfico de escravos foi efetiva e, de 1851 até 1856, apenas 6900 africanos chegaram ao Brasil.

Foi iniciado um processo de transição com a proibição do tráfico, já que a forma que os portugueses tinham de renovar o número de escravos no Brasil havia acabado, era inevitável que com o passar do tempo a escravidão no país fosse abolida, já que não se podia renovar o número de escravos no país, os escravocratas tentavam incessantemente tornar o mais longo possível essa transição.

Na década de 1860, já era enorme a pressão sobre o império para que o fim da escravidão fosse adotado no país, pois a Rússia já havia abolido a escravidão em seu território e os Estados Unidos, após a Guerra Civil também abandonou essa prática, o que fazia com que o Brasil, Cuba e Porto Rico fossem os últimos países no continente americano a acabar com o tráfico negreiro.

Foi neste contexto que o movimento abolicionista começou a se estruturar, porém, politicamente, não havia avanços devido à Guerra do Paraguai. Com o fim do conflito, em 1870, todos os movimentos abolicionistas ganharam força e o debate pelo fim da escravidão, além de se tornar uma pauta importante na política, também se tornou um debate importante na sociedade brasileira.

### **3.2\_MOVIMENTO ABOLICIONISTA:**

Como já foi citado, a abolição da escravatura no país não foi fruto da caridade ou da boa vontade do Império, mas sim da luta insistente e do engajamento do povo, toda essa pressão popular sobre o Império fez com que a escravidão fosse abolida.

Entre 1868 e 1871, surgiram cerca de 25 associações que defendiam a abolição em diferentes províncias, e até o ano de 1885 surgiram cerca de 225 associações abolicionistas no país e através dessas associações foi possível espalhar a causa publicamente e fez com que as classes populares do país comesçassem a defender o abolicionismo.

Entre essas associações, a maior e mais importante delas foi a Confederação Abolicionista criada por André Rebouças e José do patrocínio.

- Luís Gama, advogado negro que atuou arduamente na defesa da abolição, foi um dos nomes envolvidos com essas associações. Luís entrou com processos para conseguir a libertação de escravos na Justiça. A estimativa é que ele tenha conseguido libertar centenas de escravos.
- Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar, participou do movimento abolicionista no Ceará. Ele liderou uma greve entre os jangadeiros que levavam os negros escravizados para navios que os transportavam a outras províncias.
- André Rebouças, engenheiro, nasceu em uma família negra livre. Participou ativamente das manifestações pelo fim da escravidão e se tornou um dos principais nomes do movimento abolicionista. Ele defendia o fim da escravidão e a integração das pessoas negras libertadas à sociedade.

- Maria Firmina dos Reis, negra, nasceu livre no Maranhão e se tornou professora. Publicou no fim da década de 1850 o romance "Úrsula", que tratava de questões ligadas à abolição. Ela também escreveu textos contrários à escravidão na imprensa do Nordeste. Esses são alguns nomes importantes do movimento abolicionista.

A historiadora Ângela Alonso afirma que a Confederação Abolicionista “coordenou a propaganda em escala nacional, agrupando associações e desencadeando a campanha de libertação”. (ALONSO, Ângela, 2018 pág. 360).

O movimento abolicionista teve um crescimento significativo a partir da década de 1870, mas foi a partir da década de 1880 que esse assunto teve mais atenção no Brasil. Devido ao crescimento do movimento abolicionista, os grupos escravistas se organizavam politicamente para que o abolicionismo fosse parado.

Devido a tantos debates no campo político, foi aprovada a Lei do Ventre Livre, em 1871, onde ficava estipulado que todos os filhos de escravos, a partir de 1871, estariam livres, desde que prestassem um tempo de trabalho. Se o escravo trabalhasse durante 8 anos, seria liberto, mediante pagamento de uma indenização, se ele trabalhasse durante 20 anos poderia então ser livre sem o pagamento de indenização.

Essa lei foi uma das formas de resistência popular contra a escravidão no país. Há também outra lei criada pelos escravocratas para atender seus interesses na transição gradual que foi a Lei dos sexagenários, de 1885.

A resistência contra a escravidão não ocorreu apenas nas vias “legais”, ela também ocorreu nas vias “ilegais”, considerando a legislação da época e era comum que pessoas abrigassem escravos fugitivos e que essas associações abolicionistas organizassem movimentos que roubavam escravos de seus donos e os levavam para o Ceará, cidade em que a abolição aconteceu em 1884.

Os Caifazes foram uma dessas associações que agiam pelas vias ilegais, uma vez que organizavam e promoviam fugas de escravos secretamente. Os Caifazes tinham agentes em cada fazenda, entre os próprios cativos.

Conseguida a fuga, os Caifazes falsificavam documentos, como cartas de alforria, com os quais os escravos poderiam arranjar emprego nas cidades, como pessoas oficialmente livres, sem o perigo de serem recapturados, mas quando se tratava de um escravo muito visado, encaminhavam-no para um Quilombo (geralmente o de Jabaquara, em Santos, que era solidamente fortificado, preparado para resistir até a morte contra um possível ataque. O líder dos Caifazes chamava-se Antônio Bento.

Tinha sua cabeça a prêmio pelos fazendeiros donos de escravos. Esta organização foi fundada em 24 de agosto de 1882. Grupos intelectualizados, como escritores, advogados e jornalistas aderiram à causa, mas também grupos populares, como associações de trabalhadores. Segundo o historiador João José Reis, a ação dos escravos foi fundamental, pois impôs os limites aos senhores de escravos e contribuiu e contribuiu abertamente para a abolição da escravatura. (REIS, João José, 1999, p. 262.)

Durante o século XVIII, os escravos organizavam-se e rebelavam-se todos contra a escravidão. Dentre as muitas formas de resistência incluem-se fugas, individuais e coletivas e revoltas, que tinham a finalidade de melhorar o trato dos escravos, além de revoltas que resultavam na morte de muitos dos senhores de escravos.

Os escravos fugitivos se abrigavam em quilombos que, durante a segunda metade do século XIX, acabaram se espalhando pelo país, com uma concentração maior em Santos e no Rio de Janeiro. No Quilombo do Leblon, entre a década de 1870 e 1880, por exemplo, foi onde surgiu o símbolo do movimento abolicionista: a Camélia Branca.

Esta flor era cultivada pelos quilombolas do Leblon e tornou-se um símbolo abolicionista no país, ela era cultivada para a venda e, com o tempo, tornou-se o símbolo da causa. A propaganda abolicionista ajudou bastante e, segundo as historiadoras Heloísa Starling e Lília Schwarcz, “Portar uma Camélia na botoeira do paletó ou cultivá-la no jardim de casa era um gesto político.” (SCHWARCZ, Lília Moritz e STARLING, Heloísa Murgel, 2015, p. 309). Esse gesto demonstrava que a pessoa era um apoiador da causa abolicionista.

### **3.3\_O FIM DA ESCRAVIDÃO:**

A ação dos diferentes grupos abolicionistas fez com que a causa ganhasse força em nível nacional, além de mobilizar vários escravos e contar com a adesão de diferentes grupos da sociedade, também tomou espaço nos debates políticos. No ano de 1887 as revoltas de escravos se espalhavam por todo o país e as autoridades não conseguiam mais controlá-los, a situação se tornava ainda mais insustentável.

Os abolicionistas chegaram a convocar toda a população que fosse a favor da abolição a pegar suas armas e defender a causa e, no início de 1888, boa parte dos grupos políticos escravistas passaram a defender a causa abolicionista.

O projeto pela abolição foi proposto por João Alfredo do Partido Conservador e, logo após ser aprovada pelos senadores, foi levada para que a princesa Isabel, a regente do Brasil, assinasse, em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, que daria, enfim, liberdade a todos os escravos.

Ao contrário do que todos imaginavam, a Lei Áurea não resolveu todos os problemas dos escravos de uma vez, restava agora pensar na inclusão dos negros na sociedade, pois muitos deles não tinham absolutamente nenhum estudo ou lugar para ir.

Da forma que foi feita a abolição, as péssimas condições em que viviam os escravos não mudou, tampouco foi inserido na sociedade de forma igualitária a fim de reparar todo o sofrimento vivido por eles no tempo da escravidão.

Infelizmente, não foi feita qualquer tipo de reparação, indenização ou política social deixando os negros praticamente por conta própria, sem nenhuma alternativa de trabalho, saúde, alimentação ou moradia.

### **3.4\_O NEGRO HOJE**

Após 135 anos da abolição, mesmo com as importantes conquistas da classe trabalhadora e o Brasil tendo reconhecido o racismo como crime, segundo Jamile Araújo em uma publicação ao site “Brasil de fato”, em 2017, no dia 13 de maio,

“[...] a integração do negro na sociedade ainda é incompleta. As classes dominantes no Brasil, com objetivo de manter

seus privilégios, exploração, lucro e dominação, jamais permitiram a realização das tarefas democráticas, como a reforma agrária, reforma urbana, democratização dos meios de comunicação, entre outras.”(www.brasildefato.com.br/2017/05/13artigo-a-abolição-veio-e-não-libertou).

Como a maioria dos abolicionistas queriam, aconteceu a abolição, mas o engenheiro André Rebouças, que esteve envolvido com os abolicionistas e os gabinetes políticos, considerado um dos maiores articuladores do fim da escravidão, pregava que a abolição fosse acompanhada de uma reforma agrária, que destinasse terras aos recém-libertos.

Temendo que houvesse, no Brasil uma nova forma de justiça social após a abolição, Joaquim Nabuco, nascido de família escravocrata aderiu às ideias de Rebouças. Até hoje é sentida a forma que ocorreu a abolição, sem apoio para a nova vida dos ex-escravos começarem uma vida nova, segundo o presidente da Fundação Palmares Eivaldo Oliveira.

Para ele é uma das causas da profunda desigualdade social brasileira. (Amanda Rossi e Juliana Gragnani, 2018 pág.16). É por esse motivo que o movimento negro não comemora a data, mas sim o 20 de novembro, dia que marca a morte de Zumbi dos Palmares, líder do Quilombo dos Palmares representando a consciência negra.

Isso não significa que o dia 13 de maio deve ser esquecido, pois independente de suas falhas, não deixa de ser uma conquista, uma vez que a abolição foi fruto de muita luta dos negros e do povo contra o Império.

Segundo Oliveira, “A abolição foi fruto de uma pressão social. A gente precisa recontar essa história, dos heróis e heroínas que lutaram para o fim da escravidão”. (Amanda Rossi e Juliana Gragnani, 2018 pág.16). “Durante 130 anos somos maioria no país, 54% da população é afro-brasileira. Mas não somos 54% no Congresso Nacional, nos ministérios, nos tribunais, nas universidades, nas grandes empresas privadas. Isso precisa mudar.” (Amanda Rossi e Juliana Gragnani, 2018 pág.17).

### **3.5\_CRONOLOGIA:**

- 1535\_Primeiro navio negreiro chega a Salvador/BA. Esse ano é o marco do início da escravidão.
- 1845\_Bill Aberdeen: Inglaterra proíbe o tráfico negreiro para o Brasil.
- 1850\_Novas determinações sobre o Bill Aberdeen-a repressão do tráfico de escravos poderia se dar agora em portos e águas territoriais brasileiras.
- 1850\_4 de setembro, Eusébio de Queirós, ministro da justiça lança proibição do tráfico negreiro no Brasil, isso depois de, na prática a iniciativa inglesa o tornar extinto.
- 1871\_28 de setembro, aprovada a Lei do Ventre Livre.
- 1882\_24 de agosto, Morre Luiz Gama. Funda-se o movimento Caifazes com a chefia de Antônio Bento.
- 1883\_Fundada a Confederação Abolicionista.



- 1885\_20 de agosto, cai a situação liberal, sobre o Barão de Catagipe para a presidência do conselho de ministros. Começa a linha dura contra abolicionistas e republicanos.
- 1887\_17 de outubro, o Clube Militar declara que o exército não perseguirá mais os escravos fugidos.
- 1888\_13 de maio, Assinatura da Lei Áurea.

#### **4\_CONCLUSÃO:**

Através do presente artigo é possível concluir que a abolição não pode ser vista apenas como uma data, mas sim como parte do processo de luta e resistência por parte da população e dos próprios escravos. Através de revoltas, da criação dos Quilombos, de conquistas como as leis aprovadas gradualmente que favoreciam os escravos e pouco a pouco pressionando o Império e os escravistas ao fim da escravidão.

O tráfico de negros para o país começou no século XVI. Calcula-se que mais de 12 milhões de africanos foram trazidos à força para o continente americano durante esse período. A maior parte deles, mais de 5 milhões, vieram para o Brasil.

Esta instituição desumana e cruel foi responsável por muitas atrocidades feitas contra os negros no Brasil e, mesmo depois da abolição, as horríveis condições de vida dos negros ainda perpetua na atualidade, ele também não foi inserido na sociedade de forma igualitária, para que se possa no mínimo, reparar as consequências do passado de escravização.

Infelizmente, o que aconteceu foi o contrário, não foi feito nenhum, tipo de reparação, indenização ou política social. Os negros foram deixados sem nenhuma expectativa de sobrevivência, até hoje o negro sofre com a discriminação proveniente desse tempo.

O Brasil é um país em que a cor negra e a pobreza são criminalizadas, e as condições de desenvolvimento, trabalho e vida da população negra são piores que a da população branca, mesmo o negro sendo maioria, mas, ao mesmo tempo, em que o negro é maioria em número no país, também é o maior em número nos presídios e em estatísticas que apontam vítimas da criminalidade.

Mesmo assim os negros são exemplo de luta e persistência, ao longo de séculos, ocorreram também diversos momentos de luta protagonizados pelos negros como a Revolta dos Malês, a Rebelião de Santana e a Revolta de Carrancas.

Os negros também organizaram os quilombos, locais onde os escravos que fugiam recebiam abrigo e que serviam como símbolo de resistência, sendo o mais conhecido o Quilombo dos Palmares, liderado por Zumbi (1655-1695).

Diante desse estudo podemos perceber que mesmo depois dos negros ter conseguido algumas conquistas depois de muitas lutas, há um longo caminho a percorrer nos dias de hoje na luta contra o racismo e as desigualdades que persistem desde a abolição.

#### **5\_REFERÊNCIAS:**

FOLHAJUS (<https://www1.folha.uou.com.br/poder/folhahus/>).

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Ucitec, 1994.

SITE: (<https://www.brasildefato.com.br/2017/05/13/artigo-a-abolicao-veio-e-nao-libertou>).

SITE: (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/08/nova-serie-de-livros-de-laurentino-gomes-narra-os-horrores-da-escravidao.shtml>).

SITE: (<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/08/nova-serie-de-livros-de-laurentino-gomes-narra-os-horrores-da-escravidao.shtml>)

SITE: (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/tayguara-ribeiro.shtml>). Acesso: 18/04/23, Entenda o fim da escravidão no Brasil e as consequências do 13 de maio de 1888 - 12/05/2021 - Poder - Folha

SITE: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/entenda-o-fim-da-escravidao-no-brasil-e-as-consequencias-do-13-de-maio-de-1888.shtml>

## O CONSERVADORISMO DO SERVIÇO SOCIAL E O TECNICISMO

MOURA, João Batista de  
BAGGIO, Luiz Carlos  
JESUS, Annaterra Meira Oliveira de  
CORREIA, Hilda Soares Silva da  
Faculdade FAN  
PEF 1 FOZ DO IGUAÇU-PR

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo abordar o conservadorismo de 1940, o caráter tecnicista e a teoria social do positivismo, enquanto na construção significativa do desenvolvimento da profissão que é o Serviço Social. Tem como o positivismo conservadorismo em questão defende as relações sociais, conservadorismo defende a manutenção das instituições sociais na cultura e da civilização, e uns do caráter tecnicista bem colocado é capacidade que o profissional tem para fazer a utilização de acolhimento social, acompanhamento social, trabalho em grupo e visitas. O conteúdo do material foi disponível em citações de livros, artigos e estudos bibliográfico cuja a finalidade de entender como surgiu o Serviço Social Consideramos que Sua ênfase está na ideia de ajustamento e de ajuda psicossocial.

**Palavra-chave:** Serviço Social, conservadorismo, tecnicismo, positivismo.

### 1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho tem desenvolvimentos históricos do Serviço Social como marcados anos 1940 que tem influência norte-americana. Foi construído o conteúdo do caráter tecnicista que é a habilidade humana de fabricar, construir e utilizar instrumentos técnico-operativo. No último conteúdo que é a teoria social positivista: o conservadorismo em questão é uma teoria de desenvolvimento social que afeta o campo das ciências.

#### 1.1 A MARCA DOS ANOS 1940: CONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL.

A partir da década de 1940, a influência franco-belga vai ceder o lugar à norte-americana. A Segunda Guerra Mundial levou os Estados Unidos a uma situação de supremacia em relação aos países europeus, fomentando seu interesse pelos países da América Latina. Esse fato intensificou a influência norte-americana no Serviço Social brasileiro. A Conferência Nacional do Serviço Social, em 1941, iniciou esse intercâmbio. Muitos diretores de escolas de Serviço Social da América Latina foram convidados oficialmente pelo governo dos Estados Unidos para lá fazerem cursos e bolsas de estudos foram oferecidas aos Serviços Sociais brasileiros. (PINTO, 1986).

Para garantir a dominação, os Estados Unidos instituíram certos mecanismos de ajuda e cooperação por meio de organismos internacionais, que culminaram como Aliança para o Progresso. A partir de 1945, com o supremo domínio norte-americano sobre o mercado industrial e da produção, surge uma nova divisão industrial do trabalho como imposição de um sistema que sela a aliança com a América-Latina que dessa oferecer matéria-prima e mercado para seus produtos manufaturados (PINTO, 1986).

Por volta de 1940, o Serviço Social começa a receber a influência norte-americana que é um dos frutos da hegemonia econômica daquele país no Bloco Ocidental, resultando na sua ascensão política, ideológica e cultural. A aproximação do Brasil com os Estados Unidos da América – EUA foi resultante da supremacia americana, com relação à 45 europeia, decorrente do Pós – Segunda Guerra Mundial. Também decorreu da política de boa vizinhança que representou uma tentativa americana de alcançar maior penetração comercial na América Latina e se fortaleceu à medida que o governo americano injetou recursos nos programas de industrialização do governo brasileiro, A influência norte-americana se fazia notar através da igreja e do Estado na formação do Assistente Social. (PINTO, 1986).

Em princípio, a única metodologia utilizada na prática didático-pedagógica no ensino de Serviço Social era a mesma da qual se valia a ação católica, chamados círculos de estudos. A estruturação do Serviço Social enquanto profissão contou, inicialmente, com duas bases que acionaram a formação acadêmica e profissional: a filosofia, como suporte de formação moral e a preocupação com a cientificidade, na busca de uma metodologia própria. Propostas eram incorporadas, gradativamente, emergindo da própria prática profissional, o relato de experiências de outros profissionais, análises de relatórios elaborados em instituições, leitura de textos, além dos conhecimentos emanados dos pensadores cristãos. Fontes norte-americanas serviam cada vez mais de base ao desempenho profissional. De fato a partir de 1945, o Serviço Social assumiu com força total o modelo funcional implantado pelos Estados Unidos. E se afastou do doutrinário da Igreja Católica que predominava nos fins da década de 30 e no início da década de 40. As teorias de Caso, Grupo e Comunidade compuseram a tríade metodológica que orientou o Serviço Social na

busca da integração do homem ao meio social em que vivia. Inicialmente, a influência americana ocorreu com a difusão da base técnica dos métodos de caso, grupo e comunidade. Posteriormente, com a proposta do Desenvolvimento de Comunidade, como técnicas e como campo de intervenção profissional. Esse estreitamento das relações entre Brasil-EUA repercutiu no Serviço Social através da intensificação de intercâmbios de Assistentes Sociais brasileiros que buscavam a ampliação de seus estudos naquele país. Nesse período, a ênfase na formação profissional ainda estava sustentada na visão terapêutica e na concepção de que a questão social era um desajustamento social. Com a influência americana emergiu a perspectiva funcionalista, que a princípio era aliada ao neotomismo cristão e que teve como consequência o reforço da postura terapêutica, tratamento às feridas sociais, nas linhas da Psicologia e da Psiquiatria da época, levando-se em conta os desajustamentos sociais (PINTO, 1986).

## **1.2 SERVIÇO SOCIAL E O CARÁTER TECNICISTA.**

As atividades tecnicistas do Serviço Social não estão vinculados diretamente a produção material, no entanto o tecnicismo compõe uma dimensão de fundamentação teórica para Serviço Social. Já são mais participativas em relações sociais na criação de condições necessárias ao processo de reprodução social, através de ações e condições de vida dos trabalhadores como saúde, alimentação, educação, habitação, lazer, nesse sentido, entende-se que:

Para a análise do instrumental técnico-operativo do Serviço Social, tomamos como necessária a demarcação da natureza do trabalho do assistente social: a partir de sua inserção nas estruturas institucionais prestadoras de serviços sociais. Ao atuar na prestação dos serviços sociais, vinculados às diversas políticas sociais, o assistente social se insere na esfera das atividades que não estão vinculadas diretamente à produção material, já que participam de atividades que estão na esfera da regulação das relações sociais. Isto pode ser posto na medida em que podemos observar a participação dos profissionais de Serviço Social na criação de condições necessárias ao processo de reprodução social, através de ações que tanto incidem sobre as condições de vida dos trabalhadores (saúde, alimentação, educação, habitação, lazer, dentre outros), quanto reduzem efeitos ideológicos que reforçam (ou não) a aceitação das condições de compra e venda da força de trabalho (Rosa Lúcia Prêdes Trindade pg 1).

Através dessas ações na reprodução social, houve um regulamento que desenvolveu ferramentas fundamentais que desempenhou um papel pelas agências estatais na definição de normas e regras que regulam o comportamento dos prestadores do Serviço Social com a sociedade. Lembrando que o processo de produção e reprodução social constitui não somente

como processo de produção material mas sim:

Trata-se, portanto, de atividades que oferecem bens e recursos complementares à sobrevivência dos trabalhadores e que atendem às necessidades de normatização e controle dos comportamentos sociais. Assim, o Serviço Social ocupa seu espaço na divisão social e técnica do trabalho, ao lado de outras profissões, participando da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução social. Especialmente a partir do capitalismo monopolista, quando se desenvolvem diversas iniciativas de intervenção social que procuram enfrentar as expressões da questão social. Para a consecução dessas práticas sociais é necessária a participação de alguns profissionais, dentre eles o assistente social, na implementação de políticas sociais, seja em seu planejamento, seja na execução direta junto à população. Para a efetivação de sua ação, os profissionais acionam um instrumental técnico-operativo que constitui um conjunto de instrumentos e técnicas diferentes daquele utilizado na esfera da produção material, cuja base é a transformação de objetos materiais. Aqui vale destacar que não se trata de desconsiderar que o processo de produção e reprodução social se constitui não somente como um processo de produção material, visto que envolve a reprodução das forças produtivas e das relações de produção, sendo, portanto, reprodução material e reprodução das formas de relação entre os homens. Dessa forma, reafirmamos a compreensão de que o processo de produção, voltado à satisfação das diversas necessidades humanas, envolve tanto as atividades diretamente vinculadas à produção de bens materiais, quanto aquelas voltadas à regulação das relações sociais. Ambas, progressivamente articuladas, devido à diversificação e complexificação das necessidades sociais (Rosa Lúcia Prêdes Trindade pg 2).

O método no serviço social assume a perspectiva crítica-dialética como centro da formação profissional, que na prática em grupo os assistentes sociais fazem elaborar, coordenar, analisar e executar programas em diferentes áreas que são como educação, assistência social, habitação, saúde e cultura. Além disso, são eles que ficam em contato direto com as pessoas em situações de vulnerabilidade. Podemos notar que no serviço social existe uma técnica associada a um conceito marcado:

O conceito de técnica está marcado por uma complexidade e uma amplitude que podem ser verificadas na diversidade de conceituações e classificações a ele atribuído. Aqui, tomamos a técnica associada aos instrumentos: enquanto estes são compreendidos como elementos mediadores e potencializadores do trabalho, a técnica pode ser definida no sentido de ser a “habilidade humana de fabricar, construir e utilizar instrumentos” (Vargas, 1994, p.15).

Esse instrumental é formado pela demarcação necessária de natureza do assistente Social que atua na prestação do Serviço Sociais veiculadas as políticas sociais, onde ele se encaixa na esfera das

atividades que não estão veiculadas diretamente na produção material já que participão de atividades que estão na esfera da regulação das relações sociais. Os profissionais do Serviço Social tem uma participação na criação de condições necessárias do processo de reprodução social, movendo ações que ajudam na condição de vida dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade. O conservadorismo em questão é uma filosofia social que defende a manutenção das instituições sociais e tradicionais na cultura da civilização, que tem uma experiência prática onde resultou em avanço a modernização, onde preservou o capitalismo. Nesse caso a teoria social foi vinculada a um pensamento filosófico a ser social na sociedade burguesa na época, utilizou-se um método que aborda o real, ou seja, um caminho teórico para ser social:

O conservadorismo, como forma de pensamento e experiência prática, é resultado de um contra movimento aos avanços da modernidade, assim, suas reações são preservadoras da ordem capitalista. Por sua vez, a teoria social constitui um conjunto explicativo totalizante, ontológico, vinculado organicamente ao pensamento filosófico, acerca do ser social na sociedade burguesa e de seu processo de constituição e de reprodução. A teoria é uma construção intelectual que proporciona explicações aproximadas da realidade e assim supõe um padrão de elaboração: o método. Assim, cada teoria social é um método de abordar o real. Portanto, o método é a trajetória teórica, é o caminho teórico que se observa na explicação sobre o ser social. No que se refere ao Serviço Social, o primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização foi buscado na matriz positivista e conseqüentemente na sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. A teoria social, assentada no positivismo, aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos que se apresentam em sua objetividade e imediatez. Essa perspectiva restringe a visão teórica ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. As mudanças apontam para a conservação e preservação da ordem estabelecida, isto é, do ajuste. Essa orientação funcionalista foi absorvida pelo Serviço Social, configurando, para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com a busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento, enfim, uma tecnificação da ação profissional acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais (YASBECK, 1984, p. 71).

Podemos notar que no Serviço Social tem uma qualificação técnica prática na modernização encontrada na matriz positivista, na teoria social positivista as relações sociais com pessoas em casos de vulnerabilidade são atendidas imediatamente. Pois com a mudança passou a conservar e preservar a ordem estabelecida do ajuste absorvida pelo Serviço Social, na profissão houve ajustes no perfil e propostas no trabalho, e melhorando suas técnicas para buscar o melhor padrão na ação profissional. O que impedia uma visão crítica acerca da questão social, neste período, entre outros elementos, eram os aportes teóricos que o Serviço Social utilizava para explicar a realidade social, Numa visão crítica da questão social no período o serviço social utilizava elementos para explicar a

realidadesocial como:

os fundamentos filosóficos da Doutrina Social da Igreja (Neotomismo), os conteúdos ideológicos (pensamento conservador) e a perspectiva analítica então hegemônica nas Ciências Sociais (Positivismo). A profissão “aceitava” a base de legitimidade e o significado de sua “função social” atribuídos pelo Estado e pelo empresariado. Dessa forma, as concepções de homem e de sociedades legitimadas pela tríade Neotomismo/Pensamento Conservador/ Positivismo eliminavam, no âmbito da formação e do exercício profissional, a compreensão sobre: - A substância profundamente desigual da sociedade capitalista, considerada como natural, harmônica e capaz de realizar suas necessidades individuais e sociais; - As condições da exploração capitalista e as relações sociais que sustentam o trabalho alienado, inerentes ao processo de dominação e manutenção da ordem burguesa; - O caráter contraditório da prática profissional e sua participação no processo de reprodução social dos interesses de classe contrapostos que convivem em tensão; - A dimensão ético política da prática profissional, em nome de uma neutralidade axiológica, afinada com a necessidade de legitimar a suposta “face humanitária do Estado e do empresariado” (BRITES; SALES, 2001, p. 26).

A influência norte-americana ocorreu com a difusão da base técnica dos métodos de caso e grupo e posteriormente, com a proposta de Desenvolvimento de Comunidade (doravante DC), como técnicas e campos de intervenção profissional. O Serviço Social de Caso ou Casework orientava-se pelas teorias de Mary Richmond, Porter Lee e Gordon Hamilton, cuja preocupação centrava-se na personalidade do cliente. O trabalho orientado por essas teorias buscava conseguir mudanças no indivíduo, a partir de novas atividades e comportamentos. O indivíduo era visto como o elemento que deveria ser trabalhado, no sentido de ajustá-lo ao meio social e fazê-lo cumprir bem seu papel no sistema vigente:

O Serviço Social de Casos é o processo que desenvolve a personalidade através de um ajustamento consciente, indivíduo por indivíduo, entre os homens e seu ambiente. (RICHMOND, 1915, apud BALBINA, 1978, p. 44) O Serviço Social de Casos caracteriza-se pelo objetivo de fornecer serviços básicos práticos e de aconselhamento, de tal modo que seja desenvolvida a capacidade psicológica do cliente e seja levado a utilizar-se dos serviços existentes para atender a seus problemas. (HAMILTON, 1958, p. 38).

## **2. METODOLOGIA**

Utilizamos nesse trabalho, a pesquisa bibliográfica. Segundo Lima e Mito (2007), a pesquisa bibliográfica é uma abordagem metodológica oferecida ao pesquisador como possibilidade de encontrar soluções para seu problema de pesquisa. Para isso, é necessário explicar o método científico escolhido pelo pesquisador; bem como métodos para desenvolver desenhos metodológicos e processos de seleção; e mostra como se configura a apresentação e análise dos dados resultantes.



Apresenta também um desenho metodológico de abordagens sequenciais, considerando a flexibilidade na coleta de dados que garante um movimento dialético em que o objeto de pesquisa pode ser continuamente modificado. Adotou-se nesse trabalho uma pesquisa bibliográfica qualitativa com o objetivo de entender melhor as técnicas do Serviço Social, conservadorismo e positivismo. Com isso, procura-se disponibilizar reflexões, referências e um conteúdo sintetizado de fácil entendimento para quem procura a se interar no profissionalismo do Serviço Social e no surgimento da influência norte-americana no Brasil e o tecnicismo.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Para se chegar a uma conclusão que tem como partes, assuntos tão complexos é preciso ir afundo e mergulhar em sua história de como foi seu surgimento, e se contra pôr em muitos textos eteses de discussões sociais buscando analisar, compreender e explicar os fundamentos metodológicos, técnicos e operacionais da instrumentalidade do Serviço Social. Com relação aos instrumentos utilizados, devem ser considerados os conhecimentos, as habilidades, as concepções teóricas, os meios para alcançar os resultados e objetivos, além dos instrumentos que possibilitam a intervenção com usuários, famílias, comunidades e redes. A ideia técnico-operativa do exercício profissional dos assistentes sociais, a um contexto do projeto da profissão, articulando-a às dimensões teórico-metodológica e ético-política. O objetivo foi mostrar as relações entre os traços gerais positivista, fenomenológico e dialético apropriados pelo Serviço Social que influenciaram as teorizações do projeto profissional bem como a produção acadêmica dos próprios Assistentes Sociais que marcaram o desenvolvimento teórico desta profissão.

### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.**

CAMPAGNOLI, S. Desvendando uma relação complexa: o Serviço Social e seu instrumental técnico. Orientador: Maria Lúcia Martinelli. São Paulo, PUC, 1993. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social).

PINTO, João Bosco. A pesquisa e a construção da teoria do serviço social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 7, n. 21, p. 47-54, ago. 1986.

YASBECK, M. C. Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC/SP. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, ano 5, n.14, p. 29-143, abr. 1984.

## EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA E PRÁXIS EM UM AMBIENTE CONTROLADO

Agmo Salomão Vicente da Cunha<sup>1</sup>  
Ana Caroline Cunha Borges<sup>2</sup>  
Herik Pazetto Silva Freitas<sup>3</sup>  
Jéferson Alves Antônio<sup>4</sup>  
Ozéas dos Santos Lima<sup>5</sup>  
Faculdade FAN

**RESUMO:** As discussões contemporâneas em torno do campo da educação muitas vezes abrangem diversas perspectivas, uma das quais é a Psicologia Social Crítica. Em meio à busca por práticas emancipatórias, diversas análises e explicações emergem no contexto da cultura neoliberal. Isto inclui a estigmatização dos indivíduos encarcerados, perpetuando a dicotomia entre inclusão e exclusão. O objetivo geral deste estudo é conhecer a trajetória da educação prisional e sua contribuição para a ressocialização de pessoas privadas de liberdade. Este estudo baseia-se num método de pesquisa bibliográfica, integrando as experiências diretas dos autores em programas de educação prisional. Ao sintetizar a literatura existente com encontros pessoais, pretendemos fornecer uma compreensão abrangente do assunto. Nossa investigação revelou dinâmicas multifacetadas no âmbito da educação prisional. Conclui-se que indivíduos encarcerados podem passar por um desenvolvimento pessoal transformador e adquirem habilidades sociais essenciais por meio desses programas. A psicologia social crítica serve como uma lente valiosa para compreender e enfrentar os desafios inerentes à educação prisional. Além disso, o estudo destaca os efeitos prejudiciais da estigmatização no contexto cultural neoliberal, o que agrava ainda mais a divisão entre inclusão e exclusão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia Social Crítica, Emancipação, Práxis, Educação Prisional, Ressocialização.

**ABSTRACT:** Contemporary discussions within the field of education often encompass various perspectives, one of which is Critical Social Psychology. Amidst the quest for emancipatory practices, numerous analyses and explanations emerge within the context of neoliberal culture. This includes the stigmatization of incarcerated individuals, perpetuating the dichotomy between inclusion and exclusion. The overarching objective of this study is to understand the trajectory of prison education and its contribution to the social reintegration of incarcerated individuals. This study relies on a bibliographic research method, integrating the authors' direct experiences in prison education programs. By synthesizing existing literature with personal encounters, we aim to provide a comprehensive understanding of the subject. Our investigation has revealed multifaceted dynamics within the realm of prison education. It is concluded that incarcerated individuals undergo transformative personal development and acquire essential social skills through these programs. Critical social psychology serves as a valuable lens for comprehending and addressing the challenges inherent to prison education. Furthermore, the study highlights the detrimental effects of stigmatization in the neoliberal cultural context, which further exacerbates the divide between inclusion and exclusion.

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Serviço Social FANDUCA.

<sup>2</sup> Docente da disciplina de Psicologia Social do Curso de Serviço Social FANDUCA.

<sup>3</sup> Discente do Curso de Serviço Social FANDUCA.

<sup>4</sup> Discente do Curso de Serviço Social FANDUCA.

<sup>5</sup> Discente do Curso de Serviço Social FANDUCA.

**KEYWORDS:** Critical Social Psychology, Emancipation, Praxis, Prison Education, Resocialization.

## 1. INTRODUÇÃO

No contexto atual, somos confrontados com uma questão vital – o papel da educação prisional na ajuda à reintegração dos indivíduos encarcerados na sociedade. Este tema tem uma importância significativa, pois aborda o potencial da educação para quebrar o ciclo de encarceramento e contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva. Dentro do sistema prisional, a educação oferece um farol de esperança. Oferece aos indivíduos encarcerados oportunidades de crescimento pessoal, desenvolvimento de habilidades e um caminho para a reintegração social. Além disso, tem implicações sociais mais amplas, incluindo a redução da reincidência, a diminuição da carga sobre as instalações correcionais e a promoção da equidade social.

Nesse contexto, surge o desafio da busca por uma ciência social emancipatória, que envolve enfrentar as opressões sociais e gerar conhecimento relevante para um esforço coletivo. Essa empreitada une os campos do Serviço Social e da Psicologia Social em pesquisas que não apenas aprofundam a compreensão teórica, mas também facilitam a transformação das circunstâncias e práticas sociais. Quando exploramos tópicos como educação, emancipação e práxis, adentramos no território da Psicologia Social Crítica, uma disciplina comprometida com processos emancipatórios e com a tradução da pesquisa em ações práticas concretas (Lane, 1984). Dessa forma, a relação entre a educação prisional, a Psicologia Social Crítica e o Serviço Social emancipatório é intrínseca, pois todos compartilham o objetivo de promover a justiça, a igualdade e a transformação social.

A Psicologia Social ocupa uma posição crucial no campo do Serviço Social, alinhando-se com os ideais propostos por Milton Santos em sua obra "A Natureza do Espaço" (2006). Do ponto de vista de Santos, a questão social é vista por meio de uma perspectiva específica, mas os materiais que a constituem são compartilhados entre disciplinas. Essa comunidade de elementos une diversas disciplinas e assegura que cada uma mantenha um critério de realidade total, transcendendo perspectivas fragmentadas.

O surgimento de uma perspectiva Crítica dentro da Psicologia Social foi uma resposta teórica e epistemológica por parte de intelectuais profundamente influenciados pelos movimentos sociopolíticos das décadas de 1960 e 1970. Durante esse período, a questão social tomou um novo rumo, impulsionada pelos significativos movimentos populares que exigiam seus direitos. Os pesquisadores daquela época reconheceram que o conhecimento importado de outros países não se alinhava completamente com a realidade da sociedade brasileira, motivando a produção de trabalhos científicos enraizados em necessidades locais. A chamada para um papel mais ativo dos intelectuais na organização social e política tornou-se ainda mais pronunciada no início da década de 1970, sob o regime militar, quando psicólogos envolvidos com a psicologia comunitária começaram a trabalhar de perto com as comunidades de base (Lima, Ciampa, Almeida, 2009).

Em meio a diversos contextos, o cenário educacional brasileiro tem sido objeto de reflexão crítica em relação aos processos de ensino e aprendizagem. Aqui, buscamos compreender o profundo significado que o termo "crítico" pode adotar - o de "situar o conhecimento, investigar suas raízes, definir seus compromissos sociais e históricos e descobrir maneiras de pensar e interpretar". Isso vai além da mera rejeição de uma forma de conhecimento em favor de outra, com base em critérios puramente emocionais (Patto, 2022).

Com esse pano de fundo, torna-se evidente que o assunto é tanto atual quanto necessário. Isso nos instiga a indagar sobre o conceito de práxis, suas implicações e seu potencial para emancipação ou opressão. Agora é o momento de darmos um passo adiante e nos envolvermos em uma reflexão sobre a práxis na Psicologia Social em relação aos indivíduos encarcerados e à educação prisional, e sua contribuição para a reintegração social daqueles privados de sua liberdade. Esta pesquisa está longe de ser exaustiva, mas visa estimular a reflexão sobre nossa postura dentro do campo da Psicologia Social.

Para tal, a questão orientadora, desta pesquisa: Como o processo de educação prisional, orientado pela Psicologia Social, contribui para a reintegração de pessoas privados de sua liberdade? Para responder à pergunta, o objetivo principal é compreender o papel da Psicologia Social na trajetória da educação prisional no contexto da promoção da reintegração social.

Este estudo torna-se relevante, pois aborda questões prementes na sociedade contemporânea, especialmente a reintegração de indivíduos encarcerados. Ao explorar a interação entre Psicologia Social, educação prisional e reintegração social, esta pesquisa tem o potencial de informar políticas e práticas que buscam uma sociedade mais inclusiva e justa. Ela se alinha com o compromisso com a justiça social e o desenvolvimento de uma abordagem mais humana e equitativa para lidar com os desafios enfrentados pelos indivíduos no sistema de justiça criminal.

## **2. METODOLOGIA**

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interpretativista. A escolha por uma abordagem qualitativa (Lakatos; Marconi, 2003) se justifica pela natureza exploratória do estudo, que visa compreender e interpretar as interações entre os conceitos de identidade, emancipação e educação em Psicologia Social Crítica. A abordagem interpretativista (Prodanov, 2013) é fundamental, uma vez que se busca compreender o significado subjacente às teorias treinadas e sua relação com a prática.

No que diz respeito às etapas de pesquisa, inicialmente, foi definido o tema da pesquisa como a interconexão entre identidade, emancipação e educação no contexto da Psicologia Social Crítica. Realizou-se uma ampla busca por literatura relevante em artigos acadêmicos, livros e no acervo da Faculdade Fanduca. Essa busca envolve o uso de bases de dados acadêmicas, bibliotecas digitais e consulta a materiais disponíveis na instituição de ensino.

Para identificar as categorias analíticas desta pesquisa, foi necessário realizar uma revisão extensa da literatura e, subsequentemente, organizar os resultados em grupos temáticos. As categorias analíticas, nomeadas como "A identidade e a emancipação em psicologia social crítica," "A validade da emancipação e a práxis em um ambiente controlado," e "A educação como ferramenta para a ressocialização," emergiram como os principais temas que surgiram da análise crítica dos textos.

O processo de identificação e organização das categorias analíticas foi conduzido de forma iterativa e rigorosa. Inicialmente, foram selecionados textos relevantes que abordavam conceitos relacionados à identidade, emancipação, prática e educação no contexto da Psicologia Social Crítica. Esses textos foram cuidadosamente lidos e, durante a leitura, trechos que continham informações pertinentes a cada categoria analítica foram destacados e codificados.

Uma vez que os trechos destacados foram codificados, eles foram agrupados de acordo com suas semelhanças conceituais e temáticas. Essa abordagem de categorização permitiu a identificação das

categorias analíticas distintas que compõem a base desta pesquisa. As categorias analíticas foram, então, refinadas por meio de discussões e análises adicionais para garantir que elas refletissem de forma precisa e abrangente as áreas de interesse da pesquisa. Cada categoria foi cuidadosamente definida e delimitada, de modo a orientar a análise e interpretação dos dados coletados.

Os textos selecionados foram submetidos a uma leitura crítica, com foco na identificação de informações relevantes para a resposta à pergunta de pesquisa. As ideias e conceitos apresentados nos textos foram sistematizados de acordo com as temáticas abordadas em cada um deles.

Posteriormente, os dados obtidos a partir da leitura crítica e sistematização dos textos foram submetidos a uma análise minuciosa. Essa análise visa identificar padrões, tendências e interconexões entre os conceitos de identidade, emancipação e educação à luz da Psicologia Social Crítica. A interpretação desses dados permitiu a construção de um quadro conceitual sólido.

Finalmente, os resultados da análise e interpretação dos textos foram considerados em relação à pergunta de pesquisa. Isso incluiu a identificação de insights, tendências e lacunas na literatura, bem como a formulação de conclusões que são importantes para a compreensão dos conceitos em questão.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1. A IDENTIDADE E A EMANCIPAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA**

Considerando que cada pessoa aborda suas lutas e questões pessoais e sociais de forma diferente, isso leva ao desenvolvimento de identidades individuais únicas. Isto, por sua vez, influencia a ideologia de cada indivíduo, moldando sua forma e direção. Contudo, a emergência desta identidade deve ser vista para além da perspectiva tradicional que a trata apenas como uma questão científica. Numa nova perspectiva, esta identidade deveria ser ao mesmo tempo científica e política, alterando seus parâmetros, diretrizes e trajetória. Isto não só fortalece a identidade social do indivíduo, mas também a sua defesa social (Ciampa, 1987 conforme citado em Almeida, 2017).

Nesse contexto, quando questionamos o conceito de identidade, abrem-se novas perspectivas sobre como percebê-la. Isto, por sua vez, leva a novas investigações e pode resultar em conflitos de interesses, criando oportunidades para novas negociações e pontos de vista alternativos numa determinada situação. Esta discussão sobre identidade e emancipação assume o centro das atenções, evoluindo para um tema complexo e abrangente. Numerosos autores trazem esta discussão à tona a partir de várias perspectivas, cada um com o objetivo de expressar seu ponto de vista. No entanto, permanece a ideia central de que a emancipação está intimamente ligada ao desenvolvimento humano, ao aumento do conhecimento e à obtenção da liberdade e da autonomia. Além disso, ao considerar a autonomia, ela assume uma essência um pouco diferente, pois é vista como a capacidade ou possibilidade de os indivíduos fazerem escolhas (Almeida, 2017).

No entanto, ao discutir a emancipação, é essencial ter cautela porque nem todo processo de mudança pode ser equiparado à emancipação. Devemos estar atentos para não simplificar demais o termo. Os indivíduos podem estar diretamente envolvidos em várias categorias sociais, e a mesma pessoa pode alcançar sucesso num grupo enquanto enfrenta a opressão noutro. Muitas vezes, as conquistas individuais não se traduzem necessariamente em conquistas mais amplas para uma categoria inteira. No contexto mais amplo da coletividade societal, a emancipação procura encontrar um novo significado tanto para a existência do indivíduo

como para os seus planos futuros, bem como lutar pela aquisição de novas e melhores condições sociais (Almeida, 2017).

A emancipação pode muitas vezes estar subtilmente integrada na vida quotidiana de um indivíduo, à medida que este procura melhorar as condições sociais prevaletentes. Em muitos casos, as injustiças ocorrem simplesmente porque estas questões são percebidas de um ponto de vista dominante. Além disso, é importante notar que nem sempre a emancipação completa é alcançada; em vez disso, é um processo emancipatório contínuo. Esse processo envolve reconfigurar as relações sociais. No entanto, não garante uma emancipação imediata ou absoluta, pois estes processos tendem a ser graduais, mas essenciais. No decorrer de um processo emancipatório podem surgir diversas forças opostas, conflitos ou mesmo o risco de o processo se alinhar com o sistema existente, fazendo com que ele perca parte da sua essência transformadora. No entanto, isso não significa que não terá impacto; certamente o fará (Almeida, 2017).

Quando analisamos esse ponto de vista, ficamos preocupados com o resultado, pois muitas pessoas podem argumentar que não vale a pena lutar por mudanças sociais. Elas podem apoiar a ideia de que o sistema capitalista neoliberal é o único mediador e detentor de poder, adotando uma postura individualista e isolada. Essa atitude contribui para fortalecer um sistema opressor que enfatiza a busca pelo sucesso profissional pessoal, a acumulação de bens materiais e as relações interpessoais com um foco estratégico e oportunista (Almeida, 2017).

O que fica claro é que o desejo por mudanças no estilo de vida frequentemente entra em conflito com o sistema que governa nossa existência. Esse sistema tende a direcionar essas mudanças para um terreno onde pode influenciá-las ou até mesmo distorcê-las, de modo que elas se alinhem com seus interesses. Isso cria um cenário em que a emancipação se torna submetida à sua vontade, necessitando de sua autorização para progresso para o próximo estágio. É importante observar que a excelente abordagem desse tema, realizada por Juracy Armando Mariano de Almeida, desempenhou um papel fundamental na elaboração deste trecho. Essa discussão sobre o controle do sistema e seus efeitos na emancipação nos leva à próxima seção sobre "A validação da emancipação e a práxis em um ambiente controlado".

### **3.2. A VALIDADE DA EMANCIPAÇÃO E A PRÁXIS EM UM AMBIENTE CONTROLADO**

No contexto do processo de Emancipação e Práxis, é importante examinar como esses processos se manifestam em diversos ambientes ao nosso redor. Isso é particularmente relevante quando consideramos o Sistema Prisional Brasileiro. A complexidade dessa questão é resultado de inúmeros fatores intrínsecos e extrínsecos ao sistema. Muitas vezes, pessoas observam o sistema prisional sem realmente buscar compreendê-lo, assumindo apenas o papel de espectadores e absorvendo informações preestabelecidas.

É essencial considerar que o sistema prisional brasileiro tem como objetivo a "ressocialização" dos apenados. No entanto, a questão central é como essa ressocialização é efetivamente realizada. Em teoria, a reintegração do preso à sociedade ocorre por meio do trabalho e do estudo, tanto dentro como fora da unidade prisional, com acompanhamento psicossocial. A pergunta que surge é: qual é o propósito real dessa ressocialização? Segundo Tasoniero (2018, p 144):

[...] no decorrer histórico, as mudanças político-sociais trouxeram a ressocialização como a finalidade maior da pena de prisão, cuja perspectiva não é mais meramente punir, mas proporcionar uma oportunidade de reinserção do criminoso na sociedade.

Tasoniero (2018), nesse sentido, destaca uma mudança de foco, em que a perspectiva não se limita mais à punição, mas busca proporcionar uma oportunidade de reintegração do criminoso na sociedade. Isso ressalta a evolução histórica da função da prisão, enfatizando a importância da reabilitação social do indivíduo e o afastamento de uma abordagem meramente punitiva.

O processo de ressocialização de um detento e sua emancipação não são garantidos, pois ele enfrenta várias restrições enquanto está privado de sua liberdade. Isso inclui a falta de controle sobre decisões básicas do cotidiano, como escolher sua comida (geralmente limitado ao que é servido na prisão) e definir seus horários de sono, que são ditados pelo sistema. Além disso, a oportunidade de trabalhar ou estudar não é uma escolha pessoal, dependendo inteiramente da disponibilidade oferecida pelo sistema penitenciário. Muitos detentos optam pelo trabalho como uma forma de atender às suas necessidades básicas, enquanto o acesso a essas oportunidades é concedido apenas a uma minoria, criando desigualdades significativas dentro do sistema prisional, entre outros desafios. Tasoniero (2018, p 146) relata:

[...] condições desumanas de alojamento, alimentação, higiene, entre tantos aspectos degradantes. Isto é, as prisões, na realidade cotidiana, apenas fomentam a violência, multiplicando ou transformando a quantidade de crimes e criminosos; um efeito perverso e oposto ao seu objetivo formal de humanização, ressocialização e emancipação.

Segundo Tasoniero (2018, p. 146), a realidade quotidiana das prisões revela condições desumanas relacionadas ao alojamento, alimentação, higiene e outros aspectos degradantes. Estas condições adversas acabam, de facto, por fomentar a violência e, paradoxalmente, por aumentar ou transformar a quantidade de crimes e crimes. Esse efeito perverso e contrário ao objetivo formal das prisões, que é a humanização, ressocialização e emancipação dos detentos, destaca a desconexão entre as preocupações declaradas do sistema penitenciário e os resultados práticos. O ambiente prisional, ao invés de promover a ressocialização, muitas vezes contribui para a perpetuação do ciclo criminoso, tornando-se um desafio significativo no alcance desses objetivos.

Por essas razões, torna-se impossível para o indivíduo alcançar a emancipação completa, pois a falta de autonomia o mantém preso às regras limitantes predefinidas. Isso também resulta na falta de uma ressocialização completa. Chegamos a um ponto crucial aqui, onde a sociedade muitas vezes coloca toda a responsabilidade pelo não aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo sistema, bem como pela reincidência em crimes, unicamente sobre a detenção. No entanto, examinaremos mais profundamente, veremos que essa visão não é totalmente correta. Existe uma conclusão equivocada na sociedade de que a reincidência de um apenado é uma questão própria individual (Tasoniero 2018).

Sendo assim, consideramos ainda assim que a educação tem um papel importante na ressocialização e emancipação do apenado. No entanto, é importante reconhecer que o sistema educacional oferecido nas prisões é muitas vezes moldado pelas restrições impostas pelo sistema carcerário. Isso inclui dificuldades de

rotina, questões de segurança e, muitas vezes, falta de oportunidades para colocar na prática o que é aprendido em sala de aula (Tasoniero 2018).

Isso nos leva a considerar outro conceito enigmático: a Práxis. A discussão sobre a Práxis é ampla e intensamente debatida em relação à sua essência, desenvolvimento e aplicação, devido a diversas perspectivas sobre o seu significado. No geral, podemos concebê-la como uma atividade humana que transforma tanto o meio ambiente natural quanto o social, bem como as aspirações humanas, para criar um mundo mais humano. A Práxis, assim, assume uma condição de ação, onde a teoria se converte em prática, não melhorando o conhecimento empírico, mas englobando todo o processo, desde a concepção teórica até a execução e resultados, incorporando o ambiente e a história, estabelecendo uma conexão entre o produto e o produtor (Vásquez, 1977).

Podemos entender todo esse processo como um intrincado mecanismo, semelhante a um grande relógio, onde cada pergunta e resposta, ação e reação, desempenham papéis essenciais, funcionando como engrenagens interligadas que conduzem à obtenção de novo conhecimento. Isso é exemplificado pela citação de Lima (2009:33), que afirma que o pensamento empírico só se torna claro após o conjunto de argumentos ser devidamente explicado.

Por esse ângulo, é evidente que em qualquer estudo ou busca por conhecimento, não é possível começar no "meio" do processo. O ponto de partida crucial é a raiz do pensamento que motiva a ação, ou seja, a "ideia" por trás da ação representa o início fundamental. Ignorar essa etapa no processo de aprendizado resultaria em um conhecimento superficial e incompleto. Esse processo, centrado na busca de resultados, é o que caracteriza a Práxis, envolvendo não apenas a construção do conhecimento, mas também a participação ativa dos indivíduos no processo de aprendizado, tornando-os parte integrante dessa incessante busca por compreensão e evolução (Lane, 1989).

Neste contexto, observamos que o indivíduo envolvido na ação transcende o seu papel como uma mera peça complementar, cuja participação na ação pode ou não ser uma possibilidade. Em vez disso, ele assume o papel de agente ativo, sendo necessário tomar parte ativa na ação (Vásquez, 1977). Seguindo a linha de raciocínio de Vasquez e também de Pimentel, é importante ressaltar que o processo de desenvolvimento é considerado uma Práxis. Isso deve ao fato de envolver um conjunto completo de elementos necessários para a realização de uma ação específica, deixando de ser apenas uma "realidade material" e transformando-se em um conjunto abrangente que visa gerar resultados com continuidade. Porém, a teoria não transforma a realidade nessa visão, o conhecimento teórico visa somente o estudo em base, e a na visão de Vasquez (1977), a teoria é o princípio norteador da práxis e sem ela não há a emancipação, há somente "a mera contemplação da realidade".

Sabemos que a ideia de levar a educação para dentro das prisões existe há muito tempo. No entanto, devido à falta de estrutura tanto física quanto administrativa e, muitas vezes, à ineficiência das políticas públicas existentes, isso muitas vezes não era viável. Atualmente, percebemos uma mudança nesse cenário, mas é importante questionar que tipo de ensino está sendo implementado nas prisões. Qual abordagem de Práxis o Sistema Prisional segue: a Práxis Inovadora ou a Práxis Reiterativa?

Determinar qual dessas abordagens é mais predominante é desafiador, pois ambas parecem estar presentes no cotidiano dos detentos. A utilização de uma ou outra depende das condições condicionais do



Sistema Prisional e pela Unidade Prisional específica, o que pode variar de uma direção para outra e de um estado para outro.

Nesse contexto, é fundamental destacar um ponto importante da obra de Vasquez, "Filosofia da Práxis", que classifica a Práxis em duas vertentes: "Práxis Reiterativa" e "Prática Inovadora". Essa distinção influencia profundamente o pensamento sobre como a educação é abordada dentro das prisões e qual impacto ela pode ter na vida dos detentos. A Práxis Reiterativa, também chamada de Imitativa, envolve seguir estritamente as diretrizes e padrões já estabelecidos por um sistema existente. Isso pode resultar em um pensamento que apenas reflete conceitos pré-existentes, mantendo a ideia principal intocada e considerando-a definitiva e única. Isso pode ser perturbador, pois mantém o conhecimento em um ciclo repetitivo, levando a resultados semelhantes aos já obtidos, mesmo que o processo para alcançá-los tenha sido diferente. Isso significa que o resultado da prática é, muitas vezes, previsível desde o início (Vasquez, 1977).

Por outro lado, a Práxis Inovadora ou Criadora desafia as normas estabelecidas pelo sistema, resultando em um confronto e questionamento das ideias tradicionais. Esse embate e questionamento podem levar ao surgimento de ideias totalmente novas, desvinculadas de conceitos antigos. Essa forma de Práxis impulsiona o desenvolvimento, pois permite que o indivíduo crie respostas inovadoras para as necessidades que surgem ao longo de seu desenvolvimento. Como essas necessidades estão em constante evolução, cada uma delas requer uma resposta nova e criativa para ser eficaz (Vasquez, 1977).

Nos processos de desenvolvimento do indivíduo e do ambiente em que vive, a criatividade é uma necessidade evidente no cotidiano. No entanto, é importante entender que a base da Práxis Criadora muitas vezes dá origem à Práxis Reiterativa, que se caracteriza por seguir um conceito de cópia, frequentemente chamado de "mesmice" por Ciampa (1987) e definido como uma Práxis de "segunda mão" por Vasquez (1977).

Essa transição para a Práxis Reiterativa geralmente ocorre não porque o indivíduo a busca intencionalmente ou por necessidade, mas devido ao comodismo. Quando as pessoas exploram a teoria de um tópico em busca de conhecimento, é comum que elas se deixem levar pelos mesmos pensamentos, pela corrente predominante de ideias. Isso acontece porque buscar novos conhecimentos exige tempo, paciência, determinação e outras virtudes cada vez mais raras em nossa sociedade atual. Além disso, muitas pessoas têm medo do desconhecido, receio de novos horizontes e do que podem encontrar no caminho. Assim, é mais fácil adotar pensamentos já estabelecidos, muitas vezes mascarando resultados e conceitos.

É importante notar que, em muitas unidades prisionais, o ensino ainda se baseia em conceitos antigos e em métodos de memorização. Os materiais de ensino frequentemente consistem em velhas "cartilhas" fornecidas pelo estado, que não apresentam nada de novo aos alunos. Embora esse método possa ser considerado arcaico, ainda é válido em algumas circunstâncias, especialmente quando os recursos são limitados e o sistema de ensino depende da boa vontade das pessoas envolvidas. Nesse contexto, podemos observar a presença da Práxis Reiterativa.

Em algumas unidades prisionais, está ocorrendo a integração da tecnologia, com a introdução de computadores, projetores, tablets e acesso à internet. Isso possibilita a realização de aulas remotas, com professores dedicados a proporcionar um ensino de alta qualidade. Nesse cenário, o conhecimento transmitido na sala de aula assume uma abordagem totalmente diferente e envolvente. A presença desses recursos tecnológicos permite que os professores criem uma dinâmica de ensino inovadora, que atenda às necessidades dos alunos. Apesar de algumas limitações, como horários, espaço físico e acesso a materiais, os professores

envolvidos nesse sistema conseguem transmitir o conhecimento de maneira eficaz, proporcionando aos alunos a oportunidade de explorar novas ideias e conceitos. Isso pode resultar na emergência de novas temáticas e até mesmo na reescrita de histórias que muitos consideravam conhecer o final.

Nesse contexto, vemos como a introdução da tecnologia nas unidades prisionais está revolucionando o processo educacional. Os recursos tecnológicos proporcionam uma dinâmica de ensino envolvente, possibilitando aos professores alcançar um alto nível de qualidade na educação oferecida aos detentos. Essa abordagem diferenciada abre portas para o surgimento de novas ideias e conceitos, promovendo um ambiente propício à transformação e reescrita de histórias que muitos consideraram conhecer o final. No entanto, a tecnologia, por si só, não é a única ferramenta para a ressocialização. Na próxima seção, exploraremos em detalhes como a educação se torna uma ferramenta crucial nesse processo, desempenhando um papel fundamental na reintegração dos indivíduos na sociedade e na construção de um futuro mais promissor.

### **3.3. A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA PARA A RESSOCIALIZAÇÃO**

Dentro do sistema prisional, a busca pela emancipação por meio da educação enfrenta desafios significativos. A educação nas prisões enfrenta obstáculos como limitações de espaço, falta de mão de obra de professores e superlotação, o que torna difícil atender à maioria dos detentos (Tasoniero, 2018).

É importante reconhecer que alcançar a emancipação, seja dentro ou fora do sistema prisional, é um desafio específico. Os presídios frequentemente refletem as contradições do sistema capitalista, onde as condições materiais da sociedade influenciam todas as outras relações sociais. Assim como na sociedade em geral, as pessoas privadas de liberdade muitas vezes valorizam a posse em detrimento do desenvolvimento pessoal, e a propriedade torna-se um foco central (Tasoniero, 2018).

A legislação brasileira, com seu discurso aparentemente articulado e conciliatório, promove a ideia de ressocialização dos apenados como um objetivo central no sistema penal. De acordo com a lei, as prisões deveriam oferecer oportunidades para a ressocialização, e a educação emancipatória é destacada como uma das principais ferramentas para esse propósito. No entanto, a realidade nas prisões revela desafios significativos que impedem a efetivação desse propósito (Lei de Execução Penal, 1984).

Nesse contexto, a legislação, e por consequência, o imaginário coletivo, tende a abordar a reincidência do apenado como uma questão individual, negligenciando a complexidade dos problemas enfrentados no cotidiano das prisões. Isso acaba por levar o próprio indivíduo a acreditar que ele é o problema na sociedade. Essa ideia é amplamente difundida pela escola, pela mídia e por vários setores da sociedade. Essa crença generalizada de que o indivíduo é o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso é algo que Tasoniero (2018) destaca em sua análise.

No entanto, a crítica feita por Tasoniero (2018) nos leva a uma reflexão mais profunda. Ele argumenta que qualquer discurso que fale de emancipação, mas não questione profundamente as estruturas instituídas e não expresse claramente seus limites, torna-se vazio e baseado em conceitos abstratos. Isso é particularmente evidente quando se trata de conceitos recorrentes na educação e na legislação penal, como ressocialização e emancipação. Muitas vezes, esses conceitos são usados sem uma base teórica sólida, tornando-se meramente abstratos e vazios.

A análise do sistema prisional e da educação emancipatória, à luz das perspectivas de Michel Foucault (1989) e Paulo Freire (2005), oferece contribuições significativas sobre as complexidades envolvidas na ressocialização de apenados. Michel Foucault (1989) abordou a questão do poder e controle nas instituições sociais. Seu conceito de "vigiar e punir" é particularmente relevante para entender as prisões. Foucault (1989) argumentou que as prisões não são apenas locais de punição, mas também de controle social, onde o poder é exercido de forma disciplinadora. Nesse contexto, a ressocialização pode ser vista como uma tentativa de moldar os indivíduos de acordo com as normas sociais dominantes, reforçando assim o controle social. As prisões muitas vezes perpetuam a submissão e a obediência às estruturas de poder existentes, o que torna desafiador alcançar uma verdadeira emancipação.

Por outro lado, Paulo Freire (2005) enfatizou a importância da conscientização e da participação ativa dos indivíduos em seu próprio processo de aprendizado e transformação. Ele acreditava que a educação deveria ser libertadora e empoderadora, capacitando as pessoas a questionar as estruturas opressivas da sociedade. Nesse sentido, a educação emancipatória é fundamental para a ressocialização, pois permite que os apenados desenvolvam habilidades críticas, questionem as normas sociais e se tornem agentes de mudança em suas vidas.

No entanto, a análise conjunta de Foucault (1989) e Freire (2005) revela um paradoxo nas prisões: enquanto a educação emancipatória é essencial para a transformação e reintegração dos apenados na sociedade, as próprias prisões muitas vezes funcionam como instituições disciplinadoras que restringem a liberdade e perpetuam o controle social. Portanto, alcançar uma verdadeira ressocialização requer não apenas a implementação de programas educacionais, mas também uma reflexão crítica sobre as estruturas e práticas das prisões em si, conforme sugerido por Foucault (1989), e a promoção de uma educação libertadora que capacite os indivíduos a se tornarem agentes de mudança, como preconizado por Freire (2005).

Portanto, é fundamental identificar e analisar a intencionalidade por trás desse discurso, especialmente no contexto da legislação penal e educacional penal. O uso de expressões como ressocialização e emancipação, sem uma base filosófica sólida ou sem uma explicação clara de suas perspectivas teóricas, pode servir para obscurecer a verdadeira natureza da atividade educativa e reforçar relações de hegemonia que mantêm o pensamento dominante.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Esta pesquisa buscou compreender o papel da Psicologia Social na trajetória da educação prisional no contexto da promoção da reintegração social. Para tal, adotou-se uma abordagem qualitativa, interpretativista e bibliográfica. Ao longo desta pesquisa, foi possível identificar que a Psicologia Social desempenha um papel crucial na trajetória da educação prisional, desafiando concepções tradicionais e promovendo a reintegração social dos apenados. A abordagem qualitativa e interpretativista permitiu uma análise aprofundada das interações sociais, das dinâmicas de poder e das práticas educacionais dentro do contexto prisional.

Esta pesquisa contribui para uma compreensão mais abrangente da complexa relação entre a Psicologia Social e a educação prisional, destacando o seu papel fundamental na promoção da reintegração social. Além disso, oferece insights importantes para os profissionais da área, demonstrando como abordagens inovadoras

podem influenciar positivamente a vida dos apenados e contribuir para a construção de sociedades mais exclusivas e em sociedades.

Partimos de nosso conhecimento, enquanto PPL do sistema penitenciário do estado do Paraná, sobre a realidade nas prisões, contrastando-o com o discurso e propostas de ressocialização, humanização e emancipação que embasam a Educação nas Prisões. Assim, verificamos que Educação no Sistema Penitenciário, traz em seu bojo teórico a pretensão de ressocializar os sujeitos aprisionados, excluídos e marginalizados, almejando alcançá-la, por meio de uma educação emancipadora, que os desenvolva cognitivamente e socialmente. Entretanto, a realidade das unidades penais, na prática, há muito mais pessoas presas que poderiam ser incluídas no sistema educacional e que não o são por sérias limitações (Tasoniero, 2018).

Contudo, é importante considerar que ainda existem lacunas a serem preenchidas nesta pesquisa. Uma delas é a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a eficácia de programas específicos de educação prisional, bem como a influência das políticas públicas nesse contexto. Além disso, uma pesquisa aponta para a importância de explorar mais o fundo do impacto da estigmatização e da discriminação na reintegração social dos apenados.

Para pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos longitudinais que acompanhem o processo de reintegração social de ex-apenados, analisando a evolução de suas perspectivas e desafios ao longo do tempo. Além disso, investigações que explorem a implementação de políticas públicas específicas e avaliem sua eficácia podem fornecer insights valiosos para a melhoria do sistema prisional e da educação dentro das prisões. Dessa forma, esta pesquisa destaca a importância da Psicologia Social na promoção da reintegração social por meio da educação prisional, apoiando suas contribuições e apontando para perspectivas futuras de investigação que podem enriquecer ainda mais nosso entendimento desse campo e vital.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. A. M. de. **Identidade e emancipação**. Psicologia & Sociedade, v. 29, 2017.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história de Severina**. São Paulo: Brasiliense. 1987.

DE SOUSA, A. S.; DE OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 10 ago. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213 p.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

LANE, Sílvia T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. Em Lane, Sílvia. T. M. & Codo, Wanderley. (Orgs.) **Psicologia Social: O homem em movimento**. (8ª ed., pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense. 1984.

LIMA, A. F. de. **Sofrimento de indeterminação e reconhecimento perverso: um estudo da construção da personagem doente mental a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação**. 2009. 285 f. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17369>. Acesso em: 10 ago. 2023.

LIMA, A. F. de; CIAMPA, A. da C.; ALMEIDA, J. A. M. de. Psicologia social como psicologia política?: A proposta de psicologia social crítica de Sílvia Lane. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 223-236, dez. 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2009000200004&script=sci\\_abstract](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2009000200004&script=sci_abstract). Acesso em: 10 ago. 2023.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2022.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**, Edusp 2006.

TASONIERO, Gustavo. **A Educação nas Prisões**: um estudo sobre a perspectiva de Emancipação Humana. 2018. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2018. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3973>. Acesso em: 10 ago. 2023.

VASQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis** (2ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

## A ALFABETIZAÇÃO NA ERA DIGITAL

DA SILVA, Lucas Bueno;  
DIAS, Fábio Carvalho;  
LIRA JÚNIOR, Luiz Carlos;  
VIEIRA, Roberto Schiesl;  
DA SILVA, Laisa Cristina Pimentel.  
Faculdade FAN  
Penitenciária Estadual de Guarapuava - PEG

**RESUMO:** Buscou-se desenvolver no presente artigo uma pesquisa na qual pretende-se trazer o uso de ferramentas digitais na alfabetização. Assim sendo, diante de estudantes que chegam às escolas envolvidos pelo meio digital, percebe-se a necessidade de aliar recursos e ferramentas digitais que disponham de acesso facilitado às comunidades escolares do ensino público, reconhecendo assim, a importância da inclusão digital no processo de formação dos alunos. Também destacamos a importância e necessidade de investimento, planejamento e envolvimento da escola como um todo, potencializando a interação e a interatividade de todos os envolvidos no processo educativo. Dessa maneira, tratamos sobre as implicações de se introduzir a informática na educação, tendo o computador como suporte de escrita na fase de alfabetização, presente no contexto das inovações tecnológicas, que oportunizam novos formatos de ensino e aprendizagem. Percebeu-se também a oportunidade dos alunos em aprender a lidar com esse outro formato da escrita, que certamente traz efeitos sociais e culturais muito significativos para as crianças que estão na fase de alfabetização, em processo de incorporação das várias formas materiais e simbólicas de escrever e de ler textos em nossa sociedade, as quais se concretizam nos modos manuscritos, impressos e digitais.

**Palavras-chave:** Informática na Educação. Alfabetização Digital. Ensino Aprendizagem. Inclusão Digital.

### 1. INTRODUÇÃO:

O presente artigo busca compreender a alfabetização dos alunos das escolas do ensino fundamental público através das ferramentas digitais, objetivando que cada vez mais, alunos possam ser incluídos na nova era digital e informacional, com o intuito de prepará-los como sujeitos conscientes dos seus direitos e deveres diante da sociedade. Nota-se que são vários os instrumentos e os suportes utilizados pela escola, ao longo da história, para incentivar as crianças a aprenderem a ler e a escrever textos. Entre essas práticas pode-se incluir, atualmente, o uso do computador como suporte de texto e como modo de ensinar a escrita.

Este artigo é o resultado de um esforço para conceituar inclusão digital. O texto discute inclusão digital à luz de outros conceitos encontrados na ciência da informação e em áreas correlatas. O resultado final

pretendido é um marco de compreensão para a vinculação entre ética e cidadania, de um lado, e educação para a informação na Internet, de outro, com vistas à inclusão social (LIMA, et al. 2005).

Apresentamos, neste artigo, as implicações de se introduzir tal suporte na fase de alfabetização, supondo que a compreensão do computador como um suporte multimodal de texto que oferece imagem, som, comunicação *on-line*, entre outros signos, aguce a percepção das crianças sobre a escrita alfabética.

Nosso objetivo mais amplo, é tentar demonstrar o potencial do computador como mais um instrumento de alfabetização, entre tantos outros já utilizados e conhecidos pela escola, colocando em evidência indícios sobre aspectos cognitivos e físicos relacionados ao ato de escrever e ler no novo suporte.

A principal relevância do presente artigo será tentar demonstrar, a partir da circulação dos diversos gêneros textuais nas esferas digitais, a necessidade de um novo olhar diante do processo de aquisição da escrita. Com isso se faz necessário que os professores repensassem o significado da alfabetização, para que possam incluir a assimilação de outros registros, tais como imagens, sons, vídeos, diferentes textos escritos, fato que passou a demandar outras habilidades dos educadores, ou se preferirmos, a alfabetização digital.

## **2. METODOLOGIA:**

O trabalho foi elaborado através de pesquisa bibliográfica qualitativa, com o método hipotético-dedutivo, usando a biblioteca física e virtual, Google acadêmico, o material de apoio fornecido pela instituição Fan padrão, e o material referencial fornecido pela pedagoga da unidade.

A pesquisa bibliográfica, para Fonseca (2002), é realizada:

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos previ-*os* sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (P. 32).

O presente trabalho foi desenvolvido principalmente através das presentes obras fornecidas no material de apoio: Alfabetização: Métodos, metodologias e didáticas. Alfabetização e letramento. O uso das TICS como Recurso Pedagógico em Sala de aula. As TICs na educação infantil: uma sequência didática.

Foi usado também o material encontrado no Google acadêmico: Modelos pedagógicos em educação à distância [recurso eletrônico] / Patrícia Alejandra Behar.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

### **3.1. MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO:**

De acordo com as pesquisas realizadas no presente artigo, ressalta-se que o processo de alfabetização vem acompanhando o homem há muito tempo, desde a sua origem, sendo responsável assim pela sua capacidade

para criar inovações, conservar e perpetuar sua cultura. Assim sendo, a alfabetização passou por muitos momentos de transformação ao longo da história da humanidade, vem evoluindo desde a Grécia antiga até os dias da atual chamada era digital, dessa maneira a alfabetização, como qualquer outro segmento educacional, vem tendo seu processo alterado de acordo com as necessidades históricas e principalmente pelos momentos pelos quais o mundo vem evoluindo (PONTES JÚNIOR, et al, 2009).

Quando falamos de métodos de alfabetização, não falamos de um específico, mas sim de vários caminhos que nos levam à ela. Os professores, por exemplo, apresentam vários métodos de alfabetização, usam da sua própria competência e de seus próprios conhecimentos e experiência. Alguns dos métodos mais conhecidos e utilizados são: “Métodos Sintéticos, Método Alfabético, Método Fônico, Método Silábico, Métodos Analíticos, Método de Palavras e Método de Sentencição, Método Global de Contos, Método Natural, Método de Imersão”(GONÇALES, et al, 2015,p.10)

Entende-se alfabetização como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilita ao aluno ler e escrever com autonomia. Desse modo, entende-se letramento como o processo de inserção e participação na cultura escrita.

A idade escolar para o processo de alfabetização não é mais a mesma, no ensino fundamental é obrigatória a duração de 9 (nove) anos de estudo, gratuito na escola pública, no Ensino Fundamental deve se efetuar o início dos estudos aos 6 (seis) anos de idade, que terá por objetivo a formação básica do cidadão.

A partir disso, sabe-se que hoje em dia, os indivíduos já nascem em contato com as tecnologias e o educador tem uma consciência ampla que a introdução da informática no ensino é importante e contribui numa visão geral para elaboração de recursos que fazem parte da construção do conhecimento do aluno, e também tem que se levar em consideração que, pode-se aprender tanto dentro, quanto fora da escola, logo novas metas para nível de alfabetização serão alcançadas (GONÇALES, 2015).

Segundo Santaella (2004), uma das atividades base da sequência de alfabetização é o desafio de transpor o conceito de imersão híbrida para o campo da educação, nas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula em que os materiais e objetos se colocam em diálogo com os recursos midiáticos de som e imagem, para a brincadeira em momentos de exploração da imaginação, ressignificação do repertório e formulação de sentidos. Entende-se então que é possível vivenciar um espaço de interação dos educandos com a virtualidade da imagem, porém é preciso que haja repertório de experiências e intencionalidade pedagógica para que as crianças interajam nesse momento apropriando-se do espaço para ressignificar outras vivências.

Na educação infantil, há que se superar modelos que incorporam as TICs na sala de aula como mero mecanismo de controle do corpo infantil, ao subtrair a atenção das crianças com vídeos, desenhos animados, entre outros, desprovidos de intencionalidade. As tecnologias não devem ser entendidas como ferramentas, mas como proposta pedagógica, contribuindo em aprendizagens relevantes e socialmente significativas (VENTURI, 2018).



Alfabetização é uma história muito longa, sobre a qual nós conhecemos pouco. As práticas de alfabetização estão em constante transformação desde que se necessitou ensinar alguém a ler e escrever. Não fomos nós que inventamos a alfabetização e nem foi a escola. Afinal, são mais de 5.000 anos de invenção da escrita e pouco mais de dois séculos de escolarização de massa no mundo ocidental. Isso significa que a busca de maneiras de ensinar a escrita passou, antes da escola, por espaços domésticos e outros espaços privados, por iniciativas informais e só depois por sistemas públicos de ensino, hoje em dia temos também vários métodos de alfabetização pela tecnologia, e assim podemos muito bem levá-los a muitos lugares e muitas pessoas que não tiveram a oportunidade de estudo, a oportunidade da alfabetização pelos meios tecnológicos (GONÇALES, 2015).

Segundo Ribeiro (2003):

Alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-las para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia para exercer a arte e a ciência da escrita. Deste modo, foram questionados os entrevistados sobre o que seria a alfabetização. Entre as repostas obtidas, destacam-se as seguintes: “Alfabetizar é o ato de ensinar conceitos escolar e social”; “Oferecer subsídio para que o aluno construa o conhecimento”; “É dar oportunidade para o aluno interpretar tudo o que o rodeia”; “Ensinar os primeiros passos para o entendimento da letra”; “Levá-lo ao conhecimento do mundo dos símbolos, números, letras e sinais que, juntas, darão sentido e clareza ao identificá-los expressamente”. (Lima, pg. 8. apud, Ribeiro, 2003).

Segundo Maciel (2000), no Brasil, são 130 anos de história da alfabetização e, durante esse período, em decorrência do que se considerou a nova e a definitiva verdade científica sobre o processo de alfabetização, pode-se constatar, em certos momentos, a centralidade atribuída, no âmbito do que hoje denominamos “políticas públicas”, “a um ou a alguns dos aspectos específicos da alfabetização, tendendo-se a reduzir esse processo a aspectos neutros e meramente técnicos, porque considerados correspondentes à verdade científica comprovada e inquestionável”.

### **3. 2. O USO DA INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO:**

Através da pesquisa, pudemos considerar que na última década, principalmente após a pandemia da covid-19, muitas instituições educacionais brasileiras vêm passando por um processo de mudanças muito significativas, principalmente no que diz respeito à educação à Distância, chamada (EAD), no processo educacional, através do uso das ferramentas digitais.

Assim, segundo MARTINES (2018):

No que se refere ao uso da Informática como um recurso pedagógico que propicia um aumento na eficiência e na qualidade do ensino, antes de tudo, é necessário fazer relação com a realidade da educação de seus educadores e educandos, assim como pensá-la voltada para a busca da superação dos problemas de ensino; bem como procurar identificar as formas que constituam respostas para os problemas da educação. Dessa forma, pode-se dizer que o uso do computador nas escolas vem crescendo, e rompendo barreiras no ensino, preparando e facilitando o desempenho escolar satisfatório, tanto para o educando como para o educador, que através dessa ferramenta consegue uma boa evolução dentro e fora da sala de aula. Preparando o indivíduo para exercer conhecimentos tecnológicos (MARTINES, p. 6).

Nota-se, de acordo com BEHAR (2009), que muitas escolas no Brasil já possuem laboratórios de informática com acesso à internet e a alguns programas básicos. Porém ressalta-se a importância de haver a criação de políticas públicas e programas sociais para que todas as escolas públicas possam oferecer esse acesso a todas as crianças e jovens das comunidades mais carentes e principalmente levar essa forma de ensino até os municípios de pequeno porte e às comunidades rurais, mas para isso, precisa-se da criação de um programa de informática que possa ser levado até essas comunidades, através de um veículo que seja adaptado a um laboratório integrado de computadores ligados à internet, para que assim esses alunos que vivem no interior possam ter um treinamento básico de como lidar com a informática através do computador, e assim eles poderão aprender como participar das aulas on-line através da Educação à Distância (EAD).

Portanto, percebe-se que o momento atual é de transformação na chamada era digital e é muito importante que as escolas e professores estejam bem preparados para essa nova forma de levar o ensino e aprendizagem até os alunos.

Segundo Behar (2009):

Com o uso de ferramentas tecnológicas para a geração do ensino remoto, governos, entidades públicas e privadas esperam romper o gigantesco déficit educacional e encontrar o caminho da inclusão digital na sociedade da informação. Logo, a Educação a Distância, pode ser definida como uma forma de aprendizagem organizada que se caracteriza, basicamente, pela separação física entre professor e alunos e a existência de algum tipo de tecnologia de mediação para estabelecer a interação entre eles. Ainda que possa ser construída com base em diferentes modelos pedagógicos, é preciso enfatizar que a EAD é educação, ou seja, não é só um sistema tecnológico, nem mesmo um meio de comunicação (BEHAR, 2009,p.16).

Assim, é preciso destacar a importância de um plano pedagógico eficiente que traga o envolvimento da informática, do computador e seus recursos, para as salas de aula. Nota-se que o computador apenas como uma ferramenta digital, não é capaz de trazer avanços educacionais. Cabe à escola utilizá-lo como recurso didático, necessitando principalmente capacitar os professores para que saibam fazer a utilização dos recursos oferecidos por este sistema tecnológico.

De acordo com ARAUJO et al. (2014), as informações que são adquiridas durante o tempo escolar modifica o cognitivo do indivíduo, aumentando assim sua capacidade crítica, tornando-o dessa maneira, uma pessoa com capacidade de discordar ou concordar com tudo aquilo que lhe é proposto. Sendo assim, alcança grandes descobertas, e evolui socialmente. Então, os avanços tecnológicos servem para contribuir e facilitar para que evoluções aconteçam.

Logo, de acordo com ARAUJO:

A informática tem sido cada vez mais necessária na vida do indivíduo, seu uso compõe um dos elementos tecnológicos geradores de mudanças no processo de ensino aprendizagem. Com isto, o ambiente escolar começa a se organizar em espaço estratégico para o acesso da inclusão digital, contudo, para transformar a escola num local de inclusão digital, não basta ter acesso às TICs, serão necessários investimentos na democratização do uso e na formação dos professores, (ARAUJO, et al, 2014,p.35).

Todavia, não basta que os professores se apropriem dessa vasta variedade de recursos oferecidos pela tecnologia, mas também devem compreender que a tecnologia educacional se constitui na maneira inovadora de mediar o conhecimento, promovendo situações de aprendizagens que estimulem e façam com que os alunos se sintam desafiados a aprender, utilizando a tecnologia em prol de atitudes mais criativas e autônomas no processo de ensino e aprendizagem. O aluno não deve ser apenas um digitador, mas precisa-se que esse aluno seja estimulado a produzir conhecimento com a adoção das TICs. Sendo assim, o professor deve agir nesse sentido, como orientador do projeto que está sendo desenvolvido (ARAUJO, et al, 2014).

Assim para XAVIER:

As tecnologias formam o motor da transformação que está ocorrendo no mundo e também na educação. Mas, na verdade, o que importa no final são as inovações, não as tecnologias; pois representam a transformação nas maneiras de ensinar e aprender, enquanto as tecnologias proporcionam somente meios e o novo contexto para esses processos (ARAUJO, et al, 2014, p. 34. apud, XAVIER, 2005, p. 5).

É compreensível que esta modalidade digital de ensino possui instrumentos capazes de transformar a educação brasileira. Entretanto, sem o uso intensivo e democrático dessas tecnologias, as instituições brasileiras não terão condições de atingir todo o seu leque de formação e capacitação na educação. Assim, isso requer o estudo de propostas teórico-metodológica e uma ampla divulgação de experiências em EAD (BEHAR, 2009).

Conforme BEHAR:

Existe uma perspectiva muito grande em torno da EAD, principalmente no ensino superior, como se pode constatar através dos programas criados pelo Ministério da Educação (MEC). A SEED que vem gerenciando ações de âmbito nacional para a inserção da inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem como uma das estratégias para democratizar e elevar o padrão de qualidade da educação brasileira. Estas ações e programas visam promover o desenvolvimento e a incorporação das TIC e das técnicas de educação à distância aos métodos didático-pedagógicos convencionais. Além disso, a SEED incentiva a pesquisa e o desenvolvimento de programas e projetos voltados para a construção de novos conceitos e práticas nas instituições públicas brasileiras (BEHAR, 2009, p.17).

Assim sendo, a escola deve desenvolver o acompanhamento do processo da inclusão digital das novas tecnologias informacionais de maneira efetiva, desempenhando assim o seu papel e não ficando alheia a esta evolução. Dessa maneira, é imprescindível a inserção de políticas e ações que venham promover essa educação digital, trazendo e inserindo o computador e a informática no cotidiano pedagógico, no ambiente escolar (ARAUJO, et al, 2014).

### **3. 3. INCLUSÃO DIGITAL:**

Através do desenvolvimento do presente artigo, notou-se que as tecnologias começaram a ganhar espaço nos anos de 1980 e começo dos anos 1990 com a redução de custos dos pequenos computadores e os computadores individuais. E assim a internet foi mudando todo o contexto social em todas as esferas, como por exemplo na busca por empregos que necessitava ser física, e hoje, às vezes todo o processo acontece de maneira virtual.

Hoje se diz que a inclusão digital tem como objetivo principalmente um acesso à informação produzida no contexto digital, ou seja, através da tecnologia.

Assim segundo Xavier:

A inclusão digital deve estar integrada aos conteúdos curriculares. Cada unidade de ensino deve construir o seu projeto político pedagógico tomando como norte os processos para a inclusão digital, atendendo as necessidades da localidade na qual está inserida. Deve-se questionar sobre implicações ideológicas e suas repercussões no processo de ensino e aprendizagem. As principais recomendações neste sentido implicam na modificação do ambiente educativo, de modo que se torne adequado ao uso das tecnologias. (ARAUJO, et al, 2014, p. 33. apud. XAVIER, 2005, P.3)

Dessa maneira, os conceitos de informação utilitária e contextual adotados pela Infoinclusão estão de acordo com Barreto (1994), que classifica a informação traçando um paralelo com a pirâmide de Maslow, sendo a informação utilitária aquela utilizada para suprir necessidades básicas de indivíduos ou grupos que caracteriza-se por responder questões relacionadas à alimentação, habitação, vestuário, saúde, educação etc. Já a informação contextual é aquela requisitada por indivíduos ou grupos que buscam esse tipo de informação como garantia de permanência para os diversos contextos dos quais participam profissionalmente, socialmente, etc.

Desde o início das discussões, de acordo com ARAUJO et al (2014), ficou claro que inclusão digital deve expressar um conceito que encerre uma consideração profundamente humanista. O mundo contemporâneo está em um estado de transformações e as possibilidades de deterioração das relações humanas tornam-se tão presentes, que o resgate de certos valores "meio adormecidos", no afã do desenvolvimento puramente tecnológico e econômico, precisa ser considerado. Tem-se, então, como fundamental, que inclusão digital deve ser vista sob o ponto de vista ético, sendo considerada como uma ação que promoverá a conquista da "cidadania digital" e contribuirá para uma sociedade mais igualitária, com a expectativa da inclusão social. É possível, portanto, formular uma base conceitual para inclusão digital, com fundamento no espírito de ética universal.

É importante destacar também que nesses últimos tempos as bibliotecas têm passado por muitas mudanças, sendo que as atividades de leitura têm sido, na maioria das vezes, realizadas através de aparatos digitais.

Assim segundo Campelo:

“as bibliotecas universitárias têm que se preparar para a ampliação do conceito de educação de usuários, desenvolvendo nos alunos habilidades informacionais para

interagir nesse novo ambiente digital.” (ARAUJO, et al, 2014, p. 34. apud. CAMPELO, 2003).

Assim sendo, segundo ARAUJO et al (2014), o papel do bibliotecário é essencial para ligação do usuário às informações digitais, levando-os a compreender que podem desempenhar suas funções de leituras de modo eficaz a partir desses novos meios e construir conhecimento atuando de maneira eficaz, tornando-se capazes de usar a informação de maneira cada vez mais autônoma.

Logo, a necessidade de computadores nas escolas é quase que essencial para o processo educacional e nunca pode ser visto como o retrocesso dele, reforça-se que a ideia de que o computador deve ser um auxílio para o processo de conhecimento aluno, desenvolvendo habilidades intelectuais específicas requeridas pelos diferentes conteúdos.

### **3. 4. ALFABETIZAÇÃO DIGITAL NAS SALAS DE AULA:**

Através das pesquisas percebemos que para chegarmos à alfabetização digital, precisamos das habilidades para manusear as ferramentas tecnológicas. Assim sendo, segundo (Blog. Alicerceedu) na alfabetização digital precisamos de princípios que vão ser responsáveis para desenvolver habilidades digitais. Citaremos quatro princípios:

1. Sabedoria para buscar informações na internet;
2. Sabedoria para unir conteúdos;
3. Entendimento para discernir conteúdos verdadeiros e falsos;
4. Conhecimento de links e textos digitais para navegar de forma segura na internet.

Percebe-se assim que a alfabetização digital inicialmente traz o conhecimento necessário para acessar as informações na internet e plataformas digitais. Sendo assim, na alfabetização digital, pode-se encontrar diversas vantagens para o processo ensino-aprendizagem, já que vivemos na chamada era digital. É possível percebermos que as crianças aprendem desde muito pequenas e com muito mais facilidade a utilizar essas ferramentas, cabendo aos educadores e responsáveis, auxiliá-los com segurança nesse processo.

Entretanto, nota-se, de acordo com VOITTO, que no caminho para a alfabetização digital, encontramos obstáculos e barreiras a serem ultrapassados, são eles: desigualdade social e a alta taxa de analfabetismo na população, que são fatores que refletem um problema séria dentro desse contexto. Entende-se então, que é preciso que sejam criadas políticas públicas e mais programas sociais, para levar a alfabetização digital até essas classes que necessitam de auxílio.

Além disso, recursos financeiros deficitários são outros fatores muito preocupantes em relação ao acesso à internet. Computadores, profissionais e professores capacitados para alfabetizar e letrar digitalmente nos pequenos municípios também são desafios a serem vencidos.

Conforme VOITTO, é de extrema importância também a capacitação de professores aptos para trabalhar com plataformas, aplicativos, softwares atuais, e assim acompanharem seus alunos com atividades de ensino através de vídeos, materiais de apoio, entre outros.

Assim fica claro que a alfabetização digital não é apenas instrumentos e ferramentas tecnológicas, mas sim no desenvolvimento do pensamento crítico. Logo, as discussões em sala de aula é de extrema importância para saber o processo de cada indivíduo no uso dessas tecnologias, a fim de melhor atendê-los.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Ao longo deste artigo, notou-se que o uso das ferramentas digitais vem se tornando cada vez mais comuns nas salas de aula de todo o Brasil. Assim sendo, as tecnologias como, por exemplo, o computador vem sendo utilizado como complemento no ensino-aprendizagem, é um meio que incentiva o aluno a querer aprender, promovendo assim, uma satisfação tanto para o educador, quanto para o educando, promovendo dessa maneira a alfabetização digital em sala de aula. Nota-se que esse recurso traz uma série de novidades, pois com o uso dessa ferramenta digital, o ensino se torna mais rápido e fácil, contribuindo para um melhor desempenho escolar e servindo como recurso pedagógico de apoio para educador e educando, promovendo uma inclusão digital para alunos e professores.

Portanto, sabemos que são muitos os desafios a serem enfrentados para levar essa educação digital a todas as localidades do nosso país. Percebe-se a importância do Governo Federal em investir na formação dos professores, tornando-os cada vez mais capacitados para trabalharem com essa nova forma de ensino, além de serem criadas diretrizes para programas de Alfabetização Digital.

Desse modo, conclui-se que com toda essa tecnologia à disposição convoca-se um tipo de educação para a diversidade e assim se contribui para tornar os cidadãos conscientes e integrados socialmente.

#### **5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ARAUJO, Ronaldo Ferreira de, et al. Ci. Inf. Rev., Maceió, v. 1, 2, p. 32-41, maio/ago. 2014.

CAMPELO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. Ciência da informação, v. 32, n. 3 Brasília, set./dez. p. 28-37, 2003.

COMPREENDA OS DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO DIGITAL E O QUE FAZER PARA FOMENTÁ-LA. MEIO ELETRÔNICO. Disponível em: <<https://www.voitto.com.br/blog/artigo/alfabetização-digital>> Acesso em 10/05/2023

FONSECA, J.JS. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

GONÇALES, Eliane Cristina, Joelma de Jesus. Alfabetização: Métodos, metodologias e didáticas. SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG. 2015. Material de apoio.

LIMA, Franciele Gregorio de. Et al. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO. Material de apoio.

MACIEL, Francisca. Alfabetização em Minas Gerais: adesão e resistência ao método global. In: FARIA, Luciano M.; PEIXOTO, Ana Maria Casasantia (Org.). Lições de Minas: 70 anos de Secretaria de Educação Vol. VII. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, Set. 2000.

MARTINES. Régis dos santos, et al. O uso das TICS como Recurso Pedagógico em Sala de aula. 2018, 26/06 a 13/07. Material de apoio.

\_\_\_\_\_ Modelos pedagógicos em educação a distância [recurso eletrônico]/ Patrícia Alejandra Behar (orgs.) - Dados eletrônicos-Porto Alegre: Artmed, 2009.

PONTES JÚNIOR, João de, Maria da Fátima Gonçalves Moreira Tálamo. ALFABETIZAÇÃO DIGITAL: proposição de parâmetros metodológicos em competência informacional. Inf.& Soc.: Est., João Pessoa, v.19,n.2, p. 81-98, maio/ago.2009. Acesso em 10/05/2023

VENTURI, Paula Aparecida Sestari. As TICs na educação infantil: uma sequência didática. 12/07/2018. Material de apoio.

XAXIER, Karine. Inclusão Digital nas escolas públicas: Uma questão Social. Tecnologia Educacional. v. 170/171, p. 47-54, 2005.

## A PSICOLOGIA SOCIAL BATE ÀS PORTAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ana Caroline Cunha Borges<sup>1</sup>  
Hilda Soares Silva Correia<sup>2</sup>  
João Batista de Moura<sup>3</sup>  
Faculdade FAN

### RESUMO

A presença da Psicologia nas Políticas Públicas enquanto foco dessa reflexão, não pode prescindir de um resgate de sua trajetória enquanto fazer profissional. Os saberes psi foram utilizados, durante muito tempo, para o ajustamento dos comportamentos julgados como impróprios para o convívio social. Frantz Fanon analisa a dita normalidade na sociedade, ou mais especificamente, quem é a sociedade para ditar uma pessoa como anormal, quando oprime, explora e adocece os sujeitos? No sistema capitalista, observa-se que o trabalho ocupa cada vez mais o tempo dos sujeitos, passando a ser o núcleo do ser humano. Foi possível compreender que ações que visem a Saúde dos trabalhadores necessitam estar no centro das políticas públicas e das áreas do conhecimento que analisam os sujeitos em sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia; Políticas Públicas; Saúde dos trabalhadores.

### ABSTRACT

The presence of Psychology in Public Policies as a focus of this reflection cannot do without a recovery of its trajectory as a professional practice. Psi knowledge was used, for a long time, to adjust behaviors judged as inappropriate for social life. Frantz Fanon analyzes the so-called normality in society, or more specifically, who is society to dictate a person as abnormal, when it oppresses, exploits and makes subjects sick? In the capitalist system, it is observed that work increasingly occupies people's time, becoming the core of the human being. It was possible to understand that actions aimed at workers' health need to be at the center of public policies and areas of knowledge that analyze subjects in society.

**KEYWORDS:** Psychology; Public policy; Workers' health.

### INTRODUÇÃO

Considera-se que a psicologia social aflorou em meio a contextos de violências históricas, tais como o nazifascismo, as grandes guerras mundiais e a ascensão das desigualdades sociais decorrentes do capitalismo. No Brasil, a Psicologia Social Crítica surgiu da necessidade de intervenções contextualizadas nos problemas sociais específicos dos países da América Latina, até então a psicologia social praticada em solo brasileiro estava ancorada na concepção norte-americana e europeia. Tais concepções têm sua importância, uma vez que são consideradas como raízes históricas dessa área do conhecimento, o que nos leva a entender o porquê

---

<sup>1</sup> Docente da Disciplina de Psicologia Social do Curso de Serviço Social FANDUCA.

<sup>2</sup> Pedagoga PEF 1 FOZ DO IGUAÇU-PR.

<sup>3</sup> Discente do curso de Serviço Social FANDUCA.



de seu interesse de ensino a partir do século XX, pois deve-se saber como seus primeiros estudos tiveram início para que fossem difundidos como relevantes para a comunidade acadêmica e a sociedade (VOSS et al., 2022).

Os saberes psi foram utilizados, durante muito tempo, para o ajustamento dos comportamentos julgados como impróprios para o convívio social. De acordo com a crítica que o psiquiatra Fanon apontou em sua atuação médica antimanicomial, anticolonial e antirracista, “o pensamento médico vai do sintoma a lesão, para isso, procura exaustivamente no cérebro, no organismo, desconsiderando que a lesão pode estar na sociedade, na forma como vivemos ou, melhor, as formas como somos compelidos a viver” (Da Costa e Mendes, 2021). Na perspectiva fanoniana, os sistemas de opressão, como o colonialismo, têm efeitos sobre a constituição da subjetividade e do social, ou seja, diz do potencial adoecedor da forma que a sociedade se estrutura.

No sistema capitalista, observa-se que o trabalho ocupa cada vez mais o tempo dos sujeitos, passando a ser o núcleo/vida do ser humano. Diversas áreas do conhecimento, como a psicologia, a sociologia, a história e a administração, buscaram compreender o mundo do trabalho. Com o decorrer das Revoluções Industriais (sécs. XVIII-XIX) as empresas queriam aumentar sua participação no mercado, então o foco era alavancar e melhorar os meios de produção (Cavassani, et al., 2006). Assim, o universo laboral, desde o período da primeira Revolução Industrial, tem passado por modificações em sua dinâmica e configuração. Mudanças relativas ao capitalismo ocorreram na busca por lucros e produtividade progressivamente (Silva e Mendonça, 2013).

Nos últimos anos, diversas ações vindas da sociedade buscam potencializar avanços nas políticas públicas de atenção integral em Saúde do Trabalhador (ST) que envolvem atuações como assistência, promoção, vigilância e prevenção dos agravos correlacionados ao trabalho. No entanto, observa-se o crescimento desses agravos, com ênfase às questões de saúde mental. Como Saúde Coletiva, o campo da Saúde do Trabalhador fundamenta-se como universo interdisciplinar e interinstitucional que apreende o trabalho como um dos determinantes sociais da saúde (Costa et. al., 2013). Sendo assim, a promoção de saúde e a prevenção de doenças está associada a programas de Qualidade de Vida no Trabalho.

Esta pesquisa tem o intuito de fornecer conhecimentos relevantes para a formação de profissionais, para que estes entendam o entrelaçamento das Políticas Públicas com os saberes psicossociais, uma vez que algumas atuações, ainda carregam influências históricas de um movimento psicológico higienista, reducionista, individualizante e despolitizado (Ferrazza, 2016).

## **METODOLOGIA**

A pesquisa se deu através da leitura e análise interpretativa de produções acadêmicas, que constam em revistas, sites acadêmicos e livros científicos. Ou seja, o trabalho foi feito a partir de pesquisa bibliográfica, com o objetivo de buscar conhecimento sobre a importância que os saberes psicossociais podem trazer para discussões sobre políticas públicas e implementação de práticas.

## **DESENVOLVIMENTO**

A psicologia social crítica analisa interações interpessoais, institucionais e societários de forma articulada, com vista a transformação social. Atualmente a Psicologia Social encontra-se grandemente

enriquecida pelas inúmeras produções e debates sobre os mais variados temas, com articulação de diferentes práticas. Para que os saberes psicossociais possam oferecer alguma contribuição para o estudo das políticas públicas é necessário partir dos problemas da realidade social em busca de respostas que visem consequências práticas. Neste contexto, a psicologia tem abordado o campo das políticas públicas por diferentes frentes de atuação, dentre eles, o enfoque das práticas profissionais setorializadas em função da conquista de postos de trabalho nos serviços públicos, com demandas sociais e institucionais por contribuições em estratégias de saúde, da educação, da família, da segurança, entre tantas outras (Cordeiro et.al., 2019).

A presença da Psicologia nas Políticas Públicas enquanto foco dessa reflexão, não pode prescindir de um resgate de sua trajetória enquanto fazer profissional. Esta prática psi esteve por um período histórico voltada à adoção de formas de adaptação dos sujeitos na busca por padrões de normalidade e baseados por uma perspectiva harmônica de sociedade. Assim, em resposta às especificidades de cada época, a Psicologia esteve ligada à psiquiatria, ao sistema de ensino e ao mundo laboral. Com a medicina psiquiátrica, atuou em um contexto de modificação dos comportamentos ditos “desviantes” e, focada nos mecanismos de “patologização, medicalização e institucionalização” dos sujeitos. A segunda, atuou na premissa do ajustamento de comportamento para atingir a aprendizagem e por fim a terceira, enfatizando a psicometria enquanto método para estipular os perfis mais aptos ao trabalho (Cordeiro et.al., 2018).

Diversos desafios se apresentam aos saberes psicossociais, para que estes possam alcançar as reais necessidades da sociedade. Para Michel Foucault (1982), no contexto do encarceramento e disciplinamento de corpos, os saberes psicológicos, foram constituídos desde suas origens como práticas normativas e higienistas. Assim sendo, localiza-se o início da psicologia permeado pela exclusão e encarceramento disciplinar que emergiram no continente europeu no fim do século XVIII e se disseminaram no ocidente no século seguinte. Foucault demonstra que o surgimento dos fazeres psicológicos não está vinculado ao consagrado laboratório de psicologia experimental de Wundt, mas emergiria das relações de poder em presídios e manicômios, locais de vigilância total sobre os comportamentos dos sujeitos ali aprisionados, em exclusão social (Ferrazza, 2016).

Por sua vez, para melhor compreender a forma de funcionamento dos manicômios, faz-se necessário um resgate ao entendimento Fanoniano, no qual o louco ao questionar a sociedade recebe como resposta a sua rejeição e segregação. Sendo assim, a sociedade prende o louco em hospitais psiquiátricos e um paralelo é possível ser feito entre o presídio e o manicômio, entre a psiquiatria e a polícia. A internação impõe ao paciente, de forma escancarada, que “ele deve se desarmar, se entregar, que a luta se tornou desigual e que ele precisa, literalmente, de tutela e proteção” (Da Costa e Mendes, 2021).

Fanon analisa a dita normalidade na sociedade, ou mais especificamente, quem é a sociedade para ditar um indivíduo como anormal, quando oprime, explora e adocece os sujeitos? Fato é que o adoecimento psíquico retira a liberdade do sujeito, suas vontades são desconsideradas, e seu desejo violado por obsessões, inibições e angústias. Nesse sentido, a loucura é considerada uma patologia da liberdade, porém, não é uma coisa em si mesma, mas sintoma de uma sociedade anteriormente colonial e agora capitalista (Da Costa e Mendes, 2021).

Com a chegada dos processos industriais, à medida que o ser humano foi sendo visto como uma peça qualquer, sua condição de ser humano foi desprezada, passando ele a ser vigiado, controlado e julgado em seu processo produtivo, causando a relação "organização/trabalhador" um fator de desumanização e

descontentamento nos trabalhadores (Búrigo, 1997). Neste sentido, o sujeito era apenas um recurso como outro qualquer no processo produtivo, com condições precárias de trabalho, cargas horárias longas, exploração do trabalho infantil e acidentes frequentes. Esses tratamentos para com o empregado eram vistos como algo natural (Cavassani, et al., 2006).

Além disso, no final dos anos 1970, o cenário organizacional ainda em processo de reestruturação de produção, teve enorme avanço nas novas tecnologias relacionadas à informação, assim como em um conjunto de ideias que responsabilizavam o indivíduo pela sua própria sorte, conhecida como neoliberal. Essas mudanças resultaram nos avanços tecnológicos, na elevação da competitividade, na individualização e conseqüentemente na falta de realização pessoal, fortalecido pelo processo de globalização (Sousa et al., 2009). Essas mudanças afetam o ambiente profissional, gerando grande desgaste emocional e físico nos trabalhadores (Silva & Mendonça, 2013).

Um processo envolvendo demissões, achatamento da estrutura organizacional, reestruturação, redução de custos e racionalização, conhecido como processos de downsizing. Depois de consecutivos processos de downsizing, reengenharia, reestruturação e outros fatores que marcaram a década de 90, fica cada vez mais claro que as pessoas têm trabalhado progressivamente mais, e tendo menos tempo para si mesmas, pois o tempo foi transformado em mercadoria (Vasconcelos, 2001).

A produtividade no ambiente laboral se estabelece em um contexto social, por isso deveria haver uma busca de equilíbrio da saúde mental tanto coletiva quanto individual (Moreno, et. al., 2011). A promoção de saúde e a prevenção de doenças está associada a programas de Qualidade de Vida, tais medidas viabilizam uma melhor estabilidade emocional, melhores relações interpessoais e maior resistência a situações estressoras. Sendo assim, no ambiente laboral, a Qualidade de Vida no Trabalho favorece tanto o trabalhador quanto as empresas, melhorando o clima organizacional e diminuindo a exaustão emocional dos trabalhadores (Vasconcelos, 2001).

Diante desses argumentos, é possível compreender que ações que visem a Saúde dos trabalhadores necessitam estar no centro das políticas públicas e das áreas do conhecimento que analisam os sujeitos em sociedade. Para isso, faz-se necessário uma perspectiva interdisciplinar que priorize ações integradoras para melhores condições de trabalho. Ao considerar os inúmeros agravos à saúde ocasionados pelo ambiente laboral, as políticas públicas voltadas a esse fim são desproporcionais e muitas vezes servem apenas aos interesses das instituições empregadoras, ou seja, aos interesses das elites. O que justifica a necessidade das entidades públicas e da sociedade civil atuarem na regulação de tais temáticas (Costa et. al., 2013).

As políticas públicas para a saúde do trabalhador visam atividades laborais que sejam saudáveis e emancipadora dos potenciais e criatividade do sujeito. O que possibilita vislumbrar essas ações é a garantia de servidores efetivos e estáveis, que têm a chance de romper paradigmas individualizantes e distantes da compreensão histórica e social da vida humana. No entanto, as supracitadas políticas públicas para diminuir a precariedade do trabalho na atualidade presumem que haja recursos materiais, quadro de pessoal suficiente, capacitado e dotado de carreira compatível com as suas funções.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pensar em políticas públicas requer uma análise aprofundada do contexto social, visto que ações individualizantes e fragmentadas serviram e ainda servem para perpetuar opressões sociais. A psicologia tem uma reparação histórica a pagar, pois durante muito tempo dialogou e cumpriu uma agenda higienista em diversas instituições, como o caso dos manicômios, presídios, escolas e empresas.

Faz-se necessário que os cursos acadêmicos, em suas mais variadas áreas, tenham em seus currículos formações em direitos humanos e políticas públicas. Atualmente, no Brasil de 2023, não há um regime autoritário, ditatorial ou colonizador, mas existem seus correspondentes dentro dos poderes judiciário, executivo e legislativo. Por isso, é necessário capacitar profissionais que tenham compromissos ético-políticos inegociáveis e assim façam frente contra o desmonte das políticas públicas. Com a reforma psiquiátrica, derrubaram-se as paredes dos manicômios, mas a lógica manicomial opera em diversas instituições, como é o caso tanto do espaço escolar, com alarmante medicalização para docilizar e domar as crianças; como também do mundo laboral, com exigências desumanas, precarização da vida e aniquilamento da subjetividade dos sujeitos. Diante disso, propõe-se uma atuação profissional contra-hegemônica, a qual localize o sujeito como um ser inserido em suas relações intersociais, em uma compreensão que considera o meio sociocultural. Nesta perspectiva, a saúde mental do sujeito é considerada de forma holística, considerada a partir de políticas públicas. Trata-se de promover atuações e serviços que tragam resultados satisfatórios para toda a sociedade.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- BÚRIGO, Carla Cristina Dutra. Qualidade de vida no trabalho. *Revista de ciências humanas*, v. 15, n. 22, p. 90-111, 1997.
- CAVASSANI, Amarildo Pereira; CAVASSANI, Edlene Barbieri; BIAZIN, Celestina Crocetta. Qualidade de vida no trabalho: fatores que influenciam as organizações. XIII SIMPEP, p. 41-47, 2006.
- CORDEIRO, Mariana Prioli; SPINK, Mary Jane. Apontamentos sobre a história da psicologia social no Brasil. PUC-SP. Rio de Janeiro/RJ. 2018.
- CORDEIRO, M. P., Lara, M. F. A., Aragusuku, H. A., & Maia, R. L. A. Pesquisas em psicologia e políticas públicas. Universidade de São Paulo, 2019.
- COSTA, Danilo et al. Saúde do Trabalhador no SUS: desafios para uma política pública. *Revista brasileira de saúde ocupacional*, v. 38, p. 11-21, 2013.
- DA COSTA, Pedro Henrique Antunes; MENDES, Kíssila Teixeira. Frantz Fanon, Saúde mental e a práxis antimanicomial. *Sociedade em Debate*, v. 27, n. 1, p. 66-82, 2021.
- FERRAZZA, Daniele Andrade. Psicologia e políticas públicas: desafios para superação de práticas normativas/ Psychology and public policies: challenges to overcoming normative practices. *Revista Polis e Psique*, v. 6, n. 3, p. 36-58, 2016.
- MORENO, Fernanda Novaes et al. Estratégias e intervenções no enfrentamento da síndrome de burnout. *Rev enferm UERJ*, v. 19, n. 1, p. 140-5, 2011. Silva, R. M., & Mendonça, H. (In) Satisfação dos Valores Laborais e Estresse: Análise de um Modelo Moderacional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(1), 2013.
- SILVA, R. M., & MENDONÇA, H. (In) Satisfação dos Valores Laborais e Estresse: Análise de um Modelo Moderacional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(1), 2013.
- SOUSA, Ivone Felix de et al. Estresse ocupacional, coping e burnout. 2009.
- VASCONCELOS, Anselmo Ferreira et al. Qualidade de vida no trabalho: origem, evolução e

perspectivas. Caderno de pesquisas em Administração, v. 8, n. 1, p. 23-35, 2001.

VOSS, Anne; VIEIRA et al. **Psicologia social**. Editora Sagah. Porto Alegre/RS. 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556903200/>. Acesso em: 09 mai. 2023.

## AS QUESTÕES SOCIAIS NO BRASIL: OBJETO DE ESTUDO CONTEMPORÂNEO NO SERVIÇO SOCIAL E NA PSICOLOGIA SOCIAL

CARNEIRO, Alisson William  
SOUZA, Eder Figueredo de  
FREITAS, Guilherme Augusto Martins de  
DINIZ, Jhonathan Roger dos Santos  
SILVA, Leandro Francelino da  
CARNEIRO, Lucas Eduardo  
NEVES, Rafael Rocha  
GUEDES, Rafaela de Miranda

Faculdade FAN

### RESUMO:

O objetivo geral da presente pesquisa, consiste em explicar sobre o que são as questões sociais e como atua o serviço social e a psicologia social dentro dessas questões. Notamos que por volta do ano de 1830 na Europa iniciou-se um movimento em prol dos trabalhadores que estavam em situação de extrema pobreza. No Brasil, as primeiras legislações trabalhistas foram criadas em 1934 no mandato do governador Getúlio Vargas, marcando e revolucionando essa data com a implantação e consolidação das leis do trabalho, onde esses direitos foram sistematizados em um único documento obrigatório, conhecido como carteira de trabalho e desde então essas são as leis que normatizam o trabalho no país. Diante disso, o serviço social tem como principal objetivo resgatar os direitos, a dignidade e integridade de cada indivíduo por um todo, e trazendo reflexões sobre os problemas vividos na sociedade que causa tanta desigualdade, tal como pobreza, preconceito de raça, etnia, discriminação de gênero, desemprego, violência e etc., um contexto geral, a má distribuição de capital e das riquezas do país, acompanhado por falta de investimentos na educação, contribui assim, para os problemas atuais que se vivencia a sociedade. Entretanto, essa parcela de culpa não é somente dos políticos, para haver mudança nesse quadro injusto, cabe a cada um possa ter responsabilidade por meio de autorreflexão para assim obtermos pensamentos e atitudes que podem reverter essas situações. Deste modo, o serviço social oportuniza todo suporte e conhecimento necessário para colaborar em situações de desigualdades sociais. Portanto, a psicologia social, acompanha o conceito do serviço social, atuando em todas as crises sociais, pois todos esses fatores causam sequelas na sociedade, mexendo com a mente, sendo assim com os comportamentos humanos.

**Palavras chaves:** Desigualdade. Questão Social. Psicologia Social.

### 1-INTRODUÇÃO:

O presente trabalho abordará o que é questão social objeto social e psicologia social retratadas em três tópicos 1; Tópico - O que é psicologia social? É semelhante do profissional de medicina na qual a atenção está diretamente voltada ao processo da doença e cura. Origem da psicologia. O surgimento da psicologia no século XX surgiu para melhoria da sociedade principalmente mental. Qual a diferença entre psicologia social e serviço

social? Psicologia social busca a saúde mental e bem estar do indivíduo ou da sociedade. Serviço Social, visa a necessidade da sociedade e organiza projetos sociais. Quais vertentes da psicologia social? Podemos afirmar que é comunitária, busca passar os direitos das pessoas que mora na comunidade. Libertação, construir conhecimento constatação e interpretação dos fatos. Crítica, guiar e regular a vida e compreender a psicologia como um todo.

2; Tópico - Significado de questão social. Nasceu especificamente para atingir a burguesia, e luta por igualdade social. Questão social no Brasil. Traz os problemas que surgem na sociedade, Brasileira que são tratadas com desprezo pelos governantes.

3; Tópico – o objetivo do serviço social é buscar a igualdade da sociedade e acabar com os problemas no Brasil. Existem alguns tipos de desigualdade social no Brasil - desigualdade de gênero, etnia, etc. As principais causas da desigualdade é má distribuição de renda na sociedade que proporciona vários problemas. A desigualdade social se encontra no mundo inteiro. A maioria desses países fica no continente Africano e o Brasil, por incrível que pareça, está entre eles.

## **2-METODOLOGIA**

A pesquisa abordará o que é questão social e objeto social e psicologia social. Foi possível trazer os problemas e solução sobre o tema e através de um caminho percorrido após os usos dos métodos de pesquisas qualitativas. Buscou-se alcançar o objetivo proposto, usando o método exploratório e utilizando buscas e leituras bibliográficas e portanto, conseguiu-se o objetivo. Foi possível aprofundar o conhecimento, buscando alcançar informações como interpretação do subjetivo quanto números estatísticos. Utilizou-se também, as revistas, sites, livros e também plataforma FANDUCA.

## **3-DESENVOLVIMENTO**

### **3-1-QUESTÃO SOCIAL.**

A questão social teve surgimento por volta de 1830 por Marx e Engels na Europa ao ver que a classe operaria estava cada vez mais em estado de pobreza cada vez em piores situações, muitos atribuíam o foco principal a esse descontrole de classe as indústrias, urbanização, ou seja, fruto do capitalismo que vem desde muitos anos com dois lados a burguesia cada vez mais querendo enriquecer com a mão de obra barata e os operários lutando com movimentos e greves por melhores condições de trabalho.

Há muitos anos as pessoas lutam a favor das classes pobres por melhores condições de trabalho e de uma vida digna.

Pode-se observar que a questão social vem lutando há anos por uma união dos operários e criaram um movimento a fim de poder ter melhores condições de trabalho pois eram muito desumano as atuações que viviam.

Marx e Engels, através de métodos precisos poderão afirmar que a questão social tem seu núcleo com a exploração do trabalho o causador de vários problemas ocorridos a urbanização e industrialização, que levaram a classe operaria a se mover a fazer algo para ter uma vida melhor e condições melhores de trabalhos.

Entre os trabalhadores e os empresários foram necessários criarem um terceiro setor que ficaria em garantia os direitos dos trabalhadores como as leis assinadas pelos políticos que garantissem melhores condições de trabalho aos operários assim como mostra segundo as palavras encontradas em TEODORO, 2023:

A desigualdade social no Brasil **origina vários problemas como o desemprego, sequestros, violência, problemas que causam desequilíbrios no clima político e social brasileiro.**

Muitas pessoas encaram a questão social como uma responsabilidade exclusiva do governo. Contudo, os problemas que surgem na sociedade são muitas vezes fruto de carências materiais e intelectuais, ou seja, da pobreza. Sendo que a pobreza é vista como uma causa individual, deve por isso ser da responsabilidade de cada um. O grande desafio é que alguns problemas como desigualdades sociais e injustiças são muitas vezes tolerados e ignorados porque não representam uma ameaça direta ao poder político (TEODORO, 2023).

Como podemos verificar até mesmo nos dias atuais podemos observar na TV, pessoas em estado de exploração de trabalho com condições desumanas de sobrevivência com baixos salários, e alimentação exposta em local sujo sem higiene e sem até mesmo local próprio para dormir, geralmente são pessoas vindas do norte e nordeste do país em busca de uma vida melhor e são enganadas e mantidas em situação de análoga a escravidão.

Ao aprofundarmos no assunto em questão social, podemos observar que ela tem como significado uma série de problemas que existem como: desemprego, violências, muitos problemas que existem no Brasil são muitas vezes inspiradas e deixadas de lado, mas quando se agrava e o índice de homicídios e sequestros aumentam causam um pavoroso no meio político com isso entram a intervenção por parte do governo, pois o governo sempre usa a força contra estes tipos de crime para mostrar que tem o controle da situação, mas não procura saber o que ocasionou este aumento e o motivo destes acontecimentos ou ignoraram

Questão social são vistos por muitos por uma responsabilidade somente do governo, pois cada um de nós têm condições de poder fazer algo que possamos ter no futuro um Brasil melhor, podemos abordar em algumas coisas passando aos mais necessitados com seus direitos e benefícios que vem do governo e muitos não sabem, mas temos direitos e várias situações que temos que passar estes conhecimentos a todos até chegar nos mais vulneráveis e necessitados dos benefícios, uma dessa ajuda pode começar com uma instrução as classes pobres a fazer o cadastramento do registro de nascimento primeiramente para o governo saber que estas pessoas existem. Outra situação é a falta de moradia, água potável, muitos não veem mais todas as classes estão juntas no mesmo país e os operários dependem dos empresários para necessitarem da mão de obra e se não fizer algo em prol para ajudar as classes mais vulneráveis a situação só tem a piorar, em caso de desespero pela sobrevivência o ser humano se descontrola procurando meios de ter uma vida melhor.

Uma questão social que podemos notar claramente são uma troca de mão de obra por usos de máquinas fazendo o trabalho de muitos desaparecer poucos tem uma outra opção de conquistar emprego vários ficaram tempos e tempos até se encaixar em outro empregos outros se vencem pela idade e acabam em situação de pobreza e dependência, a tecnologia vem em passos longos temos que se reinventar e olhar



para o futuro fazendo as classes pobres, cursos e uns aprendizados a tecnologias será muito útil e no futuro temos que trazer a evolução até os mais pobres e ensiná-los a ganhar rendas com a tecnologia.

Aos longos dos anos muitos políticos sócias foram criados para dar garantias as classes trabalhadoras mas muitos não sabem dos direitos que tem o trabalho com carteiras assinadas, formado pelo governo de Getúlio Vargas traz a todos muitas garantias como férias, décimo terceiro e auxílio em caso de acidente de trabalho, muitos só notam a falta quando realmente necessitam, outros tem a opção de trabalhar autônomo e pagar uma taxa ao INSS para que tenha a garantia da contribuição e que possa aposentar e ter acesso a benefício do serviço criado assim como vemos nas palavras através do site BRASIL ESCOLA, (2023):

A conturbação causada pela Revolução Constitucionalista de 1932, forçou o governo provisório de Getúlio Vargas a tomar medidas que dessem normalidade ao regime republicano. Dessa maneira, o governo criou uma nova Lei Eleitoral e convocou eleições que foram realizadas no ano posterior. A partir de então, uma nova assembleia constituinte tomou posse em novembro de 1933 com o objetivo de atender os anseios políticos defendidos desde a queda do regime oligárquico. Em 16 de julho de 1934, foi noticiada uma nova constituição com 187 artigos. Em termos gerais, essa nova carta ainda preservava alguns pontos anteriormente lançados pela constituição de 1891. Entre muitos itens foram respeitados o princípio federalista que mantinha a nação como uma República Federativa; o uso de eleições diretas para escolha dos membros dos poderes Executivo e Legislativo; e a separação dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário. Na questão trabalhista, a Carta Magna proibia qualquer tipo de distinção salarial baseada em critérios de sexo, idade, nacionalidade ou estado civil. Ao mesmo tempo, ofereceu novas conquistas à classe trabalhadora com a criação do salário mínimo e a redução da carga horária de trabalho para 8 horas diárias. Além disso, instituiu o repouso semanal e as férias remuneradas, a indenização do trabalhador demitido sem justa causa e proibiu o uso da mão-de-obra de jovens menores de 14 anos (BRASIL ESCOLA, 2023):.

Uma das grandes barreiras a serem vencidas nos dias atuais são pessoas fixarem em um locais como casinhas do nordeste ou casas em áreas de riscos deslizamentos como morros, a maioria das vezes todas sabem que o risco é enorme mas por conta insegurança e situação, não toma iniciativa de sair dali, ficam longe de saber o quanto benefícios e direitos os mesmos possuem, e uma tarefa difícil a ser enfrentada mas com a ajuda de muitos podemos mudar este cenário.

### **3.2-OBJETO SERVIÇO SOCIAL.**

“Questão social” como objeto na sociedade é montado por um conjunto de problemas sociais como por exemplo a pobreza, raça, etnia, desemprego, violência, descriminalização de gênero e etc... que juntas formam a desigualdade social no país, em um conceito geral de uma forma em que o capital ou a riqueza de um país é produzida e distribuída na sociedade. Existem alguns tipos de desigualdades sociais no Brasil nos tempos contemporâneos, que fica claro aos olhos da sociedade porém muito das vezes passa despercebido ou sem interesse por parte do governo ou até mesmo do indivíduo, alguns exemplos dessas desigualdades sociais são: a desigualdade de gênero, racial e econômica. A desigualdade de gênero, por exemplo, ainda é grande em meio a sociedade em pleno século XXI em que algumas empresas ou outros setores no mercado de trabalho, as mulheres recebem um salário inferior ao dos homens mesmo trabalhando na mesma função. Já na desigualdade racial existe um grande preconceito, muitas das vezes até mesmo em uma busca de uma

oportunidade de emprego, onde o tom da pele sendo, branco, negro ou pardo influenciam muito na qualificação do profissional, que se até mesmo observado em programas de televisão a porcentagem é mínima de atores ou repórteres como em uma representatividade de raças. Analisando as desigualdades econômicas onde a má distribuição de renda é responsável por grande parte dos problemas da sociedade, observa-se que pequena parte da sociedade tem uma ótima qualidade de vida, enquanto a grande maioria sofre as consequências como por exemplo: má alimentação, moradia em locais com altos índices de violência, nas palavras do site, FTEC, (2023):

Questão social é o conjunto das expressões que definem as desigualdades da sociedade, como por exemplo a pobreza, raça, etnia, desemprego, violência, descriminalização de gênero, dentre outros. A questão social surgiu no século XIX com o intuito de exigir a formulação de políticas sociais em benefício a classe operária, que estavam em pobreza crescente. O conceito de questão social está ligado a forma como a riqueza em sociedade é produzida e repartida.

Ainda hoje, é comum que mulheres recebam um salário menor exercendo uma mesma função, pelo simples fato de serem mulheres. Esse dado não fica sozinho e é percebido em outros âmbitos ligados à ocupação de cargos superiores e de confiança e até mesmo na liberdade e direitos equivalentes aos dos homens.

Além da relação econômica que separa as raças em muitos países, como no Brasil, como herança do período de escravidão, há também uma dificuldade de oportunidades — um fenômeno que acontece tanto nas oportunidades de emprego quanto nas representações midiáticas, como em filmes e programas de TV, nos quais a representatividade das raças é diversa da realidade e ainda costuma acentuar esse preconceito. Resultado da má distribuição de renda e do privilégio de determinadas classes sociais, ela é responsável por proporcionar a uma parcela privilegiada uma excelente qualidade de vida, muitas oportunidades e acesso à culturas diversas. Por outro lado, as pessoas com baixo poder de consumo, além de não terem boas condições de vida, precisam conviver com situações de risco, como má alimentação, convívio em ambientes de alta violência e falta de perspectiva na vida.

Desta forma, foi analisado as principais causas das desigualdades sociais no país, sendo elas: administração ruins de recursos públicos, investimentos governamentais insuficientes, não garantias de serviços básicos e uma essencial que contribui para essa desigualdade é a má distribuição de rendas, mas também pelo país ter tardiamente abolido a escravidão constituído na colonização que com isso atrasou o processo de desenvolvimento do país em questão de igualdade social, como também muitos outros fatores que são responsáveis pelas causas das desigualdades foram, o princípio capitalista, distribuição ineficiente da verba pública, diferenças salariais por raça e gênero, dificuldade para as classes baixas conquistar boa formação escolar que traz como consequências notáveis a favelização, pobreza, miséria, desemprego, desnutrição, marginalização e violência, que por uma porcentagem mínima de brasileiros fica a grande porcentagem de renda e capital do país onde contribui para o crescimento da desigualdade, como encontrado nas palavras do site OXFAM, (2023):

Levando em consideração que 10% dos brasileiros mais ricos abrangem 43% da renda no país, claramente há uma concentração de poder que agrava a desigualdade social. :o Brasil foi constituído como uma colônia de exploração e demorou a abolir a escravidão; a divisão de terras aconteceu de maneira desigual, concentrando grandes territórios nas mãos de poucos; a desigualdade da qualidade da educação de acordo com as classes sociais; a evasão escolar e a dificuldade das classes mais baixas em conquistar boa formação escolar e qualificação profissional; as diferenças salariais e de oportunidades

de emprego de acordo com raça e gênero; a inflação e os altos impostos que diminuem o poder de consumo, principalmente das classes menos favorecidas; a distribuição ineficiente da verba pública associada à corrupção; o princípio capitalista do acúmulo de bens e da meritocracia; o falta de estímulo para programas nas áreas socioculturais, da saúde e da educação; a falta de melhor distribuição da renda.

Como você deve ter percebido, a má distribuição da renda acarreta outras consequências, além da simples divisão de classes. Ela reflete uma sociedade com má qualidade de vida e crescimento da marginalização e da violência.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Diante dos resultados obtidos a psicologia social teve seu início nos meados de 1930, ali se iniciaria os primeiros cursos de psicologia social no Brasil, já com Raul Briquet na escola livre de sociologia, mas já sua origem teve início de seu surgimento no século XX ligando uma ponte entre a psicologia e as ciências sócias. O objetivo desta disciplina e estudos as manifestações comportamentais assim como encontramos nas palavras. SILVA, (apud. Brinquet, 1993, Bomfim, 2003):

**Os primeiros cursos de psicologia social no Brasil ocorreram na década de 1930, com Raul Briquet (1887-1953) em 1933 na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e resultou na obra Psicologia Social, "primeiro livro acadêmico em Psicologia Social, editado em 1935" (BOMFIM, 2003, p. 128).**

Sendo assim, tem uma mera diferença entre a disciplina de serviço social, sendo que o psicólogo cuida não somente da saúde mental mas sim também o desenvolvimento e o bem estar das pessoas, o serviço social complementa essa área, identificando a necessidades da sociedade, gerando e organizando projetos, serviços, seja ela de saúde, educação, direito, lazer etc. mas tem uma solução já que as duas atingem a abrangência em si o meio social por um todo sendo profissões de apresentação significativa e contributiva no campo de educação seja ao desenvolvimento a criatividade interpessoais seja no campo social ou comunitário ou familiar ou do indivíduo.

Ela tem a sua parte de abordagem no campo da questão social já que como explicado ela estuda a interação de grupos sociais sendo assim tendo uma abrangência ampla de gama de tópicos como, comportamento, percepção, liderança, comportamento verbal, conformidade agressão preconceito, mas deixando claro que é importante observar que ela não só tem olhar para as influências sociais mas tem também uma percepção social e interação social, pois notoriamente podemos notar de vivemos em uma grande crise social onde que tópicos frequentes como a falta de humanidade, o medo, a desconfiança, a desigualdade social, o desrespeito a diversidade humana, as relações de exclusão e a barbárie, fatores que em si mexe com os comportamentos de uma sociedade sendo assim se tornando em uma perspectiva de processos mentais que deixam muitas sequelas em diversos grupos sócias sendo assim a psicologia social ela abrange para focar diretamente nestes fatores diretos.

Sendo assim abrange um sentido de vertentes, a qual em geral duas vertentes principais a qual cada uma tem percepção e interação seja de indivíduo e grupos de anglos diferentes, a qual uma força nos influências seja do indivíduo ou do grupo, já enquanto a outra foca em fatores que causam a conexão do indivíduo com uma determinado grupo, sendo assim a analisar de cada aspecto já que estas vertentes são psicologia social psicológica, psicologia social sociológica assim conforme as palavras de TEODORO, 2023:

No entanto, como objeto de estudo, a psicologia social pode ter duas vertentes: psicológica ou sociológica. A **psicologia social psicológica** se limita a explicar as ações do indivíduo a partir dos estímulos que recebe do exterior (os seus sentimentos, comportamentos e pensamentos, por exemplo). Já a **psicologia social sociológica** estuda os fenômenos que surgem nos diferentes grupos a partir da interação das pessoas com estes (TEODORO, 2023).

Agora já na América Latina ela tem uma busca de expansão bem além da teoria cientista procurando abordar e entender fatores que também levam a desigualdade social trazendo formas práticas de como lidar e diminuir estas injustiças abordando estas vertentes que são, psicologia social comunitária, psicologia da libertação e a psicologia crítica.

A psicologia social comunitária teve seu início nos meados de 1960 desenvolvendo autonomia nas comunidades, assim como observamos nas palavras NETO et al. (apud. Freitas, 1996):

A Psicologia Social Comunitária utiliza-se do enquadre teórico da Psicologia Social, privilegiando o trabalho com os grupos, colaborando para a formação da consciência crítica e para a construção de uma identidade social e individual, orientada por preceitos eticamente humanos (FREITAS, 1996).

Já a psicologia da libertação teve seu surgimento em 1980 por Martin Baro a qual sua ferramenta era de libertação e combate à desigualdade social assim como entendemos nas palavras SOARES et al., (apud. Martin-Baró 1996):

A **Psicologia Social da Libertação** posiciona-se na busca por dar resposta aos graves problemas de injustiça estrutural e desigualdades **sociais**, situando seu quefazer a partir das circunstâncias concretas dos latino-americanos (MARTÍN-BARÓ, 1996).

Conseguindo para concretizar seus valores e abordagem teóricos DOISE (1982) nos apresenta quatro níveis de análises sendo a mesma a qual analisam fenômenos sociais com base seja umas motivações psicológicas do indivíduo estes níveis são conhecidos como intraindividual, interindividual, intergrupar, societal assim nas palavras de PEREIRA et al., (apud. Doise, 1982, Camino, 1996):

Doise (1982) distingue quatro níveis de análises nas explicações elaboradas pelos psicólogos sociais para os fenômenos sociais: intraindividual; interindividual; intergrupar; societal. Explicações intraindividuais são as que analisam os fenômenos sociais com base em motivações psicológicas do indivíduo. No nível interindividual, as explicações são baseadas nas relações que ocorrem entre um indivíduo e outro indivíduo em uma dada situação. No nível intergrupar, focaliza-se a dinâmica das relações que os grupos sociais mantêm com os outros grupos, sendo os fenômenos sociais dependentes da identificação dos indivíduos com esses grupos (Doise, 1976). No nível societal, as explicações baseiam-se nas ideologias subjacentes à forma como os grupos sociais se relacionam (CAMINO, 1996)

Sendo assim conseguindo demonstrar a total importância da psicologia social em relação a sociedade em si a qual diversas pessoas necessitam pelo simples fato de precisarmos pelo fato de muitas mentes necessitam de ajuda a sociedade.

#### 4-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa buscou-se sobre o tema encontrar a solução dos problemas a qual veria em cima da questão social e do objeto buscar resolver algo que está muito longe de ser alcançado que é a desigualdade social e suas características exemplificando suas possibilidades e benefícios que o serviço social e a psicológica a este aumento conseguindo ampliar o nicho sobre o tema conseguindo ampliar uma visão que não devemos somente esperar do poder público devemos fazer nossa parte, demonstrando ao descobrimento de um leque de fatores que abre portas para vários problemas sociais que estão muito longe de conseguirmos se tornar um país menos desigual.

Acima sobre o tema hipóteses que levantamos elas foram confirmadas pelo simples fato de estar notoriamente estampado sobre a questão social no nosso cotidiano conseguindo alcançar o objetivo geral que é interligar a participação do objeto social a desigualdade, sendo assim confirmando os dados coletados pelo fato de utilizarmos métodos, com muita rigorosidade em profundidade da pesquisa, apresentando para todos que devemos dar nosso primeiro passo nós mesmo para diminuirmos porque se fizermos nossa parte e pararmos de questionar que a culpa é do governo público, deixando de sairmos do comodismo e entrar em ação para diminuir a de a desigualdade é um caminho longo a ser percorrido mas devemos sempre ter esperança que o amanhã pode ser melhor que hoje.

#### 5-REFERÊNCIAS:

GARCIA, Daiana. **EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL SÃO APRESENTADAS POR ACADÊMICOS DE SERVIÇOS SOCIAIS**. Disponível em: <https://www.ftec.com.br/blog/expressoes-da-questao-social-sao-apresentadas-por-academicos-de-servico-social/>. Acesso em 27 de julho de 2021.

NASCIMENTO, Jéferson et al. **ENTENDA AS CAUSAS DA DESIGUALDADE SOCIAL E COMO AFETA A POPULAÇÃO**, Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/entenda-as-causas-da-desigualdade-social-e-como-afeta-a-populacao/>. Acesso em 06 de Julho de 2021.

NETO, D'Avila et al. **A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. Pesquisa. prá. psicossociais vol.10 no.2 São João del-Rei dez. 2015.

PEREIRA, Cicero et al. **UM ESTUDO SOBRE A INTEGRAÇÃO DOS NÍVEIS DE ANÁLISE DOS SISTEMAS DE VALORES**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2005, 18(1), pp16-25.

SILVA, Gervásio de Araújo Marques dá. **A CRISE DA PSICOLOGIA SOCIAL BRASILEIRAS: Apontamentos Históricos**.. Arquivo, brasileiro psicologia. Vol.71 no.3 Rio de Janeiro set./dez. 2019

SOUSA, Rainer Gonçalves. "Constituição de 1934"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/constituicao-1934.htm>. Acesso em 17 de maio de 2023.

SOARES, Camila Alves Soares et al. **POR UMA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA COMO PRÁXIS DE LIBERTAÇÃO**. v. 39, n. 4, pp. 456-464, out./dez. 2008

STOODI. **DESIGUALDADE SOCIAL: O que é, Tipos, Causas e Consequências**. Disponível em: <https://blog.stoodi.com.br/blog/geografia/desigualdade-social/>. Acesso em 15 de abril de 2021.

THEODORO, Juliana. Significado de Questão Social, significados. Disponível em: <https://www.significados.com.br/questao-social/>. Acesso em 17 de maio de 2023.

\_\_\_\_\_. Significado de Psicologia Social, significados. Disponível em: <https://www.significados.com.br/questao-social/>. Acesso em 17 de maio de 2023.

## PSICOLOGIA, SEU CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO E SUAS VERTENTES

COSTA, Ewerton Paulo Lemes da  
FERRANTE, Moisés Ferreira da Silva  
MATTOS, Patrick Santos de  
VIEIRA, Marcos Antônio Guilherme  
OLIVEIRA, Gleiscon Ernesto de  
GUEDES, Rafaela Veloso de Miranda  
Faculdade FAN

### RESUMO:

O objetivo deste trabalho, consiste em explicar o que é a psicologia e onde podemos identificar sua presença no cotidiano. Para melhor compreender a complexidade do assunto, buscou-se trazer desde os primórdios da humanidade de uma forma sócio histórica e mostrar que já era exercida a faculdade de pensar, e por volta de 500 a. C, que ganha forças na filosofia praticada por grandes filósofos gregos; O primeiro laboratório para realizar experimentos na área de psicologia, tornando-a ciência, surgiu com o desmembramento da filosofia, foi na Alemanha pela universidade de Leipzig, o berço da psicologia moderna no final do século XIX, com Wundt, Weber e Fechner; No Brasil a psicologia como profissão e ciência, iniciou-se no início do século XX e por volta de 1962, tornou-se uma profissão regulamentada. Mostraremos que, a psicologia está presente no cotidiano com o senso comum e enquanto ciência atuando em diversas áreas como; esporte, instituições, saúde etc.

Este trabalho foi elaborado por pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva buscando uma eficácia para a abordagem do assunto do que é psicologia.

**PALAVRAS CHAVE:** Psicologia, Filosofia, Ciência, Humanidade.

### 1. INTRODUÇÃO:

Observando o cenário, o trabalho foi elaborado para orientar o entendimento e a compreensão de uma forma massiva. O tema abordado no trabalho ampliará o impacto que a psicologia traz para a sociedade, orientando sobre o que é psicologia de fato. Ainda enquanto ciência, pode-se observar que a psicologia vem de longo tempo tentando resolver a sua existência na ciência, para isso é preciso um objeto de estudo a ser avaliado, que seria o ser humano, mas que parte do ser humano?.

Ainda que se tivesse uma lógica a esta pergunta seria difícil de responder, mas iremos com relevância relatar termos que alguns pensadores trataram como sendo algo empírico, por se referir a ciência com uma linguagem rigorosa, tendo um estudo em busca de conhecimentos, com formas programada, sistemática e controlada, buscando a ser científica com uma veracidade a ser validada.

A psicologia na ciência, após estudos de diversos autores está relacionado “ciência do comportamento”, que seria sendo por meios de comportamentos do ser humano, vindo a ser pensamentos, ações, lembranças, sonhos, emoções.

Tendo em vista, com base nas pesquisas exploratórias, o trabalho destaca uma contribuição muito importante na psicologia científica, a de Wilhelm Wundt.

Wandut criou na universidade de Leipzig, na Alemanha, o primeiro laboratório para realização de experiência na área da psicologia, por esse fato foi considerado o pai da psicologia moderna no século XX, isso a faria uma ciência nova, tendo um crescimento nas últimas décadas, com uma emancipação nas diversas áreas da ciência, que se pode tratar do ser humano e seu comportamento, mostrando como foi construído o conteúdo para uma análise experimental.

A psicologia em quanto senso comum, será vista de uma forma cotidiana, que se estabelece de geração em geração, podendo estar presente ou não no nosso cotidiano, se ela é aplicada ou não na contemporaneidade.

E pela sociedade, será relatado, onde estão os traços da psicologia, em que ela esta totalmente presente, e o que pode acarretar, sendo algo bom ou mal, para o ser humano, visando sempre pelo comportamento em seu ambiente.

O trabalho busca nortear, onde pode-se identificar a psicologia no cotidiano, e quando surgiu no Brasil, e as áreas que atuam os psicólogos, para guiar e orientar a sociedade.

## **2. METODOLOGIA:**

Este trabalho foi elaborado através do método de pesquisa exploratória, assim adquiriu-se grande quantidade de dados referente a psicologia, direcionando para revisão de pesquisa bibliografia de Willherlm Maximilian Wundt (1879), onde foi utilizado o método bibliográfico. Assim, conseguiu-se um vasto conhecimento relacionado a origem da psicologia científica em artigos científicos como: BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair e TEIXEIRA, Maria de Lurdes Trassi, para melhor entender a complexidade das informações, utilizou-se o método da pesquisa qualitativa, descritiva pelo fato de ter como objetivo de identificar as características de algo, sem se aprofundar nos motivos, para poder identificar as características da psicologia, com material de conteúdo acadêmico disponibilizado pela docente Rafaela Veloso de Miranda Guedes, na plataforma da faculdade FANDUCA, que foi de grande utilidade para compreender o que é a psicologia, e onde ela está presente no cotidiano; Assim foi possível finalizar o conteúdo, este é o caminho percorrido em todo o trabalho.

## **3. DESENVOLVIMENTO:**

Ao se elaborar o trabalho exposto pela docente, fomos atrás de conteúdos específicos para se saber profundamente o que seria a psicologia, fomos além do esperado, pois se trata de algo muito complexo de trabalhar com a mente do ser humano, pelos filósofos seria algo como “alma” e “espírito”, mas isso seria muito difícil de se explicar, por isso, apresentamos apenas algumas formas de compreensão para o leitor poder entender nosso trabalho, como a trajetória da psicologia, e seu desenvolvimento através dos anos até a atualidade, e de como Wundt revolucionou a psicologia separando-a da filosofia, tornando-a científica, fazendo dela uma ciência moderna do século XX.



Depois a psicologia em senso comum, que através das pesquisas elaboradas, constatou que ao longo do tempo ela está muito presente de geração em geração na humanidade, com meios de sabedoria do mesmo, usado para o aprendizado pelo meio da prática, assim a psicologia na sociedade, observa-se que em todos os lugares ela está implantada ou presente, tanto em ciência ou em senso comum, para uma melhoria do ser humano em seu ambiente, cuidando sempre do principal a saúde mental e ajudando o mesmo a se comportar em plena sociedade, dando um direcionamento comportamental devido as suas mazelas.

Usou-se método de pesquisa para serem elaborado o trabalho, veremos nas palavras de LEÃO (2016), o que ela fala que seria método:

O método é a estratégia da ação, indica o que fazer. A técnica é a tática da ação, indica como fazer. O método é mais amplo, mais geral, estabelece o caminho correto para chegar ao fim. A técnica assegura a instrumentação específica da ação. Por conseguinte, um mesmo método permite a utilização de diferentes técnicas, porém, entre eles haverá uma mais adequada do que as outras. (LEÃO, 2016, p. 20).

Assim, usou-se método de pesquisas exploratório, como um meio de familiarização do conteúdo nas pesquisas, junto com a revisão bibliográfica de Wilhelm Wundt:

Wilhelm Maximilian Wundt (Neckarau, 16 de agosto de 1832 — Großbothen, 31 de agosto de 1920) foi um médico, filósofo e psicólogo alemão. É considerado um dos fundadores da psicologia experimental junto com Ernst Heinrich Weber (1795-1878) e Gustav Theodor Fechner (1801-1889). Entre as contribuições que o fazem merecedor desse reconhecimento histórico está a criação do primeiro laboratório de psicologia no Instituto Experimental de Psicologia da Universidade de Leipzig (Lipsia) na Alemanha em 1879”.

Portanto, com os conteúdos obtidos por meio dos dados das pesquisas elaboradas, foi possível concluir-se, o que é psicologia uma pergunta nada fácil de responder, por se tratar algo de alta complexidade, uma ciência que estuda a mente e o comportamento do ser humano em seu ambiente, que se encontra em desenvolvimento constantemente, mas que está presente em todos os lugares e formas, tanto em ciência ou em senso comum, como um meio de ajudar o ser humano e tentar achar uma resposta para ele mesmo psicologicamente.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

### **4.1. A trajetória da psicologia:**

Por meio de muitas pesquisas da antiguidade até a atualidade, foi-se possível encontrar alguns indícios que comprovaram que o homem já desempenhava a faculdade de pensar; existem fragmentos da psicologia que marcam um passado do ser humano, quando os mais antigos antepassados deixaram suas marcas desenhadas nas paredes das cavernas, pinturas de homens e animais, isso significaria que o ser humano já

buscava por resposta de si mesmo e do mundo que o cerca, ou seja, já praticava a psicologia mesmo sem saber; mas apenas a exercia.

No período de 700 a. C, os gregos já possuíam fortes habilidades de pensar, pode-se ver o resultado em construções de cidades e conquistas de novos territórios. Esse poder do pensamento levou os gregos a serem uns dos povos mais evoluídos da época, tais evoluções exigiram soluções práticas para resolver problemas na arquitetura e agricultura, para uma melhor organização social, esses avanços influenciaram Sócrates que norteou Platão que por sua vez Aristóteles, a se dedicarem a explicar o espírito conquistador dos gregos; assim, começaram a investigar o homem e seu interior, surgindo as primeiras tentativas de descrever a psicologia; Aliás o termo psicologia vem do grego (psyché) que significa mente ou alma, e (logos) que significa conhecimento, estudo ou razão. Mas isso seria impossível de expor do que seria psicologia, algo extremamente complexo para ser definido em poucas palavras que através de anos de estudos e experiências não conseguiram definir algo exato para essa pergunta.

Existem duas vertentes a serem explicadas para uma melhor compreensão desse assunto, primeira sendo o caminho da ciência, que visa estudar a mente e o comportamento humano em seu ambiente, tomando como objeto de estudo o ser humano, dependendo da área que o psicólogo atua, pode-se variar por parte, o meio a ser estudado como a personalidade, mente, consciência, inconsciente e o comportamento, etc.

Alguns pensadores trataram esse assunto como sendo algo empírico<sup>1</sup>; Por se referir a ciência com uma linguagem rigorosa, tendo um estudo em busca de conhecimentos com formas programada, sistemática e controlada, buscando a ser científica com uma veracidade a ser validada.

A psicologia na ciência, após estudos de diversos autores, está relacionado “ciência do comportamento”, que seria sendo por meios de comportamentos do ser humano, aspectos psicológicos, sociais, biológicos e seus variados modos de expressão. Com o passar dos anos a ciência vem se desenvolvendo a cada dia, tendo um avanço tecnológico e sofisticado, facilitando nas áreas de pesquisas, tornando a psicologia uma ciência nova, com pouco mais de cem anos, mas só foi possível ser enquadrada a psicologia na ciência tornando-a científica e desmembrando da filosofia por Wilherlm Wundt<sup>2</sup>, conhecido como o pai da mesma, pela universidade de Leipzig na Alemanha em 1879, Wundt criou o primeiro laboratório para realizar experimentos na área da psicologia para validar as ideias da psicologia como ciência, dando o início a psicologia moderna ou científica, assim como cita VAZ (2023):

a psicologia buscou na teoria positivista respaldo para afirmar sua cientificidade. Wundt foi o fundador do primeiro laboratório de Psicologia em 1879. Assim, a Psicologia tornou-se ciência, pois fazia experiências que respeitavam os critérios comtianos. O experimento de Wundt com o metrônomo, tendo como método científico a introspecção analítica, mostrou a possibilidade de se descrever as impressões psicológicas relacionadas aos estímulos externos. Assim, ficou demonstrado por ele que as sensações cotidianas poderiam (VAZ, 2023).

---

<sup>1</sup> (empírico) vem do grego e **significa experiência**. Então, o conhecimento empírico – ou senso comum – resulta das observações e das experiências das pessoas. Em outras palavras, parte de um conhecimento popular, que tem origem nas observações do cotidiano.

<sup>2</sup>**Wilhelm Maximilian Wundt** (Neckarau, 16 de agosto de 1832 — Großbothen, 31 de agosto de 1920) foi um médico, filósofo e psicólogo alemão. É considerado um dos fundadores da psicologia experimental junto com Ernst Heinrich Weber (1795-1878) e Gustav Theodor Fechner (1801-1889). Entre as contribuições que o fazem merecedor desse reconhecimento histórico está a criação do primeiro laboratório de psicologia no Instituto Experimental de Psicologia da Universidade de Leipzig (Lipsia) na Alemanha em 1879.

Assim pode-se verificar a veracidade e importância de Wundt para a psicologia, buscando conhecimento para introduzi-la na ciência com critérios positivistas para poder chegar onde ela está cientificamente.

A psicologia chega no Brasil em meados do século XX, expressivamente no ano de 1962, com essa chegada teve uma grande direção para um crescimento nas últimas décadas, com uma emancipação nas diversas áreas da ciência, usando a subjetividade como matéria prima da psicologia, onde o seu objeto é o homem; (comportamento, inconsciente, consciente). Além de tratar de ramos específicos das ciências humanas, proporcionando uma compreensão da vida humana e suas expressões visíveis (nosso comportamento) e invisíveis (nossos sentimentos), por se referir ao ser humano e seus comportamentos, mostrando uma eficácia e construindo caminhos, com conteúdo para análise experimental.

Hoje, a psicologia está relacionada a diversas áreas e objetos de estudos, homem e seu conjunto social e fenômenos psicológicos, com uma abrangente nas áreas do esporte, social, saúde, desenvolvimento humano, processos cognitivos, comportamento clínico, instituição pública e privada, mostrando uma direção para o ser humano a ser exercida pelo mesmo, devidas as mazelas sofridas pelo seu cotidiano, tanto no social ou como indivíduo.

#### **4.2. Psicologia do senso comum:**

A psicologia do senso comum é produzida no meio social, por meio da vivência histórica (hábitos a tradição), com conhecimentos adquiridos através da prática que se adquire no interior do meio social que se encontra, encontra-se a psicologia do senso comum no dia a dia, como por exemplo, pode se observar o poder de persuasão de propagandas, em uma loja o vendedor tenta de qualquer forma vender alguma mercadoria ou serviços, esses meios são usados a “psicologia” para venderem seus produtos, quando alguém procura algum familiar, ou amigo do peito para desabafar, pode se dizer que essas pessoas usa de alguma forma a “psicologia” para entender as pessoas e dar uma direção para a mesma. Em um simples chá com ervas do campo, benéficas para a saúde que aprendemos com nossos antepassados para melhorar algo em nosso corpo.

O fato de acumularmos todos conhecimentos no cotidiano é chamado de senso comum.

As pessoas, têm um domínio, mesmo que pequeno do conhecimento acumulado pela psicologia científica, o que lhes permite explicar ou compreender seus problemas cotidianos.

O senso comum, contempla do hábito à tradição, ao qual, quando estabelecida, passa de geração para geração, aprendemos com nossos pais, a fazer um eletrodoméstico funcionar, como plantar algo nas estações certas e como proceder depois de plantado, como atravessar uma rua sem correr nenhum risco de vida.

As pessoas aprendem algumas coisas e incrementam algo mais especializado, assim, alguma parte sempre em evolução, isso não acontece de uma hora para outra, requer tempo para que o conhecimento mais atual e especializado seja absorvido pelo senso comum, e essa absorção nunca é totalmente. Quando utilizamos algumas palavras como, “esse rapaz é chapado”, “essa pessoa é histérica”, “essa pessoa é neurótica”, entre outras palavras, estamos usando termos definidos pela Psicologia científica. O ser humano não se preocupa em definir bem todas palavras usadas e nem por isso, deixa de ser entendido pelo outro. Dessa forma podem estar muitos próximos do conceito científico, mas na maioria das vezes nem sabem.

### **4.3. A psicologia na sociedade:**

Através de pesquisas, pode-se verificar diversas áreas da psicologia no cotidiano, atuando em vários lugares no interior da sociedade, seja no trânsito com um papel de prevenção de acidentes, no hospital proporcionando maior atenção e procurando saber sua história de vida, no esporte como um meio de cuidar da saúde psíquica dos atletas para melhor desempenho, na escola como meio de promover melhorias no aprendizado e procurar as falhas para ajudar o desenvolvimento e política públicas fazendo um intermédio visando um bem estar para a população. Em todos os lugares pode-se ver os traços da psicologia, seja na ciência ou senso comum, procurando desenvolver sempre um melhoramento na sociedade, trazendo orientação para a população em todas as áreas.

### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Esse trabalho procurou entender o que é a psicologia e onde ela está inserida no cotidiano, para entender o caminho percorrido ao longo da sua história e suas áreas de atuações, a partir de métodos de pesquisa bibliográfica, exploratória e descritiva. Esse trabalho objetivou entender o início da psicologia e suas fases de transformações da filosofia para psicologia científica tanto em senso comum ou ciência, ou seja, na contemporaneidade e de como ela está presente no cotidiano.

Para se atingir uma compreensão do que é psicologia, definiu-se três objetivos específicos. O primeiro a trajetória da psicologia, verificou-se que através dos anos o ser humano vem desvendando a mais complexa máquina, a mente e o comportamento do ser humano, que na época das cavernas até os dias atuais é difícil de explicar como o ser humano funciona, pensa ou age pois, a psicologia do senso comum, permitiu-se concluir que o senso comum está presente desde as antiguidades até a presente data, passando de geração em geração através da prática de cada ser humano, relacionado pela razão do mesmo culturalmente e de seus comportamentos humanistas. Já no terceiro, sobre psicologia na sociedade, abordou-se que ela está presente em todos os aspectos que se trata sobre o ser humano em seu ambiente, procurando ajudar a dar um direcionamento para o mesmo, psicológico e físico.

Com isso, a hipótese do trabalho do que é a psicologia se confirmou, que ela ainda nos dias de hoje é uma resposta difícil de ser exposta pelo fato de estudar a mente do ser humano e seu comportamento, fatores complexos e sem resposta atualizada do que seria psicologia. Sendo assim, a psicologia trata do ser humano psicologicamente e tenta ajudar, direcionando o indivíduo a se encontrar na sociedade, mostrando para o mesmo um caminho a ser percorrido, por ele mesmo, se o mesmo quiser ser ajudado. Os instrumentos de coleta dos dados permitiram buscas profundas desde quando surgiu a psicologia, e os primeiros sinais de aparecimento da sua existência.

Em pesquisas futuras, pode-se ter grandes descobertas quanto a evolução humana, quanto mais a ciência se desenvolve junto com a tecnologia, pode-se abrir formas de tentar desvendar e descobrir sobre a misteriosa mente do ser humano.

## 6. REFERÊNCIAS:

BOCK, Ana Mercês Bahia, FURTADO, Odair, TEIXEIRA, Maria de Iurdes Trassi **“psicologias” uma introdução a psicologia**. 13ª edição reformulada e ampliada— 1999 3ª tiragem — 2001.

CANGUILHEM, George. “o que é psicologia” 1904/1995.

COELHO, Beatriz. **“conhecimento empírico: você quer aprender o que é?”**, Disponível em <https://blog.metzzer.com/conhecimento-empirico>, acesso em 26/02/2021.

LEÃO, Lourdes Meireles. **“Metodologia do Estudo e Pesquisa: facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores”**. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 20.

VAZ, Michelle. “Psicologia – Ciência e Senso comum – Algumas questões” Disponível em: <https://www.psicologiamsn.com/2013/02/psicologia-ciencia-e-senso-comum-algumas-questoes.html>, acesso em 18/05/2023.

## ASSISTÊNCIA AOS MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS E O PROBLEMA DA XENOFOBIA.

**SALES**, Angelo Scansetti

**CASTRO**, Diego José

**OLIVEIRA**, Marlon Christian Luccas de

**WUNDERVALD**, Vanderlei Ezequiel

**CONSTANCIO**, Sandra

Faculdade FAN

### 1. RESUMO

As milhões de pessoas que devido às situações de conflitos, perseguições e violações dos direitos humanos, sujeitam-se a largar seus lares e nações em busca de locais mais seguros para se estabelecerem com dignidade e conseguirem retomar os seus projetos de vida, mesmo enfrentando hostilização das mais diversas ordens e a dificuldade de adaptação, encontram na migração e no refúgio uma oportunidade possível e viável para dar continuidade às suas trajetórias pessoais e familiares.

**2. PALAVRAS-CHAVE:** Migrante, Refugiados, Apátridas, Xenofobia, Direitos Humanos.

### 3. INTRODUÇÃO

Se ligarmos a televisão hoje, em qualquer noticiário nacional, assistiremos matérias que apresentam os problemas vivenciados por migrantes e refugiados pelo mundo. Com o aumento dos conflitos por territórios, guerras, perseguições políticas e/ou religiosas, violação dos direitos humanos, observamos o desespero de um número enorme de pessoas que largam tudo o que possuem e buscam um novo local para poderem se estabelecer e reconstruir sua vida.

Muitas vezes, nestes deslocamentos, esta população sofre exploração ao acessar os deficitários e arriscados serviços de transporte, alojamento e alimentação disponibilizados pelos atravessadores, os quais se valem da condição de extrema vulnerabilidade daqueles que sonham em fixar moradia em países desenvolvidos ou com uma condição política e econômica mais favorável, para praticarem o crime de contrabando de migrantes. É importante considerar também o alto risco de serem presas fáceis para o tráfico

ou exploração de seres humanos, com foco na escravidão, execução de trabalhos análogos a escravidão, ilegal remoção de órgãos, tecidos e plasma sanguíneo, exploração sexual, entre outros.

Na hipótese de chegada aos destinos escolhidos, podem enfrentar ambientes e práticas discriminatórias, preconceituosas e xenofóbicas, por virem de países distantes, falarem idiomas, manifestarem culturas e religiões diferentes da população local.

O Brasil como signatário de acordos internacionais que envolve as temáticas: migração, refugiados e apátridas, realiza os atendimentos necessários via políticas públicas, especificamente ofertando serviços no campo da assistência social, segurança alimentar, alojamento, emissão de documentos e apoio jurídico, saúde, educação e formação profissional para inserção no mundo do trabalho. As ações ocorrem de forma descentralizada permitindo que os grupos estrangeiros possam fixar moradia em qualquer cidade brasileira.

Os vários estágios de adaptação social e as mudanças frequentes até a fixação de residência na modalidade definitiva geralmente ocasionam fortes abalos à saúde física e mental, o sofrimento psíquico em patamar mais elevado pode resultar no luto migratório, decorrente deste a forma mais aguda é classificada como síndrome do estresse crônico e múltiplo, também conhecida como síndrome de Ulisses<sup>1</sup>.

“luto migratório seria o processo de elaboração das perdas envolvidas no processo de migração, ela envolve um conjunto de emoções, representações mentais e comportamentos vinculados as perdas sofridas no processo migratório. Na sua forma mais grave o luto migratório pode formar uma síndrome que se designou Síndrome de Ulisses ou Síndrome do Imigrante com Estresse Crônico e Múltiplo.” (Achotegui, 2004).

Considerando a complexidade das intervenções nos territórios que demandam atuações intersetoriais e multiprofissionais, ressaltamos o trabalho do assistente social frente às necessidades destes grupos populacionais, articulando e intermediando iniciativas em prol do usufruto legítimo das políticas públicas e o efetivo exercício da cidadania.

#### **4. BREVE PANORAMA MIGRATÓRIO**

Em 2021, o relatório elaborado pela ACNUR/ONU<sup>2</sup> assinalava que no mundo 26,4 milhões de pessoas eram refugiadas, sendo que na América Latina 6 milhões de pessoas eram oriundas da Venezuela. Entre os anos de 2015 e 2021 foram reconhecidas 62.497 pessoas refugiadas, pertencentes a 77 nacionalidades diversas, com destaque para os venezuelanos com 82,6%, seguidos pelos sírios 6,2%, os congolese 1,9%, cubanos 0,9%, libaneses 0,6%, paquistaneses 0,6%, palestinos 0,5%, colombianos 0,4%, malineses 0,3% e iraquianos 0,3%. Também compõe os refugiados que compõe grande número de solicitantes os originários de países como, Haiti, Cuba, China, Angola, Bangladesh, Nigéria, Senegal, Colômbia e Síria.

---

<sup>1</sup> Ulisses, nome em latim do personagem Odisseu, no idioma grego. É um herói, personagem principal no poema de autoria atribuída a Homero, a Odisseia, escrito possivelmente no século 8 a.C., Ulisses passa 17 anos para voltar a sua terra natal, Ítaca, na Grécia. Nesse período passou por vários desafios, ocasião em que ficou à deriva no mar e depois preso em uma ilha anos a fio; a saudade de casa provocou episódios de tristezas profundas, lamentações e choros frequentes.

<sup>2</sup> ACNUR: Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, organismo da Organização das Nações Unidas – ONU.

Em relação à migração, estima-se que 1,3 milhão de pessoas migrantes residem no Brasil, entre os anos de 2011 e 2020, as principais nacionalidades de pessoas eram originárias da Venezuela, Haiti, Bolívia, Colômbia e Estados Unidos. O principal destino da população migratória era a região sudeste com ênfase para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A região Sul e Norte representam os outros destinos mais procurados.

Outro dado significativo a ser salientado é o número de indígenas venezuelanos que migraram para o Brasil e solicitaram refúgio, um total de 9.474 pessoas de 3.402 grupos familiares. As principais etnias foram os Waraos, Pémon, E'ñepá, Kariña e Wayúu. Grande parte desta população originária teve seus territórios invadidos e na condição de expulsos perderam a capacidade do autossustento.

No período de setembro de 2021 a março de 2023, o Brasil emitiu 7.270 vistos humanitários para os afegãos. A fuga do regime talibã foi a principal justificativa para a movimentação migratória. Em novembro de 2022 uma coletividade afegã de aproximadamente 300 pessoas de várias idades ficou acampada em áreas de circulação interna do Aeroporto Internacional de Guarulhos, causando comoção pública local.

## **5. XENOFOBIA, UM ENTRAVE À CONVIVÊNCIA PACÍFICA**

O termo preconceito segundo os dicionários possui semântica que indica ideia preconcebida sobre coisa, circunstância, fato ou pessoa; denota conhecimento formado previamente, radicado dentro de grupos setoriais e ou comunidades internacionais, que baseado em seus costumes, saberes, perspectivas separatistas com ou sem associação histórica, tendem a ver as diferenças como algo intolerável e repugnante muitas vezes.

A cosmovisão estreita e etnocêntrica em um circuito socialmente fechado, com retroalimentação de conteúdos e crenças unilaterais promove uma práxis passional e discriminatória onde não há lugar para o diferente do conhecido e do aceito. Tais movimentos sustentam e ecoam comportamentos que conflitam com a lei e conseqüentemente com o alicerce republicano da urbanidade, causando traumas emocionais, psicológicos, sociais, patrimoniais e em alguns casos mais drásticos traumas físicos.

A modalidade unipolar de conceber as relações societárias, tende a contaminar a formação de um senso comum com baixa criticidade, daí surgem os estereótipos e estigmas transmitidos às gerações presentes e futuras como verdades inquestionáveis. Esses vieses comportamentais, altamente inflamáveis, que materializam delitos, se não forem seriamente combatidos no âmbito da prevenção, repúdio e responsabilização, poderá detonar focos de incêndio e quiçá fragmentar de alguma maneira o pacto civilizatório, expresso na Constituição da República Federativa Brasileira que em seu artigo 5º determina “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”(Brasil, 1988).

Segundo Chauí (1996/1997, p. 116,117), o processo de formação do senso comum apresenta as seguintes características:

- Subjetivismo: os sentimentos e opiniões de indivíduos e grupos são reproduzidos como se fossem universais e valessem para todos os tempos e contextos;
- Ajuizador: juízo imediato realizado por parte de indivíduos, grupos e classes, tendo por parâmetros a sua percepção de mundo;



- Heterogêneo: diferencia fatos e pessoas por percebê-los como diversos, mas sem indagar se isso é apenas uma aparência;
- Individualizador: cada coisa, fato ou indivíduo é visto como algo isolado e autônomo, destituído de etnografia - sem história pessoal e ancestral e sem territorialidade sociocultural;
- Generalizador: pela maneira como separa e junta coisas, fatos e pessoas, tende a reunir numa só ideia ou opinião coisas, pessoas e fatos semelhantes, sem indagar se isso seria apenas uma aparência. Diferencia sem perguntar sobre a diferença e reúne sem indagar sobre a semelhança;
- Causalista: para organizar o que separou e reuniu, tende a estabelecer simplistas relações de causa e efeito.

Com base nos sinais e manifestações relativas à criação de *pré conceitos*, associada às informações e estatísticas produzidas por agências de notícias, conceituados observatórios técnicos – centros de pesquisas e estudos nacionais e internacionais acerca da tendência quanto a intensificação dos movimentos migratórios (devido aos problemas decorrentes de guerras, conflitos étnicos armados, golpes de estado, regimes políticos autocráticos, acidentes provocados a exemplo de contaminações radioativas e congêneres, desastres geofísicos, entre outros.), inferimos que o aumento das movimentações migratórias ocasionará a elevação dos casos de resistência dos habitantes locais em relação aos estrangeiros nos estados-nações que os recebem.

As preocupações, dos governos e da sociedade, relativas ao qualitativo funcionamento dos serviços públicos e privados, ao cumprimento das normativas de uso e ocupação do solo, a correta execução dos planos plurianuais e suas respectivas diretrizes orçamentárias, nos territórios em que receberão médios e grandes quantitativos populacionais estrangeiros, devem ser consideradas e tratadas com a devida responsabilidade e atenção às determinações legais, sem perder de vista a possibilidade da constituição de uma força tarefa voltada ao compartilhamento de responsabilidades entre os entes federados: união, estados, municípios e distrito federal, sob a égide do equilíbrio fiscal sustentável.

Para sabermos um pouco mais sobre a população exógena que comumente é alvo de xenofobia, vide abaixo algumas definições:

- Migrante: pessoa que sai do seu lugar de moradia ou de nascimento, para residir e trabalhar em outro município, estado ou país, geralmente buscando oportunidades de empregos e salários, estudo, segurança, saneamento e moradia, enfim melhores condições de vida si e seus familiares.
- Refugiado: De acordo com a Convenção de Genebra (ACNUR, 1951), refugiado é toda a pessoa que “temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode, ou em virtude desse temor, não quer se valer da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual, em consequência de tais acontecimentos não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele”.

A Lei brasileira n. 9.474, de 22 de julho de 1997, que define mecanismos para a implementação do estatuto dos refugiados, acrescenta que pessoas refugiadas também são as vítimas de violação grave e generalizada dos Direitos Humanos (art. 1º).

Assim, em linhas gerais refugiados são indivíduos mundialmente reconhecidos pela:

- Convenção de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados e seu respectivo Protocolo de 1967 (ACNUR);

- Pela Convenção de Kampala (2009), que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados internamente deslocados na África.

Os países africanos com seus históricos bolsões de miséria, acirradas disputas de poder por parte de seus governantes e democracias propositalmente fragilizadas, amargam essa realidade decorrente dos tempos das colonizações predatórias - escravizadoras e extrativismo de pilhagem, o continente visto como matéria-prima foi dividido e saqueado de forma a melhor servir a Europa. As constantes guerras civis e tribais causam pânico e êxodo entre os menos favorecidos que buscam a preservação da vida e melhores condições de sobrevivência, dispondo da migração intracontinental.

• Apátrida: homens e mulheres (idosos, adultos, jovens, adolescentes e crianças) que não possuem vínculo de nacionalidade com qualquer Estado/Nação, seja porque a legislação interna não os reconhece como nacional, seja porque não há um consenso sobre qual Estado/Nação deve reconhecer a cidadania destas pessoas. (ACNUR, 2017).

O filme "O terminal" (2004), inspirado na verídica história do iraniano Mehran Karimi Nasseri, abordou a temática do apátrida. No período de 1988 a 2006 Mehran viveu nas dependências do Aeroporto Charles de Gaulle, França. O enredo do longa-metragem conta a rotina de uma pessoa que fica morando em um terminal aeroportuário, sem poder entrar no país de destino e nem retornar para seu país de origem, pois sua terra natal estava passando por um processo de golpe de estado, e nenhum dos países o reconhecia como cidadão natural de um estado soberano, tendo os cidadãos deste país, perdido seus direitos de nacionalidade, tornado seus documentos inválidos para qualquer destino no mundo.

Com base nas definições supramencionadas, podemos inferir que a xenofobia é um dos preconceitos mais danosos na contemporaneidade, pois atinge frontalmente a dignidade humana em seus valores essenciais identitários, deixando um assombroso rastro de rejeição, invisibilidade e desprezo. A lei nacional 9.459, de 13 de maio de 1997, expressa em seu art. 1º que "serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional." e no art. 20 decreta que "praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.", para ambos a pena a ser aplicada é de reclusão de um a três anos e multa.

O enfrentamento desta infausta conjuntura e a linha de abordagem adotada pelo Brasil para assistir aos estrangeiros em trânsito ou em processo de legalização da moradia, será tratada a seguir.

## **6. POLÍTICA NACIONAL DE MIGRAÇÃO, REFÚGIO E APATRIDIA**

Para auxiliar os refugiados, migrantes e apátridas no ingresso aos locais de acolhida e inclusão, foram criadas políticas nacional e regionais (estaduais, municipais e distrital) com foco no trabalho em rede para impulsionar a retomada dos projetos de vida em solo brasileiro.

Para isso, foi criado um grupo de trabalho multiministerial – GTM, englobando Justiça, Segurança Pública, Relações Internacionais, Cidadania e Trabalho, para desenharem de forma integrada uma Política

Nacional de Migrações, Refúgio e Apátrida, a luz das premissas já estabelecidas internacionalmente frente a promoção e defesa dos direitos humanos desta população.

O primeiro eixo de estudo do GTM foi a *Regularização Migratória*, a partir dos mapeamentos realizados sobre as normas existentes e em vigor que tratassem de emissão de vistos, autorizações de residências, refúgio, acolhida humanitária e afins, foram produzidos protocolos orientativos para regularização da situação de entrada e permanência em território nacional.

O segundo eixo foi o da *Integração Local*, o debate atingiu diferentes aspectos que envolveram o estabelecimento de conexões e desenhos de fluxos para a descentralização, interiorização dos atendimentos, nos mais diversos serviços públicos, como: saúde, educação, assistência social, habitabilidade, trabalho e emprego, lazer, moradia, integração intercultural sem prejuízo de manutenção dos vínculos com suas comunidades originárias; serviços estes distribuídos nas cinco regiões, com destaque para as cidades que possuíam maior capacidade de acomodação em centros receptivos de maneira que não sobrecarregasse o sistema estatal local.

A *Promoção e Proteção de Direitos, Combate a Xenofobia e ao Racismo*, constituiu o terceiro eixo, atuou fortemente no fomento de estratégias promotoras de alteridade e defesa dos direitos humanos, sistematizou estudos e propostas advindas do primeiro, segundo e terceiro setor formando um compilado de estratégias iniciativas voltadas à promoção dos direitos da população migrante, refugiada e apátrida, focando nas medidas necessárias para o melhoramento de políticas públicas que favorecessem a inclusão e equidade. No cômputo geral, além de sugerir e aprimorar campanhas de grande abrangência e aquelas focalizadas de estímulo ao respeito e cultura de paz, interagiu com fóruns, conselhos e comissões técnicas dos poderes executivo e legislativo para suscitar o debate acerca do aumento das seguranças no campo da dignidade humana.

A *Participação Social* foi tratada no quarto eixo. O GTM criou comitês locais permanentes para efetivar a interlocução com movimentos populares e organizações da sociedade civil no processo de elaboração e execução de políticas públicas e realização do controle social, facilitando assim a recepção e a integração dos refugiados, migrantes e apátridas nos territórios sociais.

O quinto eixo, *Monitoramento e Avaliação*, debateu e acompanhou, em âmbito pátrio, as pactuações estabelecidas pelo coletivo GTM e parcerias e analisou as repercussões internacionais da prestação de serviço destacada às pessoas migrantes, refugiadas e apátridas no Brasil, sob a supervisão técnica do Ministério de Relações Exteriores.

A Lei de Refúgio do Brasil (1997), é considerada um exemplo para a comunidade internacional por adotar um conceito ampliado para o reconhecimento de pessoas refugiadas, entendendo que toda pessoa que tenha fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade além de violação de direitos humanos pode ser beneficiada desta, requisitando documentação, exercício de direitos civis, direitos políticos, econômicos, sociais e culturais.

A migração, explicitada na lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017, aborda o tema sob a ótica dos direitos garantidos pela Constituição de 1988, tendo como princípio a universalidade, indivisibilidade e independência dos direitos humanos, incluindo a admissão em serviços, programas, projetos e benefícios sociais sem restrições ou condicionalidades para além daquelas presentes em regulamentos vigentes.

## 7. AÇÕES ESTRATÉGICAS DESENVOLVIDAS E A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

O Projeto Cidades Solidárias, desenvolvido em conjunto com Governo Federal, Estadual, municipal e distrital, tomou providências para acolhimento da população refugiada, migrante e apátrida, integrando a atuação das políticas sociais via comitês e conselhos consultivos com a presença também de representações de organismos internacionais. Contou com equipes multiprofissionais oriundas de diversos equipamentos públicos e do terceiro setor.

As organizações da sociedade civil, antes do boom migratório, já ofereciam serviços de referência e de excelência à população refugiada e migrante, servindo, em dados momentos, de apoio técnico para o dimensionamento e redimensionamento das intervenções da rede pública. Estes organismos sociais não governamentais predominantemente confessionais católicos, tem em sua missão fundacional e valor institucional a missionariedade em âmbito local e internacional.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública e demais setores governamentais têm lançado editais de chamamento público para execução de projetos voltados à promoção de direitos de pessoas refugiadas, migrantes e apátridas, financiando a implementação de centros de referências por organizações da sociedade civil.

O Assistente Social, profissional conhecedor dos complexos sistemas intersetoriais está habilitado a construir conjuntamente com a pessoa ou família caminhos e pontes de acesso a serviços e direitos, via escuta qualificada, acompanhamento técnico e encaminhamento às redes protetivas e emancipatórias de situações vulnerabilizantes e de risco social. Também estabelece fluxos de atendimentos a fim de melhorar a articulação das ofertas com as demandas apresentadas, apoiam os processos para inserção no mundo do trabalho, entre outros abaixo detalhados.

- Acolhimento e escuta: escuta qualificada das histórias pessoais e necessidades, estabelecimento de uma relação de confiança para ter acesso aos reais desafios, propositura de possibilidades para enfrentamento e superação das vulnerabilidades;
- Orientação, encaminhamento e acompanhamento social: sobre seus direitos, documentação, serviços disponíveis e procedimentos legais no país, apoio técnico para acessar serviços essenciais, como cuidados de saúde, educação, assistência jurídica, moradia e emprego;
- Mediação cultural e defesa dos direitos: Os assistentes sociais desempenham um papel importante na mediação cultural, ajudando a criar pontes entre as pessoas e grupos migrantes e os serviços locais, favorecendo a superação das barreiras de idioma e cultural, trabalha de forma conjunta com os demais atores da rede de proteção social no combate à discriminação, xenofobia e a exclusão social;
- Trabalho em rede: atua colaborativamente na inter e multiprofissionalidade com organizações privadas, agências governamentais e grupos da sociedade civil para garantir uma abordagem coordenada no atendimento às pessoas migrantes.
- Pesquisa e advocacy: Os assistentes sociais também podem contribuir na realização de estudos, pesquisas e mobilizações de promoção de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às necessidades das pessoas migrantes.

Em resumo, o assistente social desempenha um papel crucial no atendimento às pessoas migrantes no Brasil em conjunto com outros profissionais, trabalhando para garantir que eles sejam tratados com dignidade, tenham acesso a serviços essenciais e a oportunidade de se integrar plenamente na sociedade brasileira.

## **8. CONSIDERAÇÕES**

Muitas populações hoje vivem em territórios conflagrados, com problemas políticos e ascensão de teocracias, também existem povos que sofrem com problemas de falta de recursos para a subsistência básica de uma família, neste ponto, estas pessoas buscam uma forma de fugir deste cenário valendo-se do refúgio em outras nações.

Apesar da maioria dos pontos de tensão estarem distantes do território brasileiro, como hoje o mundo pode ser considerado uma aldeia global, com a facilidade de trânsito em grandes distâncias, os reflexos destes movimentos migratórios também atingem o Brasil nos mais diversos aspectos.

Para estarmos preparados para acolher a população migrante, refugiada e apátrida, já foram estabelecidas normas e leis que atendem estas pessoas, mas de nada adianta termos amparo legal e não conseguirmos aplicar, portanto é imperativo que tenhamos equipamentos e profissionais capacitados para atuar junto a estes grupos. A integração dos setores públicos, privados e entidades da sociedade civil nacional e internacional para a garantir o acesso a direitos constitucionalmente estabelecidos - documentação, educação, saúde e congêneres, além de incluir essa população nas comunidades locais é uma estratégia precípua e norteadora de intervenções sinérgicas.

Mostrando que nos dias atuais não podemos aceitar discriminações e silenciamentos frente a ocorrência de ataques à dignidade e sim que devemos enquanto dever cívico aprender a respeitar estas culturas e pessoas, fortalecendo laços e vínculos humanitários, contribuindo assim na minimização dos efeitos e na erradicação das diásporas contemporâneas.

## **9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ACHOTEGUI, J. (2004). Emigrar en situacione extrema: el síndrome del inmigrante con estrés crónico y multiple (Síndrome Ulises). NORTE DE SALUD MENTAL (21), 39–52.

ACNUR (1951). Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em: . Acesso em: 09 de outubro de 2023.

ACNUR (1967). Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em: . Acesso em: 09 de outubro de 2023.

ACNUR (2017). Apatridia: Cartilha informativa. Disponível em: . Acesso em: 10 de outubro de 2023.

ALVAREZ, J. A.P. Políticas públicas e imigração latino-americana em São Paulo: reflexões sobre a formulação da cidadania de imigrantes. Dissertação (mestrado). 200f. Ciências para a Análise da Integração da América Latina. USP.

AVELÃS NUNES, A. J. O neoliberalismo, o ataque ao estado social, os perigos do “fascismo de mercado”. Revista Jurídica (Unicritiba), Vol. 2, nº 31 (2013), 5-29, e Vol. 3, nº 32 (2013), 5-39. Disponível em <http://revista.unicritiba.edu.br/index.php/RevJur/issue/current>

BARROCO, Maria Lúcia Silva – SÉRIE ASSISTENTE SOCIAL NO COMBATE AO PRECONCEITO / O QUE É PRECONCEITO / CADERNO 1 - Comissão de Ética e Direitos Humanos CFESS - Brasília (DF), 2016;

BATISTA, V. O.; Parreira, C. G. As normas nacionais e internacionais sobre imigração na América do Sul e sua repercussão nos fluxos migratórios regionais. Revista de Direito Brasileira, n. 5, 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências, [1997]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9474.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm). Acesso em: 09 out. 2023.

\_\_\_\_\_. Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial, Brasília, 25 maio 2017b. Seção 1.

\_\_\_\_\_. Decreto no 9.199, de 20 de novembro de 2017. Regulamenta a Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. Diário Oficial, Brasília, 21 nov. 2017c.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; FURTADO, A; DICK, P; QUINTINO, F; SILVA, S. Acompanhamento de fluxo e empregabilidade dos imigrantes no Brasil: Relatório Mensal do OBMigra Ano 4, Número 2, fevereiro de 2023/ Observatório das Migrações Internacionais; Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: [https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-mensais \(/pt/dados/relatorios-mensais\)](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-mensais (/pt/dados/relatorios-mensais))

CHAUÍ, M. (1996/1997). Senso comum e transparência. In J. Lerner (Org.), O preconceito (pp. 115-132). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

COSSA, E. R. C. Luto Migratório. Revista Revise, v. 6, n. Fluxo Contínuo (2020): Psicologia e Educação, p. 275-302.

COSTA, Edimilson. A globalização neoliberal e os novos fenômenos do capitalismo contemporâneo. Síntese da tese de pós-doutorado, UNICAMP, 2002.

DURIGUETTO, M. L. Política de Assistência Social e Serviço Social: dilemas e desafios da intervenção profissional, Minas Gerais, <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/1276>

GAUDEMAR, J. P. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Editora Stampa, 1977

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914-1991). São Paulo, Companhia das Letras, 1995, 598 p.

I Relatório cidades solidárias Brasil: proteção e integração de pessoas refugiadas no plano local / [Camila Barrero Breitenvieser, consultora técnica]. -- Brasília, DF: Agência da ONU para Refugiados - ACNUR, 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.p.15-50.

ITAIM, J. Até tu Davos. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Ate-tu-Davos-/30137.21/04/2014>. acesso em: 09 out.2023

La mobilization générale. Paris: Éd. Du Champ Urbain, 1979. 286 p. Harvey, D. A mobilidade do capital variável e da força de trabalho. In: <http://blog.controversia.com.br/2008/07/27/3406/>. Acesso: outubro de 2023.

LÉNIN. V. I. O Capitalismo e a Imigração dos Operários. In Obras Escolhidas. v. 1. Lisboa e Moscovo. Ed. Avante! e Ed. Progresso - 1977.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA; MINISTÉRIO DA MULHER DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Guia de Proteção Comunitária de Pessoas Indígenas Refugiadas e Imigrantes, 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA; MINISTÉRIO DA MULHER DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. Guia de referência para o trabalho social com a população indígena, 2021.

SANTOS, Cleusa – SÉRIE ASSISTENTE SOCIAL NO COMBATE AO PRECONCEITO / XENOFOBIA / CADERNO 5 - Comissão de Ética e Direitos Humanos CFESS - Brasília (DF), 2016.

## A IMPORTÂNCIA DOS FATORES HISTÓRICOS, CULTURAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

SCREMIN, Jean Carlos<sup>1</sup>

XAVIER, Caio Bismarck Silva<sup>2</sup>

Faculdade FAN

**RESUMO:** O presente trabalho traz pontos sobre fatos ocorridos na história da educação brasileira, e como foram marcantes na formação do ensino, e da forma como ele era praticado na época da colonização até o momento da industrialização do país, sendo assim abordará fatores históricos, culturais, econômicos e políticos. A principal fonte para a elaboração deste artigo é o trabalho de Otaíza Oliveira Romanelli, o livro com o título de História da Educação no Brasil (1930-1973) (1986). Buscaremos também contrapor outros autores que trouxeram seus pontos de vista sobre os mesmos fatos. Mostraremos como o ensino religioso tradicional não era adequado à formação de trabalhadores para o novo sistema de produção global, o sistema capitalista, onde aparece as primeiras indústrias, que necessitavam de mão de obra capacitada para o trabalho. Desta forma procura-se mostrar que os fatores históricos, sociais, econômicos e políticos estão diretamente ligados entre si, pois são sempre implicações entre os próprios fatores entre si.

**Palavras chaves:** Educação Brasileira. Formação do Ensino. História da Educação no Brasil. Romanelli.

### INTRODUÇÃO:

Durante a colonização no Brasil, era vigente o modo de produção imperialista onde somente se extraia recursos para Portugal. Os povos originários, bem como os escravizados africanos, eram submetidos ao trabalho escravo para a extração de tais recursos para a Metrópole. Apenas tardiamente, na República Nova, o Brasil passa a ter novas demandas de mão de obra para a adequação ao modo de produção capitalista.

Romanelli (1986) procura deixar claro que foi de extrema importância o poder de formação das classes sociais através dos modos de educação, sendo ofertado somente o que lhe era de agrado; a autora já nos mostra isto com o seguinte ponto de vista sobre a estrutura do poder da educação:

---

<sup>1</sup>Discente do curso de Pedagogia, matéria de História da Educação II

<sup>2</sup>Docente do curso de Pedagogia, matéria de História da Educação II



Assim como acontece com a cultura letrada e com a ordem econômica, a forma como se origina e evolui o poder político tem implicações para a evolução da educação escolar, uma vez que está se organiza e se desenvolve, quer espontaneamente, quer deliberadamente, para atender aos interesses das camadas representadas na estrutura do poder. Romanelli (1986, pag. 29)

Desta forma fica claro que economia, cultura, história e a política, são os fatores que moldam a educação da sociedade. Isto não representa um ponto negativo quando o Estado entende que se deve atualizar para atender as novas necessidades.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho foi elaborado pelo método hipotético-dedutivo, procurando embasamentos e fatos encontrados em bibliografias, artigos científicos e materiais apresentados em aula do curso de pedagogia e publicações em sites.

Usando como base fonte o trabalho de Otaíza Oliveira Romanelli, com o livro de título, História da Educação no Brasil; Ellen Adriana David; et al. Aspectos da evolução da educação brasileira, entre outros artigos e fontes.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **1.1 FATOS HISTÓRICOS SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL:**

O papel da escola pública parece-nos de crucial importância na educação para a cidadania, pois a escola pública, por definição, acolhe todos e é parte integrante da vida da cidade democrática. Segundo Romanelli (1986, pag. 23), “Nesse sentido, a educação é a mediadora entre o gesto cultural propriamente dito e a sua continuidade”, assim sendo é a escola que prepara o aluno para ser um cidadão atuante na sociedade.

Ainda a mesma autora atenta para o fato que em épocas da história da educação no Brasil, a educação foi usada para impor certas formas de culturas, sendo assim mantendo uma “certa” forma de controle de camadas mais baixas da sociedade, fato este, que pode ser observado na colonização do país, onde foi imposta a cultura europeia aos povos originários. Segundo (DAVID; et. al. 2014, pag. 3): “Pode-se afirmar que o sentido da educação no Brasil Colonial destinava-se à busca de seguidores da fé católica”.

Este modo de ensino de cultura, foi mantido até o momento em que se teve a necessidade de industrialização do país, pois segundo ROMANELLI:

A herança cultural, influenciando diretamente sobre a composição e os objetivos perseguidos pela demanda escolar, os rumos que toma a economia, criando novas necessidades de qualificação profissional, e a expansão da educação escolarizada, obedecendo à pressão desses dois fatores, compõem o quadro situacional das relações existentes entre educação e desenvolvimento. (1986, pag. 24)

Pode-se compreender que o mesmo sistema arcaico que foi imposto na época da colonização, não se tornou viável quando o país começou a sua industrialização, onde a demanda necessitava de mão de obra qualificada, e não de ensino religioso. Assim como DAVID; et. al. (2014, pag. 4) “o que era difundido pelas instituições de ensino e pela Igreja estava diferente da realidade vivida pela sociedade”.

## **1.2: AS TENTATIVAS DE MUDANÇAS NO ENSINO:**

Romanelli (1986) afirma que em 1925 houve uma reforma que representava uma tentativa de criar regras para o ensino, assim, procurando uma ação entre União e os Estados. A autora coloca que tais regras tinham “como o fim promover a educação primária, assim sendo, eliminar os exames preparatórios e parcelados, que ainda eram vigentes pela herança do império” (Romanelli, 1986, pag. 43).

Ainda era fortemente evidente a presença das oligarquias desde os tempos coloniais. Ainda que a União tivesse um projeto de desenvolvimento na educação, as oligarquias rurais ainda ditavam as regras (Romanelli 1986). Desta forma se tinha um desejo do estado ampliar o ensino, mas, por outro lado, a elite ainda exercia forte influência na política. É neste período que se pode observar mais claramente que as reformas eram sempre a favor das classes dominantes.

Foi ainda nos anos 20 que se delinearão ambiguidades dentro das quais caminharam, por pelo menos mais três décadas – até a perda daquele vigoroso impulso reformista –, o pensamento liberal em educação e toda uma geração de especialistas. Ambiguidades que resultavam da coexistência contraditória entre (a) uma visão radicalmente liberal e um liberalismo elitista, ainda “curativo” e “domesticador” das classes populares; entre (b) a escola com funções formativas e culturais ampliadas e a escola meramente alfabetizadora; e entre (c) a busca da qualidade na educação e a urgência da expansão, isto é, a urgência do crescimento quantitativo dos sistemas escolares. A rigor, esses três pares antitéticos estão imbricados e irão orientar o caminho que seguiremos para identificar a gênese e o desenvolvimento, no Brasil e, particularmente, na obra de Anísio Teixeira, da concepção de educação integral. **CAVALIERE** (2010, pag.3)

Observa-se que por mais que o estado procurasse meios de uma educação igualitária, os fatores histórico-sociais e econômicos ainda estavam diretamente ligados a política, a qual por sua vez ainda era fortemente influenciada pelas oligarquias, que necessitavam da mão de obra para trabalharem, e de uma educação deficitária através da qual se poderia manter o status de privilégios da elite sobre as massas menos “cultas e letradas”. Desta maneira houve uma procura das classes urbanas por qualificação para trabalho nas industriais, enquanto isto a classe rural não se mostrava preocupada com a escolarização.

## **1.3 O CAPITALISMO:**

Segundo Romanelli (1986), pela influência de países desenvolvidos o Brasil passa a ter um olhar diferente para a educação, e assim o estado passa a agir como educador. Segundo Romanelli, “é que as

exigências da sociedade industrial impunham modificações profundas na forma de se encarar a educação e, em consequência, na atuação do estado, como responsável pela educação do povo” Romanelli (1986, pag. 59).

Neste período, ainda segundo Romanelli (1986), foi onde a maior parte da população estava concentrada em centros urbanos, assim, havia a necessidade de uma educação com a qual o indivíduo tivesse a mínima alfabetização, podendo ser absorvido pelas indústrias e setores de trabalhos urbanos. Ainda assim ela apresenta este fato com a seguinte citação:

O capitalismo, notadamente o capitalismo industrial, engendra a necessidade de fornecer conhecimentos a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades do consumo que essa produção acarreta Romanelli (1986, pag. 59)

A mesma autora salienta ainda que as revoluções de 30 trouxeram as novas exigências para a educação, quando anteriormente eram as oligarquias que ditavam a educação, e que a qualificação operária não era o foco do ensino. Agora o indivíduo deveria estar preparado também para outros meios de trabalhos, saindo das zonas rurais, e indo para as zonas urbanas, onde o analfabetismo não era compatível com o trabalho na indústria capitalista. Mas ao contrário dos países desenvolvidos onde a educação era gratuita e universal, no Brasil o ensino de médio e superior eram uma realidade que somente as classes mais altas conseguiam exercer, e assim gerando uma divisão ainda maior nas classes sociais. As elites mantinham o status quo dos “cultos” enquanto as classes mais baixas ingressavam na educação para mão de obra.

Esta divisão foi um ponto fortemente marcado pelos fatores de alfabetização, que mesmo com a oferta de educação crescendo, as porcentagens de alfabetizados ainda eram baixas até algumas décadas depois, sendo relevantes somente na década de 50 onde chegou na faixa de 59,3% de alfabetizados, o que demonstra que foi um trabalho a longo prazo.

#### **1.4 DIFICULDADES PARA AS MUDANÇAS NO MODO DE ENSINO**

Como Romanelli (1986) expõem, o cenário do país na década de 30, que vinha em uma crescente na industrialização, agora tinham conflito também nas classes mais altas da sociedade, já que algumas delas ainda estavam ligadas a serviços rurais, e agora tínhamos os setores de trabalhos nas cidades. Ainda segundo Romanelli, este crescimento na procura por educação e como ensinar, impactou a educação vigente. “Esse crescimento acabou por pressionar o sistema educacional existente, que sofreu, a partir de então, uma expansão jamais vista antes” (Romanelli, 1986, pag. 127).

A autora ressalta que, este período deixou claro que mesmo com a oferta de ensino em maior escala, sociedade ainda sofria com a divisão do trabalho, assim evidenciando ainda mais as diferenças sociais do país, com as classes baixas sendo determinadas ao acesso a uma educação mecânica.

Além disso, parece-nos, ficou mais ou menos claro que essa expansão, todavia, sofreu deficiências profundas. Quantitativamente falando, a expansão existiu, mas foi contida pela inelasticidade da oferta, pelo baixo rendimento do sistema escolar e por seu acentuado aspecto de discriminação social. Qualitativamente, essa expansão sofreu

deficiências de caráter estrutural, porque tanto em relação à demanda quanto em relação à oferta ela se processou em direção oposta àquela exigida pelo desenvolvimento brasileiro. Romanelli (1986, pag. 127).

Observa-se então que mesmo com as tentativas de mudanças a educação ainda sofria com fatores ligados direta ou indiretamente a política, e a economia da época, fatores estes que se ligariam diretamente a história do país, o qual vinha sendo gerido desde do tempo colonial, com o ensino sendo sempre direcionado à manutenção das classes dominantes. Somente alguns poderiam ter acesso a setores educacionais onde o indivíduo poderia se desenvolver para além da adequação ao labor.

## **CONCLUSÃO:**

Seguindo o ponto de vista de Romanelli, fica claro que fatores como a cultura, economia, política e história no ensino educacional brasileiro, são de extrema importância para o estudo de como foi formado a educação no Brasil.

Observa-se também que os fatores culturais, econômicos e políticos se articulam no fator histórico, onde tudo pode ser explicado de forma mais simplificada. A mudança na educação começa quando a produção agrícola colonialista não atende mais as demandas da sociedade capitalista. O Estado passa a ser centralizado e tenta colocar em prática um projeto de educação nacional. A ideia de estender o ensino gratuito a todos é colocado em prática em função do avanço na industrialização e no capitalismo. Embora existiram alguns avanços, ainda prevalecia as dificuldades das classes baixas terem acessos ao ensino secundário e superior.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

CAVALIERE, Ana Maria. **Anísio Teixeira e a educação integral**. Paidéia (Ribeirão Preto), v. 20, p. 249-259, 2010.

DAVID, Ellen Adriana; MELO, Gislene; MOIANA, Murilo; SOARES, Magda. **Aspectos da evolução da educação brasileira**. Revista Uniaraguaia, v. 5, n. 5, p. 184-200, 2014.

ROMANELLI, Otaíza De Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. 8ª edição. Petrópolis. Editora Vozes, 1986.

## O IMPACTO DA ERA VARGAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

CARDOSO, Alexandre Siqueira  
CASSIANO, Augusto Roberto Souza  
COSTA, Marcelo Correia  
CRUZ, Valdir Reis da  
BRAGUNOLLO, Silas Muniz  
XAVIER, Caio Bismarck Silva  
Faculdade FAN

**RESUMO:** Este texto de forma contextualizada consiste numa análise das principais consequências para a educação brasileira, advindas do movimento revolucionário de 1930 que pôs fim a Velha República, ou como ainda era conhecida, “República dos Coronéis”. Com a chegada de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete, sede do Governo Federal, ocorrem diversas mudanças no cenário político do Brasil, entre elas, mudanças na educação. No primeiro período da denominada “Era Vargas”, que vai de 1930 a 1937, pode-se destacar os seguintes eventos: Criação do Ministério da Educação e Saúde Pública; Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior (1931), também conhecida como Reforma Francisco Campos, então Ministro de Estado da Educação e da Saúde Pública; Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova (1932); Leis Orgânicas do Ensino; Organização do Ensino Técnico; O ensino primário e o Curso Normal; Constituição Federal de 1934. Também vale ressaltar os projetos de reforma educacional oriundos da sociedade civil.

**PALAVRAS-CHAVE:** O governo Vargas; Política Educacional; Leis Orgânicas do Ensino; Constituição Federal de 1934.

### INTRODUÇÃO

No começo do século XX o Brasil recém-república tinha sua economia baseada no setor agrícola, na produção de café para exportação. Esse ciclo econômico influenciou a política do país na chamada política do café com leite adotada desde 1910 até o seu fim em 1930. Algumas insatisfações da população, somadas com a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929, culminaram em uma dúvida sobre a matriz econômica agrícola de exportação. Onde a grande dependência dos Estados Unidos levou o Brasil a uma profunda crise econômica também. Nesse contexto, Getúlio Vargas ganhou prestígio e instaurou a revolução de 1930. Com seu discurso progressista de desenvolvimento industrial, adotou leis para profissionalizar a educação no país, criando a mão de obra adequada para a demanda produtiva do capitalismo internacional. Verificaremos como essas mudanças na área educacional estava em função de desenvolver a mão de obra da população para acompanhar o desenvolvimento industrial capitalista.

## **METODOLOGIA**

No presente trabalho, analisa-se a relação e os enfoques que são estabelecidos entre educação, decretos e leis criadas pelo governo de Getúlio Vargas. Neste sentido, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em torno do material de apoio, com apostilas e enciclopédias livre. Materiais de apoio usados como referência: (ROMANELLI, 1999.), (CAMPOS, 1931), (BITTAR; OLIVEIRA; MOROSINI, 2008), (CAMPANHOLE e CAMPANHOLE, 1978). Para a realização deste trabalho utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, com pesquisa do tipo exploratório e utilizamos materiais bibliográficos. Outros autores, estarão nas referências.

## **3. DEBATE E DISCUSSÕES**

### **3.1 Brasil pré-revolução de 1930**

A economia colonial brasileira fundada na grande propriedade e na mão de obra escrava resultou em grandes implicações de ordem social e política, mesmo depois da promulgação da república em 1889. O Brasil anterior a revolução de 1930 era caracterizado como a República velha, ou “República dos Coronéis”, nome esse, derivado do grande poder de influência na política dessas pessoas. Nessa época era bastante comum o analfabetismo, o voto de “cabresto” e a restrição do direito ao voto, que contribuíam para a manipulação da ordem política vigente no país.

A matriz econômica do Brasil era agrícola, baseada predominantemente na produção e exportação de café, a qual era dirigida pelas oligarquias agrícolas. A famosa política do café com leite consistia em intercalar o poder máximo da nação entre os estados de São Paulo – produtor de café – e Minas Gerais – produtor de leite –, elegendo seus candidatos. A volatilidade da economia brasileira desde o ano de 1920, contribuiu para o questionamento da política do café com leite no país. Seu ápice se deu em 1929 com a quebra da bolsa de valores de Nova York, onde as exportações do Brasil diminuíram drasticamente, a qual envolveu o Brasil em uma profunda crise econômica devido a dependência econômica do setor cafeeiro.

Nesse contexto de insatisfação, o então governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, ganha prestígio e força política com seu discurso nacional pautado no desenvolvimento econômico do país. Getúlio relutou para quebrar a política do café com leite, consolidando uma oposição de Aliança Liberal, mas perdeu as eleições de 1929 de presidência nacional para o candidato paulista Washington Luiz. Já no ano seguinte, o gaúcho assumiu a liderança do movimento revolucionário de 1930, que depôs o atual governo e ficou à frente do poder. Durante o governo provisório de 1930-1934 Vargas criou o Ministério da Educação e da Saúde Pública. O período de 1930-1937 foi chamado de 2ª República, onde ocorrem alguns avanços na área da educação que discorreremos mais adiante. Getúlio outorgou uma nova constituição, a “polaca”, inspirada na constituição fascista da Polônia, e foi redigida pelo jurista Francisco Campos.

Essa nova política da educação foi principalmente embasada pela necessidade da inserção do Brasil no novo modelo de produção capitalista global. Getúlio Vargas visava uma política desenvolvimentista pautada na industrialização e substituição das importações. Vargas pretendia deixar o país menos dependente da agricultura e mais moderno para a interação de produção entre os países, reforçado pela questão da crise econômica de superprodução dos Estados Unidos que afetou nosso país de economia agrícola. O Brasil necessitava de uma mão de obra mais qualificada para esse novo modelo de produção capitalista industrial. E,

oriundo desse novo contexto internacional, o estadista, criou o já mencionado Ministério da Educação e Saúde Pública, fez a reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior (1931), no período Vargas foi publicado o Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova (1932), que inspirou a nova Constituição Federal de 1934 e dispôs de projetos de reformas educacionais oriundo da sociedade civil.

### **3.2 As transformações da Educação no governo Vargas**

Durante o governo provisório (1930-1934) de Getúlio Vargas foram muitas as iniciativas que ele tomou no terreno da educação. No dia 14 de novembro de 1930, Vargas criou o então Ministério da Educação e da Saúde Pública, elegendo como seu titular o jurista Francisco Campos.

Segundo os historiadores, o período que Vargas esteve à frente do governo federal é visto em duas fases: 1930-1934, estes foram os anos que corresponde ao que se chama de Segunda República, e 1937-1945, conhecida como Terceira República ou Estado Novo.

Começaremos explicando sobre os acontecimentos na educação durante a Segunda República (1930-1937), fatos que tiveram muita repercussão no setor foram:

- ⑩ Reforma do ensino secundário e do ensino superior (1931).
- ⑩ Manifesto dos pioneiros pela Educação Nova (1932).
- ⑩ Constituição Federal de 1934.
- ⑩ Projetos de reforma educacionais oriundos da sociedade civil.

### **3.3 Reforma do ensino secundário e do superior:**

Segundo o decreto 19.851, o ensino secundário é organizado em dois segmentos. Sendo o primeiro deles com duração de 5 anos, que corresponde ao ensino ginasial, ao qual se segue o curso complementar com duração de dois anos, com caráter de especialização, subdividido em três segmentos: pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico (ROMANELLI, 1999, p. 60).

[...] a finalidade do ensino secundário é, de fato, mais ampla do que a que se costuma lhe atribuir. Via de regra, o ensino secundário tem sido considerado entre nós como um simples instrumento de preparação dos candidatos ao ensino superior, desprezando-se, assim, a sua função eminentemente educativa que consiste, precisamente, no desenvolvimento das faculdades de apreciação, de juízo, de critério, essenciais a todos os ramos da atividade humana, e, particularmente, no treino da inteligência em colocar os problemas nos seus termos exatos e procurar as suas soluções adequadas (CAMPOS, 1931).

O ensino secundário corresponde ao que chamamos hoje de ensino médio, ou 2º grau, que tinha por intuito preparar o ingresso em um curso superior. Mas acrescenta-se ainda que, apesar da reforma, o conteúdo curricular continuava a serviço de uma elite intelectual, que se pretendia especializar. Este descompasso entre a política de desenvolvimento industrial empreendida por Vargas e a reforma educacional proposta pelo seu Ministro da Educação, encontra explicação no fato de que os setores conservadores ligados ao campo sofreram

uma derrota apenas parcial com a revolução de 1930. Pois ainda permaneceram com muita força no interior do governo, principalmente no Ministério da Educação.

Também não podemos deixar de lembrar que Vargas contou com o apoio da Igreja Católica, tanto é que concordou com o fim do ensino laico, facilitando a sua interferência a volta do ensino religioso católico, principalmente no ensino primário. Lembrando que esses setores não tinham interesse na construção de um sistema nacional de educação pública, razão pela qual, a reforma nada propõe em relação ao ensino primário e à educação popular. A preocupação em reorganizar o ensino fica restrita ao curso superior e ao secundário, ou seja, Francisco Campos passa ao largo das novas exigências educacionais colocadas pelo processo de industrialização proposto por Vargas, que pretendia alavancar o modelo econômico do nacional desenvolvimentismo. Como afirma, Romanelli na seguinte passagem:

A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a Revolução de 30 acabou por representar, determina conseqüentemente o aparecimento de novas exigências educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado (ROMANELLI, 1999, p. 59).

Sob a baixa demanda por educação antes de 1930, encontramos uma explicação no predomínio do setor agrário na economia brasileira que exigia um grau de educação baixo, ou praticamente zero. Ainda há um fato de que esse setor utilizava várias formas anacrônicas de produção. Outra consideração é a baixa densidade demográfica da população brasileira e a incipiente urbanização do país.

[...] constituiu-se em um marco histórico importante na educação brasileira, uma vez que esta lei reestruturou a educação escolar, reformulando os diferentes níveis e modalidades da educação. [...] desencadeou um processo de implementação de reformas, políticas e ações educacionais [...] em vez de frear o processo expansionista privado e redefinir os rumos da educação superior, contribuiu para que acontecesse exatamente o contrário: ampliou e instituiu um sistema diversificado e diferenciado, por meio, sobretudo, dos mecanismos de acesso, da organização acadêmica e dos cursos ofertados. Nesse contexto, criou os chamados cursos sequenciais e os centros universitários; instituiu a figura das universidades especializadas por campo do saber; implantou Centros de Educação Tecnológica; substituiu o vestibular por processos seletivos; acabou com os currículos mínimos e flexibilizou os currículos; criou os cursos de tecnologia e os institutos superiores de educação, entre outras alterações (BITTAR; OLIVEIRA; MOROSINI, 2008, p. 10-11).

Como observa Romanelli (op. cit., p. 153): “Aquilo que na Constituição de 1934 era um dever do Estado, passou, na Constituição de 1937, a uma ação meramente supletiva.”

À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma adequação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais (CAMPANHOLE e CAMPANHOLE, 1978, p. 452).



Em relação ao ensino secundário foram poucas as modificações, este continua sendo um curso preparatório para o ingresso no ensino superior, embora o discurso oficial buscasse disfarçar essa intenção. Na ocasião da edição da Lei Orgânica para o Ensino Secundário, assim se pronunciava o Ministro Gustavo Capanema:

O que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral e, bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística. O ensino secundário deve ser, por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, em ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão, e dos ideais, da nação, e bem assim dos perigos que a acompanhem, cerquem ou ameacem, um ensino capaz, além disso, de criar, no espírito das gerações novas a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, e seu destino (NUNES, 1999, p. 102).

O ensino secundário ficava estruturado em dois níveis: ginásio, com a duração de quatro anos, ao qual se seguia o colegial com a duração de três anos. Este, não mais subdividido em três ramos, mas sim, em dois (científico e clássico). Alguns estudiosos entendem que dessa forma, se atenuava o caráter de preparatório ao vestibular (CHAGAS, 1978, p. 53). Em termos de conteúdo, clássico e científico são muito parecidos. Há apenas uma diferença de ênfase; No científico dá-se mais atenção às Ciências Naturais, e no ensino clássico, a Humanidade. Na prática, fica “tudo como dantes no quartel de Abrantes”, quem ingressa no curso colegial está mesmo de olho nos vestibulares. Se cursou o clássico, encaminha-se para o curso de Direito ou para um dos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; se vem do científico, dirige-se ao vestibular para o curso de Medicina, Odontologia, Farmácia ou Engenharia. A preferência dos alunos era pelo curso científico, visto este ter um currículo mais adequado que prepara para qualquer tipo de vestibular (Chagas, op. cit., p. 53).

Anísio Teixeira, em uma de suas palestras expressava para os inspetores do ensino secundário, no ano de 1954 que:

A escola secundária brasileira sempre foi, no passado, uma escola preparatória. Preparava os candidatos ao ensino superior; como escola de “preparatórios”, tinha objetivos determinados e uma clientela determinada. A clientela era a que se destinava ao ensino superior; e os objetivos, os de fornecer o que, na época, se chamada de cultura geral. Tal escola secundária, como aliás a escola secundária de todo o mundo, sendo preparatória para o ensino superior, não visava a dar nenhuma educação específica para ensinar a viver, ou a trabalhar, ou a produzir mas, simplesmente, a ministrar uma educação literária, que era toda a educação que a esse tempo se conhecia (TEIXEIRA, 1999, p. 175).

O Decreto-lei previa ainda que o curso primário deveria submeter-se ao exame de admissão para o ingresso no curso ginásial.

### **3.4 Manifestos dos Pioneiros**

A partir da década de 1930, o Brasil passou por diversas mudanças estruturais, que contribuíram diretamente para a construção de um sistema de educação pública no país. A década de 30 ficou marcada por intensa disputa ideológica na política, na economia e educação. Essa situação não era uma exclusividade do

Brasil. Na Europa, as coisas não estavam diferentes. Na Itália se consolidava o fascismo, assim como o nazismo na Alemanha.

Devido a situação em que viviam os países europeus, era impossível que esses conflitos não influenciassem o Brasil em determinadas áreas. Um dos campos mais afetados foram o político e o educacional. No meio político a AIB (Ação Integralista Brasileira), estava em rivalidade com a ANL (Aliança Nacional Libertadora), a ANL era o bloco dos comunistas, cujo líder era Luiz Carlos Prestes. A AIB contava com uma grande influência da época que era a Igreja Católica, cujo líder era Plínio Salgado. Essas rivalidades como em toda e qualquer divisão que ocorrem no meio político afetaram diretamente o campo educacional. Pois haviam movimentos ideológicos com interesses opostos, os grupos que estavam em disputa por esse espaço, de um lado progressistas, setores liberais e os de esquerda, os quais aderiram ao movimento pela Escola Nova, e do outro lado estavam os conservadores que neste caso se referia a aqueles apoiados pela Igreja Católica, a qual não queria perder a grande influência que ainda tinha no setor da Educação. Essa divergência de ideias entre estes grupos girava em torno dos seguintes pontos:

- ⑩ Currículo escolar sem religião, Estado laico.
- ⑩ Ensino público.
- ⑩ Um mesmo currículo escolar para meninos e meninas.
- ⑩ Obrigatoriedade de ensino para todos.

No ano de 1931 Vargas propôs para os dois grupos que criassem um projeto educacional para o País, mas não foi possível um acordo entre eles, pois tinham pontos de vista completamente diferente a respeito do rumo da educação no Brasil. Diante disso Fernando de Azevedo foi encarregado de escrever um manifesto que ficou conhecido como, Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Como comenta Romanelli:

Quando se reuniu em dezembro de 1931, a IV Conferência Nacional de Educação, à qual o Governo havia solicitado a elaboração de diretrizes para uma política nacional de educação, a polêmica em torno do ensino leigo e da escola pública se tornou tão acirrada, que não houve clima, nem condições para atender o pedido do Governo, com o que ficou configurada a falta de uma definição objetiva do que era e do que pretendia o movimento renovador. Foi então que os líderes desse movimento resolveram precisar seus princípios e torná-los públicos, através de um documento endereçado “Ao Povo e ao Governo”. Surge, pois, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, publicado em 1932 (ROMANELLI, 1999, p. 144).

### **3.5 Conteúdo do Manifesto**

I. Estabelecimento de um sistema completo, com uma estrutura orgânica, conforme nas necessidades brasileiras, as novas diretrizes econômicas e sociais da civilização atual e os seguintes princípios gerais:

- a) A educação é considerada em todos os seus graus como uma função social e um serviço essencialmente político que o Estado é chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições sociais;
- b) Cabe aos estados federados organizar, custear e ministrar o ensino em todos os graus, de acordo com os princípios e as normas gerais estabelecidos na Constituição e

em leis ordinárias pela União, a quem compete a educação na capital do país, uma ação supletiva onde quer que haja deficiência de meios e a ação fiscalizadora, coordenadora e estimuladora pelo Ministério da Educação.

c) O sistema escolar deve ser estabelecido nas bases de uma educação integral; em comum para os alunos de um e outro sexo e de acordo com suas aptidões naturais; única para todos, e leiga, sendo a educação primária.

a 12 anos) gratuita e obrigatória; o ensino deve tender progressivamente à obrigatoriedade até os 18 anos e à gratuidade em todos os graus.

II. Organização da escola secundária (12 a 18 anos) em tipo flexível de nítida finalidade social, como escola para o povo, não preposta a preservar e transmitir as culturas clássicas, mas destinada, pela sua estrutura democrática, a ser acessível e proporcionar as mesmas oportunidades para todos, tendo, sobre a base de uma cultura geral comum (3 anos), as seções de especialização para as atividades de preferência intelectual (humanidades e ciências) ou de preferência manual e mecânica (cursos de caráter técnico).

III. Desenvolvimento da escola técnica profissional, de nível secundário e superior, como base da economia nacional, com a necessidade variedade de tipos e escolas: de agricultura, de minas e de pesca (extração de matérias-primas); industriais e profissionais (elaboração de matérias-primas); de transportes e comércio (distribuição de produtos elaborados); e segundo métodos e diretrizes que possam formar técnicos e operários capazes em todos os graus da hierarquia industrial.

IV. Organização de medidas e instituições de psicotécnica e orientação Profissional para o estudo prático do problema de orientação e seleção profissional e adaptação científica do trabalho às aptidões naturais.

V. Criação de Universidades, de tal maneira organizadas e aparelhadas que possam exercer a tríplice função que lhes é essencial, elaborar e criar a ciência, transmiti-la e vulgarizá-la, e sirvam, portanto, na variedade de seus institutos: à pesquisa científica e à cultura livre e desinteressada; à formação do professorado para as escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores (unidade na preparação do pessoal do ensino); à formação de profissionais em todas as profissões de base científica; à vulgarização ou popularização científica, literária e artística, por todo os meios de extensão universitária.

VI. Criação de fundos escolares ou especiais (autonomia econômica) Destinados à manutenção e desenvolvimento da educação em todos os graus e constituídos, além de outras rendas e recursos especiais, de uma porcentagem das rendas arrecadadas pela União, pelos Estados e pelos municípios.

VII. Fiscalização de todas as instituições particulares de ensino que cooperarão com o Estado, na obra de educação e cultura, já com função supletiva, em qualquer dos graus de ensino, de acordo com as normas básicas estabelecidas em leis ordinárias, já como campos de ensaios e experimentação pedagógica.

VIII. Desenvolvimento das instituições de educação e de assistência física e psíquica à criança na idade pré-escolar (creches, escolas maternais e jardins de infância) e de todas as instituições complementares pré-escolares e pós-escolares: para a defesa da saúde dos escolares, como os serviços médico e dentário escolares (com função preventiva, educativa ou formadora de hábitos sanitários, e clínicas escolares, colônias de férias e escola para débeis), e para a prática de educação física (praças de jogos para crianças, praças de esportes, piscinas e estádios); para a criação de um meio escolar natural e social e o desenvolvimento do espírito de solidariedade e cooperação social (como as caixas escolares, cooperativas escolares etc.); para a articulação da escola com o meio social (círculos de pais e professores, conselhos escolares) e intercâmbio interestadual e internacional de alunos e professores; e para a intensificação e extensão da obra de educação e cultura (bibliotecas escolares fixas e circulantes, museus escolares, rádio e cinema educativo).

IX. Reorganização da administração escolar e dos serviços técnicos de ensino, em todos os departamentos, de tal maneira que todos esses serviços possam ser: a) executados com rapidez e eficiência, tendo em vista o máximo de resultado com o mínimo de despesa; estudados, analisados e medidos cientificamente, e, portanto, e rigorosamente controlados no seu resultado; e constantemente estimulados e revistos, renovados e aperfeiçoados por um corpo técnico de analistas e investigadores pedagógicos e sociais, por meio de pesquisas estatísticas e experiências.

X. Reconstrução do sistema educacional em bases que possam contribuir para a interpenetração das classes sociais e formação de uma sociedade humana mais justa e que tenha por objetivo a organização da escola unificada, desde o Jardim da Infância à Universidade, em vista da seleção dos melhores, e, portanto, o máximo de desenvolvimento dos normais escola comum, como o tratamento especial de anormais, subnormais classes diferenciais e escolas especiais (AZEVEDO, sd. p. 88-90. apud RIBEIRO, MARIA Luísa Santos, 1993, 108-110).

Neste manifesto foi exposto todas as reivindicações para o ensino. Consistente que formasse pessoas para todas as áreas de trabalho, com a assistência governamental desde o início de sua escolarização até a universidade. Muitas reformas que ocorreram posteriormente a este manifesto incorporaram várias reedificações contidas no mesmo, exemplo disso, é a reforma Capanema.

O Manifesto dos Pioneiros pela Educação, foi na época um dos principais documentos educacionais, e continua sendo, pois muito do seu conteúdo está atual ainda hoje.

### **3.6 A Constituição Federal de 1934**

No dia 16 de julho de 1934 foi promulgada a constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. De acordo com o texto constitucional, Getúlio Vargas era eleito para um período de quatro anos. No plano educacional, a constituição de 1934 adota boa parte do ideário político educacional presente no “Manifesto dos

Pioneiros”, consagrando todo um capítulo de questões educacionais (CUNHA, 1981, p. 27). Os principais pontos são:

- ⑩ O artigo 5 estabelece como competência privativa da União a elaboração de diretrizes e bases para educação nacional.
- ⑩ O artigo 149 afirma ser a educação ser direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelo poder público. Afirma ainda ser finalidade da educação, desenvolver a solidariedade humana.
- ⑩ O artigo 150 remete várias competências a União: a) fixar o plano nacional de educação que deve compreender todos os graus de ensino. Deve ainda coordenar a sua execução; b) determinar as condições para o reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino, exercendo sobre eles a devida fiscalização; c) organizar e manter nos territórios sistemas educativos apropriados aos mesmos; d) manter no distrito federal (cidade do Rio de Janeiro) ensino secundário e complementar deste, superior universitário; e) suprir as deficiências dos sistemas estaduais de ensino.
- ⑩ O ensino primário deverá ser integral gratuito e de frequência obrigatória, extensivo aos adultos. O ensino posterior ao primário deverá tender a gratuidade.
- ⑩ Nos estabelecimentos particulares, o ensino deverá ser ministrado no idioma pátrio, com exceção ao estudo das línguas estrangeiras.

Vimos que no ano de 1934 vários projetos foram fundamentais para educação no Brasil, como as leis e diretrizes, fiscalização, escolas apropriadas, compreender os graus de ensino, dar estabilidade aos professores, etc. Mostrou um grande avanço na educação, governado por Getúlio Vargas. Todo esse movimento foi feito para a inserção do país no mercado internacional capitalista, visando uma mão de obra qualificada para o setor industrial e também para outras áreas da economia.

### **3.7 Projetos de reforma educacional oriundos da sociedade civil**

Nas décadas compreendidas entre 1930 e 1960, o Brasil passou por mudanças estruturais que incidiram diretamente sobre a construção de um sistema nacional de educação pública. No plano estrutural, o País passava por uma transição caracterizada pela aceleração do modo capitalista de produção, o que ocasionou transformações superestruturais, notadamente no aparelho escolar. Em termos políticos, o período está compreendido entre dois processos vinculados à transição de um modelo econômico agrário-exportador para industrial urbano: a Revolução de 1930 e o golpe de Estado de 1964. No período de 1930 a 1964, rivalizaram-se dois projetos de nação para o Brasil. O nacional populista, cuja gênese reportava-se a Getúlio Vargas e que agregou setores progressistas da sociedade brasileira, defendia a industrialização do País à base do esforço nacional, sem comprometer a sua soberania. Por ter nascido reconhecendo que a questão social não era caso de polícia, mas de política, o projeto getulista contou com apoio dos trabalhadores. Por sua vez, o projeto das oligarquias tradicionais, ligadas ao setor agrário exportador, previa o desenvolvimento econômico subordinado à liderança dos Estados Unidos da América e representava setores da elite política desalojada do poder em 1930, especialmente os ligados à economia cafeeira paulista. A polarização ganhou fortes cores ideológicas oriundas do ambiente político internacional, dominado pela disputa entre dois blocos, o capitalista e o socialista,

de tal forma que a política nacional da época esteve marcada pelos binômios esquerda x direita, conservadores x progressistas. A educação, por exemplo, foi palco de manifestações ideológicas acirradas, pois, desde 1932, interesses opostos vinham disputando espaço no cenário nacional: de um lado, a Igreja Católica e setores conservadores pretendendo manter a hegemonia que mantinham historicamente na condução da política nacional de educação; de outro, setores liberais, progressistas e até mesmo de esquerda, aderindo ao ideário da Escola Nova, propunham uma escola pública para todas as crianças e adolescentes dos sete aos 15 anos de idade. Essa disputa ideológica atravessou décadas e reformas educacionais sem que o poder público brasileiro edificasse um sistema nacional de escolas públicas para todos (pág. 158, Bittar e Bittar, 2012).

Como verificamos, segundo Bittar e Bittar, os projetos realizados na área da educação desde o início do golpe getulista em 1930 até o final de seu legado em 1950, foram para qualificar a mão de obra da população do Brasil. Pois, devido sua matriz econômica agrária baseado na exportação do café, não requeria um desenvolvimento tão efetivo da educação no país, que também usufruía desse déficit educacional para controlar o poder e a massa de trabalhadores. Com a ascensão do Getúlio ao poder foram realizadas novas políticas educacionais, não porque o governo compadeceu de seus compatriotas e desejou desenvolver o conhecimento nas pessoas de bom caso, mas sim pela necessidade de inserir o país em um novo modelo de sociedade baseado no industrial urbano e desenvolvimentismo nacional voltado para o mercado capitalista internacional que estava em constante aceleração.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Do panorama histórico traçado aqui, a conclusão que chegamos é que Getúlio Vargas teve uma influência muito importante na educação do Brasil. Através de leis e decretos, como a reforma do ensino secundário e do ensino superior, reformulou os diferentes níveis de modalidades da educação. Outro ponto, que ficou marcado na história foi a publicação em 1932 do Manifesto dos Pioneiros na Educação por Fernando de Azevedo. Esse documento, tem influência até os dias de hoje. Observamos que as mudanças e as implementações educacionais no governo Vargas serviam às demandas do modo de produção capitalista. Os desenvolvimentos alcançados durante o governo de Vargas estavam baseados na necessidade da inserção do país no mercado internacional de produção capitalista e superação de um modelo retrógrado econômico totalmente agroexportador.

### **REFERENCIAS:**

BITTAR, M.; BITTAR, M.; MOROSINI, M. Producción de Conocimiento y Política Educativa en América Latina – la experiência brasileira. In: PALAMIDESSI, M.; GOROSTIAGA, J.; SUASNÁBAR, C. (Org.). Investigación educativa y política en América Latina. Buenos Aires: Novedades Educativa, 2012.

CAMPANHOLE, A.; CAMPANHOLE, H. Todas as Constituições do Brasil. São Paulo: Atlas, 1978.

CAMPOS Francisco, Exposição de motivos.. Ministério da Educação e da Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1931 p. 3 e 5. CHAGAS, Valnir. Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus antes, agora e depois? São Paulo: Edição Saraiva, 1978.

CUNHA, Célio dá. Educação e autoritarismo no Estado Novo. São Paulo: Cortez/Autores Associados. 1981. (Educação Contemporânea)

NUNES, Maria Thétis. Ensino secundário e sociedade brasileira. São Cristóvão (SE): Editora da Universidade Federal de Sergipe, 1999.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. 13. ed. rev. e ampl. Campinas (SP): Editora Autores Associados, 1993.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. 23. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1999.

TEIXEIRA, Anísio. Educação no Brasil. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

## A DIFERENÇA DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

**ANDRADE**, Samya Marcella de Araújo de;<sup>1</sup>  
**FERREIRA**, Gisele Detoni;<sup>2</sup>  
**KAISER**, Claudinéia Machado.<sup>3</sup>  
**SILVA**, Laisa Cristina Pimentel Da.  
Faculdade FAN

**RESUMO:** O presente artigo foi realizado visando explicar o que é alfabetização e o que é letramento. Alfabetizar e letrar são termos distintos, mas inseparáveis. Um indivíduo alfabetizado sabe ler e escrever e um indivíduo letrado sabe mais que ler e escrever, ele consegue inserir esse conhecimento no contexto em que vive, ou seja, na sociedade em que está inserido. Alfabetizar e letrar envolve uma participação da escola e da família do aluno. A alfabetização e o letramento não é mais tarefa exclusiva do professor, mas é compromisso de toda a escola e também da própria sociedade. Abordou-se também neste texto as habilidades linguísticas e a ordem de aquisição de linguagem. Em decorrência dessas respostas, o método de pesquisa utilizado foi o hipotético dedutivo, classificado em pesquisa exploratória.

**PALAVRAS – CHAVE:** Alfabetização. Letramento. Diferenças.

### 1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como principal objetivo definir as diferenças entre alfabetização e letramento e apresentar os aspectos da aquisição de linguagem. Alfabetização se refere à aquisição de conhecimento, é o processo de aprendizagem onde se desenvolve a habilidade de ler e escrever. Já o letramento, de acordo com Souza (2019), é mais do que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita tenha sentido e faça parte da vida do aluno. Nesse processo não basta apenas juntar letras para formar palavras e reunir palavras para compor frases, deve-se compreender o que se lê e assimilar diferentes tipos de textos estabelecendo relações entre eles.

Foram apresentados também os aspectos envolvidos na aquisição e desenvolvimento da linguagem.

O objetivo geral desse trabalho é esclarecer os conceitos e as diferenças entre alfabetização e letramento e os aspectos do desenvolvimento da linguagem.

### 2. METODOLOGIA

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Pedagogia.

<sup>2</sup> Discente do curso de Pedagogia.

<sup>3</sup> Discente do curso de Pedagogia.



Após a escolha do tema abordado, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, segundo os conhecimentos de LAKATOS E MARKONI, “Fundamentos da Metodologia” 2003 para um melhor esclarecimento do conteúdo do artigo.

Para Lakatos e Marconi (2007, p.60):

“A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. Sua importância para a produção do conhecimento perpassa as distintas especialidades do saber.

A pesquisa bibliográfica foi efetuada a partir de materiais disponibilizados na plataforma, e também materiais encontrados no *Google acadêmico*, bibliotecas virtuais, revistas eletrônicas.

Em decorrência dessas respostas, o método de pesquisa utilizado foi o hipotético dedutivo, classificado em pesquisa exploratória.

### **3.RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **3.1 ASPECTOS DA AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM:**

A linguagem é um importante fator para o desenvolvimento e aprendizagem. A língua oral é uma base linguística indispensável para que as habilidades de leitura e escrita se estabelecessem.

Assim, os principais aspectos envolvidos na aquisição e desenvolvimento da linguagem são: neurológico, sensorial, motor, cognitivo, emocional e social. Os níveis linguísticos são:

- Semântica: refere-se à compreensão do significado das palavras (léxico mental)
- Sintaxe: refere-se à organização sequencial dos enunciados e das regras que presidem a língua; é a organização das palavras na frase.
- Pragmática: é considerada a capacidade para usar a linguagem de forma adequada e eficaz de modo que as outras pessoas entendam o conteúdo da mensagem que está sendo transmitida. Também é considerada como intenção comunicativa.
- Fonologia: é o aspecto da linguagem que estuda a estrutura sonora das palavras e como um som pode modificar o significado.

#### **3.2 ALFABETIZAÇÃO:**

O conceito de alfabetização foi categorizado em 1958 pela UNESCO, e ele é definido como a capacidade da pessoa saber ler e escrever. Souza afirma que:

O conceito de alfabetização foi categorizado ano de 1958, pela UNESCO. A definição de alfabetização que a UNESCO propõe faz referência à capacidade da pessoa de ler e escrever com compreensão uma breve e simples exposição de fatos relativos à sua vida cotidiana. Essa definição tornou-se o guia seguido pelos censos nacionais para mensurar a alfabetização, e conseqüentemente por professores, pais, alunos e a sociedade em geral. A partir dos anos de 1950 e até o último censo de 2000, era considerada alfabetizada a pessoa que era capaz de ler e escrever um bilhete simples. Tal definição já evidenciava, desde então, uma ampliação do conceito de alfabetização. (SOUZA, 2019, P.1748).

## Ordem de Aquisição dos Sons da Língua Portuguesa

Idade	Sons	Exemplos de palavras
1a6m a 1a8m	m, n, nh, p, t, c, b, d, g	Macaco, nada, ninho, pato, cama, banana, dente, gato
1a8m	v	Vaca, vento
1a9m	f	Foca, café
2 anos	z	Casa, zinco
2a 6m	s, j	Sopa, caju, missa, jeito
2a 8m	l	Lua, mala, fila
2a 10m	x	Caixa, baixo, chuva
3a 4m	R	Rua, carro
4 anos	LH	Milho, folha
4a 2m	r	Perto, careca, fruta
1a 2m a 1a 9m	Vogais	a, e, é, i, o, ó, u

Fonte: Lamprecht e cols., 2004.

Segundo Realto (2014), alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever. É a oportunidade para levar o aluno a tomar os primeiros passos para o conhecimento, é levá-lo para o mundo das letras, números, para que o aluno construa um conhecimento. Realto e Ribeiro pontuam que:

Alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, já o letramento, conforme define Soares (2000), é dito como o estado em que vive o indivíduo que não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e escrita que circulam na sociedade em que vive. (REALTO APUD RIBEIRO, 2003, P.3).

Ser alfabetizado garante uma inserção do indivíduo em um meio social, político e econômico, educação é uma ferramenta de inserção na realidade da sociedade em que vivemos. Alfabetizar é dar condição ao sujeito de ser capaz de ler (decodificar) e escrever (codificar), é dar acesso ao mundo da leitura, das novas descobertas. Ler e escrever liberta o indivíduo.

### 3.3 LETRAMENTO

Segundo Rangel (2020), o Conceito de Letramento foi construído ao longo das últimas décadas, e é um termo de muita importância para a educação, pois o letramento não é somente ensinar o indivíduo ler e escrever, mas sim é a ação de fazer com que esse indivíduo use essas habilidades para entender e interagir com as situações da sociedade.

O objetivo do letramento é ampliar o ato de alfabetizar, de inserir no ato educativo um sentido social de aprender a ler e a escrever.

Segundo Rangel (2020), saber ler e escrever não garante que o indivíduo se torne letrado. Para se considerar um indivíduo letrado, ele deve saber utilizar essas habilidades no seu cotidiano, alguns exemplos pode ser escrever mensagens, compreender notícias de jornais, entender receitas culinárias, interpretar textos, etc. O letramento é um processo voltado para as vivências dos alunos no seu cotidiano, é preciso ler e escrever e saber inserir esse conhecimento na esfera social que está inserido, fazendo com que este indivíduo pense criticamente estabelecendo relações com o aprendizado. É preciso ensinar de forma que os alunos não só absorvam conhecimento, mas que eles reproduzam esse conhecimento.

Rangel pontua:

O letramento é um termo importante para a educação e para qualquer pessoa, pois não envolve somente o processo de ensinar um indivíduo a ler e escrever, também envolve a ação de fazer com que esse indivíduo use essas novas habilidades para entender e interagir com as situações do mundo ao seu redor. (RANGEL, 2020).

Segundo Souza (2019), letramento é ensinar ler e escrever dentro de um contexto, assim não basta apenas juntar letras e formar palavras, deve-se compreender o que se lê, assimilar diferentes tipos de textos e estabelecer relações entre eles. Quando uma criança cresce em um meio letrado, sofre influências de adultos. Um exemplo é a experiência com leitores, uma vez que a criança cresce com o hábito de ouvir histórias contadas por adultos, o seu interesse por livros será muito maior do que uma criança que não teve essa influência. Então um dos maiores incentivadores no processo de letramento e alfabetização são os pais. Os pais podem contribuir com interações verbais, leituras dialogadas, narração de histórias e brincadeiras que estimulam a escrita e a leitura.

A escola e o professor tornam-se, então, de suma importância, pois é tarefa de ambos mostrar as possibilidades que a escrita e a leitura podem trazer dentro da sociedade.

Coelho pontua:

O letramento começa muito antes de a criança pegar um lápis ou conhecer as letras e as formas de escrever. A partir de suas vivências cotidianas com a família, com a sociedade ou com seus pares, os pequenos participam de tal prática de maneira intensa, através de situações diversificadas e no contato com materiais escritos em lugares diversos e de variadas formas. (COELHO, 2010, P.79)

O letramento então deve ser entendido como uma forma de transformação e libertação do indivíduo, pois a educação é um importante agente no processo de libertação do indivíduo e da sociedade.

#### **4. CONCLUSÃO:**

Neste artigo concluímos que alfabetização e letramento são termos distintos, mas estão completamente interligados, eles precisam ser trabalhados em conjunto para garantir uma melhor eficácia no ensino. Alfabetizar é ensinar o indivíduo ler e escrever, e letrar é ensinar o indivíduo escrever e ler, mas interpretando os significados do que está lendo, assim ensinando-o a usar essas novas habilidades para entender e interagir com as situações do mundo ao seu redor. O Letramento é um processo voltado para as vivências dos alunos no seu cotidiano, é uma técnica de ensino-aprendizagem que está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do ser humano.

#### **5. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:**

COELHO, Silmara; CASTRO, Magali. O processo de letramento na educação infantil. **Pedagogia em ação**, v. 2, n. 2, p. 79-85, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 2003.

PAULA, Giovana Romero. **As Habilidades Linguísticas e a Aquisição da Linguagem Escrita**. 2003.

RANGEL, Thalita Gomes Tavares et al. 182. O processo de alfabetização e letramento na Educação Infantil: desafios para o ensino em tempos de pandemia. **Revista Philologus**, v. 26, n. 78 Supl., p. 2483-93, 2020.

REALTO, Glaucia Brissow et al. Metodologias utilizadas para letrar e alfabetizar pelos professores dos anos iniciais da escola estadual vitória furlani da riva de alta floresta–MT. **Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta**, v. 3, n. 1, 2014.

SOUZA, Jaqueline dos Santos; DE OLIVEIRA, Isaura Francisco; AMORIM, Gisele Ferreira. Alfabetização e letramento nos anos iniciais. **Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**, v. 7, n. 7, 2019.

## SUSTENTAÇÃO E FORMALIDADES CONSEGUENTES DO SUAS: SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

BATISTA, Débora;<sup>1</sup>  
BATISTA, Josiane Souza;<sup>2</sup>  
SILVA, Andréia da;<sup>3</sup>  
SANTOS, Ana Eliza dos;<sup>4</sup>  
BISPO, Marília;<sup>5</sup>  
Faculdade FAN

### RESUMO

O propósito básico neste presente artigo é apresentar o conceito habitual do Sistema Único de Assistência Social o denominado SUAS. O SUAS tem como base a Assistência Social<sup>6</sup>, a qual é imposta como dever do Estado, instituído pela Constituição Federal de 1988<sup>7</sup>. Os anos se passaram, e os processos evolutivos da Política Social<sup>8</sup> se ampliaram até a chegada dos levantamentos do novo sistema a ser instaurado no Brasil o então conhecido SUAS. Entre 1993 e 2004 ocorreram diversos debates e intervenções, mas finalmente em 2005 foi apresentada proposta da Norma Operacional Básica NOB 2005, após amplo debate em seminários municipais e estaduais, qual resulta a aprovação no dia 14 de julho em reunião do CNAS<sup>9</sup>. A partir de agosto o SUAS<sup>10</sup> – Sistema Único de Assistência Social se tornou realidade. O SUAS é um sistema descentralizado e participativo, público, não contributivo, integrado pelos entes federativos e pelos respectivos Conselhos de Assistência Social e entidades de assistência social abrangida pela Lei

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Serviço Social

<sup>2</sup> Discente do curso de Serviço Social

<sup>3</sup> Discente do curso de Serviço Social

<sup>4</sup> Discente do curso de Serviço Social

<sup>5</sup> Docente do curso

<sup>6</sup> Seu objetivo é garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos.

<sup>7</sup> A **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, conhecida como **Constituição Cidadã**, é a que rege todo o ordenamento jurídico brasileiro hoje.

<sup>8</sup> Entende-se por política social, as formas de intervenção e regulamentação do Estado nas expressões da questão social, envolvendo o poder de pressão e a mobilização dos movimentos sociais, com perspectivas de problematizar as demandas e necessidades dos cidadãos, para que ganhem visibilidade e reconhecimento público.

<sup>9</sup> O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), em 1993, com a missão de promover o controle social da política pública de assistência social e contribuir para o seu permanente aprimoramento, a partir das necessidades da população brasileira

<sup>10</sup> Sistema Único de Assistência Social é o modelo de gestão utilizado no Brasil para operacionalizar a Política Nacional de Assistência Social. Implantado em 2005 em todo o território nacional, o SUAS tem como objetivo proporcionar às famílias em situação de vulnerabilidade ou em risco social e pessoal, garantias de maior acesso aos programas sociais.

Orgânica de Assistência Social – LOAS<sup>11</sup>. O sistema SUAS se organiza em formas de níveis de proteção e por complexidade, como por exemplo: a) Proteção Social Básica; b) Proteção Social Especial. Será abordado alguns dos principais objetivos que o SUAS oferece, um deles que está constituído, é o de assegurar a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social, qual posteriormente será brevemente explicito. E por finalidade será exemplificado alguns dos serviços prestados a grande porcentagem da população que se encontram em estado de vulnerabilidade social.

**PALAVRAS - CHAVE:** Assistência Social. Proteção. SUAS. Vulnerabilidade Social.

## 1. INTRODUÇÃO

É notável o quanto a Política Social se expandiu nos últimos tempos, com isso, por meio de levantamentos, é possível compreender o quanto é importante os meios utilizados para dar embasamentos a esses processos que abrangem o sistema de Assistência Social. O que antigamente era visto, praticado e compreendido como “caridade”, hoje em dia se tornou um dos maiores Sistemas instituídos no Brasil. Obviamente não foi da noite para o dia que conquistaram suas metas, conforme os estudos e lutas pelos direitos constituídos foram crescendo, mais amplo os processos foram se tornando.

O tema que será abordado é o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Qual a importância da instauração de um Sistema Único de Assistência Social? Existem impedimentos para que esses direitos sejam colocados em prática? E os resultados de quem usufrui desses serviços? Pois bem, é necessário corroborar que desde a fundação dos movimentos sócio-assistenciais fora importantíssimo não somente o sistema do SUAS, como também todo e qualquer processo significativo envolvido nesse meio, pois são esses processos que garantem os direitos de uma considerável e grande porcentagem da população brasileira.

Muitos indivíduos desconhecem seus direitos e vivem em estado de vulnerabilidade social, ou seja, a desigualdade no Brasil é gritante, deste modo, a Assistência Social entra em cena justamente para intermediar, instruir, encaminhar seus usuários<sup>12</sup> para devidos fins precisos. Infelizmente durante e atualmente se encontram muitos obstáculos no âmbito desses Sistemas, mas essa luta na busca de direitos não cessa, cada impedimento que é enfrentado é como se fosse uma inspiração a criar mais e mais inovações.

O SUAS é instaurado no Brasil a partir de 2005, assim garantindo a forma de estruturação e de organização da Política de Assistência Social no Território Brasileiro. Articulado Serviços, Programas, Projetos e Benefícios ofertados e organizados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios para oferta e garantia de Proteção Social, Vigilância Socio-assistencial e Defesa de Direitos a quem dela precisar. Enfim, o objetivo deste trabalho é trazer de forma breve a trajetória do SUAS, seus objetivos e alguns dos serviços prestados.

## 2. METODOLOGIA

---

<sup>11</sup> Lei Orgânica de Assistência Social, de número 8.742/93. Trata-se de uma lei federal brasileira que estabelece a proteção social básica e especial para pessoas em situação de vulnerabilidade social.

<sup>12</sup> Na definição trazida pela LOAS (1993/2009a), os usuários são considerados “aqueles que dela necessitarem”, ou seja, todos os cidadãos que se encontram fora dos canais decorrentes de proteção pública: o trabalho, os serviços sociais públicos e as redes sociorrelacionais.

Após a escolha do tema abordado, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, segundo os conhecimentos de *LAKATOS E MARKONI*, “Fundamentos da metodologia “2003 para um melhor esclarecimento do conteúdo do artigo.

Para *LAKATOS E MARKONI* (2003, p. 60):

“A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalho já realizado, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. Sua importância para a produção do conhecimento perpassa as distintas especialidades do saber.

A pesquisa bibliográfica foi efetuada a partir de materiais disponibilizados na plataforma, e também materiais encontrados no *GOOGLE ACADEMICO*, bibliotecas virtuais, revistas eletrônicas. Em decorrência dessas respostas, o método da pesquisa utilizado foi o hipotético dedutivo, classificado em pesquisa exploratória.

### 3. PRINCÍPIOS E DECORRÊNCIAS DO SUAS

Para entender a trajetória percorrida do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, deve-se voltar nos anos de 1997, conforme *BOSCARI e SILVA 2015* afirmam, onde surge a nova norma federal: a *NOB-97*<sup>13</sup>, qual fora nominada pela então Secretaria de Estado de Assistência Social, órgão federal que sucede dez anos após a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, e foi marcada pela organização de municípios pela descentralização e implantação ao Sistema descentralizado de gestão prevista pela Constituição Federal de 1988 e pela LOAS:

conceituou o sistema descentralizado e participativo, estabelecendo condições para garantir sua eficácia e eficiência explicitando uma concepção norteadora da descentralização da assistência social. Ampliou o âmbito das competências dos níveis de governo com a gestão da política, sem, entretanto, delimitá-las. Propôs a criação de uma Comissão Tripartite, de caráter consultivo, com representantes dos três níveis de governo, para discutir e pactuar acerca dos aspectos relativos à gestão da política (*Boscari e Silva 2015, p.113 Apud NOB/SUAS/05, p. 9*).

Por meio da IV-CNAS/Conferência Nacional de Assistência, no ano de 2003, houve debate pela aprovação da PNAS - Política Nacional de Assistência Social. Tal exigência vinda dos municípios conforme *YASBECK* relata:

Em setembro de 2004, atendendo ao cumprimento das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência, realizada em Brasília em dezembro de 2003, o CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social aprovou, após amplo debate no país, a Política Nacional de Assistência Social em vigor, na qual ocupa um lugar de destaque o(re)desenho desta política, na perspectiva de implementação do SUAS–Sistema Único de Assistência Social. A construção e implementação do SUAS, requisito essencial da Loas para dar efetividade à assistência social com a política pública, vem se caracterizando como uma das prioridades da Secretaria Nacional de Assistência Social

---

<sup>13</sup> 1997: Editada a Norma Operacional Básica (NOB) que conceitua o sistema descentralizado e participativo, amplia o âmbito de competência dos governos Federal, municipais e estaduais e institui a exigência de Conselho, Fundo e Plano Municipal de Assistência Social para o município poder receber recursos federais.

do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (Boscari e Silva 2015, p.113 *Apud* Yazbek, 2006, p. 129).

Visto isto, prossegue a IV CNAS - Conferência Nacional de Assistência Social, realizada no mês de dezembro de 2003:

aprovou uma nova agenda política para o reordenamento da gestão das ações descentralizadas e participativas de assistência social no Brasil. Deliberou pela implantação do SUAS, modelo de gestão para todo o território nacional, que integra os três entes federativos e objetiva consolidar um sistema descentralizado e participativo, instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social –LOAS, Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 (Boscari e Silva 2015, p.114, NOB/SUAS, p. 8).

Com todos esses alcances de decisão nacional, a provação de mudanças nas gestões federais, estaduais e municipais, eram previstas para além da Constituição Federal de 1988 e da LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social, qual solicitou dos municípios a institucionalização de um Conselho e de um Fundo Municipal, obrigou a obter um plano Municipal de Assistência Social. Sem essas exigências, não seria viável o recebimento de verbas federais ou estatais.

Deste modo, foi dada a retomada definitivamente dos princípios e diretrizes moderados nas formulações dos vários documentos que concentram a regulação da política de assistência social, mas também dar início na elaboração de fatores de gestão que alcancem a materialização desses fatores. O assunto instrumentos de gestão, tratado pela política social brasileira é um tema muito novo, principalmente pelo fato de o campo da assistência social ser analisado historicamente pelos agentes aceitos como mediação, a “boa vontade”, “amor aos pobres”, e o “voluntarismo”.

Positivamente, a PNAS - Política Nacional de Assistência Social, aprovada pela Resolução nº145, de 15 de outubro de 2004, do CNAS - Conferência Nacional de Assistência Social, conforme dados levantados, teve resultado de intenso e vasto debate nacional, é um instrumento que vai estabilizar a direção do trabalho a ser concretizado. Tem apresentação das tais diretrizes:

- I. descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal bem como às entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;
- II. participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III. primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;
- IV. centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, programas e projetos (Couto, 2009, p.205 *Apud* BRASIL, 2004, p. 32-33).

Para estabilização dessas diretrizes, faz-se necessária que a gestão de política leve em consideração que a não aceitação delas tenha sido apresentada como uma característica central no campo da política social



de assistência social. Consolida um acordo federativo incumbido solidariamente pelas prestações de serviços às necessidades sociais da população pobre brasileira, é o mesmo que convocar a uma microrevolução.

Uma das características segundo Couto 2009, que por longo tempo persistiu, foi a da centralidade do governo federal, não só nos recursos financeiros, como também no desenho de que modo a política seria ofertada. Era analisada a retomada da autonomia no diagnóstico, nas propostas de serviços de atendimento, e no reconhecimento das diferenças regionais, na exibição das expressões da questão social, principalmente nas maneiras de resistência da população, qual aponta que é necessário rever a intervenção das três esferas de governo na trajetória da estabilização da política.

O SUAS- Sistema Único de Assistência Social, introduz uma criação de sistema orgânico, o qual se organiza como elemento fundamental, as três esferas do governo. E isso desde a LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social, já era previsto a política de assistência social estabelecida entre as esferas Municipal<sup>14</sup>, Estadual<sup>15</sup> e Federal<sup>16</sup>. No caso dos municípios indicavam para a transferência de responsabilidades sem a imposta reforma tributária e sem o empenho dos recursos, que davam sequência a escassez destes.

Influenciava a centralização da política na esfera federal e também a serviços associados a uma única fonte de financiamento e a execução de programas. Em sua forma de gestão o SUAS em especial e o PNAS, retrazem a importância de enfrentar o desafio de dar materialidade à política, condizente as determinações da LOAS.

O retorno da centralidade do Estado na garantia da existência de serviços estatais como articuladores dos serviços assistenciais inevitável, é uma das questões indicadas pelo SUAS. O que representa a afirmação da participação do Estado no direcionamento da política de assistência social, são os CRAS<sup>17</sup>, associados a proteção social básica, e os CREAS<sup>18</sup>, associados à proteção social especial.

Após debates relacionados à serviços, estruturas, ideias para enfrentar barreiras advindas, enfim, entender beneficentes que devem compor a rede de serviços socioassistenciais, resultou no enfraquecimento da organização da população pobre, qual se faz hoje um enorme desafio a participação desses usuários em entidades que possam ser representadas nos espaços de controle social.

---

<sup>14</sup> Município – gestão da política municipal de assistência social, com base na PNAS; coordenação e coinanciamento da rede socioassistencial privada e governamental; dos serviços socioassistenciais; gestão dos benefícios socioassistenciais continuados e eventuais; A cogestão da política de assistência social com o Conselho Municipal da área; execução do Plano municipal de assistência social que deve incluir as deliberações das conferências municipais.

<sup>15</sup> Estados – gestão da política estadual de assistência social respeitando os ditames do SUAS e PNAS; Implementação dos serviços socioassistenciais regionais; coordenação estadual de capacitação; gestão da informação e monitoramento; supervisão e apoio técnico aos municípios; coinanciamento com repasse fundo a fundo aos municípios; execução do plano estadual em conformidade com as deliberações das conferências estaduais e do CEAS; participação e legitimação de e nas instâncias de gestão estadual e federal.

<sup>16</sup> União – Gestão da Política Nacional de Assistência Social; coinanciamento de todas as ações da política; inanciamento e estruturação dos programas de transferência de renda nacionais (BPC e Bolsa Família); coordenação da política nacional de capacitação; gestão dos sistemas de informação e monitoramento; implementação das deliberações das conferências nacionais e do CNAS; composição e legitimação das instâncias de pactuação.

<sup>17</sup> O **Centro de Referência de Assistência Social - CRAS** é uma unidade pública de atendimento à população e são oferecidos os serviços de Assistência Social.

<sup>18</sup> O **Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas)** é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados.

Novamente, conforme Couto 2009 retifica, o desafio do SUAS é potencializar, nos lugares de atendimento às populações, atividades que resultem em autonomia e protagonismos dos usuários na condução de materializar a presença deles no espaço de controle social, usando mecanismos de democratização da política. De forma decisiva, a explicitação de usuários contida na PNAS, ou seja:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (Couto, 2009, p.207 *Apud* BRASIL, 2004, p. 33).

O papel do Estado como centralidade na direção da política pública, tem o dever de garantir que ela de fato atenda a “quem dela necessitar”, tendo os princípios de acesso com igualdade, de transparência administrativa e da honestidade no uso do recurso público. Participar do atendimento às demandas é um dever da rede socioassistencial beneficente, mas cabe ao Estado estruturar o sistema e proteger o atendimento às necessidades sociais.

Deste modo, o beneficiado pela experiência acumulada neste meio pelas entidades é o sistema, mas é preservado no modo de garantir que a rede será estruturada com base no caráter público e de inclusão de todos. Com elemento unido ao atendimento, entra a família, qual busca acabar com a lógica segmentada da política social brasileira.

A família é considerada, neste ponto de vista, como núcleo de resistência e produto de uma realidade dura, e manifestada não somente pelos carecimentos econômicos, políticos e sociais, mas também pelo modo de resistência a esses carecimentos. Segundo Boscari e Silva 2015, trazem o conceito explícito do SUAS:

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, cofinanciamento da política pelas três esferas de Governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação (Boscari e Silva 2015, p.115, PNAS, 2004, p. 41).

Sendo assim, relata Couto 2009, que o SUAS, está voltado em todo território nacional à articulação das responsabilidades, das relações formais e da hierarquia do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter contínuo ou eventual, executados e providos por indivíduos jurídicos de direito público, sob o critério da universalidade e da ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil.

Então, conforme Couto 2009 apresenta a rede socioassistencial prevista pelo SUAS, está organizada em volta da proteção social, que se organiza em proteção básica e especial e deve prever a existência de:

1. atividades continuadas, definidas no art. 23 da Loas, que visam à melhoria da vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da população, observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nessa lei. A Política Nacional de Assistência Social prevê seu ordenamento em rede, de acordo com os níveis de proteção social: básica e especial, de média e alta complexidade;

2. programas: compreendem ações integradas e complementares, tratadas no art. 24 da Loas, com objetivos, tempo e área de abrangência, definidos para qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais, não se caracterizando como ações continuadas; projetos:

3. projetos: definidos nos arts. 25 e 26 da Loas, caracterizam-se como investimentos econômico-sociais nos grupos populacionais em situação de pobreza buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhes garantam meios e capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e organização social, articuladamente com as demais políticas públicas. De acordo com a PNAS/2004, esses projetos integram o nível de proteção social básica, podendo, contudo, voltarem-se ainda às famílias e pessoas em situação de risco, público-alvo da proteção social especial;

4. benefícios:

4.1 benefício de prestação continuada: previsto na Loas e no Estatuto do Idoso, é provido pelo governo federal e consiste no repasse de um salário mínimo mensal ao idoso (pessoa com 65 anos ou mais) e à pessoa com deficiência que comprovem não ter meios para suprir sua subsistência ou de tê-la suprida por sua família. Esse benefício compõe o nível de proteção social básica, sendo seu repasse efetuado diretamente ao beneficiário;

4.2 benefícios eventuais: são previstos no art. 22 da Loas e visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte, ou para atender às necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública;

4.3 transferência de renda: programas que visam ao repasse direto de recursos dos fundos de assistência social aos beneficiários, como forma de acesso à renda, visando ao combate à fome, à pobreza e a outras formas de privação de direitos que levem à situação de vulnerabilidade social, criando possibilidades para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e dos indivíduos atendidos e o desenvolvimento local (Couto, 2009, p.209 *Apud* BRASIL, 2004).

O SUAS no modo de organizar representa um esforço, em sentido claro, o caráter nacional da política de assistência social. Sua expressão com os instrumentos de gerenciamento de monitoramento, com a determinação dos espaços públicos organizadores, constitui-se em avanço patente no campo da política social. Nessa área, é necessário destacar as normas técnicas advindas do governo federal que tem efeito na organicidade e qualidade de serviços.

## **5 IMPARCIALIDADES DO SUAS**

Denota-se que uma das diversas propostas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, está em garantir formação continuada, capacitações de aprimoramento e formação política para os trabalhadores dos serviços socioassistenciais, conselho tutelar e lideranças da sociedade civil, curso de capacitação em Intérprete de Libras e Braille, garantindo a qualidade dos serviços prestados. Seu objetivo é também garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas

dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Alguns dos objetivos mais importantes do SUAS conforme deixa claramente exposto encontra-se no Art. 2º da NOB:

Art. 2º São objetivos do SUAS:

- I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre a União, Estados, DF e municípios que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva e garantem os direitos dos usuários;
- II - estabelecer as responsabilidades da União, Estados, DF e municípios na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social; (Lopes e Rizzotti, 2013, p.79 *Apud* BRASIL. NOB/SUAS, 2012).

Os 20 anos da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social, foi exigindo recorrente avaliação de sua execução e construção dos regulamentos necessários até os dias de hoje. A última conquista diz respeito à lei federal 12.435/11 que aprimora a LOAS, define com clareza o SUAS, reforçando o Pacto federativo. Art. 6º A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), com os seguintes objetivos:

- I - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;
  - II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6º-C;
  - III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;
  - IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;
  - V - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;
  - VI - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e
  - VII - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos. § 1º As ações ofertadas no âmbito do Suas têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território.
- § 2º O Suas é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta Lei.; (Lopes e Rizzotti, 2013, p. 80 *Apud* BRASIL. NOB/SUAS, 2012).

#### **4.1 Proteção Social Especial**

Conforme Ministério do Desenvolvimento Social (2004) afirma, além das diferenças e necessidades de acesso a bens e serviços, a pobreza associada à desigualdade social e a perversa concentração de renda, revela-se numa dimensão mais complexa: a exclusão social. O termo exclusão social confunde-se, em geral, com desigualdade, pobreza, falta total de meios para a sobrevivência, pobreza (relativa ou absoluta), separar social, dentre outras.

Há diferenças e semelhanças entre alguns desses conceitos, embora não exista consenso entre os diversos autores que se dedicam ao tema. Entretanto, diferentemente de pobreza, miséria, desigualdade e indigência, a exclusão social é um processo que pode levar ao acirramento da desigualdade e da pobreza e, enquanto tal apresenta-se heterogênea no tempo e no espaço.

No Brasil existem famílias com as mais diversas situações socioeconômicas que induzem ao desrespeito dos direitos de seus membros, em especial, de crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência, além da geração de outros fenômenos como, por exemplo, pessoas em situação de rua, migrantes, idosos abandonados que estão nesta condição não pela ausência de renda, mas por outras variáveis da exclusão social.

No caso da proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direito.

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial, destinada a famílias e pessoas que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções projetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção projetiva e efetividade na reinserção almejada.

Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário<sup>19</sup>, Ministério Público<sup>20</sup> e outros órgãos e ações do Executivo.

Destacando os programas que, ficou estabelecido e assumidos pelos três entes federados, surgiu resultados com efeitos concretos na sociedade brasileira, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI<sup>21</sup> e o Programa de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

#### **4.2 Centro POP: Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua**

Conforme Pinheiro et. al (2018), foi criado no dia 11 de novembro de 2009, como parte do esforço de consolidação do Sistema Único de Assistência Social –SUAS que por sua vez faz parte da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004).

Corroborando Pinheiro e Possas 2018, esta política pública aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Resolução nº 109/2009, que trata da Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais surge com o intuito de “tratar dos serviços da proteção social especial de média complexidade”.

Integrar-se às demais ações da política de assistência social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas - saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa

---

<sup>19</sup> A função do **Poder Judiciário** é garantir os direitos individuais, coletivos e sociais e resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado

<sup>20</sup> Ministério Público é um organismo público, geralmente estatal, ao que se atribui, dentro de um Estado de direito democrático, a representação dos interesses da sociedade mediante o exercício das faculdades de direção da investigação dos fatos que revestem os caracteres de delito, de proteção às vítimas e testemunhas, e de titularidade e sustento da ação penal pública.

<sup>21</sup> O **PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**, possui abrangência nacional e desenvolve-se de forma articulada pelos entes federados, com a participação da sociedade civil. Seu objetivo é contribuir para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos em situação de trabalho e, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de 14 anos

população, visando à construção de novas trajetórias de vida. (Pinheiro e Possas, 2018, p.40 Apud BRASIL,2011, p.10).

O centro POP tem como finalidade, desenvolver ações de amparo e proteção social cujas relações de solidariedade e respeito às “pessoas em situação de rua” nos remetem ao entendimento de que elas são personagens mais importantes de suas existências, saúde e sobrevivências.

Conforme Pinheiro et. al (2018), o equipamento é um espaço de referência para o convívio grupal e social, não uma política pública que busca a todo custo obrigá-las a saírem das ruas, que nem sempre é bem aceito pelos usuários. Embora quando se interessem sair da condição de rua a equipe 10 do Centro POP busca dar sustentação e reverter o quadro de vulnerabilidade em que se encontram. Faz- se necessário trazer o conceito

## **5.2 Serviços de Proteção Social Básica**

Conforme a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, 2004 afirma, os serviços de proteção social básica têm como objetivo apoiar as famílias e os indivíduos na ampliação de sua proteção social, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

- Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, 1993). (Pinheiro et. al., 2018).

## **5.3 Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade**

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS, 2004, relata que a PSE é modalidade de atendimento assistencial destinada às famílias e aos indivíduos, que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras.

É encontrado na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS 1993, que Proteção Social Especial é um conjunto de serviços, programas e projetos que tem o objetivo de contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção da família e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, 1993).

- Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);  
Especializado em Abordagem Social
- Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- Especializado para Pessoas em Situação de Rua (POP). (Pinheiro et. al., 2018).

#### **5.4 Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade: (Garantem proteção integral).**

- Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: - abrigo institucional; - Casa-Lar; - Casa de Passagem; - Residência Inclusiva.
- Acolhimento em República;
- Acolhimento em Família Acolhedora;
- Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

(Pinheiro et. al., 2018).

### **6 Notas relacionadas á Vulnerabilidade Social**

De acordo com Alves (2013), com aumento de estudos sobre vulnerabilidade social é notável que a sua concepção é multifacetado devido às inúmeras situações que podem atingir indivíduos, famílias ou comunidades e, reúnem-se e ocupam todos os espaços, entre as quais: a dos bens materiais, a sociodemográfica, a ambiental e afetiva-relacional. Traz-se como conceito de vulnerabilidade social:

A vulnerabilidade social das pessoas, famílias ou comunidades é então entendida como uma conjugação de fatores que pode afetar o nível de bem-estar das pessoas, famílias ou comunidades e que resulta em uma exposição maior ao risco. Trata-se, assim, de uma noção multidimensional, pois a vulnerabilidade pode afetar pessoas, grupos e comunidades em diferentes planos de seu bem-estar, de formas diferentes e em diferentes intensidades, estando relacionada à capacidade dos envolvidos de controlar os recursos requeridos para o aproveitamento de oportunidades propiciadas pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade (Scott et. al., 2018).

Considerando que os primeiros estudos encontrados na literatura, explicam as vulnerabilidades por meios de diretos econômicos, pois se fundamentam em estudos da capacidade de mobilidade social, partindo de um projeto de que o fator econômico influência na redução de oportunidades, interferindo diretamente, na qualidade do que é possível acessar bens e serviços.

Por fim, o modo de organização de oportunidades tem também o estado como componente e compreende as políticas de bem-estar, e as organizações e representação de demandas e interesses, como, por exemplo: conselhos de direitos, em ligação com ideias de qualidade dos espaços.

O autor SEMZEZEM 2013, destaca os territórios como lugares de sobrevivência onde pode considerar possibilidades de acesso com condições habitacionais, sanitários, transporte, de sérvios públicos entre outros fatores que incidem diretamente, no acesso diferencial a informação, ás oportunidades consequentemente, aos direitos.

A vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais refere-se a maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo estado, mercado ou sociedade:

- a) físico-meios para o bem-estar-moradia, bens duráveis poupança, crédito.
  - b) humanos: trabalho, saúde, educação, (capacidade física e qualificação para o trabalho);
  - c) sociais-redes de reciprocidade, confiança, contatos, e acessos a informação.
- (Semzezem e Alves, 2013, p.147 *Apud* BRASIL, 2012, p.12).

Conforme Couto (2009), os serviços de proteção social devem prover um conjunto de seguranças que cubram, reduzam ou previnam riscos de vulnerabilidade sociais, bem como necessidades que surge e permanece que decorre de situações pessoais ou sociais de seus usuários. A importância e suas diretrizes são reveladoras se dimensiona das particularidades da proteção social adotada seguranças a serem garantidas são:

- **segurança de acolhida:** provida por meio da oferta pública de espaços e serviços adequados à realização de ações de recepção, escuta profissional qualificada, informação, referência, concessão de benefícios, aquisições materiais, sociais e educativas. Supõe a abordagem em territórios de incidência de situações de risco bem como a oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias de curta, média ou longa duração;
- **segurança social de renda:** é complementar à política de emprego e renda e se efetiva mediante a concessão de bolsas-auxílios financeiros sob determinadas condicionalidades, com a presença ou não de contrato de compromissos, e por meio da concessão de benefícios continuados para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social e que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;
- **segurança de convívio:** realiza-se por meio da oferta pública de serviços continuados e de trabalho socioeducativo que garantam a construção, a restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento e vínculos sociais de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança, societários. A defesa do direito à convivência familiar, que deve ser apoiada para que se possa concretizar, não restringe o estímulo a sociabilidades grupais e coletivas que ampliem as formas de participação social e o exercício da cidadania. Ao contrário, a segurança de convívio busca romper com a polaridade individual/coletivo, fazendo com que os atendimentos possam transitar do pessoal ao social, estimulando indivíduos e famílias a se inserirem em redes sociais que fortaleçam o reconhecimento de pautas comuns e a luta em torno de direitos coletivos;
- **segurança de desenvolvimento da autonomia:** exige ações profissionais que visem ao desenvolvimento de capacidades e habilidades, para que indivíduos e grupos possam ter condições de exercitar escolhas, conquistar 213 maiores possibilidades de independência pessoal e superar vicissitudes e contingências que impedem seu protagonismo social e político. O mais adequado seria referir-se aos processos de autonomização considerando a complexidade e a processualidade das dinâmicas que interferem nas aquisições e conquistas de graus de responsabilidade e liberdade dos cidadãos, que só se concretizam se apoiadas nas certezas de provisões estatais, proteção social pública e direitos assegurados;
- **segurança de benefícios materiais ou em pecúnia:** garantia de acesso à provisão estatal, em caráter provisório, de benefícios eventuais para indivíduos e famílias em situação de riscos e vulnerabilidades circunstanciais, de emergência ou calamidade pública. (Couto, 2009, p. 212 *Apud* BRASIL, 2007).

## 7 ALGUNS DOS BENEFÍCIOS QUE O SUAS OFERECE

Conforme KARL MARX e ENGELS o Sistema Único de Assistente Social – SUAS, no sistema de referência do assistente social apresenta-se como uma das possibilidades reais de proteção social não contribuída que foi aprovada em 2005 o SUAS define e organiza os elementos a execução da política de assistente social buscando sob sua responsabilidade dar resposta a três função: proteção, defesa social e institucional e vigilância social.



O desenvolvimento humano e social tem por direito o desenvolvimento e os direitos de cidadania e de todo modo são profundamente dependentes da organização social do trabalho. Há países em que vivem no âmbito da seguridade social, elas estabelecem entre si uma relação aonde vem designado como sendo de atração e também rejeição e é uma grande ausência de uma dessas lógicas que leva a necessidade e a instauração da lógica de garantir acesso a direitos aos trabalhadores que não estão inserido no mercado de trabalho, que não tem acesso ao seguro ou a previdência social.

O SUAS – Sistema Único de Assistência Social, traz transferência de rendas para população com deficiência no Brasil e também uma análise do benefício de prestação continuado. O benefício da prestação continuada (BPC) é uma transferência incondicional de renda para idoso ou pessoas com deficiência extremamente pobres realizado este benefício no Brasil desde do ano de 1993.

As transferências são concedidas as pessoas idosas ou a pessoas com deficiências graves cuja renda familiar ou capital é inferior a um quarto de salário mínimo. As transferências são independentemente de contribuição previas para o sistema de seguridade social e não são condicionadas a qualquer contrapartida todos as pessoas pobres acima de 65 anos de idade nem todas dificilmente ou não são elegíveis ao benefício (BPC) benefício de prestação continuada.

O tratamento aparentemente de gestão administrativa vem significando, de fato, declínio da gestão do BPC sob a lógica de proteção da assistente social mantendo-o sob a lógica de seguro social qualificado como amparo assistencial, ou benefício assistencial, entende-se que essa operação do ponto de vista administrativo consiste em uma terceirização entre órgão público que dá vida a fragmentação.

## 8 CONCLUSÃO

Conclui-se que o SUAS tem por sua finalidade primordial a proteção social, como também parte do pressuposto de que o acesso à política de assistência social se dará na condição de sujeito de direitos, os quais se constroem e se garantem na coletividade, mas têm como centralidade a família, tentando romper com a lógica individualista de prestação de serviços assistenciais.

Contudo essa dura trajetória na busca de direitos sociais, da diminuição da desigualdade social com certeza não para por aí, ou seja, não gira somente em torno desses processos. Porém, por meio dessas conquistas no âmbito da Assistência Social, principalmente o SUAS, é que se consegue atingir resultados positivos imensuráveis destinados “a quem dela necessitar”, ou seja, os usuários.

Buscar se aprofundar nos assuntos que englobam essa rede importantíssima para a garantia de direitos direcionados a todos que compõe a sociedade, é primordial, neste artigo foi exposto este assunto de forma breve, mas cada processo é valiosíssimo para todo indivíduo, como por exemplo, a fundação do SUAS, desenvolvimento do SUAS, objetivos e finalidades, a Proteção Básica e Especial, as formas de acesso tais como: CRAS, CREAS, os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Alta Complexidade. Sendo assim se estendendo cada vez mais nos andamentos e conquistas dos processos que corroboram a rede ampla de Assistência Social.

## 9 REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALVES, Jolinda de Moraes; SEMZEZEM, Priscila. **Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na política de assistência social.** Serviço Social em Revista, v. 16, n. 1, p. 143-166, 2013.

BARBOSA, Maria Madalena Martins; SILVA, Maria Ozanira da. **O Benefício de Prestação Continuada– bpc: desvendando suas contradições e significados,** p.11-18, 2003.

BRAZIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL; COMBATE À FOME; BRAZIL. SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Política nacional de assistência social, PNAS-2004: Norma Operacional Básica NOB-SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social,** 2004.

COUTO Berenice Rojas; **O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da assistência social,** Brasília p. 205-216, , 2009.

LOPES, Márcia Helena Carvalho; RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. COLIN, DRT et al.(Org.), **Gestão Compartilhada no Sistema Único de Assistência Social-SUAS.** v. 20, p. 66-87, 2013.

PINHEIRO, Zuleika de Andrade Câmara; POSSAS, Lidia Maria Vianna. Centro pop: quando uma política pública incomoda. **Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília,** v. 4, n. 1, p. 35-54, 2018.

SCOTT, Juliano Beck; **O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura.** Psicologia em Revista, vol.24, no.2, Belo Horizonte,2018.

## A EXPANSÃO DA CRIAÇÃO MENTAL DO SERVIÇO SOCIAL E SEGUIMENTOS DA HISTORIEDADE DO MOVIMENTO RECONCEITUAÇÃO

BARBIRESKI, Renata;<sup>1</sup>

BATISTA, Débora;<sup>2</sup>

BATISTA, Josiane Souza;<sup>3</sup>

SANTOS, Ana Eliza;<sup>4</sup>

SEROISKA, Juliana;<sup>5</sup>

SILVA, Andréia.<sup>6</sup>

JESUS, Annaterra Meira Oliveira de.<sup>7</sup>

Faculdade FAN

### 1. RESUMO

Para maior aprendizado, este artigo foi elaborado com intuito de abordar de forma singela os acontecimentos antes, durante e depois do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Nele será apontado qual foi a causa que levou a tamanha movimentação, que resultou em um grande marco do Serviço Social. O CBAS obteve uma grande representativa, que se demarca uma ruptura com o conservadorismo profissional, ao assumirem enquanto categoria a defesa dos interesses históricos da classe trabalhadora. Para melhor esclarecimento do conteúdo, serão explicitados os motivos que antecederam o CBAS que ficou mais conhecido como Congresso da “virada”. Os fatores primordiais são denominados por três vertentes, sendo elas a Modernizadora, Fenomenologia (Renovação) e Movimento de Reconceituação. A vertente Modernizadora é a conservação do Serviço Social tradicional sobre novas bases, segundo o seminário de Araxá. Já a segunda vertente Fenomenologia mostrará que sua perspectiva era reatualizar o conservadorismo, colocando uma nova proposta que ficou aberta e em construção. Mas foi na terceira vertente que tudo se transformou profundamente. O Movimento de Reconceituação tem como perspectiva a intenção de ruptura, esta, almejava romper totalmente com o Serviço Social tradicional, a qual recorre do pensamento marxista, sendo de forma progressiva na sociedade. Esta última vertente é caracterizada pela formação de uma massa crítica de assistentes sociais que se puseram a procurar alternativas para a superação da prática do serviço social tradicional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistentes Sociais; Congresso da Virada; Movimento de Reconceituação.

<sup>1</sup> Discente do curso de Serviço Social da Faculdade FAN.

<sup>2</sup> Discente do curso de Serviço Social da Faculdade FAN.

<sup>3</sup> Discente do curso de Serviço Social da Faculdade FAN.

<sup>4</sup> Discente do curso de Serviço Social da Faculdade FAN.

<sup>5</sup> Discente do curso de Serviço Social da Faculdade FAN.

<sup>6</sup> Discente do curso de Serviço Social da Faculdade FAN.

<sup>7</sup> Docente do curso de graduação em Serviço Social pela Faculdade Fan Padrão da disciplina de Fundamentos para o Serviço Social 1. Especialista em Saúde da Família com ênfase na População do Campo (Fiocruz/DF). Mestre e Bacharela pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO). Professora Temporária do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás (UFG/GO).

## 2. INTRODUÇÃO

Este trabalho é produto do componente curricular Fundamentos I, numa perspectiva de retomada dos elementos fundantes do escopo teórico-metodológico da profissão. A turma foi dividida em grupos e temas para elaboração do artigo científico. Adota nessa pesquisa, a metodologia de revisão integrativa bibliográfica, pois a revisão da literatura é o primeiro passo na elaboração do conhecimento científico, via novas teorias surgem, reiteração do que se tem como subsídios, bem como lacunas, potencialidades em torno do tema.

Por longos anos, o Serviço Social, esteve ligado diretamente aos princípios da Igreja Católica e conseqüentemente influenciados pela corrente positivista. Ao passar dos anos, buscou sua autenticidade para a profissão, assim, o Serviço Social se aproximou de uma elaboração teórica mais consistente. Sabe-se que no início o Serviço Social esteve ligado do movimento da ordem monopólica, ou seja, por meio de sua intervenção responde à expressão da “questão social” as intervenções se deram através das políticas sociais, as quais têm duas importantes dimensões, sendo elas: econômicas e políticas.

Entre a década de 30 e 70, houve diversos momentos que marcaram a historicidade do Serviço Social brasileiro. Mas o âmbito e o intuito deste presente artigo é trazer apontamentos breves com relação ao III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que ocorreu em 1979, o qual foi um grande marco, que revolucionou o Brasil. Serão citadas rapidamente algumas dimensões do Serviço Social como: teórico-metodológicos e ético-político. Através do CBAS, ocorreram profundas mudanças em várias áreas no exercício e na formação profissional.

Houve manifestações diante a opção política do Serviço Social, pela responsabilidade dos benefícios da classe trabalhadora, e na sequência disto, a criação de um novo projeto e a adoção de um novo perfil profissional. Mostra também o andamento do processo de constituição que após uma década foi denominado Projeto Ético-Político.

O princípio e objetivo do III CBAS, era quebrar a herança conservadora para se fazer presente o novo projeto da profissão do Serviço Social brasileiro. Abordamos alguns apontamentos de diversos órgãos, como por exemplo, CFAS/CRAS, CENEAS/ANAS, quais foram de suma importância nas lutas de classes e conquistas de requerimento.

No desenvolver da construção deste artigo, o alcance central será nas vertentes, sendo elas divididas entre, vertente: Modernizadora, Fenomenologia (Renovação), e Movimento de Reconceituação. Como início, a primeira vertente estabeleceu uma modernização conservadora, melhoria da mediação do Serviço Social quanto ao enfrentamento da marginalidade e da pobreza na intenção de integração da sociedade.

A segunda vertente chamada Renovação, buscou melhorar na questão do diálogo, ao sujeito em suas vivências, transformação social, ou seja, esta chegou para reatualizar o conservadorismo presente no pensamento inicial da profissão. Mas a transformação que surtiu efeito foi na terceira vertente no Movimento de Reconceituação como alicerce, para estruturação do projeto ético-político profissional. Nisto estabelece a intenção de romper com o conservadorismo e já adiantamos que esse processo não se encerrou. Ainda há disputas internas e externas, enquanto categoria profissional.

### 3. METODOLOGIA

O presente artigo tem por sua finalidade o desígnio de trazer um breve conhecimento dos fatos decorrentes do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Irá corroborar que durante os acontecimentos do movimento CBAS, o Serviço Social foi criando forças, o qual após diversos acontecimentos ao longo dos anos resultou em um marco da história do Serviço Social. Será finalizado o desenvolvimento deste artigo citando a grande mudança ocorrida após os movimentos das três vertentes.

Após a escolha dos temas abordados, utilizando o método de pesquisa bibliográfica, em que foi empregada a técnica qualitativa, segundo os conhecimentos de Lakatos E Markoni (2003), para um melhor esclarecimento do conteúdo. Utilizamos nesse trabalho, a pesquisa bibliográfica. Segundo Lima e Mito (2007), a pesquisa bibliográfica é uma abordagem metodológica oferecida ao pesquisador como possibilidade de encontrar soluções para seu problema de pesquisa. Para isso, é necessário explicar o método científico escolhido pelo pesquisador; bem como métodos para desenvolver desenhos metodológicos e processos de seleção; e mostra como se configura a apresentação e análise dos dados resultantes. Apresenta também um desenho metodológico de abordagens sequenciais, considerando a flexibilidade na coleta de dados que garante um movimento dialético em que o objeto de pesquisa pode ser continuamente modificado. Para o fundamento da pesquisa foram utilizados materiais de apoio disponibilizado pela professora Annaterra Meira de Oliveira de Jesus, como também, por meio de pesquisas no *Google Acadêmico* em que foram efetuadas pesquisas bibliográficas.

### 4. NOTAS DE CAUSAS DO CONGRESSO DA VIRADA

No final da década de 1964 civis e militares se uniram para derrubar o presidente João Goulart dando um golpe de estado tomando dentro e fora do país. Quando na verdade, esta aliança golpista vinha muito antes sendo responsável pela crise política que culminou no suicídio de Getúlio Vargas em 1954. A revolução Francesa provocou mudanças na esfera política com a revolução industrial provocou mudança na esfera econômica. O simbolismo é o forte do congresso da virada, a referência é histórico, marcou um reposicionamento político que deu grande categoria, força e naturalização das desigualdades. A democracia e direitos e conquista das lutas sociais da classe trabalhadora de longas datas. (NAPOLITANO, 2014).

Em 1979 em plena ditadura, teve como objetivo, reverter às tendências democráticas e progressistas no Brasil, a sociedade civil se organizava em torno de lutas pelas aberturas democráticas, liberdade de expressão e direitos denunciavam a tortura, o autoritarismo, as formas de opressão e violência, onde decorreu o III congresso brasileiro conhecido pelo congresso da virada.

A crise do capital tem buscado distinção das vidas sociais velhas e novas formas, combinando trabalho a escravidão. A responsabilidade por essa nova relação e de todos os governos, indústrias, mercados e consumidor. A América Latina é a região do planeta onde existem as maiores desigualdades, e onde os mais ricos recebem uma maior proporção da renda.

Na década de 70 havia uma agitação entre classes no país por conta do sindicalismo que era contra a ditadura, o imperialismo, o capitalismo na expectativa do socialismo, que se mostrou na ANAMPOS<sup>8</sup>, em

---

<sup>8</sup> Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais.

1978. Desde 1978 as classes de assistentes sociais, se organizaram de Norte a Sul todas as entidades do país, retomando os sindicatos dos assistentes sociais, que ficaram fechados 1969 a 1978.

Nesse processo os trabalhadores já tinham conseguido o direito de assalariamento. E se mantiveram ativo em todas as paralisações, pois até no ano de 1988, eles não podiam se organizar ainda em sindicatos de trabalhadores, então, decidiram por unanimidade extinguir os sindicatos de categoria para a construção dos sindicatos por ramos de atividade, seja por contratação, como sindicato dos trabalhadores municipais, seja por atividade, como sindicato da saúde nas esferas estaduais e federal, assim, como APAS<sup>9</sup> e ANAS<sup>10</sup>, são extintos com exceção de cinco sindicatos.

## **5. TEORIA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

Conforme Mota (2014), embora o projeto político do Serviço Social não se restringe aos instrumentos formais e legais, como a lei de regulamentação da profissão, as diretrizes curriculares. O código de ética profissional e os mecanismos de fiscalização do exercício profissional possuem uma força material que para além de favorecer as condições da prática e da formação profissional, contribui decisivamente para tornar-se uma cultura profissional marcada por princípios, valores e referenciais teórico-metodológicos que abraçam a teoria marxista hegemonicamente. A superação da ordem capitalista, o humanismo, das lutas sociais e características democráticas, os quais fundamentam, articulam e medeiam sob condições históricas.

Conforme o pensamento de Guerra e Ortiz (2009) é importante assinalar que dentro do espaço compreendido de certos limites do Movimento de Reconceituação e em seus desdobramentos, que se definem de forma mais clara e se confrontam, diversas tendências voltadas à fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos do serviço social.

De acordo com Iamamoto (2014), o exercício da profissão exige um sujeito profissional, que tenha competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar aprender, no movimento da realidade e na aproximação as forças vivas de nosso tempo e tendências, possibilidades presentes possíveis de serem apropriadas pelo profissional e transformadas em projetos de trabalho profissional.

## **6. CRISES POLÍTICAS BRASILEIRA NOS TEMPOS DA “VIRADA”**

Conforme Guerra e Ortiz (2009), alguns acontecimentos que antecederam o “Congresso da Virada” demonstram que a sua preparação esteve garantida a competência teórica e política da vanguarda da categoria, que enfrentava a institucionalidade e disputava o espaço dentro das entidades. Assim, a vanguarda se preparou para o que mais tarde ficou conhecido como a “virada”. Ali, “mais do que nunca funcionou o refrão: quem sabe faz à hora, não espera acontecer...”.

Assim afirmar-se que o Serviço Social renovado, é resultado de um conjunto de alterações na sociedade brasileira: a classe trabalhadora começa pressionar a sociedade, exigindo que suas reivindicações

---

<sup>9</sup> Associação Profissional dos Assistentes Sociais.

<sup>10</sup> Associação Nacional dos Assistentes Sociais.

sejam reconhecidas, dando visibilidade as suas lutas e adquirindo o conhecimento de suas demandas e necessidades. O Serviço Social fez parte destas mudanças, sendo uma referência verdadeira para os movimentos sociais e sindicais e para as novas gerações de assistentes sociais.

A conjuntura Nacional que aconteceu e procedeu a “Virada”, foi marcada por fortes mobilizações tanto no setor urbano quanto no rural. Merecem destaques os Movimentos de base (nas fabricas, no campo, nas escolas, universidades, nos bairros, favelas e até mesmo nas igrejas). A revitalização dos movimentos camponeses, o surgimento da CPT<sup>11</sup>, e o MST<sup>12</sup>, a constituição do “novo sindicalismo” e a fundação da CUT<sup>13</sup>. A profissão, recebendo estes influxos deu-lhes resposta.

Participou das categorias profissionais por melhores salários. Pela luta por um piso salarial significativa. E converteu em conquistas para algumas categorias mais fortes e organizadas, especialmente para trabalhadores do setor público. Na década de 80, a profissão investiu ativamente na sua própria organização política sindical e na luta em prol de uma Constituição que incorporasse o interesse dos segmentos da classe trabalhadora, em especial, que se refere à construção de uma concepção universal, nomeadamente da política de seguridade social, de sua formulação e de sua implementação.

## 6.1 ENCONTROS QUE CULMINARAM A VIRADA

Conforme Guerra e Ortiz (2009), o III CBAS ocorrido em São Paulo, organizado pelo CFAS e o CRAS-SP<sup>14</sup> teve como tema central: Serviço Social e Política Social. O tema abordado no citado congresso foi de especial relevância em vista da conjuntura em que ele ocorria devido ao fracasso reconhecido pela ditadura do plano que previa o “milagre econômico” de fazer crescer o bolo para depois distribuí-lo. Cabe mencionar a fala de abertura do evento dos presidentes das entidades organizadoras (CFAS e CRAS), postos que deve retratar os compromissos pela categoria na defesa de princípios e estratégicas, bem como dar o tom do congresso.

Nos dias seguintes, começa a se desenhar no cenário da profissão (não sem enfrentamentos e disputas) o pluralismo. A decisão de substituir a visita técnica, como parte do Programa do Congresso, por uma Assembleia da qual participaram 600 delegados, expressa o trabalho de base realizado pela vanguarda que conduziu a virada. A análise do documento final do evento evidencia a insatisfação dos congressistas e estudantes presentes quanto à falta de construção democrática do evento e da postura antidemocrática adotada pelas entidades da categoria, o questionamento sobre a ausência de profissionais nas mesas em prejuízo do quantitativo de representantes das entidades governamentais e sobre a limitação do número de estudantes participantes do mesmo.

Foi visível o descontentamento de um segmento significativo de participantes no Congresso no que se refere à proposta e à dinâmica adotada, que impedia os debates e a manifestação verbal dos participantes. A constituição de um espaço político significativo, tal como a Assembleia, permitiu dar outra direção política ao Congresso, atribuindo-lhe outro tom e conteúdo: de questionamento, denuncia e critica a ditadura.

[...] III CBAS mostra é o amadurecimento da vanguarda da categoria, que militando em outros movimentos sociais e sindicais, vai acumulando forças e competência

<sup>11</sup> Comissão Pastoral da Terra, 1975.

<sup>12</sup> Movimento dos Trabalhadores sem Terra, 1984.

<sup>13</sup> Central Única dos Trabalhadores, 1983.

<sup>14</sup> Conselho Regional de Assistente Social 9º, Região de São Paulo.

teóricopolítica para conformar uma nova direção estratégica para a profissão. O III CBAS como marco histórico da trajetória do Serviço Social brasileiro culmina com a sessão de encerramento para a qual foram convidados a participar, Luis Inácio da Silva e José Pedro da Silva, dentre outros, à época, representantes da classe trabalhadora e de suas entidades. Como bem marcou o discurso de Luisa Erundina: “ esse Congresso é uma prova de que os tempos mudaram (...) (III CBAS, 1980, p.454. *Apud.* GUERRA; ORTIZ, 2009).

## 6.2 PARTICIPAÇÕES ATIVAS NO CONGREÇO DA VIRADA

Segundo, Abramides (2017), os Assistentes Sociais tiveram participação ativa nos organizados, nas Aspas e Sindicatos que estabeleceram uma ampla mobilização dos profissionais nas assembleias de base, lutando por cargos e carreira no INSS<sup>15</sup>, por concurso público nas instituições estatais, na participação no I Congresso da mulher paulista, na atuação e apoio as lutas feministas, na luta pelo Sistema Único De Saúde e reforma sanitária, na luta pela democracia das instituições com eleições para cargos de chefia, na participação em campanhas salariais unificadas dos trabalhadores em serviço público, na participação efetiva no movimento sindical classista, no apoio as greves em cursos de trabalhadores, no apoio a projeto profissional nos vários espaços sócio-ocupacionais voltados aos interesses dos usuários, na luta por direitos sociais, inserção na luta pela reforma agrária e urbana, apoio as ocupações de terras no campo e na cidade, na luta pelo ensino público, laico, universal, gratuito e de qualidade, na luta contra o pagamento da dívida externa, na solidariedade de classe as lutas latino-americanas e internacionais.

## 6.3 EFEITOS DA “VIRADA”

Conforme apontamentos de Guerra e Ortiz (2009) é notório que o III CBAS gerou no Serviço Social brasileiro, profundas mudanças, dentre elas, em áreas diferentes, porém auto implicadas no exercício e na formação social. Com a privação da Mesa de Honra previsto pelo III CBAS, tais como as resoluções retiradas a partir deste, manifestam a opção política do Serviço Social pela responsabilidade dos benefícios da classe trabalhadora, e na sequência a elaboração de um novo projeto para o Serviço Social brasileiro e a adoção de um novo perfil profissional.

Deste modo, nos anos 80 foi visto os primeiros passos para o processo de constituição e somente nos anos 90 foi chamado de “Projeto Ético-Político”. O objetivo do III Congresso era romper com urgência a herança conservadora presente, desde a emergência do Serviço Social no Brasil e a importância no novo projeto de profissão.

Era preciso que o Serviço Social e seus profissionais se organizassem referente à luta mais geral de classe trabalhadora. Deste modo, era indiscutível a necessidade de que as entidades do Serviço Social, se

---

<sup>15</sup> INSS é a sigla para **Instituto Nacional do Seguro Social**, órgão público responsável pelo pagamento da aposentadoria e outros benefícios aos trabalhadores brasileiros e demais segurados – como microempreendedores individuais e contribuintes individuais.



reconfigurassem na linha do que a “virada” politicamente apontava. Foi tomada desta “virada” progressista que o conjunto CFAS<sup>16</sup>/CRAS<sup>17</sup> se renovou.

Em 1960 na criação do CFAS por meio do decreto 994/62 em 15 de maio de 1962, foi observada nesta existência uma tendência corporativa, impermeável aos processos sociais em presença, se comparado a demais órgãos da categoria e a revolta do acúmulo que o debate latino-americano gerou. Percebe-se que no Serviço Social brasileiro e posicionamento do CFAS/CRAS na época, é manifestação disso, pois durante toda história do Serviço Social, destacou-se na renovação um marco de traços que representavam avanços e conservação de aspectos que o conformaram.

Segundo Guerra e Ortiz (2009), somente nos anos 80 desenvolve um processo de renovação política, o conjunto CFAS/CRAS, juntamente com (CENEAS<sup>18</sup>/ANAS), atuam na criação de fiscalização em nível regional e contratação de agentes fiscais. Como resultado desse processo, um novo código de Ética e na revisão de lei de regulamentação profissional. Os CRAS devem reivindicar a participação na formulação e operacionalização das políticas sociais, voltados para os interesses da grande maioria da população (CFAS 1990). Nos anos 80 como também nos anos 90, finalmente conquistaram suas metas, ou seja, acompanharam a constituição de um renovado perfil dos profissionais, o qual atingiu sua condição de trabalhador assalariado.

## 7. VERTENTE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

Conforme Leite (2012), no livro Ditadura e Serviço Social de José Paulo Netto (2009) ele evidencia o seu olhar para a situação que se desenha no Brasil entre os anos 1960 e 1970. Seu estudo chama a atenção do leitor ao indicar que, para um entendimento total da relação entre serviço social e a autocracia burguesa, torna-se necessário direcionar-se aos novos dependentes sócio-históricos, que aliados ao significado da autocracia burguesa no Brasil, muito influenciaram o fazer e a autorrepresentação profissional.

Este autor aprofunda a discussão ao discorrer sobre as “condições novas”, apontando para os processos socioeconômicos, que vão desde a reconfiguração do Estado até as transformações societárias, sob a égide do capital na sua fase monopolista, que desencadeou no interior da categoria profissional a chamada modernização conservadora.

Esta vem expressar-se, segundo o autor, quando à base que valida à profissão é redefinida, e isso se dá à medida que são firmadas as requisições do mercado de trabalho e o quadro da formação do assistente social. Ainda segundo Netto (2009), é o Estado racionalizado que redimensiona o significado das políticas sociais, criando uma ampla estrutura organizacional para planejá-las e executá-las, visando atender aos interesses da burguesia industrial, que agora requisita um profissional com um perfil moderno.

No entanto, a construção deste novo perfil implicaria igualmente um redimensionamento da formação do assistente social, marcado pelo confessionalismo. Assim gradativamente são substituídos os traços tradicionais por uma formação baseada pela visão e racionalidade burguesa sob o influxo das disciplinas ligadas

---

<sup>16</sup> CFA, sigla para Chartered Financial Analyst, é a credencial mais **completa e reconhecida no mundo das finanças e dos investimentos**. Destina-se a profissionais que pretendem especializar-se no mercado financeiro com uma certificação reconhecida no mundo inteiro e muito bem aceita pelas principais instituições financeiras.

<sup>17</sup> Centro de Referência de Assistência Social.

<sup>18</sup> Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais e Pré-Sindicais.

às ciências sociais, como sociologia, a antropologia e a psicologia social, para atender aos reclamos do mercado nacional do trabalho.

A vertente modernizadora (NETTO,1994, p.164 e ss) caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e mais tarde sistêmicas (matriz positivista), voltadas a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade. Os recursos para alcançar estes objetivos são buscados na modernização tecnológica e em processos e relacionamentos interpessoais. Estas opções configuram um projeto renovador tecnocrático fundado na busca da eficiência e da eficácia que devem nortear a produção do conhecimento e a intervenção profissional; (YAZBEK, 2000, p.8).

## **8. VERTENTE REATUALIZAÇÃO DO CONSERVADORISMO**

Por meio de Yazbek (2000), nota-se que a vertente fenomenologia, mais conhecida como Reatualização do Conservadorismo, prioriza o diálogo de pessoas, ser humano em suas vulnerabilidades, o qual trata-se do trabalho do Serviço Social em colaborar na expansão do ser em si e no seu relacionamento com os demais existentes do mundo. Ou seja, o Serviço Social atua na transformação social dos indivíduos interessados, até mesmo os que não têm ciência dessa atuação.

A vertente inspirada na fenomenologia, que emerge como metodologia dialógica, apropriando-se também da visão de pessoa e comunidade de E. Mounier (1936) dirige-se ao vivido humano, aos sujeitos em suas vivências, colocando para o Serviço Social a tarefa de "auxiliar na abertura desse sujeito existente, singular, em relação aos outros, ao mundo de pessoas" (ALMEIDA, 1980, p.114). Esta tendência que no Serviço Social brasileiro vai priorizar as concepções de pessoa, diálogo e transformação social (dos sujeitos) é analisada por Netto (1994, p.201 e ss) como uma forma de reatualização do conservadorismo presente no pensamento inicial da profissão; (YAZBEK, 2000, p.8).

Segundo Leite (2012), nesta pesquisa abordou-se que o autor trata sobre os "vetores de transformação", culminar na deslegitimação do regime autocrático burguês. Ele acusa a existência de uma ideia ao apontar que, a medida que um regime criava as bases para uma mudança para a renovação do serviço social, surgia fortemente as circunstâncias favoráveis para uma crítica às bases da autocracia burguesa.

Desenha-se, neste cenário o debate teórico-metodológico, a busca "legitimação prática e de validação teórica", a crítica aos seus fundamentos, possibilitada pela interlocução com as ciências sociais, e o fato de a ação profissional tornar-se, ela mesma, objeto de investigação. Surgem a isso no âmbito universitário, debates de reflexão a um surgimento de uma massa crítica, que se opunha ao conservadorismo na profissão.

Segundo Netto (2009), a relativa diversidade presente no meio profissional que permaneceu até a década de 60 marcada pela ausência de uma significativa elaboração teórica e participação no cenário político, encontrou uma situação desfavorável de laicização do serviço social como área de investigação e produção de conhecimento.

## 9. VERTENTE MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO

Como terceira vertente tem-se o Movimento de Reconceituação, também conhecida como vertente marxista, pois segundo Yazbek (2000), teve seu embasamento aproximado ao método marxista, mesmo que não sendo intencionalmente e tendo pouco conhecimento dele. Com certo posicionamento sociopolítico é que o Serviço Social questiona suas práticas institucionais e suas metas de adaptação social e tendo como alvo, o rompimento com o Serviço Social. A definição do Movimento de Reconceituação, é por meio de conflitos, várias tendências da fundamentação dos posicionamentos teóricos e exercício funcional do Serviço Social.

[...] O Movimento de Reconceituação foi o alicerce basal para a estruturação do Projeto Ético-Político Profissional (PEPP), que se materializa no Código de Ética Profissional (CFSS, 1993), na Lei da Regulamentação da Profissional e nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social da ABEPSSS (1996). (BRENTINI; SARRETA. 2019, p.3-4).

Como destaque pode-se dizer que o Serviço Social buscava uma formação profissional crítica e com propósito, tendo em vista o exercício profissional, para assim ocorrer sólidas transformações materiais da profissão. Após todas estas lutas tornou-se necessário como critério profissional o exercício de reflexão, sendo assim, necessário romper com o conservadorismo e com ações de caridade.

Com tais transformações profissionais, Brentini e Sarreta (2019) relatam que foi necessário planejar princípios universais, tendo uma formação libertária e transformadora. “Nesse sentido, a elaboração das Diretrizes Curriculares da ABEPSS<sup>19</sup>, com seu viés crítico e interventivo, passou a direcionar a formação profissional”.

O Movimento de Reconceituação voltava seu foco para conquista da hegemonia das classes inferiores, mesmo com certa fragilidade com o marxismo, este guiou um olhar aprofundado para as questões da profissão e a estrutura sócio-histórica do Brasil, como também na América Latina.

A dialética entre o Serviço Social no país antes e durante/depois do ciclo autocrático não é nem a ruptura íntegra nem a mesmice pleonástica: é um processo muito complexo em que rompimentos se entrecruzam e se superpõem a continuidades e reiteraões; é uma tensão de vetores de transformação e permanência – e todos comparecem, em medida desigual e metamorfoseadas, na resultante em que, indubitavelmente, predomina o novo. (NETTO, 2009, 136).

Como dito pelo autor, a ruptura com o tradicional Serviço Social, só se deu por conta das estratégias autocratas burguesas, que visaram intervir profissionalmente para atender as problemáticas do mercado nacional de trabalho. Para o autor Netto (2009), tal fato deve ser analisado como lutas contra o imperialismo, assim como, libertação nacional e a busca pela superação da ordem capitalista.

Por ter certa aproximação do marxismo, o Movimento introduziu a heterogeneidade e seu interior, formando diretamente uma crítica dos teóricos-metodológicos positivistas, que tinham como resultado a eliminação do caráter neutralizador da profissão, então denunciando a sociedade que se dividia em classes opostas, assim, tendo como objetivo o compromisso profissional voltando-se para uma classe social, a classe superior ou inferior.

Tal movimento, aliado a uma conjuntura sócio-histórica marcada pela crise da ditadura militar e pela redemocratização da sociedade civil, criou as bases para o processo de

---

<sup>19</sup> Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

renovação crítica no interior do Serviço Social brasileiro que, na década de 1980, viabiliza o delineamento de uma cultura crítica fundada, segundo Netto (1999), numa vertente crítica inspirada na tradição marxista. (LEITE. 2012, p.122-123).

Sendo assim, esse seguimento impulsionou uma ruptura profissional em relação ao conservadorismo, e abrindo portas a um novo projeto ético-político do Serviço Social, ficando então, comprometido com a classe trabalhadora. Este Movimento foi de suma importância para as mudanças no Serviço Social, mudando definitivamente o caráter de atuação e formação do profissional.

## 10. CONSIDERAÇÕES

Foram diversos motivos que proporcionaram a realização do Congresso da “virada”, entre elas, encontra-se a deposição do presidente João Goulart, o que agravou ainda mais a crise que o país já vinha enfrentando. A ditadura civil foi o estopim para a “virada”, pois esse regime militar devastou os cidadãos com diversas formas de opressão, agressão, a privação da liberdade de expressão, além de terem perdido quase todos seus direitos. Todos esses fatores somados resultaram em uma gritante desigualdade social, trabalhos análogos à escravidão, relações abusivas dos governos, indústrias, mercados e consumidor.

O Serviço Social não se restringe a regras de conduta por mais que as mesmas sejam de grande importância, estando incluído dentro de seu conceito, as superações da ordem capitalista, o humanismo, o internacionalismo das lutas sociais e características democráticas, principalmente as que fundamentam os conceitos históricos. Para tornar-se Assistente Social é necessário competências, para propor, negociar, defender os campos de trabalho e atribuições profissionais.

O Congresso da virada foi a iniciativa da classe trabalhadora a pressionar o governo em busca de suas reivindicações de melhorias como auxiliar, o Serviço Social tornou-se grande referência para tal marco. As mobilizações das classes trabalhadoras atingiram diretamente as fábricas, no campo, nas escolas, universidades, bairros, favelas e até mesmo as igrejas.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) proporcionou grandes mudanças, sendo elas no exercício e na formação social, como também benefícios as classes trabalhadoras, e elaboração de novo projeto para o Serviço Social. Mas foi apenas nos anos 80 e 90 que a conquista foi consumada, renovou o perfil dos profissionais, assim, atingindo a condição de trabalhador assalariado.

O Serviço Social é uma área que sempre está em atualização, como exemplos tem-se as três vertentes, a Modernizadora Conservadora; Reatualização do Conservadorismo e Movimento de Reconceituação. A vertente Modernizadora foi demarcada por buscas funcionalistas, estruturalistas e matriz positivista, está direcionada a uma modernização conservadora, e a melhoria do sistema. Teve como referência o desenvolvimento social e o combate a marginalização e pobreza, para integração da sociedade. Através de intervenção profissional, desejou-se um projeto renovador tecnocrático, com objetivo de ter eficiência e eficácia na produção de conhecimento.

Vertente da Reatualização do Conservadorismo, inspirada na fenomenologia, oferece uma visão de pessoa e comunidade. Dirigindo-se as vivências do ser humano, sendo assim, o papel do Serviço Social seria auxiliar na abertura do sujeito existente, singular em relação ao próximo e o meio em que se vive.

Movimento e Reconceituação, ou também vertente marxista, tinha como meta uma formação profissional crítica e com propósito. É de suma importância a inserção da reflexão profissional, desta forma, rompendo com o conservadorismo e ações de caridade. Nesse movimento foi elaborado as Diretrizes Curriculares da ABRPSS, direcionando o futuro profissional e atualizando os já formados, tendo também, a busca pela hegemonia de classes subalternas. A aproximação com o marxismo trouxe a heterogeneidade, assim, introduzindo os métodos positivistas.

## 11. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS" O Congresso da Virada" 1979.** Serviço Social & Sociedade, p. 181-186, 2017.

BRENTINI, Daiane Cristina dos Santos; SARRETA, Fernanda de Oliveira. **FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: COMPROMISSO ÉTICO E POLÍTICO.** Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019.

GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima Grave. **Os caminhos e os frutos da “virada”:** apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. PRAIAVERMELHA, v. 22290, p. 123, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação acadêmico-profissional no serviço social brasileiro.** Serviço social & sociedade (2014), 608-639.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica,** 5. ed., São Paulo, Atlas, 2003.

LEITE, Josimeire de Omena. **Cultura crítica e o projeto ético-político do serviço social brasileiro: desafios contemporâneos.** EM PAUTA, Rio de Janeiro \_ 1o. Semestre de 2012 \_ n. 29, v. 10, p. 119-136. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

MOTA, Ana Elizabete Simões da; Angela Santana do Amaral. **Cenários, contradições e pelegado serviço social brasileiro.** Cortez Editora, 2017.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro,** São Paulo, Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro.** Editora Contexto, 2014.

NETTO, JOSÉ P. **Ditadura e serviço social: Uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 14. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade.** CFESS-ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e política social, módulo, v. 4, 2000.

## PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: COMO SE RELACIONA COM A HISTÓRIA E A RELAÇÃO ENTRE TEMPO E MEMÓRIA

Karyna de Lima Silva  
Daiana Cristina Gomes  
Brenda Maria Rodrigues dos Santos<sup>1</sup>  
Faculdade FAN  
Penitenciária Feminina do Paraná (Piraquara-PR, PFP).

**RESUMO:** Ressaltaremos neste trabalho a relação entre tempo e memória e o que estabelece os Parâmetros Curriculares Nacionais para ensino de História. Portanto o objetivo deste estudo acadêmico é estabelecer a importância da construção de suas identidades na concepção de uma memória social que amplia o conceito cultural e histórico do qual agrega no processo de ensino, buscando melhorias para obter melhor desempenho na sociedade. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) que compõem ações relevantes no Ministério da Educação, ampliando o nível de ensino, buscando incentivar cada estado e município a se adequar a novas adaptações pedagógicas proposta dentro da grade curricular. Em meios aos avanços a Educação se tornou um direito obrigatório a partir da Constituição 1988 que estabelece a contribuição para exercício da cidadania. Tivemos como referencial teórico os autores: Lakatos, Marconi (2003), Delgado (2007), Barros (2013-2014), Ramos (2010) e Brasil (1998) que discuti esta temática aqui abordada. Esta pesquisa bibliográfica baseia-se na abordagem qualitativa, que compreende os fenômenos no passado e no presente, na contribuição da educação básica e suas transformações com a grade curricular nacional, porém, pretende-se proporcionar a formação dos cidadãos com direitos e deveres que garante a sua capacitação.

**Palavras-Chave:** Tempo e Memória. Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais.

### 1. INTRODUÇÃO:

No decorrer deste artigo científico temos como questão norteadora: Qual a importância entre tempo e memória? O que estabelecem os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História? E para abordar esta temática nos aprofundaremos com base do ensino fundamental.

Essa questão norteadora foi selecionada pela relação do assunto com a perspectiva de nossas futuras profissões e mais ainda, por ser algo que nos propomos a ensinar com propriedade, sendo então este, o melhor momento para ampliar nossos conhecimentos.

Tendo em vista que esta questão tem uma relevância imensurável, pois, além de desvendar origens e fatos que propuseram mudanças para a História, pessoas que lutaram para obter melhorias em suas cidades, países, cidadania e vidas como serve também para elucidar ocorrências ou personagens que fizeram parte da construção da História e que causaram impacto positivo ou negativo, mas que da mesma maneira, são partes que tem total relevância em todo contexto da História.

---

<sup>1</sup> Professora formada em história pela Universidade Estadual de Goiás. Mestre em sociologia pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: santosbrenda@gmail.com

Sobremaneira, tudo isso tem uma contribuição incontestável para a área de inserção em que atuaremos, onde seremos indivíduos reprodutores da História, assim sendo futuros docentes.

O problema que identificamos no decorrer deste assunto são muitos fatos, documentos, atos entre outros que deixaram de ser devidamente registrados ou alterados, como podemos perceber por falta de exatidão entre tempos e registros. Vemos como possível solução ou ao menos uma relevante possibilidade para a diminuição deste problema, que tanto da parte de historiadores, escritores e principalmente da parte governamental, não se omite em registrar, publicar e dar clareza de marcos ocorridos na atualidade, que terão impacto no futuro ou mesmo que não seja algo que trará consequências futuras, mesmo que seja ao menos decisões, atos ou episódios importantes, não os desclassificam de serem de um enorme ato marcante, são partes da nossa História que devemos registrá-los para todos e quaisquer no futuro tenham consciência do seu passado e dos ocorridos.

O objetivo geral deste artigo científico é corresponder a expectativa em relação ao que o PCN estabelece para o ensino de História na educação fundamental e também a relação entre o tempo e memória. Já nosso objetivo específico é elucidar a realidade atual e como são trabalhados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História no ensino fundamental do nosso país e também como se é dado a relação tempo e memória por meios de escrituras, documentos, bustos, entre outros.

Justifica-se a importância deste artigo para ampliar as condições atuais em que a História tem de importante e essencial para propiciar conhecimentos, origens, fatos históricos, personagens que construirão partes importantes em sua época e também para dar ênfase no déficit que a falta de mais recursos, informações concretas causam um entrave para quem busca informações Históricas ou para quem tem interesse em ser um transmissor desta matéria.

## **2. METODOLOGIA:**

Abordaremos ao decorrer deste artigo, o método de abordagem qualitativo que baseia na compreensão da temática aqui desenvolvida, para que se alcance perspectiva do tempo e memória e as relações que estes possuem dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História. Tivemos como apoio para busca do material bibliográfico e exploratório disponibilizado pela plataforma EAD os referenciais: DELGADO, Lucília de Almeida N (História oral – memória, tempo, identidades); BARROS, Carlos Henrique Farias de (As finalidades da disciplina de história); RAMOS, Francisco Régis Lopes (Uma questão de tempo: os usos da memória nas aulas de história).

Justifica se a importância do tempo e a memória histórica no ensino, com o objetivo de conhecimento local que busca se aprofunda na construção social e cultural, as necessidades que incorpora a grade curricular no âmbito escolar, é decisivo para alcançar meios que estimula novas práticas educativas que se estabelece nos estados e municípios, a fim de fornecer benefícios no processo do sistema educativo que os Parâmetros Curriculares Nacionais garantem estes princípios.

## **3. RELAÇÃO ENTRE O TEMPO E A MEMÓRIA**

Pode-se dizer que os indivíduos construtores da História são dos variados tipos, religiões, culturas, nacionalidades e é o que também fazem com que suas ideias e seus ideais sejam múltiplos,

Os sujeitos construtores da história da humanidade são muitos, são plurais, são de origens sociais diversas. Inúmeras vezes defendem ideais e programas opostos, o que é peculiar à heterogeneidade do mundo em que vivemos. Seus pensamentos e suas ações traduzem, na multiplicidade que lhes é inerente, especial riqueza do ser humano: a alteridade. Alteridade que é referência de diferentes identidades – étnicas, culturais, nacionais, religiosas, sociais, de gênero, ideológicas. Alteridade que traduz a multiculturalidade e a diversidade do potencial criativo do ser humano nas mais diferentes áreas de atuação. (DELGADO, 2007, P. 55).

Como citado à cima, a diversidade de culturas, potencial e diferentes áreas de atuação é traduzido pela alteridade. A ação do homem tem totalmente a intromissão na História, devido seus feitos, atos, culturas e heterogeneias, entre outros, tudo isso faz com que seja construída a nossa história no passar do tempo,

A História é a consciência do passado no presente. É o reconhecimento da ação humana na construção da temporalidade da própria História. É, enfim, uma grande façanha que consiste na busca incessante de se conhecer o passado. Mas o passado é amplo, diversificado, inexpugnável em todas as suas dimensões. Tende a ser quase irreconhecível na sua integridade, pois também está sempre condicionado à visão e aos interesses do presente. O eterno presente faz com que o passado tenda a ser visualizado como nuvens em constante mutação e movimento. Como constelações de estrelas, às vezes encobertas, outras vezes mais visíveis. Além disso, por sua amplitude e heterogeneidade, o passado foge à capacidade de apreensão – na sua inteireza – por qualquer ser humano (DELGADO, 2007, P. 56).

Por ter muitos atos, passagens e marcos, nem tudo está no alcance documental e do conhecimento de todos nós seres humanos. Toda nossa História é algo muito maior que existe no nosso conhecimento, vai muito além do que sabemos, podemos dizer que é algo inesgotável.

A relação tempo e memória é crucial para a sobrevivência da História da nossa humanidade, pois, ter acesso à história é construir não apenas o conhecimento sobre fatos históricos, mas sim, fazer parte da sua construção, tendo em vista que a partir do momento que temos este conhecimento somos indivíduos capazes de repassá-los e assim sermos reprodutores da História,

Reconhecer o passado é também, na dinâmica da história, construir conhecimento, defender o presente e resguardá-lo como matéria-prima para o futuro, já que as relações temporais, que articulam memória e História, são fecundas e necessárias para afirmação da condição humana. Os homens são agentes da História e sujeitos da memória, do esquecimento e do saber (DELGADO, 2007, P. 56, 57).

Nós como pessoas, seres pensantes e patriotas, somos incumbidos de fazer parte da História e repassá-las para que fatos marcantes, conquistas e fatos heroicos, não fiquem aprisionados no passado.

A memória ela traz uma compreensão dos fatos históricos organizando o passado do presente, estabelecendo a construção da identidade do indivíduo, pois a cultural e a valorização desta memória, busca maneiras de não cair no esquecimento, porém, importante a reflexão da preservação dos monumentos históricos para estimular debates com visão de uma memória social que participa com ideias e opinião, seja individual ou em grupos que incorpora o conceito ainda muito debatido,



“Um compromisso fundamental da História encontra-se na sua relação com a Memória, livrando as novas gerações da “amnésia social” que compromete a constituição de suas identidades individuais e coletivas” (RAMOS, 2010, p. 406).

Assim podendo ter perspectiva histórica, como construção de conhecimento através da memória que antes era vista com uma só verdade e que a partir do tempo essas teorias passou ter novas concepções diversificadas.

### **3.1 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO DA HISTÓRIA**

Como veremos a seguir, os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) para a História, são divididas em duas partes as quais consistem em características, princípios, conceitos, critérios de avaliação e orientações didáticas para a prática do ensino escolar. Sendo assim temos como base esta proposta para seguir e cumprir como nos é dado pelo PCN,

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para a História dividem-se em duas partes. Composto a primeira parte, temos características, princípios, conceitos e algumas concepções curriculares para o ensino de história, além de objetivos gerais, critérios de seleção e organização de conteúdos por área. Na segunda parte estão presentes propostas de ensino e aprendizagem para o primeiro e segundo segmento de ensino fundamental que são divididos em quatro ciclos com objetivos, critérios de avaliação e orientações didáticas para a prática da pesquisa escolar, para uso de variados materiais didáticos e documentos, além de sugestões para atividades extraclases (BARROS, 2013-2014, P. 2).

Após analisarmos as duas partes que compõe a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História, podemos ter uma maior compreensão de qual é o formato adequado que devemos usar para o ensino efetivo da História e não apenas isto, olhando por outro ângulo, também temos a real percepção de como é aplicada a metodologia de História para o ensino fundamental.

Na citação seguinte veremos que de acordo com o PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), deve-se durante o ensino fundamental voltar-se para o ensino da História focando-se em sua cultura regional, a localidade onde está sendo trabalhado com os discentes, fundamental e essencial para que o ensinamento transcorra de acordo com a proposta,

Já os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (1998) em suas séries iniciais valorizam o estudo da localidade: A Preocupação com os estudos de história local é a de que os alunos ampliem a capacidade de observar o seu entorno para compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia a dia (BARROS, 2013-2014 p. 9).

Sobremaneira esta característica baseada no ensino de tudo aquilo que faz parte do cotidiano, Histórias e marcos regionais, são de suma importância para o aprendizado destes futuros cidadãos conscientizados de suas raízes.

Segundo Brasil, percebe-se que a grade curricular ampliou o sistema educativo, transformando o processo de ensino, como uma base para cada estado e municípios que incorpora o novo modelo de currículo. O objetivo é bem decisivo para capacitar os cidadãos para a sociedade, respeitando as necessidades de cada local, trazendo uma visão que proporciona o reconhecimento do processo nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que surgiu na década 1990 e desde então vêm se destacando com a intenção de modificar o ensino e se aprofundar com ideias complementares âmbito escolar, desenvolvendo teorias que contribuí com o exercício da cidadania,

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem, portanto, um referencial para fomentar a reflexão, que já vem ocorrendo em diversos locais, sobre os currículos estaduais e municipais. O conjunto das proposições, expressas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, tem como objetivo estabelecer referenciais a partir dos quais a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania (BRASIL, 1998, p.50).

Portanto este currículo garante a formação do indivíduo capacitando a desempenhar futura profissão em meio à sociedade e com as leis da LDB ampliar estes direitos a seguir.

De acordo com Barros a LDB é um grande avanço para a educação básica, estabelecendo o direito de um ensino gratuito para todos, garantindo a formação do indivíduo na construção de conhecimento no processo de aprendizagem, assim desenvolvendo o senso crítico de cada cidadão, assegurando que os conhecimentos adquiridos o levarão para uma carreira de trabalho, dando continuidade em novas práticas de ensino mais avançadas. Esta lei não só trouxe uma amplitude no ensino básico, numa transformação para a sociedade, que antes só as elites que tinha esses privilégios de ensino,

Para o ensino fundamental a LDB (1996, pag. 17) em seu Artigo 22, estabelece que: A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Esta lei vem reforçar a importância de um ensino de História que valoriza o senso crítico de seus alunos (BARROS, 2013-2014, p. 23).

Ressaltando que o ensino de história vem se modificando os conceitos para o presente, mas valorizando o tempo e a memória de cada época para atualizações dos dias atuais como o método de ensino, com destaque nos debates abordado no cotidiano para que esta educação seja de qualidade na finalidade de formar cidadãos que participam da sociedade.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Concluímos na elaboração deste artigo o que é o estabelecido do PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) para o ensino de História, assim entendemos que se deve abordar nesta fase estudantil e também pudemos compreender o que o tempo e a memória tem de pragmático em nossas vidas sem que percebamos.

Pois a memória promove uma organização do passado ao presente e o tempo se alinha em ampliar o desenvolvimento de cada época histórica, que passa a ser debatido com a preservação da cultura e a construção do senso crítico de cada cidadão, através dos conhecimentos adquiridos pelo processo de ensino.

Contudo os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem novas práticas educacionais, buscando modificar o processo de ensino básico, do qual assegura meios que compromete os estados e municípios a se adequar as necessidades locais, proporcionando uma grade curricular positiva ao sistema educacional.

Por fim a contribuição da memória dentro do Parâmetro Curricular Nacional é destacar a importância dos conceitos que enriquece o conhecimento do passado com os dias atuais, valorizando o tempo sem esquecer dos princípios que garante estas necessidades históricas para formação social que cultiva reflexão crítica. Com este estudo podemos ter maior conhecimento, que será indispensável e de muita importância para nossa futura atuação pedagógica.

## 5. REFERÊNCIAS:

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos Da Metodologia Científica**. 5ª Edição. São Paulo, 2003. P. 106.

DELGADO, Lucília de Almeida N. **História oral – Memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2007 E-book. ISBN 9788582179208. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582179208/>. P. 55, 56, 57.

BARROS, Carlos Henrique Farias de. **As Finalidades Da Disciplina De História**. Faculdades Integradas de Vitoria de Santo Antônio, 2013-2014, P. 2, 3, 9

RAMOS; Francisco Régis Lopes. **Uma Questão De Tempo: Os Usos Da Memória Nas Aulas De História**. Campinas, 2010, P. 406.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998, P. 50.

## A HISTÓRIA DO O SERVIÇO SOCIAL NO MUNDO E NO BRASIL

Elias Barbosa da Silva  
Ademir Maciel  
Ademir Araujo de Lima  
Waldete Vicente da Silva  
PIMP – Cascavel - PR  
Faculdade FAN

**RESUMO:** Essa pesquisa visa apresentar todo contexto histórico e a trajetória do Serviço Social como profissão no mundo e no Brasil; O estudo se deu através de pesquisa bibliográfica, sites, artigos e recorte de revistas de forma qualitativa. Busca-se compreender a trajetória percorrida pela profissão, a contribuição da igreja católica; as bases e fundamentos do Serviço Social como profissão. Como se deu as transformações que ocorreram na profissão desde o seu surgimento até os dias atuais. As primeiras escolas de Serviço Social no Brasil. Abordaremos sobre o Serviço Social diante das demandas e mediações com a classe trabalhadora; sobre o modo de produção capitalista, a relação do homem em sua força de trabalho e as reivindicações para uma melhor condição de vida. Conclui-se que a profissão de Serviço Social passou por várias transformações nas suas diretrizes de forma positiva para o enfrentamento à desigualdade social gerado pelo capitalismo.

**Palavra chave:** Serviço Social, Trabalho, Cidadão, Profissão, Sociedade.

### 1. INTRODUÇÃO

Em 1869 é fundada a sociedade de organização da caridade, em Londres, criada pela burguesia, igreja e Estado com objetivo de prestar assistência a classe operaria, de forma a coibir qualquer manifestação dos operarios da época, além de levantar a questão da necessidade de haver instituições que forme profissionais para atuar na área de assistência social, marco este para a organização da assistência social.

A assistência social ao cidadão antes de se consolidar como o Serviço Social, é trazido ao individuo que tem como requerimento os recursos básicos para seu sustento. Os trabalhos de assistência social até então, eram feitos através da igreja católica, que aos olhos de um todo era visto como 'caridade'.

Sobre o momento, o Serviço Social teve inicio dentro da igreja católica e um de seus objetivos era preparar os trabalhadores da época para a substituição da mão de obra para um sistema maquinário industrializado.

O Serviço Social surge no Brasil na década de 30, estreitamente ligada à Igreja Católica. O país passava por uma fase turbulenta, onde a burguesia não estava dando conta das diversas manifestações da classe trabalhadora, que reivindicava por melhores condições de trabalho e justiça social. A exploração da força de trabalho e reivindicar os direitos e deveres dos trabalhadores, tendo a necessidade de falar sobre a intervenção ao Estado para que possamos manter a paz social.

O Serviço Social surge como uma resposta dos grupos dominantes, em especial a Igreja Católica, à latente questão social. Parte-se da gênese de que essa concepção inspira uma ideologia de preceitos que leva a conhecer os direitos humanos. A influência da mais-valia dentro de uma sociedade.

A profissão foi pautada no caráter e da caridade, tendo como marco inicial a criação em 1936, da Escola de Serviço Social de São Paulo, com intuito de formar “moças da sociedade” devotadas ao apostolado.

## **2. O SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO MUNDO E NO BRASIL**

No ano de 1869 é fundada a sociedade de organização da caridade, em Londres, criada pela burguesia, igreja e Estado com objetivo de prestar assistência a classe operaria, de forma a coibir qualquer manifestação dos operarios da época,

Esta ‘organização’, e os trabalhos da igreja até então não institucionalizadas, vistas apenas como caridade, veio a se solidar como profissão com o surgimento da primeira escola de Serviço Social em Amsterdã, em 1899.

O Serviço Social no Brasil surge na década de 1930, no Governo Vargas, com a necessidade e o objetivo de cessar as manifestações dos trabalhadores que reivindicavam por melhores condições de trabalho e por justiça social, pois o país passava por uma fase turbulenta e a burguesia, classe está superior a dos operarios, precisava o Estado para intervir estas manifestações.

Em 1869 é fundada a sociedade de organização da caridade em Londres, marco para a organização da Assistência Social. Além de levantar questão da necessidade de haver instituições que forme profissionais para atuar na área da assistência Social. A primeira escola de Serviço Social do mundo surge em Amsterdã, em 1899. Para resolver a questão do disciplinamento do tempo do operário, as Ligas das Senhoras Católicas em São Paulo, e a Associação das Senhoras Brasileiras no Rio de Janeiro, vão ficar responsáveis pela educação dos trabalhadores. Em 1936, surge em São Paulo, a primeira Escola do Serviço Social do Brasil. A economia existe em todas as formas de organização dentro da sociedade. Um movimento que não tiver sido planejado dentro de um padrão econômico não avança e conseqüentemente não produz. Os meios de produção são os elementos pelo qual a sociedade evolui, ou seja, investindo, retransformando, as matérias da velha produção a produção nova. Os meios de produção precisam ser substituídos, se faz necessário dentro do sistema capitalista, que produza mais para obter lucros. De acordo com Marx (1984, p. 153):

Somente em 1942 que, foi instituída a Legião Brasileira de Assistência (LBA) cujo objetivo era o de assistir às famílias dos pracinhas que lutaram na guerra e, posteriormente, o trabalho foi estendido à população pobre, focando em programas na área materno-infantil.

É nesta época do governo Vargas que o serviço social começa a ocupar mais espaços, servindo aos interesses do Estado com objetivo do controle da pobreza e da classe operaria. Nos anos 1950 o Serviço Social ainda importava sua bagagem teórica dos Estados Unidos que possuía matriz positivista.

Nessa lógica, a visão era isolada dos fenômenos sociais, oposta à ideia de integralidade e de transformação dialética. Assim, o Serviço Social pregava objetividade, neutralidade e isenção de juízos de valor. Nos anos de 1960 e 1970, há um movimento de renovação na profissão, que se expressa em termos tanto da reatualização do tradicionalismo profissional, quanto de uma busca de ruptura com o conservadorismo.

O Serviço Social substitui as práticas religiosas e passa a incorporar nos seus quadros segmentos dos setores que de suporte e caracterizam a sociedade.

Desta forma o Serviço Social neste primeiro momento se apresentava como reprodutor das formas tradicionais do início da profissão, com uma prática paliativa, caritativa, assistencialista, práticas essas reforçadas pela autocracia burguesa.

## 2.1 SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL

Segundo Yamamoto em consonância a esse pensamento ele aponta que a questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e que na sociedade burguesa a gênese da questão social deriva do caráter coletivo da produção contraposto a apropriação privada da própria atividade humana.

Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho forma-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Considera-se, portanto, a questão social como algo que é inerente ao modo de produção capitalista, o qual expande, e intensifica as relações de desigualdade, por conta da concentração de poder e riqueza em certos segmentos sociais.

O Estado assume também o papel de administrador da força de trabalho, onde através de uma rede de serviços sociais busca reduzir as desigualdades e o desemprego, configurando-se como Estado de Bem-Estar social.

As respostas dadas pelo Estado as manifestações da questão social são limitadas e não conseguem ultrapassar o viés da emergência, da assistência, do clientelismo, do imediato e do conservadorismo, apesar do avanço legislativo e dos discursos pró-inclusão, pró-redução da pobreza, pró-social. O Estado social é um tipo de organização política econômica e sociocultural que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia.

Portanto, as políticas sociais se apresentam como uma maneira de assegurar o desenvolvimento da ordem monopólica, tomar a 'questão social' como problemática configuradora de uma tonalidade social e remetê-la concretamente a relação capital/trabalho, o que significa, liminarmente colocar em xeque a ordem burguesa, tanto nos tempos passados tanto quanto nos novos tempos.

(...)Estes novos tempos reafirmam, pois, que a acumulação de capital não é parceira da equidade, não rima com igualdade. Verifica-se o agravamento das múltiplas expressões da questão social, base sócio-histórica da requisição social da profissão. A linguagem de exaltação do mercado e do consumo, que se presencia na mídia e no governo, corre paralela ao processo de crescente concentração de renda, de capital e de poder. Nos locais de trabalho, é possível atestar o crescimento da demanda por serviços sociais, o aumento da seletividade no âmbito das políticas sociais, a diminuição dos recursos, dos salários, a imposição de critérios cada vez mais restritivos nas possibilidades da população ter acesso aos direitos sociais, materializados em serviços sociais públicos. (IAMAMOTO e NETTO, p. 11).

## 2.2 TRABALHO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

A evolução coincidente com as origens do Serviço Social, fator este condicionante para a montagem de um sistema ou instituições sociais que propunham solucionar os problemas através de programas assistenciais de atuação imediata. Todo o trabalho passado teve a formação de uma imagem e de uma expectativa a respeito do Serviço Social, como atividade de prestação de serviços assistenciais.

A urgência dos problemas e o imediato trabalho de Serviço Social, nesse período dificultaram a reflexão e a análise que poderiam orientar em uma ação centrada de preferências nas estruturas sociais. O Serviço Social assumiu a tarefa de contribuir para as organizações técnicas daquelas formas de atuação do sistema social..

(...) o sistema de proteção social brasileiro foi baseado no princípio do mérito, isto é, o acesso ao bem-estar está relacionado ao trabalho e à renda. Esse é o caso da Previdência Social. No entanto, à população excluída dessa possibilidade restava a assistência social, caracterizada nesse período histórico pelo clientelismo e pelo assistencialismo. Dentre as características de funcionamento do sistema brasileiro de proteção social até a década de 1980, os seguintes traços podem ser destacados: extrema centralização política e financeira no nível federal das ações sociais do governo; fragmentação institucional e burocratização excessiva; ação social desenvolvida por grandes complexos organizacionais; exclusão da participação social e política da população nos processos de decisão; submissão do gasto social a critérios econômicos e financeiros de rentabilidade privada para a alocação de recurso; privatização dos serviços sociais e uso clientelístico da máquina social (ALENCAR e LUIZ, p. 8).

Sabemos que a institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista se explica no contexto contraditório de um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos, que caracterizam as relações entre as classes sociais na consolidação do capitalismo monopolista.

O Serviço Social, como trabalho de intervenção na realidade social, constituída por um conjunto de conhecimentos e técnicas, como prática institucionalizada, caracterizou-se pelo desempenho de papéis relacionados a diferença manifestado no nível do indivíduo na forma de desajuste social perante o nível das estruturas sociais.

Tem um certo consenso em caracterizar o Serviço Social no plano do conhecimento especulativo prático, o serviço se coloca ao nível da aplicação de conhecimentos próprios ou advindos de outras ciências, podendo considerá-la como técnica social, por influenciar o comportamento humano e o meio de seus relacionamentos.

Os profissionais do Serviço Social são chamados a acompanhar as novas exigências de qualificação para uma inserção qualificada nos espaços ocupacionais, tais como: o domínio do conhecimento para realizar diagnósticos socioeconômicos de municípios, para leitura e análise dos orçamentos públicos.

Portanto é necessário que os assistentes sociais aprendam as mudanças societárias nessa nova etapa do capitalismo e relacionem diretamente com o papel político e a dimensão social que desenvolvem por meio de seu exercício profissional.

O conceito da questão social está relacionado com o sistema capitalista de produção, ou seja, a forma como a riqueza em uma sociedade é produzida e repartida. Assim o capitalismo da origem a muitas desigualdades sociais, uma área vital de intervenção do Serviço Social.

A forma de produção do capitalista, além de promover o surgimento da denominada 'questão social' desencadeia o processo de intensificação da alienação sendo está um fenômeno histórico social construído pelo próprio homem que assume formas diferenciadas postas historicamente.

### **2.3 SERVIÇO SOCIAL E SEU MARCO HISTÓRICO**

Um marco histórico na profissão foi o movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina, deflagado em 1965, em meio aos movimentos por mudanças e a reação contrarrevolucionária, este movimento é o marco do Serviço Social que vem propor a ruptura das práticas tradicionais, é através deste movimento que surge um perfil profissional mais crítico, capaz de atuar nos desafios postos a profissão.

Para o Serviço Social o movimento de reconceituação brasileiro é a transformação, a renovação dos conceitos e do agir profissional, que buscava uma formação qualificada, com técnicas precisas fundamentação teórica e científica para a profissão.

O pluralismo teórico e ideológico aliado à diferenciação das concepções de profissão, se expressa em tendências distintas que particularizam o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, imprimindo-lhe marcas próprias que o diferenciam teórica e politicamente do movimento de reconceituação experimentado na América Latina.

Sendo assim, esses desdobramentos nas décadas posteriores implicam numa posição destacada da produção intelectual e da capacidade de organização política e profissional do Serviço Social no Brasil.

Em relação aos demais países latino-americanos. Esta heterogeneidade do processo de renovação é categorizada por Netto em torno da perspectiva modernizadora, que tem um nítido cariz estrutural-funcionalista e que adere ao apelo pelo "desenvolvimento" proposto no período.

Diante da tendência denominada de reatualização do conservadorismo, que dialoga com a Fenomenologia e se mostra mais impermeável às mudanças profissionais, restaurando a herança conservadora da profissão; e, por último, da perspectiva de intenção de ruptura, que tece a aproximação com o 'marxismo' procurando romper com o Serviço Social "tradicional" e seus aportes teóricos, metodológicos e ideológicos.

O marxismo significa enfrentar deformações, distorções, extravios, derivações, revisões e reducionismo sofridos pelo pensamento de Marx no curto período em que esse diálogo foi incorporado aos conteúdos da formação profissional do assistente social. O marxismo foi a base da Teorização do Serviço Social, pois revela-se fundamental para o Serviço Social por possibilitar uma apreensão da realidade na sua concretude processualidade e contraditória, com base nas determinações históricas, sociais, políticas e econômicas. O marxismo basei-se em um entendimento materialista do desenvolvimento da sociedade, tendo como ponto de partida as atividades econômicas necessárias para satisfazer as necessidades materiais da sociedade humana (FREITAS, p. 6).

### **2.4 PROFISSÃO NO BRASIL E SUA TRAJETÓRIA**

A trajetória do Serviço Social como profissão no Brasil é profundamente marcada pela dinâmica entre as classes sociais fundamentais e o Estado.



As relações estabelecidas historicamente entre os sujeitos políticos que protagonizam na esfera da produção as contradições da relação entre capital e trabalho também engendram a esfera da reprodução social e assumem diferentes expressões socioinstitucionais a partir das ações desenvolvidas pelo Estado.

E diante de sua nítida feição classista, materializam suas funções políticas e econômicas no que tange à regulação das relações sociais necessárias para se assegurar a reprodução do modo de produção capitalista.

O percurso histórico do Serviço Social não se dissocia desta dinâmica, muito ao contrário, as elaborações teóricas e as respostas profissionais forjadas em diferentes conjunturas são produtos históricos determinados pelas condições em que se efetivam as intervenções do Estado em relação aos conflitos de classes, sobretudo a partir de suas políticas econômicas, sociais e culturais.

Elas encerram, também, perspectivas de compreensão e possibilidades de projeção de seu lugar político-profissional nesta arena de disputas societárias e em seus enraizamentos socioinstitucionais.

### 3. CONSIDERAÇÕES

Através desse estudo, percebemos que o Serviço Social nascido por influência direta da Igreja Católica, em âmbito de formação, prática e discurso de seus agentes, tinha como suporte filosófico o neotomismo.

Em sua primeira fase, intervém no aparecimento da Questão Social, produzida pela relação de trabalho em moldes capitalistas, com o surgimento do trabalho livre profundamente marcado pela escravidão, seu passado recente.

O serviço Social desde da sua gênese de seu surgimento vem passando por várias transformações no seu agir profissional

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso à terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história.

Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais.

### REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Serviço social. Políticas Públicas** - Mônica Maria T. de Alencar Alencar; Ney Luiz. Disponível em: <<http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/14resenha.pdf>>

BARROCO, Maria Lúcia e TERRA, Helena Sylvia. - **CÓDIGO de ÉTICA e Serviço Social – Comentados**. Disponível em: <<https://sstransformandorealidades.files.wordpress.com/2014/09/codigo-de-etica-comentado.pdf>>

BÓGUS Lúcia e YAZBEC Carmelita. **Desigualdade Social e Questão Social** - Resumo Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/files/2019/06/AsTransfor%20ma%C3%A7%C3%B5es-da-Quest%C3%A3o-Social-Robert-Castel.pdf>>

DANTAS, Lucena. **Movimento de Reconceituação “Perspectiva Modernizadora”**. Disponível em: <<https://estudantesdeservicosocial.files.wordpress.com/2013/03/araxa-e-teresopolis.pdf>>

IAMAMOTO, Marilda - **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** Disponível em: < [https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MWYWZc6Qd\\_vBqs3hb\\_CRkfQ5K/](https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MWYWZc6Qd_vBqs3hb_CRkfQ5K/)>

SILVA, Maria Ivone. **Serviço Social e Questão Social.** Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5017109.pdf>>

YAZBEC Carmelita. **Brazil - Serviço Social, história e desafios Serviço Social, história e desafios.** Disponível em: < [https://www.scielo.br/j/rk/a/thZNmz8\\_v6mk4Kpsz\\_WGrvq\\_rG/?format=pdf&lang=pt](https://www.scielo.br/j/rk/a/thZNmz8_v6mk4Kpsz_WGrvq_rG/?format=pdf&lang=pt)>

## A MULTIDISCIPLINARIDADE EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DAS PRÁTICAS DE SERVIÇO SOCIAL E PSICOLOGIA

Ademir Araújo de Lima<sup>1</sup>  
Ademir Maciel<sup>2</sup>  
Ana Caroline Cunha Borges<sup>3</sup>  
Elias Barbosa Silva<sup>4</sup>  
Faculdade FAN

### RESUMO

Nas instituições públicas contemporâneas, os papéis dos assistentes sociais e dos psicólogos tornaram-se cada vez mais interligados. Esta complexidade surge das necessidades multifacetadas dos indivíduos e das comunidades que procuram assistência. Como resultado, o artigo investiga os esforços colaborativos e a experiência compartilhada desses profissionais no contexto da prestação de serviços públicos. O objetivo principal deste estudo é explorar e analisar a relação colaborativa entre assistentes sociais e psicólogos em instituições públicas, com particular enfoque na prevenção e resposta à violência contra as mulheres. Para atingir esse objetivo, será adotada uma metodologia de análise bibliográfica. Será realizada uma extensa revisão da literatura existente, baseada em uma ampla gama de fontes acadêmicas e estudos de pesquisa relacionados à colaboração interdisciplinar em instituições públicas. A análise revela que estabelecer uma forte ligação e troca de conhecimentos entre assistentes sociais e psicólogos é imperativo para melhorar a qualidade dos serviços prestados nas instituições públicas. O estudo destaca a importância da colaboração multidisciplinar e os resultados positivos que ela traz em termos de cuidados abrangentes para os destinatários dos serviços.

**PALAVRAS-CHAVE:** Multidisciplinaridade. Instituições públicas. Serviço Social. Psicologia. Análise Bibliográfica.

### ABSTRACT

In contemporary public institutions, the roles of social workers and psychologists have become increasingly interconnected. This complexity arises from the multifaceted needs of individuals and communities seeking assistance. As a result, the article investigates the collaborative efforts and shared experiences of these professionals in the context of public service delivery. The main objective of this study is to explore how social workers and psychologists in public institutions address the challenges posed by multidisciplinary. The research methodology employed in this study is primarily bibliographical. We conducted an extensive review of existing literature, drawing from a wide range of academic sources, to provide a comprehensive understanding of the multidisciplinary dynamics in public institutions, particularly within the fields of social work and psychology. The analysis reveals that establishing a strong connection and knowledge exchange between social workers and psychologists is imperative for improving the quality of services provided in public institutions. The study underscores the significance of multidisciplinary collaboration and the positive outcomes it brings in terms of comprehensive care for service recipients.

---

<sup>1</sup> Discente do curso de Serviço Social FANDUCA.

<sup>2</sup> Discente do curso de Serviço Social FANDUCA.

<sup>3</sup> Docente da Disciplina de Psicologia Social do Curso de Serviço Social FANDUCA.

<sup>4</sup> Discente do curso de Serviço Social FANDUCA.

**KEYWORDS:** Multidisciplinary. Public Institutions. Social Work. Psychology. Bibliographical Analysis.

## **INTRODUÇÃO**

As equipes multidisciplinares são compostas por profissionais com formações e habilidades diversas, reunindo conhecimentos técnicos diversos, competências distintas e perfis interpessoais diversos (Caldas et al. 2019). Para Oliveira e Lago (2021), esta diversidade dentro da equipe ajuda a alcançar resultados menos fragmentados e mais holísticos na abordagem de questões sociais complexas. A atuação desses profissionais, conforme Gomes, Lopes e Alvim (2021), é norteada por princípios éticos definidos nos Códigos de Ética Profissional, formulados pelos respectivos Conselhos Profissionais, e devem ser aderidos e respeitados tanto pelos próprios profissionais quanto pelas instituições que empregam equipes técnicas psicossociais (Documentos disponíveis nos sites do Conselho Federal de Psicologia e do Conselho Federal de Serviço Social).

No contexto das instituições públicas, diversos espaços públicos exigem a expertise desses profissionais, incluindo educação, saúde, segurança pública, justiça e assistência social, entre outros (Oliveira e Faria, 2019). Nesse sentido, a colaboração multidisciplinar é essencial para alcançar resultados significativos. Oliveira e Lago (2021) observam que uma questão social crítica que necessita desta abordagem interprofissional e intersetorial é a Prevenção e Resposta à Violência contra as Mulheres, um foco crucial desta investigação.

A relação entre o serviço social e a psicologia nas instituições públicas é de suma importância na abordagem de desafios sociais complexos. Vários estudos destacaram a importância desta colaboração. Para Senra e Guzzo (2012) demonstraram que o trabalho social integrado e os serviços psicológicos nas escolas públicas podem melhorar o bem-estar mental e o desempenho acadêmico dos alunos. Magalhães *et al.* (2015) demonstraram que os esforços conjuntos entre assistentes sociais e psicólogos no sistema de justiça criminal podem levar a uma reabilitação mais eficaz e à redução da reincidência entre os infratores. Além disso, a investigação de Magalhães *et al.* (2015) sugeriu que as equipes interdisciplinares em ambientes de saúde, envolvendo assistentes sociais e psicólogos, podem melhorar a qualidade geral dos cuidados aos pacientes.

O objetivo principal deste estudo é explorar e analisar a relação colaborativa entre assistentes sociais e psicólogos em instituições públicas, com particular enfoque na prevenção e resposta à violência contra as mulheres. Para atingir esse objetivo, será adotada uma metodologia de análise bibliográfica. Será realizada uma extensa revisão da literatura existente, baseada em uma ampla gama de fontes acadêmicas e estudos de pesquisa relacionados à colaboração interdisciplinar em instituições públicas.

Esta investigação pretende contribuir para a compreensão das sinergias e desafios na colaboração entre assistentes sociais e psicólogos em instituições públicas, particularmente no combate à violência de gênero. Ao sintetizar a investigação existente e identificar as melhores práticas, este estudo pretende fornecer conhecimentos e recomendações para melhorar a eficácia das equipes multidisciplinares na prestação de serviços públicos.

O artigo está estruturado da seguinte forma: Introdução; Revisão da literatura; A relação colaborativa entre assistentes sociais e psicólogos em instituições públicas.

## **METODOLOGIA**

Nesta pesquisa, adotamos uma metodologia qualitativa de revisão de literatura. Essa abordagem envolve um exame aprofundado da literatura existente, como materiais da instituição de ensino, artigos científicos, periódicos acadêmicos e documentos normativos disponíveis online. A metodologia qualitativa de revisão de literatura caracteriza-se pelo foco na análise e síntese de informações e ideias relevantes de diversas fontes. Isso nos ajuda a atingir nosso objetivo de pesquisa, fornecendo uma base teórica sólida para nossas discussões e redação de artigos. Esta abordagem permite-nos identificar tendências e reunir insights valiosos do corpo de conhecimento existente, contribuindo, em última análise, para a profundidade e qualidade dos resultados da nossa investigação.

## **RELAÇÃO ENTRE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL**

O entrelaçamento dos saberes da psicologia e do serviço social tornou-se mais pronunciado a partir da década de 1980, impulsionado pela busca dos direitos humanos. Esta era marcou uma batalha para garantir direitos, combater desigualdades e defender condições de vida dignas. Surgiram vários campos de batalha, um dos quais foi a Assistência Social. De acordo com a Constituição Federal, a assistência social é um direito do cidadão e um dever do Estado. Estabelecer o direito à Assistência Social não foi tarefa fácil, pois envolveu a redefinição dos valores éticos e políticos da sociedade como um todo, particularmente daqueles indivíduos envolvidos na sua implementação (Nery, 2009).

A Constituição de 1988 foi um ponto de inflexão na superação do histórico assistencialismo nas políticas de assistência social do Brasil. Estabeleceu um padrão de proteção social afirmativa como direitos sociais, transformando-os em direitos de cidadania, o que foi considerado um desafio fundamental, pois uma política de assistência social no âmbito dos direitos sociais muda a forma como percebemos os indivíduos, não mais apenas como necessitados, mas como cidadãos com direitos (Porto, 2010).

Na perspectiva do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, um dos focos é o atendimento integral à população-alvo desta política. A proteção social deve ser oferecida por meio de serviços, garantindo a seguridade social, visando prevenir e reduzir riscos e vulnerabilidades sociais. Isto requer a consolidação de uma rede que estabeleça coletivamente o fluxo de serviços socioassistenciais para criar respostas coordenadas.

Pela complementaridade desses serviços, é fundamental estabelecer diálogo com a rede de atenção nos níveis municipal, estadual e nacional, superando as diferenças políticas entre as diferentes autoridades. Devem ser desenvolvidas estratégias de troca de informações para melhorar a resolução de problemas e a compreensão dos procedimentos, envolvendo-os nos processos de tomada de decisão. Reconhece-se que existem inconsistências e ambiguidades entre a teoria e a prática, ou seja, entre o “conhecimento” e as ações cotidianas dos psicólogos e assistentes sociais. É crucial reconhecer que as mudanças nas Políticas Sociais não são automáticas nem rápidas, mas muitas vezes mecânicas e lentas, exigindo uma análise estrutural minuciosa dos determinantes sociais e políticos, bem como esforços de um amplo coletivo de profissionais (Nery, 2009).

Os esforços colaborativos entre a psicologia e o serviço social têm sido fundamentais para moldar uma abordagem mais inclusiva e baseada em direitos para a assistência social no Brasil. A jornada histórica da assistência social para um sistema que enfatiza os direitos de cidadania tem sido desafiadora, mas transformadora. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) incorpora os princípios da atenção integral, da proteção social e das respostas coordenadas, destacando a importância da colaboração interprofissional.

Embora existam desafios e discrepâncias entre a teoria e a prática, o compromisso dos profissionais da psicologia e do serviço social continua a ser central para a evolução contínua das políticas sociais. O ritmo lento e por vezes mecânico da mudança sublinha a necessidade de uma análise abrangente dos fatores sociais e políticos que influenciam o desenvolvimento de políticas. Dessa forma, a colaboração entre a psicologia e o serviço social continua a ser uma força motriz na garantia da dignidade e dos direitos dos indivíduos que necessitam de assistência social. Esta parceria não só transforma as políticas, mas também contribui para uma sociedade mais equitativa e justa para todos os cidadãos.

Na seção seguinte, nos aprofundaremos no âmbito das equipes multidisciplinares e seus papéis no contexto das políticas de assistência social do Brasil. Exploraremos como essas equipes operam, colaboram e contribuem para a missão mais ampla de fornecer atendimento integral aos necessitados. Estes esforços multidisciplinares são cruciais para alcançar os objetivos da assistência social e promover o bem-estar dos cidadãos.

## **EQUIPES MULTIDISCIPLINARES E ATUAÇÕES**

Nesta seção, nos aprofundaremos no papel central desempenhado pelas equipes multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares no âmbito das políticas de assistência social do Brasil. Exploraremos a dinâmica destas equipes, os seus esforços colaborativos e as suas contribuições essenciais para enfrentar desafios sociais complexos. O objetivo principal destas equipes é aproveitar a experiência diversificada de profissionais de diversas áreas, trabalhando coletivamente para um objetivo comum baseado no princípio fundamental da defesa da dignidade humana.

Equipes multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares desempenham papéis cruciais na abordagem de desafios complexos e na promoção do bem-estar social. Em primeiro lugar, equipes multidisciplinares se caracterizam por reunir profissionais de diferentes áreas de atuação, cada um contribuindo com seu conhecimento específico para abordar problemas complexos. Essa abordagem é eficaz na resolução de questões multifacetadas, pois capitaliza a diversidade de habilidades e perspectivas.

Em contrapartida, equipes interdisciplinares transcendem a mera soma de especialidades, promovendo uma colaboração mais intensiva e interconectada entre os membros da equipe. Nesse contexto, os profissionais não apenas coletam informações, mas também trabalham em conjunto para desenvolver uma compreensão holística de problemas complexos, integrando diversas perspectivas em soluções mais completas. Por outro lado, equipes transdisciplinares transcendem as fronteiras disciplinares, buscando uma síntese profunda e uma compreensão unificada dos problemas. Aqui, os profissionais não apenas colaboram, mas buscam transcender as limitações de suas próprias disciplinas, buscando soluções que integrem de maneira profunda e em múltiplos campos de conhecimento.

Nesse contexto, uma abordagem multidisciplinar, embora eficiente em situações específicas, pode, às vezes, resultar em soluções fragmentadas, pois os profissionais reduzidos com seus conhecimentos, mas podem não integrar completamente suas perspectivas. Por outro lado, equipes interdisciplinares e transdisciplinares, como argumenta o autor Edgar Morin, têm o potencial de fornecer uma compreensão mais abrangente e integrada dos problemas sociais, promovendo soluções mais completas e eficazes. Portanto, no contexto de políticas de assistência social no Brasil, onde as questões são frequentemente complexas e interconectadas, equipes interdisciplinares e transdisciplinares podem ser mais eficazes na promoção de

direitos, proteção social e bem-estar, já que abordam os desafios com uma abordagem mais holística e integrada (Morin, 1995).

Profissionais da psicologia e do serviço social, ao atuarem como integrantes de equipes de instituições como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), entre outras, podem atuar como mediadores entre os indivíduos que procuram os serviços públicos e demais profissionais responsáveis pelos procedimentos técnicos. Contudo, a integração eficaz dos membros da equipe através do diálogo e da troca de informações é essencial.

Essas equipes oferecem orientações focadas na promoção de direitos, na preservação e no fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais, e no aprimoramento do papel protetor dos indivíduos diante de condições que os levam a vulnerabilidades ou os expõem a riscos pessoais e sociais. O foco central das suas intervenções reside na capacitação dos indivíduos, contribuindo para a eliminação de qualquer forma de negligência, violação ou opressão. Suas atividades são voltadas tanto ao cuidado atento quanto às medidas preventivas contra situações de risco.

De acordo com o Código de Ética Profissional do(a) psicólogo(a), a atuação psicológica deve se guiar pelos seguintes princípios fundamentais:

- I. O(a) psicólogo(a) baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- II. O(a) psicólogo(a) trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- III. O(a) psicólogo(a) atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.
- IV. O(a) psicólogo(a) atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.
- V. O(a) psicólogo(a) contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.
- VI. O(a) psicólogo(a) zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.
- VII. O(a) psicólogo(a) considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código (Código de Ética Profissional do Psicólogo).

O Código de Ética Profissional do Psicólogo delineia princípios fundamentais que norteiam a atuação dos psicólogos e a relação entre esses profissionais e a sociedade em geral.

O primeiro princípio enfatiza o compromisso do psicólogo com a promoção da liberdade, dignidade, igualdade e integridade do ser humano, em consonância com os valores consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isso significa que o respeito pelos direitos individuais e coletivos é uma base essencial para a prática da psicologia.

O segundo princípio ressalta o papel do psicólogo na promoção da saúde e qualidade de vida das pessoas e comunidades. Isso envolve um compromisso em eliminar formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Os psicólogos são agentes ativos na busca por uma sociedade mais justa e saudável. O terceiro princípio destaca a responsabilidade social do psicólogo. Isso significa que esses profissionais devem analisar criticamente a realidade política, econômica, social e cultural em que atuam.

Essa análise crítica é fundamental para compreender o contexto em que os problemas psicológicos se manifestam e para encontrar soluções eficazes.

O quarto princípio enfatiza a importância do aprimoramento contínuo profissional. Os psicólogos devem buscar atualizar constantemente seus conhecimentos e habilidades, contribuindo para o desenvolvimento da psicologia como campo científico e prático. Isso garante que eles estejam bem preparados para lidar com os desafios na evolução da sociedade.

O quinto princípio destaca o compromisso do psicólogo em promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica e aos serviços psicológicos. Isso envolve a disseminação do conhecimento psicológico para o benefício de todos.

O sexto princípio sublinha a importância de zelar para que o exercício profissional seja continuidade com dignidade. Os psicólogos devem rejeitar situações em que a psicologia esteja sendo degradada ou comprometida, mantendo os mais altos padrões éticos e profissionais. Por fim, o sétimo princípio chama a atenção para a necessidade de considerar as relações de poder nos contextos em que os psicólogos atuam. Isso implica em consideração como as dinâmicas de poder podem afetar suas atividades profissionais e se posicionarem de forma crítica e ética diante dessas situações. Em conjunto, esses princípios específicos são um guia essencial para a prática ética e responsável da psicologia, garantindo que os psicólogos atuem em prol do bem-estar humano e da sociedade como um todo.

O Serviço Social, como profissão, desempenha um papel crucial na abordagem e resolução das complexas questões sociais que afetam a sociedade brasileira. Ao longo de suas sete décadas de existência no Brasil, a profissão do Serviço Social expandiu significativamente seu escopo de atuação, conforme destacado pelo Conselho Federal de Serviço Social. Essa expansão não se limita a um conjunto específico de situações, mas abrange todos os espaços onde questões sociais se manifestam com repercussões diretas nos direitos e no bem-estar das pessoas.

Autores renomados como Maria Carmelita Yazbek, em sua obra "Política Social no Capitalismo Tardio", argumentam que o Serviço Social é uma profissão com raízes profundas na busca pela justiça social e na promoção dos direitos humanos. Isso se traduz na ampliação do raio ocupacional da profissão para áreas tão diversas como a proteção da infância, o atendimento a idosos, a promoção da igualdade de gênero, a luta contra o preconceito e a discriminação, a defesa do meio ambiente e a abordagem de questões relacionadas à terra e ao desenvolvimento sustentável.

A abordagem do Serviço Social vai além da assistência direta e inclui a realização de projetos e ações sistemáticas de pesquisa e intervenção. Autores como Yamamoto (1998) em "Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social", destacam a importância da pesquisa como instrumento de compreensão das dinâmicas sociais e das necessidades das populações atendidas. Essa pesquisa direciona a intervenção do Serviço Social, permitindo a concepção de estratégias mais eficazes para lidar com problemas sociais complexos.

Dessa forma, o Serviço Social, ao longo de sua história no Brasil, expandiu seu campo de atuação para abranger uma ampla gama de questões sociais, todas elas relacionadas aos direitos humanos e à justiça social. Esse compromisso com a promoção dos direitos e o enfrentamento das diversas formas de violação dos direitos torna o Serviço Social uma profissão fundamental na busca por uma sociedade mais justa e equitativa.



A relação entre a Psicologia e o Serviço Social em instituições públicas, sob a perspectiva das equipes multidisciplinares e suas atuações, desempenha um papel fundamental na abordagem de questões sociais complexas e no fornecimento de serviços eficazes. De acordo com Maluccio (2013), a colaboração entre psicólogos e assistentes sociais é essencial para abordar as necessidades abrangentes dos clientes, uma vez que os psicólogos trazem uma compreensão aprofundada das questões emocionais e mentais, enquanto os assistentes sociais focam nas dimensões sociais e sistêmicas dos problemas.

Essa complementaridade de competências, como destacado por Healy (2008), permite que esses profissionais abordem os problemas de maneira mais holística, considerando tanto os aspectos psicológicos quanto os sociais. Além disso, a colaboração é crucial na cooperação de serviços e no encaminhamento de clientes para os recursos adequados, conforme planejado por Karger e Stoesz (2018). Se um cliente precisa de apoio psicológico ou assistência social, a presença de ambas as profissões em equipes multidisciplinares garante que ele receba o encaminhamento adequado e uma abordagem abrangente.

Essa abordagem multidisciplinar, conforme enfatizado por Maluccio (2013), é fundamental para enfrentar com sucesso os desafios que muitos indivíduos e comunidades enfrentam em instituições públicas. A colaboração entre psicólogos e assistentes sociais visa fornecer serviços mais abrangentes e práticos para os clientes, abordando as complexas interações entre os aspectos psicológicos e sociais de suas vidas. Em resumo, a interação entre essas duas profissões, sob a perspectiva das equipes multidisciplinares, é essencial para promover o bem-estar e enfrentar questões sociais complexas em instituições públicas.

Na próxima seção, exploraremos brevemente as características e funções dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

### **Breve abordagem: CREAS e CRAS**

Neste tópico, vamos exemplificar alguns locais onde esses profissionais atuam. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) desempenham um papel essencial no combate à pobreza, à discriminação e às vulnerabilidades que afetam grande parte da população brasileira. As ações da Assistência social contemporânea vão além do conceito de pobreza restrita à renda. Termos como exclusão, carência identitária, vulnerabilidade e risco socioambiental também são considerados (BRASIL, 2005).

O CREAS, ou Centro de Referência Especializado de Assistência Social, é uma unidade pública que oferece serviços de proteção social especial. Ele atende famílias que enfrentam riscos sociais ou tiveram seus direitos violados, como abandono, maus-tratos físicos ou psicológicos. O CREAS garante assistência imediata dessas situações com uma abordagem interdisciplinar, evoluindo para a integridade física, mental e social das pessoas. Profissionais capacitados realizam atendimentos psicossociais que enfocam o fortalecimento da autonomia e da emancipação de indivíduos, grupos e, conseqüentemente, da sociedade (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006).

O CREAS desempenha um papel crucial na assistência às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. Segundo Faleiros (2007), a abordagem interdisciplinar no CREAS é fundamental para compreender a complexidade das situações enfrentadas pelas famílias e indivíduos atendidos. A abordagem interdisciplinar

permite que profissionais de diferentes áreas, como Psicologia, Serviço Social, Direito e Saúde, trabalhem em conjunto para oferecer uma assistência abrangente.

Além disso, o CREAS está alinhado com a perspectiva de empoderamento das pessoas, que é fundamental no trabalho social contemporâneo. Autores como Melo (2010) enfatizam que o fortalecimento da autonomia é um elemento-chave no processo de assistência, pois capacita os indivíduos a superar as adversidades e a participar ativamente na construção de soluções para seus problemas.

Ao promover a emancipação individual e coletiva, o CREAS contribui para a transformação das condições sociais. Seguindo as ideias de Santos (2002), a emancipação implica não apenas a liberdade pessoal, mas também a capacidade de participar na transformação da realidade social. Portanto, o trabalho realizado pelo CREAS não se limita à assistência imediata, mas também busca criar condições para que as pessoas possam se tornar agentes de mudança em suas vidas e comunidades.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar e na prevenção de situações de risco social. De acordo com Andrade (2010), o CRAS atua na proteção social básica, que é a primeira porta de entrada para os serviços sociais oferecidos à população. Ele se concentra em áreas onde a vulnerabilidade e os riscos sociais são mais prevalentes, permitindo a importância de abordar questões familiares e comunitárias.

Seguindo as ideias de Silva (2009), o CRAS valoriza a família como unidade de referência, reconhecendo que ela desempenha um papel central na vida das pessoas. Isso significa considerar as diversas configurações familiares e promover o fortalecimento dos laços familiares como uma estratégia essencial para o desenvolvimento humano.

Além disso, o CRAS estabelece configurações especiais com a comunidade local. Autores como Paiva (2011) destacam a importância do CRAS como um espaço de articulação entre os serviços sociais e a população. Ele funciona como um ponto de encontro onde as necessidades da comunidade são identificadas e onde programas e projetos são desenvolvidos para atender a essas necessidades específicas.

Portanto, o CRAS desempenha um papel crucial na prevenção de situações de risco social, valorizando a família e promovendo a integração comunitária. Ao se concentrar na proteção social básica, ele contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde as pessoas possam contar com o apoio necessário para superar desafios e alcançar um maior bem-estar. Nesse contexto, é responsabilidade das equipes psicossociais considerar os aspectos técnicos da atuação multiprofissional, bem como os impactos éticos, políticos e sociais de seus conhecimentos. Assim, a Psicologia e o Serviço Social podem se tornar práticas libertárias, capazes de se adaptar a diferentes contextos e de se envolver de maneira crítica e comprometida com os direitos humanos.

## **ATENÇÃO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR**

No contexto de diversas demandas sociais, a violência contra as mulheres surge como um problema de grande magnitude, especialmente no que diz respeito à violência doméstica. Os principais agressores nesse cenário são os parceiros íntimos, como maridos ou namorados, seguidos por membros da família. É fundamental destacar que qualquer esforço para enfrentar a violência doméstica e familiar contra mulheres está inextricavelmente ligado ao conceito de “gênero”. Esse conceito serve como uma categoria analítica

especializada para compreender as dinâmicas relacionadas entre homens e mulheres, bem como para identificar as construções culturais e sociais historicamente moldadas que atribuem posições dicotômicas e hierárquicas aos gêneros, baseadas em uma lógica constante de dominação e submissão (Scott, 1995). Ou seja, a violência nessa seara acontece com base em uma relação desigual de poder socioculturalmente estabelecida.

Em 1979, a psicóloga norte-americana Lenore Walker contribuiu com um estudo envolvendo 1.500 mulheres que viviam situações de violência doméstica e familiar. Seu objetivo era ouvir os relatos das vítimas e identificar padrões de comportamento violentos em relacionamentos conjugais. Com base nessa pesquisa, Walker desenvolveu a conhecida teoria do "ciclo de violência". Segundo essa teoria, as mulheres em situações de violência não enfrentam abusos de maneira constante, e os agressores não usam sempre a mesma forma de violência. Uma pesquisa de Walker (1979) revelou a existência de fases na dinâmica da violência, cada uma com duração variável e diferentes táticas de agressão. Esta pesquisa de Walker foi posteriormente replicada em diferentes contextos sociais, culturais e períodos, incluindo o Brasil, onde os resultados se mantiveram consistentes, com algumas variações. O ciclo de violência geralmente consiste em três fases: 1) Acumulação de tensão; 2) Explosão; 3) Lua de mel. Importante ressaltar que não há um padrão fixo para a duração de cada fase ou do ciclo como um todo. No entanto, estudos indicam que ao longo do tempo, os ciclos de violência tendem a se repetir com intervalos mais curtos e envolvem um aumento na gravidade e complexidade dos abusos.

Nas relações marcadas pela violência doméstica, existe um padrão reconhecido que envolve três fases distintas. Na primeira fase, conhecida como "acumulação de tensão", as agressões geralmente começam de forma discreta, incluindo agressões verbais, provocações e agressões ocasionais de níveis físicos, ocorrendo esporadicamente. Durante essa fase, as mulheres muitas vezes negam a gravidade da violência e tentam justificá-la, atribuindo-a a fatores externos, como o parceiro ter tido um dia ruim ou ter consumido álcool. Além disso, sentimentos de angústia, ansiedade, medo e tristeza começaram a se desenvolver. Nessa fase, as mulheres muitas vezes se sentem culpadas e buscam manter o relacionamento, mesmo às custas de sua própria autonomia.

A segunda fase é conhecida como "explosão". Nesta fase, não há sutileza; o agressor ataca deliberadamente, usando violência física, sexual, moral, psicológica e material contra a mulher. A vítima, nesse ponto, já está emocionalmente abalada, sentindo insegurança, dor, medo, ódio e vergonha. Ela tende a se afastar temporariamente do agressor, buscando refúgio com amigos, familiares ou vizinhos. No entanto, ela geralmente evita denunciá-lo, ainda esperando preservar a unidade familiar. Somente quando a violência se torna extrema, exigindo cuidados médicos ou afetando diretamente os filhos, as mulheres tendem a denunciar mais prontamente.

Depois de algum tempo, muitas vezes apenas alguns dias, quando a situação se acalma, o agressor volta arrependido e inicia a terceira fase, chamada de "lua de mel". Neste ponto, o agressor tenta compensar a vítima por suas ações violentas, adotando um comportamento amoroso e gentil. Isso marca um período de aparente tranquilidade na relação, no qual a mulher fica feliz com as mudanças percebidas e com a possível reconciliação da família. Ela muitas vezes assume a responsabilidade pelo agressor, reforçando a dependência

entre eles. Durante esta fase, a mulher experimenta uma transformação emocional, passando de sentimentos como raiva, solidão e medo para um estado de ânimo mais positivo, confiante e amoroso.

Conforme o tempo passa, esse ciclo tende a se repetir, e a fase de "explosão" pode se tornar mais violenta a cada ciclo, resultando potencialmente em um abuso grave ou até mesmo homicídio (feminicídio) por parte do agressor. Os ciclos de violência não apenas prejudicam a vida das mulheres, mas também apresentam características em sua saúde física e psicológica, bem como em suas relações sociais e profissionais, levando ao isolamento. As mulheres muitas vezes demoram a pesar a gravidade da situação, o que pode levar anos. A atuação de profissionais de psicologia e serviço social é fundamental para ajudar essas mulheres a acessar serviços de apoio, prevenção e proteção, rompendo com o ciclo de violência e negligência presentes em algumas instituições públicas. Além disso, é essencial que os profissionais atuem de maneira sensível e sem julgamentos.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência doméstica contra a mulher é um problema de saúde pública que resulta em altos custos para os serviços de saúde, destacando a importância de políticas preventivas e afirmativas no combate à violência. Pesquisas realizadas pelo Conselho Federal de Psicologia também ressaltam a necessidade de uma abordagem em rede e a ampliação dos serviços para enfrentar a violência contra as mulheres, abrangendo desde aspectos culturais até ações em nível individual e institucional, incluindo mudanças na legislação e a criação de serviços de apoio às vítimas.

### **Considerações finais**

Este estudo teve como objetivo principal explorar e analisar a relação colaborativa entre assistentes sociais e psicólogos em instituições públicas, com foco na prevenção e resposta à violência contra as mulheres. Para atingir esse objetivo, utilizou-se uma metodologia de análise bibliográfica, conduzindo uma extensa revisão da literatura existente, que se baseia em diversas fontes acadêmicas e estudos de pesquisa relacionados à colaboração interdisciplinar em instituições públicas.

Os resultados desta pesquisa evidenciaram a importância da colaboração entre assistentes sociais e psicólogos no enfrentamento da violência contra mulheres. A interdisciplinaridade e a cooperação entre esses profissionais emergem como elementos cruciais para oferecer um atendimento mais eficaz e abrangente às vítimas de violência. A compreensão das diferentes perspectivas e abordagens de cada profissão enriquece a capacidade de intervenção, permitindo uma análise mais completa das necessidades das mulheres em situação de violência.

Além disso, esta pesquisa destaca a relevância de políticas públicas que incentivam e promovem a colaboração interdisciplinar, bem como a capacitação contínua dos profissionais envolvidos. A atuação conjunta de assistentes sociais e psicólogos não apenas melhora a qualidade dos serviços prestados, mas também contribui para a sensibilização da sociedade em relação à violência do gênero.

No entanto, esta pesquisa também dispõe de algumas lacunas importantes. A falta de integração efetiva entre os serviços de assistência social e de saúde mental ainda é um desafio em muitos contextos. Além disso, a escassez de estudos específicos sobre a colaboração entre assistentes sociais e psicólogos no contexto da violência contra as mulheres indica a necessidade de mais pesquisas nessa área.

Como sugestão para pesquisas futuras, seria interessante investigar a implementação de políticas públicas de forma mais detalhada, analisando os obstáculos e as melhores práticas para promover a colaboração interdisciplinar. Além disso, estudos que exploram a percepção das mulheres atendidas por esses profissionais e o impacto desse processo em sua recuperação e empoderamento seriam importantes para aprimorar ainda mais os serviços prestados.

Dessa forma, a colaboração entre assistentes sociais e psicólogos desempenha um papel crucial na prevenção e resposta à violência contra mulheres em instituições públicas. Essa colaboração pode ser fortalecida por meio de políticas públicas, treinamento adequado e pesquisa contínua, ocorrendo a melhoria constante dos serviços e o apoio às mulheres que enfrentam situações de violência.

### Referências Bibliográficas:

ANDRADE, L. F. DE .; ROMAGNOLIS, R. C.. O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. 3, p. 604–619, set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/8hLvKSZbSwvgj6QNvn56zvH/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 10 set. 2023.

ARAÚJO, T. I. de; SALES, J. K. D. de; MELO, C. S. de; MARÇAL, F. de A.; COELHO, H. P.; SOUSA, D. R. de; SANTOS, P. I. dos; FEITOSA, A. C. Educação Em Saúde: um olhar da equipe multidisciplinar na atenção primária / Health Education: A multidisciplinary team look at primary care. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 16845–16858, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n4-014. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/8363>. Acesso em: 5 oct. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília - DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de Orientações – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Articulação necessária na Proteção Social Básica. Brasília-DF, 2016.

CALDAS, C. C.; GUEDES, M. M. da C.; SOUZA, H. B. F. de; OLIVEIRA, I. N. de; FELISBERTO, M. D. A.; MAGALHÃES, N. M. de W.; ALBINO, S.D. de M. A importância da equipe multidisciplinar nas oficinas terapêuticas em saúde mental. **REVISTA CIENTÍFICA DA FAMINAS**, [S. l.], v. 14, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.faminas.edu.br/index.php/RCFaminas/article/view/434>. Acesso em: 4 out. 2023.

Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP nº 010/2005. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**, XIII Plenário. Brasília, DF: CFP. 2005.

GONÇALVES, J. E. et al. CRAS e CREAS na rede interdisciplinar e seus desafios em um município no Norte do Brasil: relato de experiência. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 8, p. 61323-61330, 2020.

GOMES, . A. P. .; LOPES, G. H. de B. .; ALVIM, H. G. de O. . A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, SOBRE MANTER HÁBITOS DE VIDA SAUDÁVEIS. **Revista JRG de Estudos**

**Acadêmicos** , Brasil, São Paulo, v. 4, n. 9, p. 27–37, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5083422. Disponível em: <http://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/275>. Acesso em: 5 out. 2023.

MAGALHÃES, A. P. A. Psicologia social e serviço social: uma relação interdisciplinar. **Revista Maiêutica em Serviço Social**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 145-150, 2015. Disponível em: [https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/SES\\_EaD/article/view/1426/575](https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/SES_EaD/article/view/1426/575). Acesso em: 10 ago. 2023.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. PROTEÇÃO BÁSICA DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: Orientações Técnicas para o Centro de Referência da Assistência Social. Versão Preliminar. Brasília, DF: Autor. 2006.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

NERY, V. B. et al. **O trabalho de assistentes sociais e psicólogos na política de assistência social: saberes e direitos em questão**. 2009.

OLIVEIRAM, R. DE; LAGOV, M. A atuação do enfermeiro e da equipe multidisciplinar no controle da hipertensão arterial sistêmica através da educação em saúde: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 4, p. e7042, 27 abr. 2021.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS). Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

PORTO, Fábio. **A revista Psicologia: Ciência e Profissão: política de assistência social**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Ano 7, Nº 7, Julho 2010.

SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. L.. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 293–299, maio 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/rdzMc6m5DDMvwhpy6kfx38L/#>. Acesso em: 05 set. 2023.

SOMMARIVA, S. S.; HUGILL, M. S. G. Gênero bate à porta do judiciário: Aplicando o Formulário Nacional de Avaliação de Risco. Santa Catarina: TJ-SC/CEJUR/Academia Judicial. Recuperado de <https://www.tjsc.jus.br/web/academia-judicial/-/genero-bate-a-porta-do-judiciario-e-novo-titulo-na-secao-de-e-books-da-aj>, 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, 20(2). jul/dez 1995, p. 71-99.

WALKER, Lenore E. **Battered women: A psychosociological study of domestic violence**. 1979.

**REVISTA ELETRÔNICA DA FACULDADE FAN**

**ISSN 2764-2119**

**Fanduca**